



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
LINHA DE FORMAÇÃO: ANTROPOLOGIA SOCIAL E CULTURAL

Dissertação De Mestrado

**Comunidade Quilombola Nicanor da Luz: uma etnografia sobre
saberes tradicionais e religiosidades**

EVA MARIA DUTRA PINHEIRO

PELOTAS
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
LINHA DE FORMAÇÃO: ANTROPOLOGIA SOCIAL E CULTURAL

**Comunidade Quilombola Nicanor da Luz: uma etnografia sobre
saberes tradicionais e religiosidades**

EVA MARIA DUTRA PINHEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Linha de Formação: Antropologia Social e Cultural, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito necessário para obtenção do título de **Mestre em Antropologia**.

Orientadora: Rosane Aparecida Rubert

Coorientadora: Lori Altmann

PELOTAS
2019

Banca Examinadora

Profa. Dra. Rosane Aparecida Rubert (Orientadora)
Instituto de Ciências Humana / Universidade Federal de Pelotas

Profa. Dra. Georgina Helena Lima Nunes
Programa de Pós-Graduação em Educação / Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Francisco Luís Pereira Neto
Programa de Pós-Graduação em Antropologia / Universidade Federal de Pelotas

Agradecimentos

A Deus por sempre me iluminar e guiar meus passos, pois chegar a conclusão do mestrado foi uma obra Divina.

A meus pais Osvaldo e Joana in memória, pela educação, carinho e amor que me deram e por terem sido muito presentes em minha vida, mesmo diante das dificuldades da época, fizeram o esforço para me proporcionar o melhor.

A meu irmão, irmã, cunhado e cunhada e aos sobrinhos, dos quais muitas vezes me afastei para dar continuidade ao sonho de estudar.

A minha orientadora Prof^a Dr^a Rosane Aparecida Rubert pela paciência e estímulo a continuar a pesquisa.

A coorientadora Prof^a Dr^a Lori Altmann, e seu esposo Roberto, pela acolhida em sua casa, orientações e incentivo.

Aos interlocutores: Srs^a Santa, Lessi, Senhorinha, Lucilé, Zeni, Mariazinha, Carlota e os Srs. Gesilino, Getúlio, Darci e Mariozinho.

Aos amigos professores Dr. Dirlei Pereira e Rosimeire Simões, meus maiores incentivadores para fazer o mestrado.

À profa. Georgina Helena Lima Nunes e ao prof. Francisco Pereira Neto, pelas contribuições na ocasião do exame de qualificação e por aceitarem fazer parte da banca final de avaliação do trabalho.

Resumo

Esta dissertação apresenta um trabalho etnográfico de saberes tradicionais presentes na Comunidade Quilombola Nicanor da Luz, localizada no Bairro Cancelão, no município de Piratini (RS). O objetivo geral da pesquisa foi identificar, reunir, registrar e analisar os saberes tradicionais, relacionados aos processos religiosos e de cura, assim como os de organização comunitária e de produção econômica. Os objetivos específicos visaram relacionar experiências autobiográficas com processos sócio históricos vivenciados pelas comunidades tradicionais de Piratini, como: as transformações no meio rural, o compartilhamento de saberes, a valorização e reconhecimento de grupos etnicamente minoritários, etc. Procedi, nesse sentido, em um primeiro momento, à reconstituição da minha trajetória de vida e familiar. Na sequência, a partir da etnografia realizada na comunidade, realizo uma breve reconstituição da sua formação e suas transformações no transcorrer do tempo, dos modos de vida, das formas de sobrevivência, das relações com os territórios, das experiências com religiões afro-brasileiras, assim como dos processos de identificação. A etnografia pautou-se assim, principalmente, na convivência cotidiana e realização de entrevistas semiestruturadas, com o foco no domínio de saberes, tentando contemplar tanto homens como mulheres. O mapeamento e compreensão contextual dos saberes tradicionais possibilita potencializar o diálogo entre os saberes tradicionais e os conhecimentos científicos, de forma a subsidiar futuros projetos de desenvolvimento sustentáveis da comunidade estudada e outras comunidades. A escolha do tema desta pesquisa se deu em razão de meu trabalho de assessoria com as comunidades quilombolas do município de Piratini/RS, e minha participação no Projeto de Extensão da UFPel “Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas”, desenvolvido neste município.

Palavras-chave: Comunidades Quilombolas; Saberes Tradicionais; Religiões Afro-Brasileiras; Auto-etnografia.

Abstract

This dissertation shows an ethnographic work of traditional knowledge in Quilombola Community Nicanor da Luz, located in the neighborhood Cancelão, Piratini RS. The general goal of this research was to identify, gather, record and analyze the traditional knowledge related to the religious and healing processes, as well as community organization and economic production present in the referred remaining quilombo community. The specific goals aimed to relate autobiographical experiences with socio-historical processes experienced by the traditional communities of Piratini, such as: rural transformations, knowledge sharing, appreciation and recognition of ethnically minority groups, etc. In this sense, I proceeded to a brief reconstruction of the conformation of the Quilombola Community Nicanor da Luz, transformations over time, ways of life, forms of survival, relations with the territories, with experiences of Afro-Brazilian religions, as well as identification processes. Therefore, ethnography was mainly based on daily life and semi-structured interviews, focusing on the domain of knowledge, trying to contemplate both men and women. The mapping and contextual understanding of traditional knowledge allows, enhance the dialogue between traditional knowledge and scientific knowledge, in order to support future projects of sustainable development for the studied community and other communities. The choice of the theme of this research was due to my assistance working with the quilombola communities of Piratini/RS, and my participation in the UFPel's Extension Project "Ethnodevelopment and Cultural Rights in quilombola and Indigenous Communities", developed in this municipality. It was also important for choosing this theme, my academic and professional career.

Keywords: Self - Ethnography; Quilombola Community; Afro-Brazilian Religions; Traditional Knowledge.

Lista de Siglas

APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CAPA – Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor

CDL – Câmara de Diretores Lojistas

CGTE - Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CONENC - Congresso Nacional das Entidades Negras Católicas

CRE – Coordenadoria Regional de Educação

CTG – Centro de Tradições Gaúchas

DAA – Departamento de Antropologia e Arqueologia

EEEF – Escola Estadual de Ensino Fundamental

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EST – Escola Superior de Teologia

FCP – Fundação Cultural Palmares

FEAS – Fundo Estadual de Assistência Social

FURG – Fundação Universidade de Rio Grande

IACOREQ - Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos

IFSUL - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MOVA – Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos

MTG – Movimento Tradicionalista Gaúcho

NEAB – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros

NESIC - Núcleo de Economia Solidária e Incubadora de Cooperativas

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SICREDI - Sistema de Crédito Cooperativo

SRC – Sociedade Recreativa Cultural

SSBES – Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social

UCPEL – Universidade Católica de Pelotas

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

Índice de ilustrações

Figura 1 - Família Dutra Pinheiro reunida por ocasião das Bodas de Ouro dos meus pais. Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.	23
Figura 2 - Eu, minha irmã e avós maternos. Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora	28
Figura 3 - Prédio antigo da Sociedade Recreativa e Cultural 13 de Maio, também conhecido como Senegal. Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.	38
Figura 4 - Missa na capela Nossa Senhora Aparecida, comunidade quilombola Rincão da Faxina, por ocasião de um Encontro da Pastoral Afro-Brasileira, em Piratini, agosto de 2018. Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.	51
Figura 5 - Integrantes da comunidade quilombola Nicanor da Luz, após uma reunião da Associação. Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.	64
Figura 6 - O Sr. Nicanor da Luz, sua esposa Ana e sua filha Sandra, quando ainda eram jovens e residiam na "campanha". Fonte: Acervo do Projeto Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.	68
Figura 7 - Dona Santa e suas filhas Fabiane e Sandra, em frente à sua atual residência. Fonte: Acervo do Projeto Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.....	77
Figura 8 - Sr. Getúlio, Dona Maria, um neto consanguíneo e uma neta adotiva, em frente à atual residência. Fonte: Acervo do Projeto Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.....	81
Figura 9 - Dona Carlota em frente à sua atual residência. Fonte: Acervo do Projeto Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.	82
Figura 10 - Dona Lessi no pátio da sua casa, na qual residiram também seus pais. Fonte: Acervo do Projeto Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.....	88
Figura 11 - Dona Senhorinha em frente à sua casa, terreno herdado de seu pai. Fonte: Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.....	90

Figura 12 - Dona Lucilé e suas duas filhas, em frente à sua casa. Fonte: Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.....	94
Figura 13 - O Sr. Osmar, a esposa Cinara e três de seus quatro filhos, em frente à sua casa, após uma sessão do Centro de Umbanda N. S. Aparecida. Fonte: Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.....	97
Figura 14 - Maria Jurema, na varanda do Centro de Umbanda N. S. Aparecida. Fonte: Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.....	98
Figura 15 - Dona Zeni e Seu Darci em frente à sua residência. Fonte: Acervo do Projeto Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.....	100
Figura 16 - Rua Iemanjá. Fonte: Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.....	101
Figura 17 - Rua Dorvalino Lessa. Fonte: Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.	101
Figura 18 - Centro de Umbanda Nossa Senhora Aparecida. Fonte: Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.....	110
Figura 19 - Dona Santa tendo ao fundo parte dos santos que compõe o seu congá. Fonte: Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.....	112
Figura 20 - Crianças aguardam para receber o "conforto" na festa de Nossa Senhora Aparecida. Fonte: Acervo Pessoal da Pesquisadora.	119
Figura 21 - Gira de caboclo, em novembro de 2018. Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.....	122
Figura 22 - Festa em homenagem à Oxum, em dezembro de 2018, no Espaço Umbandista de Piratini. Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.	124
Figura 23 - Missa campal da Pastoral Afro-Brasileira, em São Lourenço do Sul. Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.	133

Figura 24 - Canto da horta de Dona Carlota Domingues da Silveira. Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.163

Sumário

Introdução	12
1. Percursos auto biográficos	21
1.1 Quem sou, de onde venho, onde estou	22
1.2 Vida social: o Clube 13 de Maio	37
1.3 A participação nas pastorais sociais: afro, da terra e da criança.	43
1.4 A influência do movimento negro em minha vida	48
2. Historicidades e territorialidades negras em Piratini	52
2.1 A presença Negra em Piratini	52
2.2 O processo de auto reconhecimento das comunidades quilombolas em Piratini	54
2.2.1 Breve digressão sobre o conceito de quilombo	54
2.2.2 As comunidades quilombolas de Piratini	56
2.3 O Bairro Cancelão	65
2.4 Êxodo rural e reterritorializações	67
2.5 Os grupos de parentesco que compõe a Associação Quilombola	72
2.5.1 Família Ulguim da Silva	73
2.5.2 Família Domingues Silveira	82
2.5.3 Família Medeiros Silveira	84
2.5.4 Família Garcia	88
2.5.5 A família Luz Garcia	94
2.5.6 A família Duarte de Freitas / Ulguim da Luz	98
2.6 A reconstituição dos vínculos comunitários	100
3. A centralidade da religião na vida comunitária	106
3.1 A matriz umbandista	106
3.1.1 Saravá, preta-velha!	113
3.1.2 Sob o manto de Nossa Senhora Aparecida	117
3.1.3 Gira de Caboclo	121

3.1.4 Nas águas de Oxum	124
3.2 A relação com o catolicismo	132
3.3 Conversão religiosa e convivência comunitária	138
4. Os saberes locais	143
4.1 Saberes de cura.....	145
4.1.1 Sobre as causas das doenças	145
4.1.2 Benzeduras: bênçãos e dons	150
4.1.3 Saberes sobre o parto	155
4.1.4 Ervas de chás e compostos	162
4.2.1 Diversidade produtiva e concepções cosmológicas.....	173
4.2.2 Os artefatos e os saberes ambientais.....	184
Conclusão	189
Referências	191

Introdução

Esta etnografia foi realizada no município de Piratini, na comunidade Quilombola Nicanor da Luz, localizada no Bairro Cancelão, distante 10 Km do perímetro urbano. Para a coleta de dados, foram necessários vários deslocamentos, devido à distância do bairro da cidade. Precisei fazer uso do ônibus circular e, por vezes, peguei carona com bolsistas e professoras do “Projeto Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas” da UFPEL e, aproveitei as reuniões mensais realizadas na associação da comunidade.

O objetivo geral da pesquisa foi identificar, reunir, registrar e analisar os saberes tradicionais, relacionados aos processos religiosos e de cura, assim como os de organização comunitária e de produção econômica presentes na comunidade de remanescentes de quilombo, foco deste estudo. Nesse sentido, os objetivos específicos visaram relacionar experiências autobiográficas com processos sócio históricos vivenciados pelas comunidades tradicionais de Piratini, como: as transformações no meio rural, o compartilhamento de saberes, a valorização e reconhecimento de grupos etnicamente minoritários, etc. Procedi, nesse sentido, a uma breve reconstituição da formação da comunidade quilombola Nicanor da Luz e suas transformações no transcorrer do tempo, dos modos de vida, das formas de sobrevivência, das relações com os territórios, assim como dos processos de identificação. O mapeamento e compreensão contextual dos saberes tradicionais possibilita, ainda, potencializar o diálogo entre os saberes tradicionais e os conhecimentos científicos, na perspectiva da intercientificidade (LITTLE, 2010), de forma a subsidiar futuros projetos de desenvolvimento sustentáveis desta e outras comunidades.

Em Piratini estão localizadas oito comunidades quilombolas. Uma já possui o Relatório Sócio-Antropológico e aguarda decisão do Governo Federal para titulação de seu território. As demais têm a certificação da Fundação Cultural Palmares e estão com a documentação de suas associações organizadas, mas aguardando estudo antropológico de seu território para o reconhecimento definitivo. A comunidade Nicanor da Luz, constituída por famílias egressas do meio rural, passou a se auto organizar a partir de 2014, recebendo a certificação da Fundação Cultural Palmares

em 2017. Aproximadamente 20 famílias fazem parte da Associação, mas nem todas as famílias negras do Bairro Cancelão fazem parte dela. Isso porque o grupo levou em conta para sua organização o território, o parentesco e a afinidade entre os componentes que se auto identificaram como quilombolas. Cabe salientar que o grupo de associados não é extático, com novas pessoas se agregando aos poucos à Associação.

Na Comunidade Quilombola Nicanor da Luz há um Centro de Umbanda denominado Nossa Senhora Aparecida, que tem como cacica uma mulher: Tia Santa, que além de cacica é benzedeira e uma liderança tradicional, sempre presente no cotidiano das famílias. Tia Santa, além de realizar rituais e benzeduras, busca preservar as tradições familiares, para que a história das mesmas não seja esquecida. Neste sentido, são reunidas as crianças, para serem a elas transmitidos os saberes trazidos dos antepassados, garantindo assim que estas memórias não se percam no tempo. Tia Santa carrega consigo uma valorosa experiência cultural manifestada através de suas práticas religiosas, no uso das ervas de chá, nos benzimentos, na realização do terço cantado e de festas religiosas, como a de Nossa Senhora Aparecida, que empresta o nome ao Centro. No entanto, cabe ressaltar que nem todos os integrantes da Associação Quilombola são umbandistas, fatores que serão detalhados em um dos capítulos desta dissertação.

A escolha do tema desta pesquisa se deu em razão de meu trabalho de assessoria com as oito comunidades quilombolas do município de Piratini/RS, e minha participação no Projeto de Extensão da UFPel “Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas”, desenvolvido neste município. Também foi importante, para a escolha do tema, minha trajetória acadêmica e profissional. O fato de ter morado durante a infância e adolescência na zona rural, interior do município de Piratini, me coloca numa relação muito próxima com as comunidades quilombolas: o trabalho na lavoura, a colheita e conservação das sementes e dos alimentos, o uso dos chás, as benzeduras, a religiosidade, a educação familiar e formal, tudo isso faz parte também das minhas vivências.

Nesse sentido, além da etnografia convencional, pude trabalhar com minhas próprias memórias, o que é inovador na antropologia brasileira, pois é um método que vem sendo usado mais nas Ciências Sociais norte-americanas (SANTOS, 2017). Como coloca Daniela Versiani (2002), a autoetnografia permite articular as experiências

individuais a processos sociais mais amplos, permitindo dar valor político e visibilidade a subjetividades associadas a grupos minoritários. Nessa perspectiva, “[...] a subjetividade é compreendida como construção dialógica em processos interpessoais que ocorrem em contextos multiculturais” (VERSIANI, 2002, p. 58)¹. Considero que essa metodologia foi apropriada porque, além de ter participado diretamente nos processos de autorreconhecimento das comunidades quilombolas de Piratini, e na viabilização de políticas públicas a elas, o diálogo com integrantes das mesmas ativa a minha própria memória de experiências vividas no passado, no meu próprio meio familiar. Fazer etnografia nesta comunidade quilombola foi significativo pela possibilidade de reviver saberes e práticas que eram realizadas pelos meus ascendentes. Nas comunidades quilombolas e, mais especificamente, a que foi foco deste estudo, percebi uma forte relação com as experiências vividas com minha família. Há uma maneira de organização social e convivência que atua de forma a proteger o grupo em que se está inserido, seja no compartilhamento de alimentos, no adoecimento ou no enfrentamento de situações de carência econômica etc. Fosse no compartilhamento de ocasiões de convivência – festas, visitas, etc. – que fortaleciam o vínculo entre as pessoas.

Versiani (2002) considera a narrativa autoetnográfica relevante especialmente para situações em que não é pertinente a distinção rígida entre sujeito e objeto de conhecimento. Pressupõe uma relação entre memória pessoal e memória coletiva, afastando-se do modelo de biografia clássica, pois esta concebe o sujeito como unitário e coerente, enquanto a perspectiva autoetnográfica parte de uma ideia de sujeito múltiplo, constituído em diversas instâncias socioculturais. É um recurso metodológico que parte da percepção de uma subjetividade historicizada e contextualizada.

Em meu trabalho com as comunidades quilombolas, percebi que estudar os saberes de comunidades tradicionais, significa compreender o “papel da cultura na vida humana, na construção da vida coletiva”, como bem escreveu Geertz (1978, p. 38). Ainda conforme esse autor, etnografar é tentar analisar as formas simbólicas ligadas aos acontecimentos sociais e ocasiões concretas do mundo público, da vida

¹ Segundo Versiani (2002, p. 68), “[...] o conceito de autoetnografia também parece produtivo para a leitura de escritas de sujeitos/autores que refletem sobre a sua própria inserção social, histórica, identitária e, em especial no caso de subjetividades ligadas a grupos minoritários, também como um possível modo de conquistar visibilidade política”.

comum, e organizar essas experiências de tal forma que as conexões entre as formulações teóricas e as interpretações descritivas não sejam obscurecidas.

Malinowski (1978, p.13), considera a etnografia como um exercício no qual o/a pesquisador/a está numa relação face a face com os coletivos observados, colhendo dados e se tornando parte do contexto em estudo. Em relação a isso, Carlos Rodrigues Brandão (2007) acrescenta que no trabalho de campo a pesquisa antropológica é uma vivência, ou seja, é o estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento, que diferentes categorias de pessoas realizam em espaços diversos do conhecimento. Ainda segundo este autor, a pesquisa etnográfica é uma experiência de trabalho realizada numa dimensão intensa de subjetividade, em que a produção do conhecimento se dá numa relação entre as pessoas, que tem uma dimensão social e onde uma dimensão afetiva se estabelece.

Nesse sentido, Geertz afirma que a pesquisa etnográfica proporciona o posicionamento do pesquisador e permite uma compreensão da interpretação que os nativos têm de suas interpretações. É uma descrição densa que serve para “traçar a curva do discurso social: fixá-lo numa forma inspecionável” (1978, p. 13). Sobre a etnografia, Roberto Cardoso de Oliveira (2000, p.15) considera que o “olhar”, o “ouvir” e o “escrever”, são momentos especiais deste processo. Ele destaca essas três etapas ou maneiras de apreensão dos fenômenos sociais. Para o autor, tanto o “ouvir” como o “olhar” não podem ser tomados como faculdades totalmente independentes no exercício da investigação. É no ímpeto de conhecer que o “ouvir” complementa o “olhar”, na medida em que está preparado para eliminar tudo o que pareça insignificante. Cardoso de Oliveira afirma que no ato de ouvir, o etnólogo exerce um poder extraordinário sobre o informante, ainda que queira parecer neutro.

Trocando ideias e informações entre si, etnólogo e nativo, ambos igualmente guiados a interlocutores, abrem-se a um diálogo em tudo e por tudo superior, metodologicamente falando, à antiga relação pesquisador/informante. O ouvir ganha em qualidade e altera uma relação, qual estrada de mão única, numa outra, de mão dupla, portanto, uma verdadeira interação. (2000, p. 21).

Jeanne Favret-Saada (2005, p. 150) sugere que é preciso o pesquisador sentir-se afetado, “não de afeto no sentido da emoção que escapa da razão, mas de afeto no sentido do resultado de um processo de afetar, aquém da representação”, para que possa se estabelecer uma relação que possibilite uma comunicação que vá além

da simples troca verbal. Aceitar ser afetado para a autora, não significa que o etnógrafo se identifique com o ponto de vista alheio, por exemplo, mas é sentir-se enfeitado pelo seu interlocutor.

O trabalho que realizo, de assessoria política junto à comunidade Nicanor da Luz, tem me colocado numa relação muito próxima à ela. Posso dizer que já foram construídos laços de amizade e de afetividade com as pessoas que compõe a Associação. A forma como sou recebida por elas demonstra que confiam em mim e isso tem me possibilitado ouvir relatos de suas experiências de vida cotidianas, com naturalidade.

A etnografia pautou-se, principalmente, na convivência cotidiana e realização de entrevistas semiestruturadas, com o foco no domínio de saberes, tentando contemplar tanto homens como mulheres. Antes da qualificação do projeto de dissertação, em 2018, já havia realizado algumas visitas à comunidade com o objetivo de realizar a etnografia. Peguei o ônibus que sai às 7 h e 30 min da cidade. Assim procedi porque Dona Santa me falou que não teria problema eu ir neste horário uma vez que na comunidade todos tem o hábito de levantar cedo, como faziam quando moravam na campanha. Ao chegar, Dona Santa estava à minha espera com um café bem gostoso e convidou-me para almoçar. Permaneci durante todo o dia na comunidade. Retornei para a cidade no final da tarde. Estas entrevistas iniciais ocorreram na sala de entrada do Centro de Umbanda local. Dona Santa me perguntou se não teria problema e eu falei que não, pois ali, não teríamos a interferência de outras pessoas, o que facilitaria a entrevista e sua gravação. Dona Santa, a primeira a ser entrevistada organizou o espaço para que ficássemos bem acomodadas, sentadas em poltronas. Na sequência de sua entrevista, ela foi chamando Dona Lessi, Dona Carlota e Dona Senhorinha. Retornei para a cidade no final da tarde.

Após a qualificação, retomei as entrevistas com as Sr^a Santa, Carlota, e Lessi pois, percebi que as entrevistas iniciais não contemplavam adequadamente os objetivos da pesquisa. Assim, foram entrevistados/as no total 04 homens - Srs. Getúlio, Gersilino, Darci, Mariozinho (Este último, a entrevista foi perdida porque, não ficou gravada no celular) - e 08 mulheres - Sr^a Santa, Senhorinha, Lessi, Maria Jurema, Carlota, Zeni, Lucilé e Maria, totalizando 09 pessoas entrevistadas na comunidade Nicanor da Luz. Com o Sr. Getulio, a entrevista foi realizada na sua casa, em parceria com Bruna, estudante do curso de Bacharelado em Antropologia, que

estava fazendo a sua pesquisa para o seu TCC sobre a comunidade. Ele trouxe também dados sobre Dona Maria, sua esposa. Com o Sr. Gersilino, realizei a entrevista na sua residência, acompanhada pela Cinara, moradora da Comunidade. Esta teve por objetivo conhecer a história de Sr. Nicanor da Luz, pois o Sr. Gersilino foi seu “filho de criação”. Com o Sr. Darci, a entrevista se deu em sua casa, juntamente com sua esposa, Sr^a Zeni. Permaneci todo o dia com eles. Com Dona Santa realizei uma entrevista no interior do Centro de Umbanda Nossa Senhora Aparecida, e as demais, foram extraídas do acervo do Projeto de Extensão “Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas”, cuja equipe vem filmando entrevistas sistemáticas com a finalidade de realização de documentários etnográficos; foi considerado excessivo a realização de entrevistas com ela sobre os mesmos temas, então ela acabou fazendo o papel de mediadoras entre eu e outros entrevistados. Com Dona Carlota, a entrevista se deu em sua casa, permaneci durante todo um dia, no qual almocei com ela. Com Dona Lessi, realizei uma entrevista e usei uma do acervo do Projeto. Da Sr^a Lucilé, usei também uma entrevista do acervo do Projeto. Do Sr. Osmar e sua irmã Maria Jurema, também foram usadas entrevistas do acervo do projeto, pois com o Sr. Osmar foi realizada uma entrevista específica para esta dissertação cujo áudio não foi passível de ser usado. Nem todas as entrevistas foram usadas na dissertação, pois algumas acabaram se revelando um pouco restritivas e não tive a oportunidade de retomá-las.

Foram várias idas à comunidade e, em cada uma delas me sentia mais “afetada”, mais querendo permanecer no lugar que se tornou muito familiar para mim. Toda vez que chegava ao local era recebida como muito carinho por todos os que foram entrevistados e também pelos que não foram. Dona Santa sempre me esperava na parada do ônibus e me conduzia à sua casa para tomar um café para depois me dirigir à pessoa que seria entrevistada. E mesmo que eu fosse retornar para a cidade no ônibus das 12h, ela me convidava para almoçar, pois já havia pedido para sua filha Sandra, para preparar o almoço mais cedo. Em geral, alguém lhe tinha doado um tipo de carne exótica e ela queria que eu experimentasse. Como as casas na comunidade são próximas umas das outras, nunca faltou alguém para me convidar para almoçar. Recebi convites para festas de família, como aniversário de Bodas de Prata e de 15 anos. Em geral, durante a pesquisa permanecia todo o dia na comunidade e uma vez precisei ficar à noite na casa de Dona Santa para retomar a entrevista com ela e

esclarecer algumas informações. Elaborei tabelas de chás com as Sr^a Carlota, Lessi e Zeni. Foi uma experiência muito interessante, porque enquanto caminhávamos por suas pequenas hortas, elas me contavam sobre a utilidade de cada planta, a forma como eram feitos os chás ou xaropes, como são conservados, como se dá a colheita e de onde foram trazidas as mudas. Havia chás de diversos lugares: do interior de Canguçu, de Capão do Leão, dos lugares onde moravam antes de mudarem para o Cancelão, retirados dos canteiros da cidade de Piratini e de vizinhos que moram no bairro. Na casa de Dona Lessi, os chás são plantados bem à beira da rua, para facilitar o acesso de quem precisa, que pode ser alguém que foi se benzer com Dona Santa e ela recomendou um de seus chás. Ao passar por sua casa, é só chegar à beira da cerca e pegar. Dona Lessi diz que a maioria ela não usa, mas que planta para doar para os vizinhos. Esses chás são plantados entre as hortaliças e flores na casa das entrevistadas.

Utilizei, para os registros da pesquisa, diário de campo, gravador do celular para gravar as entrevistas, máquina fotográfica do celular para o registro de fotos. Fiz registros de festas ocorridas no ano de 2018 do Centro de Umbanda: Festa de Nossa Senhora Aparecida, em 12 de outubro; Festa de Pretos-velhos, em 13 de maio; uma gira de Caboclo, realizada no final de outubro, no Centro em agradecimento por uma graça alcançada. E no Espaço Umbandista, localizado no Balneário Municipal de Piratini, fui à Festa de Oxum, em 8 de dezembro; Festa de Iemanjá, em fevereiro de 2019; e Festa de Ogum, em abril de 2018. Queria compreender um pouco da dinâmica religiosa e do grau de envolvimento das pessoas com a umbanda. Participei destas festas durante o período da pesquisa, com exceção a de Pai João e Mãe Maria, que sincretiza com a data da fogueira de São João, devido esta festa acontecer à noite, e também por a data coincidir com outros compromissos que exigiam minha presença, mas pude perceber sua beleza através de fotos que me foram enviadas pela Fabiane, filha de Dona Santa, que sempre fez os registros e me colocava a par do acontecimento que eu não estava presente.

Cardoso de Oliveira (2000, p.22) afirma que se o “olhar” e o “ouvir” podem ser considerados como os atos mais preliminares no trabalho de campo, é na configuração do ato de “escrever” que a questão do conhecimento se torna mais crítica. Isto porque segundo Oliveira, a textualização da cultura ou de nossas observações sobre ela, é um empreendimento bastante complexo, porque exige que

abandonemos hábitos de escrever que podem ser válidos para outros gêneros de escrita, mas não para a construção de um discurso que possa ser considerado como teoria social. Isto foi difícil para mim, acredito que seja porque não se parecia com nada do que havia escrito ou pesquisado até então, durante minhas graduações e especializações. Esta etnografia exigiu um esforço bem maior na compreensão do que os autores diziam em seus textos. Precisei abandonar hábitos de escrita enraizados em minha memória, consolidados pela minha trajetória no serviço social, em que a aplicação de formulários com questões fechadas e elaboração de relatórios quantitativos é a norma. Isso me colocou diante de obstáculos que em determinados momentos considerava intransponíveis, não conseguia dar continuidade à etnografia.

A pesquisa requer comprometimento ético o qual, segundo Claudia Fonseca (2008, p. 41), não significa omitir dados ou nomes de informantes, pois “é compreensível que o antropólogo forneça subsídios para identificar pessoas específicas, devidamente fotografadas, nomeadas e descritas”. A autora afirma que:

Colocar o verdadeiro nome produz um acréscimo nada desprezível à verossimilhança de nossos dados etnográficos. Ainda abre a possibilidade de outros pesquisadores incorporarem estes dados em estudos subsequentes do mesmo local, usando a monografia precedente como tijolo no edifício duradouro de uma história universal. (FONSECA, 2008, p. 46).

Acredito assim, que ao pesquisar sobre saberes de comunidades tradicionais, neste caso de quilombolas, é necessário revelar quem são os sujeitos, nossos/as interlocutores/as. É preciso nominar as pessoas, registrar suas falas e fotos, para garantir sua autoria e torná-las visíveis num contexto regional e até mesmo nacional. É por esta razão que faço o uso do nome das pessoas no transcorrer de todo o trabalho, com a devida autorização delas.

No transcorrer da escrita do trabalho procurei dialogar com autores da Antropologia ou Ciências Sociais que possuem reflexões consolidadas sobre temas abordados, buscando articular esse diálogo em cada capítulo correspondente.

No primeiro capítulo, apresento minha auto-etnografia, relatando sobre a minha trajetória familiar, assim como acadêmica e profissional, a partir do local de meu nascimento, no 4º Distrito de Piratini. Apresento os vários deslocamentos geográficos e sociais que acompanham essa trajetória, acentuando a participação nas pastorais sociais da Igreja Católica e movimentos sociais, no Clube 13 de Maio, na organização políticas das comunidades quilombolas de Piratini, em conjunto com a saudosa Irmã

Marisa.

No segundo capítulo, descrevo sobre a presença quilombola em Piratini, avançando para uma reconstituição de como se formou o grupo de moradores que compõe a Associação da comunidade Nicanor da Luz; os grupos de parentesco que a compõe: Família Ulguim da Silva; Família Domingues Silveira; Família Medeiros Silveira; Família Luz Garcia; Família de Dona Senhorinha – família Garcia; Família Dona Zeni e Seu Darci. Detenho-me, ainda que brevemente, na reconstituição dos vínculos comunitários após a migração do meio rural para o local e o processo de formação da Associação Quilombola Nicanor da Luz.

No terceiro capítulo, descrevo sobre a religião como central no estabelecimento de laços entre as pessoas. O capítulo subdivide-se em: a matriz umbandista; a relação da umbanda com o catolicismo; os processos de conversão religiosa para o pentecostalismo e a convivência religiosa.

O quarto capítulo fala sobre os saberes locais, dividindo-os em dois tipos: saberes de cura e saberes produtivos-ambientais. Ao me deter no primeiro tipo de saber, apresento como localmente são interpretadas as causas das doenças; detalho os saberes sobre parto, repassados pelas ascendentes; descrevo as práticas de benzimento e uso ervas de chá e compostos. Nos saberes produtivos e ambientais, descrevo as memórias sobre o manuseio da terra, concepções cosmológicas que subjazem aos saberes e práticas.

1. Percursos autobiográficos

Sou uma mulher negra, que nasceu e cresceu no meio rural, filha de família de baixo poder aquisitivo, que não teve oportunidade de frequentar a escola. Assim, o modo de ser, de organizar a vida social e produção econômica das comunidades quilombolas de Piratini, tem possibilitado sentir-me muito próxima desses grupos. Apresentar aqui minhas vivências no decorrer da formação acadêmica e profissional em diferentes momentos é me reportar a uma desafiadora caminhada de luta, empreendida em busca de melhores condições de vida. Nesta caminhada, muitas vezes me senti “uma estrangeira entre um meio conhecido”, como fala Patrícia Collins (2016, p.100). Estrangeira nos bancos escolares, universitários e no trabalho. Mas o fato de ter me sentido à margem ou não pertencente ao espaço ocupado, tem estimulado meu interesse por revelar minhas vivências, sobretudo quando em contato com outras mulheres negras. Collins (2016, p. 102) entende que um papel importante para as mulheres negras ligadas à academia, é se dedicar à produção de teorias sobre suas experiências, as quais contribuirão para elucidar o ponto de vista de mulheres negras para mulheres negras. É refletir sobre a experiência destas mulheres, a partir de sua própria história.

Collins (2016, p. 102-103) chama atenção para a importância de mulheres negras se autodefinirem e se autoavaliarem, pois este é um tema que permeia declarações históricas do pensamento feminista negro. Isto segundo a autora “[...] envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina” negra. Outro fator que Collins (p.122) destaca, é que as experiências das mulheres negras apresentam a tensão vivenciada não só por elas, mas também, por qualquer grupo de “outsiders within”² menos poderoso (homens negros, a classe trabalhadora, mulheres brancas, minorias religiosas etc.), que se defronta com o pensamento paradigmático de uma comunidade mais poderosa. Por isso, é importante mulheres negras fazerem uso criativo do lugar que ocupam na sociedade para refletir sobre sua situação a partir de diferentes olhares e pontos de vista. Isso possibilita pensar outros lugares de fala, para assim romper com a história única, contada pelo viés europeu.

² Collins usa este termo para se referir aos tipos sociais geralmente “estrangeiros” ao espaço acadêmico, mas que conseguem se inserir para dentro dele.

1.1 Quem sou, de onde venho, onde estou

Sou uma mulher negra, professora e assistente social, filha de pais negros. Minha história teve início no 4º Distrito de Piratini, local denominado Pedregal, onde nasci em uma casa de torrão, chamada de rancho, com cobertura de sapé, pelas mãos de uma parteira branca, amiga da família. Meus pais, Osvaldo e Joana, eram trabalhadores rurais e moravam em terras de terceiros, que eram brancos e proprietários, mas não eram fazendeiros. Eles foram convidados para serem meus padrinhos de batismo em casa. O pai contava como foi difícil buscar a parteira. Chovia muito neste dia e ele precisou passar à nado com a parteira na garupa o arroio Pedregal, que transbordava.

A família de meu pai era composta por sete irmãos. Ele era o mais moço. Sua mãe faleceu quando ele estava com cinco meses de idade. Segundo relatos da prima Ana Amélia³, nossa avó Ana Augusta faleceu devido ao fato de, logo após o parto, ter lavado muita roupa em arroios para os donos da fazenda onde ela trabalhava. Meu avô paterno Maurílio, que era carroceiro, ao ficar viúvo, casou novamente e foi embora do lugar. Com o falecimento da sua mãe, meu pai e os seus irmãos foram criados pela sua avó materna, com ajuda de tias e tios que moravam juntos. A casa que meu pai e a minha mãe moravam, ficava próxima da casa da família dela. A família do meu pai era toda de negros. As demais famílias que moravam próximas eram brancas. Alguns eram fazendeiros, conhecidos como os “Barbosa”, família da qual minha bisavó paterna, Lidia, foi escrava, e morava no campo deles, como me relatou Ana Amélia. Esta família convidou a vó Ana Augusta e vô Maurílio, para morarem em Pelotas, porque o vô era carroceiro (vendia lenha, transportava colheitas de vizinhos para vender) e por isso, a família da vó não gostava dele, diziam que ele era preguiçoso, pois não gostava de plantar. Dona Conceição Barbosa, dona da fazenda onde eles trabalhavam, conseguiu um trabalho para o vô Maurílio numa fábrica de chapéu em Pelotas. Ele nunca chegou no horário para trabalhar e por isso, perdeu o trabalho. Havia, ainda, perto deles, a família dos “Pinheiro”, que era proprietária de terras, mas meu pai foi trabalhar de peão, ainda pequeno, com outra família, também vizinha. Esta era a dos “Furtado”, que possuía uma propriedade menor. Quando nasci, eles foram

³ Diálogo realizado em 22 de julho de 2018, com a finalidade de realização desta dissertação.

convidados para serem meus padrinhos na religião católica. A família da mãe era de Cerro Chato, 2º Distrito de Pinheiro Machado. Ela mudou para Piratini após o casamento.



Figura 1 - Família Dutra Pinheiro reunida por ocasião das Bodas de Ouro dos meus pais. Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Para acompanhar o pai no trabalho da lavoura, a mãe dizia que me colocava dentro de uma gamela, e me levava junto. Quando eu estava próxima aos dois anos, mudamos para uma fazenda (grande propriedade de terra), local denominado Cerro Alegre, 4º Distrito de Piratini. Neste local, o pai passou a trabalhar como peão e carroceiro e a mãe, como cozinheira. A mãe já estava grávida de minha irmã, e por isso precisou ir para a casa dos pais dela, no 1º Distrito de Piratini, Cerro das Antas, para aguardar o nascimento da Delma, que nasceu também com acompanhamento de uma parteira negra e vizinha de meus avós. Esta parteira foi a mesma de minhas tias, irmãs e cunhadas da mãe, que moravam todas próximas. As mudanças que fizemos foram todas em busca de melhores condições de vida, seja no sentido econômico, de saúde ou de educação.

Moramos por vários anos na fazenda. Meu pai trabalhava como peão, cuidava dos animais (ovelhas, gado, cavalos etc) e por vezes, transportava mercadorias em carroça, para pessoas que faziam compras na venda⁴ que havia na estância. Algumas vezes eu lhe acompanhei nessas jornadas. Na venda, eram comercializados alimentos como: feijão, arroz, farinha, macarrão, batata e ferramentas para o trabalho na lavoura ou cuidado dos animais. Havia também tecidos, produtos de limpeza e higiene pessoal.

Na fazenda permanecíamos a maior parte do tempo dentro do pequeno quarto reservado para nossa família morar, o qual era “bastante escuro, com uma pequena janela e uma porta que permitia saída só para o pátio interno”⁵. A cozinha em que a mãe preparava as refeições era ampla, com uma janela grande que dava para o pátio, ao lado tinha uma dispensa com uma minúscula janela, pela qual os alimentos eram entregues para os peões que não podiam ter acesso à casa grande. Ao lado do nosso quarto morava uma tia, irmã de meu pai, que era copeira na casa dos patrões.

“Nossa casa” era unida a casa dos donos da fazenda por um pátio fechado com um muro alto, que não permitia que se visualizasse a rua. Dentro do pátio havia muitas flores, uma parreira e um gerador de luz. Na parte externa da casa, havia um terraço grande com uma espessa camada de areia, no qual não era permitido brincar, para não riscá-lo. Este era varrido no mínimo duas vezes ao dia por um senhor negro, solteiro, chamado João, que morava também na casa, como se fosse filho de criação. Esse terraço dava acesso a um pomar e a galpões onde era feita a tosa de ovelhas para retirada da lã, a qual era ensacada em bolsas de estopa para ser comercializada. No galpão eram realizados ainda outros cuidados de animais. Nestes lugares, minha irmã e eu só podíamos permanecer em companhia da mãe e do pai. Se os patrões nos vissem por perto, nos mandavam para dentro de casa, pois por curiosidade às vezes nos aproximávamos.

Passávamos praticamente todo o dia no quarto brincando em cima da cama com bonecas de pano, que uma senhora, que chamávamos de vó, fazia e nos doava. Doraci, prima, que por vezes ia ficar um tempo com nós, conta que Delma, minha irmã, era muito branquinha porque não pegava sol. Como a mãe trabalhava muito, não nos deixava sair do quarto para não atrapalhar suas lides. Acredito que ela recebia

⁴ Espécie de comércio local.

⁵ Relato da prima Doraci em dia 19 de julho de 2018, quando estive em visita a ela em Pelotas, com a finalidade de realização desta dissertação.

ordens para nos manter distantes da cozinha, onde ela passava a maior parte do seu tempo.

Com seis anos eu já ajudava a cuidar da primeira neta do casal empregador de meus pais e aos oito anos, a mãe me colocava em cima de um banquinho para ajudá-la a lavar a louça que era em grande quantidade, mas quando sua patroa percebia isso, lhe proibia de me fazer trabalhar porque eu era ainda criança e por isso segundo ela, não podia trabalhar. Almoçavam na casa, além dos vários peões, as pessoas que vinham fazer compras na venda e por morarem distante, permaneciam para o almoço. Aumentava bastante o trabalho de minha mãe durante as férias, pois os familiares de Dona Iara e Seu Oscar (donos da fazenda) ficavam alguns dias de passeio na casa deles. Minha tia que era copeira não podia ajudá-la, porque se dedicava aos afazeres mais internos da casa, segundo a ordem da patroa.

Não sei como aconteceu, mas quando me dei por conta, senti desejo de aprender a ler e escrever. Talvez porque quando a filha dos fazendeiros, que estudava no colégio São José em Pelotas, ia passar férias na casa dos seus pais, eu ficava muito perto dela, encantada observando-a estudar. Eu comecei a copiar tudo o que via escrito, com lápis que ela me dava, mas não sabia ler. Não lembro bem a idade que eu tinha, talvez uns cinco ou seis anos. Um dia, Dona Iara me viu fazendo cópias. Sim, eu copiava, mas não sabia ler. Ela então comentou com minha mãe que tinham que me ensinar a ler. No primeiro momento, Dona Iara pediu para sua filha Carmem me ajudar. Ela tentou, mas não deu muito certo. Ela não gostava de ensinar.

Um vizinho próximo à fazenda tinha uma filha que gostava de dar aulas particulares. Minha mãe conversou com ela e acertou algumas aulas. Foi bem melhor, pois aprendi bastante. Um tempo depois outro vizinho, que também era fazendeiro, contratou uma professora para dar aulas para seus filhos na casa dele. Sua esposa fez o convite para eu e minha irmã estudarmos junto. A mãe aceitou e nos levava para a aula à cavalo, pois ficava bem distante. Foram alguns meses de aula particular. Depois disso, fizemos uma prova na Escola Estadual Ponche Verde, na cidade de Piratini. Esta prova era feita com base em um parecer que amparava quem não estava matriculado no ensino regular. Eu passei para o 3º Ano. Senti-me muito feliz. Minha irmã ficou no 1º Ano.

Foi então que nossa família começou a pensar em sair da fazenda. Meu pai não foi favorável de início. Tinha medo de não conseguir nos sustentar sem o salário

que recebia naquele emprego. Também, ele não entendia porque precisávamos estudar, pois ele não havia frequentado escola e, apesar de ler apenas um pouquinho, conseguira trabalho na fazenda.

Mas como eu queria muito estudar, não teve outro jeito a não ser minha família se mudar. Meu pai e minha mãe adquiriram uma pequena propriedade no 1º Distrito de Piratini, em local denominado “Cerro das Antas”, e mudamos para lá no início do ano de 1963. Fomos matriculados numa escola próxima, na qual nossos primos já estudavam. Fui matriculada já no 3º Ano, com nove anos de idade, porém, após alguns dias o diretor chamou a mãe e disse que não dava para eu permanecer naquele Ano escolar, porque estava atrasada em relação aos colegas. Fiquei triste, mas tive que aceitar a ideia de retroceder nos estudos. Cursei até o 5º Ano nesta escola, que se chamava Escola Estadual “Serra dos Silveiras” (atualmente, E.M.E.F. Leonor Vaz da Silveira). Eu tinha admiração pelos professores e professoras, que me incentivaram muito a continuar os estudos. Percebiam que eu desejava isso, até porque, durante este período, nunca me permiti permanecer no mesmo Ano, ou tirar nota menor que meus colegas. Em geral, minhas notas eram 10 em todas as disciplinas e se ficava com nota menor que isso, chorava muito. Não descumpria nenhuma ordem, como conversar em aula, deixar de cumprir as tarefas de sala de aula ou tema, brigar com colegas. Era um tempo em que quanto mais calada a gente fosse, melhor eram as notas e o conceito de boa aluna. Desobedecer ao/a professor/a rendia vários dias de suspensão das aulas. Eu jamais faria isso, não queria que meus pais fossem chamados na escola e ouvissem reclamações e também para não perder a oportunidade de frequentar a escola.

Para frequentar a escola fazíamos um percurso de cinco quilômetros a pé. Em dias de chuva ficava bem difícil porque havia uma sanga e sobre ela, uma pinguela feita com troncos de árvores, que não nos oferecia segurança. Nos dias de muito frio era mais complicado ainda. Tínhamos pouca roupa e calçados de inverno. Usávamos chinelo tipo havaiana e meias. Como eu não gostava de faltar aula, enfrentava frio e chuva para ir à escola. Os primos que estudavam e iam conosco nem sempre queriam ir à aula nesses dias. Mas minha mãe ou tia Maria, irmã do meu pai, que de vez em quando ficava por vários dias em nossa casa, davam um jeito de me levar à escola. Minha irmã era um pouco frágil de saúde, muito magrinha e inspirava cuidados por isso, ficava em casa nos dias de chuva. Uma vez ela passou mal porque o dia estava

muito frio, caía neve e eu insisti para levá-la à escola. Ela quase congelou. Quando chegamos de volta, parecia que não reagiria. A mãe à enrolou em panos quentes, aqueceu tijolos e colocou nos seus pés, mas demorou muito a passar o frio. Levei um susto enorme, pensei que ela não sobreviveria.

O uniforme da escola era tapa-pó branco, que tinha no bolso do lado esquerdo do peito, as iniciais da escola. Ele significava para mim algo como um troféu que estava recebendo e deveria honrá-lo para continuar os estudos. O material escolar, cadernos de doze folhas e lápis, eram doados pela escola. Cuidávamos com muito carinho, colocávamos uma capa e, quando o pai ia à cidade de Piratini fazer compras de mantimentos e trazia arroz ou açúcar, transformávamos as embalagens de plástico em uma espécie de bolsa para levar o material escolar.

Volto ao momento da saída da fazenda. Quando mudamos para o Cerro das Antas, no primeiro momento fomos morar com nossos avós maternos, Agápito e Zózima, pois sua casa era bem ampla e abrigava outras famílias de uma irmã e de um irmão da mãe. Não havíamos ainda construído nossa casa na pequena propriedade de 18 hectares que o pai e a mãe haviam adquirido com a economia que conseguiram fazer durante os anos de trabalho na fazenda.

Foi um tempo bastante difícil. Com a saída da fazenda, passamos a viver do plantio da lavoura, que por vezes havia excedente na produção e conseguíamos vender alguma coisa para compra de outros produtos que não eram cultivados. Outras vezes, faltava até para o consumo. Plantava-se feijão, trigo, milho, batatinha, batata doce, amendoim, abóbora e algumas verduras. Criava-se vaca de leite, galinhas, porcos e uma junta de cavalos para puxar o arado para preparar a terra para o plantio e a capinadeira para capinar as plantas depois de crescidas. O pai plantava também de terça em terras de vizinhos⁶.

⁶ Terça é um sistema de plantio de lavouras em que o proprietário dá a terra e quem planta entrega a ele, 30% da produção.



Figura 2 - Eu, minha irmã e avós maternos. Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Quando havia queda na produção, o jeito era vender lenha ou laranja, que havia em grande quantidade no pomar da casa de meus avós. Não só o pai vendia laranjas, mas também meus tios levavam carroças de laranja para vender na cidade de Piratini. Outra opção era ir trabalhar em granjas de plantio de arroz em Santa Vitória do Palmar ou Arroio Grande. Nestes lugares meu pai, tios e primos ficavam de dois a três meses cortando arroz, para conseguir dinheiro extra para as despesas da família. Nesse período, a figura masculina adulta que ficava em casa era a do vô. As mulheres e crianças se encarregavam de cuidar da casa e dos animais. O vô tinha uma porção de terra maior que a de meu pai: 30 hectares, onde eram

cultivados os mesmos produtos que o pai cultivava. Mas ele criava ovelhas, gado para o trabalho na lavoura e para ordenha, porcos e outros animais de terreiro, como galinhas, patos e gansos. As sementes de feijão, milho, trigo ou amendoim para o ano seguinte, eram guardadas com muito cuidado num paiol, em medas⁷, forno⁸ ou surrão⁹, como relatou tio Dodo, irmão de minha mãe¹⁰. Quando matavam porco, parte da carne se tornava charque ou linguiça, que eram guardados na lata de banha, depois de fritos. O lombo também era guardado desta forma, na banha, para que quando chegasse uma visita, teria como obsequiá-la. A carne de ovelha era, da mesma forma, transformada em charque. Tinha muitas delícias na casa da vó, que eram feitas por ela e tia Ernesta (nora da vó): o pão e as broas de farinha de milho, pão de farinha de rolão ou de milho com torresmo, angu, bolachinhas de Natal, cucas, pudim de queijo, tudo feito com muito carinho no fogão à lenha, feito de tijolos com chapa em cima, ou no forno de pedra e tijolo que ficava do lado externo da casa. Quando ficavam prontos, tudo era dividido com filhos e netos (éramos 22 netos).

No Cerro das Antas, morávamos todos próximos: avós, tios/tias, primos/primas. Isso nos possibilitou vivenciar experiências muito positivas de solidariedade e amor fraterno, que se manifestava na partilha de alimentos, para que não faltasse o pão na mesa de ninguém. Havia respeito mútuo e o que os mais “velhos” falavam era lei. Percebia-se um “acordo” entre pai, avô e tio, que, pelo olhar, comandavam o grupo familiar, não permitindo questionamentos por parte das crianças ou mesmo, participar de assuntos dos adultos. O pedido de benção e beijo na mão era o cumprimento dirigido aos mais velhos, todos os dias, tanto pelas crianças como pelos adultos, principalmente ao levantar e deitar.

A vó Zózima tinha pânico de “tormenta” (temporal) e quando isso acontecia, recitava por várias vezes orações para Santa Bárbara. Lembro-me de uma que dizia o seguinte: “Santa Bárbara ainda dita, que no céu está escrito, entre cruz e água benta, abrandai as tormentas”. Fazia cruz de água benta e de sal em cima da mesa,

⁷ Medas era tipo uma pirâmide feita de trigo ou aveia, em camadas, com as espigas sempre viradas para dentro para não mofar. As espigas permaneciam assim até a chegada da trilhadeira, para trilhar os grãos.

⁸ Forno era feito com uma cobertura de cana de milho por fora e dentro colocava-se a batata doce, amendoim ou batata inglesa em camadas alternadas com terra bem apertada, de forma que não entrasse água. Na época do plantio abria-se o forno e retiravam-se as sementes para plantar.

⁹ Surrão, feito do couro do boi. Fazia-se uma bolsa costurada com fio de couro e guardava sementes de trigo, feijão, milho. Só se abria o surrão na época do plantio novamente.

¹⁰ Diálogo realizado em 07 de outubro de 2018, com a finalidade de realização desta dissertação.

tapava os espelhos e o vô “cortava” o temporal de vento, fazendo uma cruz no chão com um machado.

Em visita a tia Elta¹¹ (4 e 5/08/2018), que atualmente reside em Cachoeirinha, ela relatou que a vó e o vô eram muito unidos e que havia muito amor, respeito e diálogo entre eles. Esta tia, que é Luterana (Igreja Evangélica Luterana do Brasil - IELB), contou que fazia simpatia para curar “cobreiro”, “encalho”, “íngua” “umbigo rendido de criança” e “mostrava a criança recém-nascida para a Lua”, para não ter cólicas. Ela fazia isso repetindo as seguintes palavras: “Lua, luar, toma essa criança e me ajuda a criar”. Repetia este gesto por três vezes e a criança ficava tranquila. Tia Elta contou também que o vô Agápito mantinha uma cabeça de boi com grandes guampas colocadas sobre a porteira da entrada da sua chácara, virada para a morada do inimigo, para evitar maldades que ele pudesse lhe fazer. Havia próximo um vizinho que o vô não gostava e por isso, se protegia.

Na casa do vô, mais precisamente na sala de visitas, se encontrava um *congá*¹², como ele chamava, com imagens de caboclos e pretos-velhos ao redor do qual formávamos uma roda (“corrente”) para receber a chegada das entidades, com cantos da Umbanda. O vô e a vó eram médiuns. Era o momento de agradecer e pedir por nossa saúde e por uma boa colheita de alimentos. Isso ocorria uma vez por mês. Também frequentávamos uma terreira que ficava a uns quinze quilômetros de nossa casa, na localidade de Passo do Caneleira, interior do município de Piratini.

Quando adoecíamos, era hora de nossas mães ou avós pegarem as ervas da mata e prepararem os xaropes ou chás. Mesmo porque, ficava difícil ir até a cidade de Piratini para consulta médica, pois o meio de transporte mais utilizado era a carroça. Também utilizavam benzeduras para “mau olhado”, “encalho no estômago ou intestino”, “espinhela caída” e “quebranto”. Como meio de comunicação, minha vó utilizava um espelhinho. Em dia de sol, quando precisava chamar pelos(as) filhos(as) ou netos(as) que não estavam próximos a ela, ia até um lugar estratégico e acenava com o espelho. Pelo reflexo, sabíamos que ela queria nos falar algo importante.

Moramos por cinco anos na casa do vô. Nesse período a mãe ficou grávida e veio meu irmão Adão Haroldo. Ele nasceu na cidade de Piratini, mas assim como eu e minha irmã, com ajuda de uma parteira branca que trabalhava no hospital da cidade.

¹¹ Diálogos realizados em 04 e 05 de agosto de 2018, com a finalidade de realização desta dissertação.

¹² Termo usado na umbanda para referir o altar onde ficam as imagens das entidades, santos e outros artefatos rituais.

A mãe não quis ir para o hospital e ela foi atendê-la em casa. Passado um tempo o pai, com apoio de meus tios, construiu um rancho de pau-a-pique e barreado, e mudamos para nossa casa. Morava junto nossa tia avó Edelvira, irmã de minha avó paterna. Ela ajudou a criar meu pai após o falecimento da mãe dele e, com o nascimento de meu irmão, foi morar conosco para auxiliar a mãe no cuidado deste. Ela nos ajudava no trabalho da lavoura e no cuidado dos animais e, por vezes, nos levava à escola, quando nossos primos não podiam nos acompanhar.

Eu não gostava de trabalhar na lavoura, mas o pai me levava para ajudar no plantio, na capina e colheita. Minha irmã, por vezes, também ia junto para auxiliar na troca de linha, uma espécie de baliza feita com uma corda de náilon, usada para separar as valas para o plantio. Enquanto eu plantava o feijão, o pai plantava o milho, na mesma lavoura. Depois da colheita do trigo, nós (eu e minha irmã e a tia-vó que morava conosco) íamos à lavoura colher o restolho (resíduo) que ficava do trigo na lavoura, para vender. Assim, conseguíamos alguns trocados para ajudar na compra de perfumarias ou algo necessário para a casa. A colheita maior era vendida para conseguirmos recursos para adquirir outros alimentos. A palha do trigo se usava para encher os colchões, que eram renovados anualmente. A mãe aproveitava a palha, também, para fazer chapéu para nos proteger do sol quando estávamos no trabalho da lavoura durante o verão.

Para aumentar a renda, lavávamos na sanga e passávamos com ferro à brasa muita roupa para uma família, que tinha um armazém não muito distante de nossa casa. O pagamento era muito pequeno, mas dava para comprarmos algumas gulodices e maquiagem. Na verdade, o valor recebido ficava todo no próprio armazém. Era como uma troca.

Essa realidade me fez pensar na possibilidade de conseguir emprego, para auxiliar nas despesas da família. Entusiasmava-me quando íamos à cidade e via minhas primas trabalhando em casa de família. Elas podiam comprar suas roupas e sapatos, participar de festas. Eu acreditava, ainda, que se eu conseguisse um trabalho, poderia inclusive continuar os estudos, pois havia parado de estudar após concluir o primário, porque para continuar teria que morar na cidade. Isso o pai não aceitava, tinha medo que “me perdesse”¹³. Ele pensava, ainda, que não havia

¹³ Se perder, aqui, no sentido moral, seria começar a ter um comportamento considerado inadequado, que resultasse, por exemplo, em uma gravidez sem casamento.

necessidade de eu sair de casa, que precisava ajudá-lo na lavoura. Estudar, para ele, não era tão necessário. Entendia que eu havia estudado o suficiente, pois concluíra o 5º Ano. Contudo, após muita insistência, ele me permitiu fazer o Exame de Admissão ao Ginásio, mas já na terceira chamada e não consegui aprovação.

Tempos depois, um casal de tios, primos e duas tias solteiras por parte do pai, que moravam na cidade em Piratini, mudaram para Pelotas em busca de melhores oportunidades de emprego. Numa de suas férias, tia Tida, irmã do pai, veio passar alguns dias conosco, no Cerro das Antas, e me convidou para ir embora com ela, para trabalhar e continuar os estudos, como eu queria. Eu ia fazer vinte anos e, por isso, o pai, embora preocupado, concordou que eu fosse. O pai chorava muito, a mãe e eu também. Mas não tinha outro jeito, eu estava decidida a ir embora. Mudei para Pelotas. Fui trabalhar e morar numa casa de família que minha tia havia arrumado. Não dei conta do trabalho que era muito: limpar a casa, lavar roupas, passar, cuidar das crianças e cozinhar. Além disso, a casa era enorme e as dependências de empregada ficavam fora do contexto da casa. Eu praticamente não dormia, porque sentia muito medo. No primeiro fim de semana fui passar com meus tios e relatei para eles o que eu estava passando. Eles perceberam que eu não ia conseguir dar conta de tanta coisa e não me deixaram continuar naquele lugar. Logo uma de minhas primas conseguiu outro trabalho no mesmo edifício em que ela trabalhava. Nesse eu só cozinhava e arrumava a cozinha, porque tinha uma copeira, que dividia as dependências de empregada comigo. Eu não tinha acesso ao restante do apartamento. Meu espaço se limitava à cozinha e área de serviço. Fiquei quinze dias neste local, pois um casal de Piratini, Seu Adir e Dona Tereza, me procurou para trabalhar e morar com sua filha Izabel e os avós dela em Pelotas. Como minhas primas já haviam trabalhado com familiares desta mesma família, me incentivaram a ir morar com eles. Nesta família me senti melhor. Não tinha muito trabalho e eu dormia no quarto com Izabel. Passados dois anos, ela concluiu sua formação no curso de Letras na UCPel e voltamos para Piratini.

Meus pais e meu irmão já estavam morando na cidade de Piratini. Havia comprado uma casa e mudaram. Essa mudança se deu porque minha irmã também havia saído de casa para trabalhar como doméstica. Nós ajudávamos no trabalho da lavoura e o pai não tinha condições financeiras para pagar alguém para trabalhar com

ele. Por isso, entendeu que seria melhor mudar para a cidade. Contudo, eu e minha irmã continuamos morando com as famílias com as quais estávamos trabalhando.

No começo do trabalho com a família de Izabel eu era responsável pela limpeza e organização da casa, lavar e passar roupas e, alguma vez, cozinhava. Izabel casou e passei a trabalhar com ela. Continuei morando com os pais dela e dormia no quarto ao lado de Dona Cristina, vó de Izabel, que havia ficado viúva antes de voltarmos de Pelotas. Neste período, eu visitava minha família somente aos domingos à tarde.

O marido de Izabel é veterinário e foi nomeado para trabalhar nesta função em Arvorezinha, no norte do estado do RS. Com a nomeação de João Manoel, Izabel precisou acompanhá-lo e me levou junto. Meus pais foram contra minha ida embora, mas eu optei por acompanhar o casal. Ficamos uns três meses lá. Tudo era estranho naquele lugar. Izabel e eu chorávamos muito. Toda vez que saía à rua, percebia que as pessoas me olhavam com estranheza. Um dia, ao passar por uma quadra de futebol onde estava acontecendo uma aula de educação física, observei que professor e alunos pararam e ficaram me observando, como que desconfiados. Quando ia ao supermercado ou padaria acontecia a mesma coisa. Até que alguém resolveu me perguntar o que eu fazia e porque estava lá. Devido Izabel ser professora, pensaram que eu também era. Não era comum alguém ter empregada doméstica, falaram eles. Era um município que tinha se emancipado à pouco e a população era de origem basicamente alemã e italiana. Negros não se via por lá, a não ser quando chegavam como motoristas de transportadoras. Acredito que isso contribuiu para estranharem minha presença no local. Cheguei a pensar em continuar os estudos naquela cidade, mas como Izabel logo engravidou, ficou difícil para viajar. Com isso, ela e eu voltamos para Piratini.

No retorno, continuei a morar e trabalhar durante todo o dia na nova casa que Izabel e João Manuel alugaram. Cuidava da casa, lavava roupas, passava e cozinhava. Com o nascimento da primeira filha do casal, ajudava ainda no cuidado dela. Levantava cedo para fazer o café e auxiliar Izabel a se organizar para o trabalho na escola. Ela havia sido nomeada para trabalhar como professora na rede estadual de ensino. Com a chegada da menina, eu não consegui dar conta de todo o trabalho e Izabel contratou uma babá para cuidar dela. A partir daí, passei a ficar com minha família nos finais de semana. Saía do trabalho no sábado à tarde e retornava no

domingo. No período de férias de verão, acompanhava a família de Izabel durante o veraneio na praia do Cassino, em Rio Grande. Lá, da mesma forma, realizava todas as atividades da casa. À tardinha ou à noite, saía para passear na avenida ou à beira da praia.

Em 1976 retornei aos estudos em Piratini. Matriculei-me na Escola Estadual Ruy Ramos, que na época era a única da cidade que oferecia os anos finais do 1º Grau à noite. Como eu havia frequentado um curso supletivo quando estava em Pelotas e obtido aprovação em algumas disciplinas, concluí em um ano os estudos do 1º Grau nesta escola e fui cursar o 2º Grau na Escola Estadual Ponche Verde. Cursei Técnico em Contabilidade. João Manoel e Izabel construíram uma casa e eu fui morar com eles. Continuei desenvolvendo as mesmas atividades de antes, só que numa casa bem maior do que a anterior, o que me exigia mais agilidade e organização para dar conta de todas as atividades que realizava e ainda estudar. Com o término do 2º grau em 1980, decidi prestar vestibular para obter uma formação universitária. Contou para minha decisão o apoio de alguns(mas) professores(as) e de um colega inspetor de polícia, que era muito meu amigo. O primeiro vestibular foi na Universidade Federal de Pelotas, para o curso de Nutrição, mas não consegui aprovação. No ano seguinte, 1981, fiz vestibular na Universidade Católica de Pelotas. Escolhi, como primeira opção, o curso de Serviço Social e fui aprovada.

Encontrei dificuldade para sair do trabalho e ir embora. Deixar a família que eu acompanhava há 9 anos e minha própria família foi bem doloroso. Mais uma vez, meus pais choraram muito a minha saída. Mas o sonho de continuar os estudos foi mais forte. Sofri bastante, porque em Pelotas não encontrava trabalho fixo. Precisei trabalhar como faxineira para conseguir pagar o aluguel de um apartamento que eu dividia com um grupo de colegas, estudantes de Piratini. Na época em que saí de Piratini, empregada doméstica não tinha direito a 13º salário. Sai de férias, recebi o pagamento mensal e investi num curso pré-vestibular em Pelotas durante um mês e fiquei sem dinheiro. Voltei das férias, trabalhei mais um mês e saí da casa em que trabalhava só com o salário do mês, que não permitiu meu sustento por muito tempo. Levei comigo um colchonete, algumas roupas e cobertas. Fiquei três meses morando com os colegas. Uma amiga me sugeriu morar com uma família, que eu não precisaria pagar o aluguel, mas em troca, teria que cuidar da casa. Paralelo a isso, fazia faxina em outras casas. Não consegui ficar mais que oito meses neste lugar, porque me

entristecia muito ver a dona da casa bater no filho de cinco anos, de madrugada, porque ele fazia xixi na cama. Preferi sair e alugar casa.

Consegui uma vaga de trabalho numa lancheria instalada dentro da Santa Casa de Pelotas, onde trabalhava minha prima Anadir. Recebia um salário mínimo. Com isso, pude alugar uma casa, que dividia com uma senhora que havia separado do marido. Novamente não consegui ficar por muito tempo, porque ela sofria de depressão e era alcoólatra. Mudei outra vez. Fui morar com uma prima. Um tempo depois, tia Tida e também meu irmão foram morar comigo. Eu não estava mais trabalhando na Santa Casa, mas sim como bolsista da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), recebia meio salário mínimo e para complementar a renda, voltei a fazer faxina e vendia bijuterias por catálogo. Dividia as despesas com meu irmão, que estava cursando Jornalismo na UCPel, e a tia Tida. Ela trabalhava como doméstica e ele capinava pátio para contribuir no aluguel e alimentação.

Precisei trocar o curso de Serviço Social no terceiro semestre deste, porque era diurno, pelo de Licenciatura em Ciências Sociais, que era noturno. Eu havia conseguido o Crédito Educativo Federal, mas precisava me manter e o trabalho na lancheria era durante todo o dia. Minha família não tinha como me ajudar nas despesas de moradia e alimentação, pois na cidade em Piratini, meu pai trabalhava na construção civil, como servente diarista, ou nas empresas de plantio de pessegueiros, no interior do município. Por essa razão, para me sustentar até o final da graduação em Ciências Sociais, eu trabalhei como bolsista da UCPel e como faxineira. Após o término do curso, em 1987, por estar desempregada, retornei para Piratini. Logo surgiu um teste para trabalhar como secretária no hospital eu fiz e passei. Fiquei em 1º lugar e trabalhei por quase dois anos no único hospital do município, no setor de contas médicas. Como secretária do hospital eu precisava ir semanalmente à Pelotas para buscar as autorizações de internações hospitalares e, ao final de cada mês, ia a Porto Alegre entregar o faturamento das contas médicas no INSS. Neste período, fiz concurso para a rede estadual de ensino. Aprovei e fui nomeada para trabalhar como professora do 1º Grau. No mesmo período, fui convidada para trabalhar na Prefeitura de Piratini, na Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, no Cargo em Comissão de Serviço de Assistência Social e após, para o Cargo em Comissão de Chefe do Serviço de Saúde. No período em que trabalhei na Prefeitura, conheci muitos lugares do interior do município, principalmente o 3º Distrito,

quando acompanhava a busca de pacientes para serem levados à internação e consultas especializadas em Pelotas. Acompanhava a equipe da Unidade Médico Odontológica da Unidade Móvel em atividades em todos os distritos. Após quatro anos de trabalho nesta Secretaria, eu pedi demissão e fui convidada para trabalhar na APAE, no setor de serviço social. A diretora me fez o convite porque quando eu estava na SSBES havia apoiado e participado do processo de implantação desta instituição junto com o Prefeito, Secretário de Saúde e um grupo de pais e mães com filhos(as) deficientes. A partir daí, percebi que era necessário retornar à UCPel para dar continuidade e concluir o curso de Serviço Social, isso no ano de 1993. Trabalhava como professora na rede estadual e na APAE durante o dia, e à noite, viajava para Pelotas diariamente para concluir os estudos. Atuei como coordenadora de área do Movimento de Alfabetização de Adultos (MOVA) do ano 2000 a 2002, que tinha como base uma metodologia de trabalho específica, adaptada às necessidades e aos interesses dos(as) alunos(as), voltado não só à aquisição e domínio da leitura e da escrita, mas também para a formação de cidadãos ativos e participativos. Após dez anos de trabalho na APAE, pedi demissão em 2002 e continuei trabalhando como professora na rede estadual de ensino. Por solicitação judiciária, elaborei diversos estudos sociais, para processos de adoção, guarda de menores, e encaminhamentos ao Benefício de Prestação Continuada para deficientes ou idosos(as).

Meu pai faleceu no final do ano 2000, com 78 anos, e a mãe, em 2009, com 79 anos. Minha irmã casou em 1983, trabalhou como funcionária do município como merendeira e o marido, em serviços gerais. Têm dois filhos, um formou-se em Técnico Agrícola, mas trabalha em Gravataí numa montadora de automóveis e o outro, cursou Administração de Empresas, trabalha em Piratini numa empresa de secagem e armazenamento de grãos. Meu irmão, após formar-se em Jornalismo, foi morar em Santa Catarina, casou com uma Jornalista. Atualmente coordenam uma empresa de prestação de serviços de imprensa para diversas empresas daquele Estado. Têm dois filhos ainda pequenos, de 10 e 5 anos.

Finalizo, então, a narrativa da minha trajetória familiar, e passo a expor alguns caminhos que me levaram ao envolvimento político com outros coletivos negros do município no qual nasci, me criei e ainda resido.

1.2 Vida social: o Clube 13 de Maio.

Com a mudança de minha família do interior para a cidade de Piratini, devido eu e minha irmã termos ido morar em “casa de família”, passamos a frequentar a Sociedade Recreativa e Cultural 13 de Maio, local destinado à sociabilidade somente de pessoas negras. Esta Sociedade surgiu porque brancos(as) e negros(as) não podiam se divertir no mesmo espaço. As pessoas negras faziam suas festas em garagens, ou em casas das próprias famílias. A razão encontrada para justificar porque os(as) negros(as) não podiam participar de festas na Sociedade Recreativa Piratiniense foi de que era uma questão cultural, resultante do racismo, que embora negado, estava naturalizado nos costumes da cidade. Havia a crença de que por sentirem-se discriminadas, as pessoas negras não procuravam se associar à SRP, pois sabiam que teriam que passar por constrangimentos e transtornos desnecessários.

Assim, em 1962, o senhor Mário Alpuim, primeiro vereador negro de Piratini, através de projeto de lei encaminhado à Câmara de Vereadores, solicitou do governo do estado a cedência da casa de Siá Clara, para que fosse implantada ali a Sociedade Recreativa e Cultural 13 de Maio. Descendente de família escravizada que havia falecido, por ser solteira e não ter herdeiros, sua casa havia passado ao domínio do Estado. Esta Sociedade surgiu então, como uma resposta à impossibilidade de negros(as) participarem da única associação recreativa constituída na cidade de Piratini, a SRP (fundada em 1915). A partir de então, durante o carnaval, a diretoria, a rainha e a corte de um clube passou a visitar o outro. Quando chegavam os visitantes, os sócios de cada clube afastavam-se e deixavam a pista liberada para a apresentação de quem estava chegando. Era uma integração de poucos minutos, mas pela curiosidade de minimamente participar dos bailes do Piratiniense ainda que por alguns instantes, o jeito era fazermos parte da corte da rainha. Por isso minha amiga Inara e eu, nos carnavais, organizávamos um bloco com um grupo de amigas e amigos, para fazer parte da corte da rainha. Assim, podíamos dar uma voltinha rápida no “clube dos brancos”. Era uma forma de desafiar a ordem, de não aceitar a discriminação racial, ainda que não soubéssemos nos posicionar em relação a isso.



Figura 3 - Prédio antigo da Sociedade Recreativa e Cultural 13 de Maio, também conhecido como Senegal. Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Desde o início de sua fundação, a Sociedade 13 de Maio foi palco de vários tipos de festas, como baile de sócios no mês de agosto, escolha da Rainha da Primavera, bailes carnavalescos, para os quais eram apresentadas diversas candidatas e a que vendia mais votos tornava-se rainha, e com essa arrecadação fazia sua fantasia. Eu concorri uma vez, mas tinha vergonha de vender os votos e perdi para outra candidata. Na época, as rainhas faziam a entrada no clube acompanhadas de princesas ou duques. Eu fui uma destas princesas, acompanhei uma amiga que foi rainha. Havia os bailes de Natal e Ano Novo, baile de Páscoa, Festa Junina, jantares. No final dos anos 80 e início dos anos 90, houveram bailes de debutantes e todos os finais de semana, havia reuniões dançantes com discoteca. A diretoria do clube organizava excursão no carnaval e levava a rainha, corte e acompanhantes, para promover a integração com clubes negros de Canguçu e Pinheiro Machado, municípios vizinhos, e recebia visita deles também. Minhas amigas e eu nos mobilizávamos para que logo o ônibus estivesse lotado.

Em meados dos anos 80, foi aberta uma discoteca na cidade, no prédio onde funcionou o antigo Cine Piratini. Esta discoteca foi frequentada por um expressivo número de pessoas, tanto brancas como negras, de várias faixas etárias. Isso causou o esvaziamento dos dois clubes sociais nos finais de semana. Na referida discoteca, negros e brancos podiam dançar, brincar, namorar, não importando a cor da pele.

A SRC 13 de Maio, até final dos anos 80, foi um espaço extremamente conservador. Nem mesmo nos bailes carnavalescos era permitido as moças dançarem de roupas muito curtas, decotadas ou barriga de fora, bermudas etc. Se alguma moça insistisse, era expulsa da sociedade e a família recebia uma cartinha comunicando seu afastamento. Era preciso ter “modos” (não dançar de forma provocativa para os rapazes ou com eles) para permanecer no clube. Outro motivo que causava expulsão era dançar com um moço branco.¹⁴ A diretoria chamava a moça que causasse esse “desrespeito” na secretaria e dava a ela mais uma chance. Se ela insistisse no “erro”, era mandada embora e em geral não retornava mais. Contudo, é possível entendermos hoje que havia no interior do clube uma dimensão profundamente afirmativa da comunidade negra local, baseada em valores e costumes da época, onde prevaleciam os laços de amizade e de solidariedade entre familiares, amigos ou sócios.

As moças da época só podiam frequentar os bailes no clube, mesmo que fossem de maior idade, acompanhadas por pai e mãe que deveriam ser legalmente casados. Poderiam também ser acompanhadas por outro casal, desde que estivessem inseridos nos critérios mencionados. Mães solteiras ou filhas delas estavam proibidas de se divertirem nesta Sociedade. As famílias recebiam convite por escrito para participar das festas do Clube. Meu pai fez parte da diretoria por vários anos, isso facilitava para que nossa família participasse das festas todos os finais de semana.

Dona Iracema Rodrigues, uma antiga associada, nos contou, durante uma visita a ela, que tinha o sonho de ser rainha, mas que não podia concorrer ao título porque seus pais não eram casados perante a lei. Para satisfazer sua vontade, eles decidiram casar e ela pôde então receber o título de primeira rainha da primavera. Com o casamento, seu pai pôde também fazer parte da diretoria do clube.

Retomando o relato sobre a reabertura do clube, após o fechamento da boate, a diretoria da SRC 13 de Maio decidiu receber em suas festas não somente pessoas negras, mas também brancas. A fama das boas festas no “clube dos morenos”, como era chamado o 13 de Maio, se espalhou pela região e o clube se mantinha lotado aos

¹⁴ Desde a fundação até 1985, só podia entrar brancos na SRC 13 de Maio, se fosse componente de algum conjunto musical contratado para animar as festas do clube, ou algum amigo dos sócios que às vezes entrava para tomar uma bebida. Se algum deles convidasse alguma moça para dançar, não era permitido. Se fora do clube isso acontecesse, também a diretoria ficava de olho.

finais de semana e feriados. Quando os feriados eram na sexta-feira ou na segunda-feira, eram três dias de baile. Eu participava de todos. Foi uma época muito boa no clube. Neste período foi muito tocada uma música que tinha por título “Canto para o Senegal”, da Banda Reflexu’s. Daí, o clube recebeu o apelido de “Senegal”, como a maioria de seus frequentadores o chama ainda hoje. E devido a maioria dos frequentadores ser negro, esse apelido fazia uma alusão ao país africano que assim é denominado.

O clube tem para nós, negros e negras de Piratini, filhos(as) ou netos(as) daqueles que foram seus primeiros sócios e diretores, um valor simbólico muito grande. Nele passamos nossa juventude, ao lado de nossos pais e mães, tios(as) e amigos(as) que fizeram parte de sua diretoria e de momentos de diversão. Pode-se dizer que o Clube foi também um espaço de educação, de formação de valores, em que aprendemos a respeitar as outras pessoas e construir laços de amizades, que permanecem ainda hoje.

Neste local estão guardados muitos documentos, fotografias, fichas de sócios, cartinhas que eram encaminhadas aos pais das moças, informando sobre os motivos de seu afastamento da Sociedade, quando isso acontecia. Não restam dúvidas que essas atitudes tomadas por parte da diretoria, em relação às moças que frequentavam o clube, eram bastante severas, mas que revelam a forma de educação que era passada de pais para filhos, com a intenção de cuidado, pois consideravam os filhos como sagrados. Acredito que os documentos existentes no clube são todos importantes para organizar um trabalho que possibilite melhor conhecer a história e formas de organização e resistência das famílias negras do município de Piratini.

Pelo valor simbólico apresentado aqui, penso ser de grande importância o reconhecimento da SRC 13 de Maio como patrimônio cultural da comunidade negra deste município, para que nesse espaço possam ser realizadas atividades culturais e de reflexão sobre a história e cultura, não só de pessoas negras do município, mas também do país e do Continente Africano, como forma de valorização da própria identidade. Com isso, estaríamos contribuindo para um melhor entendimento e valorização sobre as ações afirmativas.

No início dos anos 2000, faleceu o presidente da SRC 13 de Maio, Sr. Alvarino Pedra. Ele estava à frente da diretoria há vários anos. Com isso, foi montada uma comissão para administrá-lo, mas não deu certo e o Clube foi alugado para terceiros,

que acabaram com o regime de sócios. Com o surgimento do movimento pela revitalização dos clubes sociais negros, surgido no Estado, mais efetivamente a partir de 2003, fui convidada a participar, por integrantes da diretoria do Clube Fica Ahi Pra Ir Dizendo, da cidade de Pelotas. Participei de um encontro, e acreditei que uma das saídas para reabertura do Clube 13 de Maio seria fazermos parte das reflexões a este respeito. Convidei alguns amigos e participamos de vários encontros em Jaguarão, Rio Grande e Pelotas. Montamos uma comissão pela reabertura do Clube. Em reuniões do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Piratini, que havia sido implantado no município, decidimos formar um grupo para administrá-lo. A partir de então, buscamos informações sobre como refazer o Estatuto da Sociedade, para adequá-lo às normas vigentes e formar uma diretoria. Fizemos uma eleição e, eu fui escolhida para ser a vice-presidente, posição que ocupo desde 2012, assim como o presidente que também não mudou.

Com o tempo, a sede da SRC 13 de Maio precisou ser ampliada e a casa de Sia Clara, prédio histórico de arquitetura colonial, antiga sede do Clube, foi substituída por uma sede nova, pois, a anterior não comportava mais o grande número de frequentadores. A partir deste momento, o prédio antigo era utilizado como boate nos finais de semana e o novo, para bailes especiais ocorridos somente aos sábados. Atualmente o prédio antigo está desativado, suas paredes e madeiramento ruíram e o telhado caiu. Pelo importante valor simbólico que o Clube tem para nós negros e negras de Piratini, gostaríamos de vê-lo reconhecido como patrimônio cultural. Sua diretoria continua sendo composta somente por pessoas negras. É uma forma de resistência, para não perder o espaço conquistado com muita luta e, para ali, reviver e contar suas histórias.

A partir de sua reabertura em 2012, temos nos empenhado na realização de reuniões dançantes e eventos de reflexão sobre a história e cultura afro-brasileira, por ocasião do aniversário do Clube ou na Semana da Consciência Negra. Realizamos também o concurso de escolha da Mais Bela Negra. As reuniões dançantes já não ocorrem mais com a mesma frequência. Acreditamos, no entanto, que a SRC 13 de Maio é um patrimônio cultural que contribui para o processo de identificação das famílias negras de Piratini. É nossa principal representatividade e nos permite conhecer através de seu acervo documental os referenciais do passado e, costumamos dizer, até suas paredes contam a história de nossa juventude, de nossas

famílias. Hoje Continuo integrando a comissão de organização de eventos alusivos à Semana da Consciência Negra na SRC 13 de Maio.

Em meados dos anos 1980, surgiu outro espaço de diversão e resistência negra em Piratini. Um grupo formado por homens e mulheres negras de Piratini se reuniu com o objetivo de fundar o Centro de Tradições Gaúchas Negrinho do Pastoreio (CTG). Meu pai fez parte deste grupo e da primeira diretoria. A ideia do CTG surgiu porque o filho de uma professora negra foi impedido de frequentar o CTG 20 Setembro, que só aceitava pessoas brancas em seu quadro social. Mesmo que fosse componente de um grupo de dança gaúcha, não podia participar de bailes no referido CTG. Assim, após algumas reuniões surgiu a primeira diretoria do CTG Negrinho do Pastoreio. Por várias vezes eu compus a diretoria, na condição de secretária, vice-patroa ou mesmo como patroa. Esta instituição, assim como a SRC13 de Maio, no passado, se fundamenta em princípios conservadores, com regras estabelecidas pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG)¹⁵. Para participar dos fandangos, era preciso estar devidamente pilchado e estar atento às regras de comportamento. O CTG não conseguiu se adequar às exigências do Corpo de Bombeiros e paralisou suas atividades em 2013.

As mesmas regras que regulamentavam os clubes sociais e CTGs na cidade também eram utilizadas nos salões de bailes (bailantas), situadas no interior do município. No 3º Distrito de Piratini, local denominado Rodeio Velho, por exemplo, havia uma bailanta que frequentamos por diversas vezes. Nesta, os bailes mensais aconteciam da seguinte forma: no sábado era o “Baile das Rosas Brancas” e, no domingo, era o baile da “Miss Mulata”. No primeiro só podiam dançar pessoas brancas e no segundo, só pessoas negras. Os dois bailes aconteciam no mesmo final de semana, para aproveitar o conjunto que vinha sempre de outro município da região.

Era um espaço pequeno e sempre estava cheio de gente. Iam excursões da cidade de Piratini, do interior, do município de Canguçu, Pelotas e outros município da região. Ficava apertado para dançar e isso facilitava as brigas, porque sempre alguém pisava nos pés de outros e a confusão se formava. Mas logo tudo se acalmava, porque os seguranças e mestres-salas desfaziam as brigas e o baile seguia animado. Como trabalhávamos em casa de família, às vezes não tínhamos tempo

¹⁵ MTG- órgão disciplinador das atividades de seus filiados; dedica-se a preservação, resgate e desenvolvimento da cultura gaúcha, de natureza nativista, cívica, cultural, artística e folclórica. Disponível em www.mtg.org.br/historico/210.

para nos maquiar para o baile. Primeiro precisávamos organizar o jantar, para depois sairmos. Por isso, muitas vezes minha irmã, nossa amiga Inara e eu nos maquiávamos embaixo do poste de luz, enquanto aguardávamos o ônibus para nos levar. E tudo se transformava em festa. Nos bailes, não podíamos dizer não para o moço que nos convidasse para dançar (dar “carão”) e se assim fizéssemos, nos mandavam sair do salão. Outra regra interessante, era a proibição de dançar de calça de brim ou de qualquer outro tecido. As mulheres só tinham permissão para dançar de saia ou vestido.

Uma das vezes que fomos ao baile na referida bailanta, o segurança que estava na porta não deixou meu pai, minha irmã e uma prima entrar, porque segundo ele, eles eram brancos e não podiam dançar em baile de negros. Minhas amigas e eu, pudemos ficar para o baile, porque tínhamos a cor da pele mais escura. O pai discutiu com o segurança, explicou que não era branco, e que ia voltar com todas nós porque ele era responsável pelo grupo, mas o segurança insistiu que ali ele não ia ficar. Por fim, o pai, minha irmã e minha prima, voltaram para o ônibus e nós fomos para o baile. Um dos seguranças do baile, Sr. Netinho (atualmente integrante da comunidade quilombola São Manoel), é irmão de uma prima nossa e resolveu o problema. Esclareceu para Seu Graciano Ulguim, dono do salão, que conhecia nossa família e sabia que o pai não era branco, embora tivesse a cor da pele clara. A partir daí, não houveram mais esses incidentes. Estes bailes eram intensamente frequentados por pessoas das comunidades quilombolas Colônia São Manoel, localizada no 1º Distrito, e Nicanor da Luz, pois vários integrantes desta vieram daquelas imediações.

1.3 A participação nas pastorais sociais: afro-brasileira, da terra e da criança.

No final dos anos 1990, fui convidada pela Irmã Mariza, religiosa Católica da ordem das Filhas da Imaculada Conceição, para participar de um encontro da Pastoral Afro¹⁶, que iria acontecer em São Lourenço do Sul. Na época eu estava cursando Serviço Social na Universidade Católica de Pelotas e a Irmã, para me convencer de

¹⁶ A Pastoral Afro é um organismo da Igreja católica, ligado a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). “Esta pastoral objetiva à luz da fé católica, valorizar as características da cultura dos afro-brasileiros e atuar frente às necessidades e desafios sociais os quais os/as negros/as estão expostos dentro da sociedade, enfrentando discriminação, preconceito, desigualdade, racismo, falta de oportunidade e estigmatização”. Disponível em cnbbsul3.org.br/pastoraissetores/pastoral-afro-brasileira.

acompanhá-la, me disse que para eu ser Assistente Social, teria que saber trabalhar com os negros. Fiquei surpresa porque, até então, não tinha ouvido falar em direitos diferenciados para pessoas negras. Senti-me curiosa e acompanhei a Irmã, que era liderança da Pastoral Afro, em Piratini. Desde então, passei a me dedicar de forma voluntária ao desenvolvimento de atividades no município, voltadas à história e cultura afro. Fiz parte do Coletivo Estadual de Educadoras Negras Católicas e Irmã Mariza representou o coletivo de Religiosas Negras Católicas do Estado.

Diversas atividades organizamos juntas em Piratini (Seminários na Semana da Consciência Negra, audiências públicas, encontros da Pastoral Afro), tendo em vista chamar a atenção da população e do poder público, sobre a necessidade do reconhecimento da contribuição dos saberes do povo negro na formação cultural, social e econômica deste município, estado e país. Estes momentos foram importantes, também, para revelar a existência e a realidade vivida pelas comunidades negras rurais.

Acompanhei a Irmã na continuidade de um trabalho que vinha sendo desenvolvido, numa comunidade negra rural, desde a Campanha da Fraternidade de 1988, ano em que se completaram 100 anos da abolição da escravatura. A Campanha tinha como lema “Ouvi o clamor deste povo”, referindo-se ao sofrimento das famílias negras, mesmo após a abolição da escravatura.

Esta comunidade apresentava muitas demandas, além do acesso à terra, havia dificuldade para as crianças frequentarem a escola, atendimento em saúde distante, moradia precária, desemprego, deficiências física e mental, alcoolismo, entre outras. Mas foi com bastante dificuldade que conseguimos garantir a permanência do grupo na terra onde estava. A comunidade situava-se entre uma fazenda de plantio de pessegueiros e o dono queria comprá-la, e destinar ao grupo um terreno próximo à cidade. Entramos na luta com o pessoal da comunidade pela sua permanência no lugar de origem, porque os moradores diziam que não queriam sair de suas terras. E nós entendíamos que devido à forte presença do alcoolismo, inclusive entre as mulheres, realmente não seria positivo sua saída do local onde estavam, pois a proximidade da cidade poderia agravar o problema.

Nos vários encontros de formação da Pastoral Afro, sempre se trazia à tona a situação da referida comunidade. Ela passou, então, a ser reconhecida nacionalmente. Padres e profissionais das áreas da saúde e educação, ligados a

Pastoral e Movimento Negro, se prontificavam a nos ajudar a encontrar alternativas para resolver a situação daquelas famílias. Com isso, conseguimos que esta comunidade recebesse sua certificação como quilombola no local, assinada pela Presidente da Fundação Cultural Palmares¹⁷, na época a Dr^a Bernadete Silva.

A partir deste momento, realizamos audiências públicas, com assessoria do Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos (IACOREQ), e visitas na comunidade, inclusive com acompanhamento da Promotora que atuava em Piratini. Por várias vezes havíamos denunciado a situação da comunidade à Promotoria, inclusive porque quando a empresa colocava defensivos sobre o plantio de pessegueiros, atingia a comunidade e as crianças sofriam com problemas de pele, asma e outros. A água consumida por eles era contaminada pelos defensivos, pois a cacimba ficava (e ainda fica) dentro da fazenda. Contudo, da Promotoria sempre nos diziam que isso não era problema, ou seja, que o motivo das doenças não tinha relação com os defensivos.

A caminhada da Pastoral Afro em Piratini se deu no decorrer dos anos, no sentido de orientar, esclarecer sobre direitos, políticas públicas e sociais, ações afirmativas, para as comunidades quilombolas e negras do município. Para isso sempre contou com assessoria de universidades, Movimento Negro, órgãos governamentais municipais ou estaduais. Participamos de reuniões tanto nas comunidades, como na EMATER, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal da Saúde, Cooperativa de Habitação. Acompanhamos técnicas/os destas instituições em visitas às comunidades, para orientar o desenvolvimento dos programas citados. Participamos de ações de cidadania (organizada pela Comunidade Quilombola Rincão do Couro) para a confecção de documentos. Com o apoio da Sec. Municipal de Saúde de Piratini, realizamos coleta de material para identificação de casos de anemia falciforme. Enfim, nosso esforço se deu no sentido de proporcionar uma melhor qualidade de vida às pessoas das comunidades quilombolas, por muitos anos marginalizadas pelos governos, negligenciadas em seus direitos à uma vida digna, morando em situação precária e sem condições de bem se alimentar. Buscando fortalecer nossa caminhada pastoral,

¹⁷ Órgão federal que visa promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira. Disponível em www.palmares.gov.br.

participamos da 33ª Romaria da Terra, ocorrida no ano de 2010, com o Lema “Quilombos: Terra, Trabalho e Inclusão”.

Paralelo à Pastoral Afro, passei a acompanhar o trabalho da Irmã Amada, da mesma ordem da Irmã Mariza, que veio da Espanha para trabalhar em Piratini. Assim que ela chegou à cidade, procurou efetivar a Pastoral da Criança¹⁸, que já desenvolvia algumas atividades na cidade. Esta Pastoral objetiva promover o desenvolvimento integral de crianças entre 0 e 6 anos de idade, em seu ambiente familiar e em sua comunidade. Sua atuação tem caráter ecumênico, atendendo pessoas de todos os credos e etnias. Como esta Irmã havia feito uma experiência de três meses morando em um dos assentamentos da Reforma Agrária neste município, percebeu que muitas gestantes não eram adequadamente assistidas durante o pré-natal e puerpério. Elas moravam distantes e não tinham um local para ficar e fazer o acompanhamento médico e exames na cidade. Assim surgiu a Casa da Acolhida à Mãe Gestante. Na época eu era Assistente Social da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), por esse motivo, a Irmã me procurou com o pedido de ajuda para elaborar o projeto de implantação da referida Casa e para auxiliá-la nos contatos com órgãos públicos, porque ela tinha dificuldade devido só falar a língua espanhola. A partir da implantação da Casa da Acolhida, passamos a desenvolver um projeto de formação semanal com um grupo de mulheres, gestantes ou não. Esta formação se dava a partir de um material fornecido pela Pastoral da Criança, o qual propunha uma reflexão sobre o desenvolvimento da criança desde o ventre materno. Tínhamos vários grupos na cidade e no interior do município, que eram acompanhados por líderes desta Pastoral. Uma vez por mês reuníamos todas em cada localidade para formação específica nas áreas de saúde, educação, alimentação alternativa, empreendedorismo etc. Este era o momento da celebração da vida. Junto à Pastoral da Criança, desenvolvíamos atividades da Pastoral da Saúde, como uso de chás, confecção de xaropes, sabão para micoses etc.¹⁹

¹⁸ “A Pastoral da Criança é um organismo da Igreja Católica, ligada a CNBB. Objetiva promover o desenvolvimento integral de crianças entre 0 e 6 anos de idade em seu ambiente familiar e em sua comunidade. Sua atuação tem caráter ecumênico, atendendo pessoas de todos os credos e etnias”. Disponível em www.cnbb.org.br/pastoral-da-crianca.

¹⁹ A Pastoral da Saúde é um organismo da CNBB. As atividades desenvolvidas através dela eram de preparação de xaropes com uso de ervas de chá; sabão para combater micoses e piolhos; orientação sobre o cuidado com o preparo de alimentos, da higiene pessoal e da casa etc. Disponível em www.vidapastoral.com.br.

Pela Pastoral da Terra, participei junto com o Silvio, Engenheiro Agrônomo já falecido, de atividades de formação e distribuição de sementes nas comunidades quilombolas Fazenda Cachoeira, 5º Distrito de Piratini e Rincão do Quilombo, 2º Distrito deste município. Nesta época fomos contempladas com 10 quintais orgânicos, por intermédio do Projeto Quintais Orgânicos de Frutas da CGTE (Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica) e EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), para serem distribuídos a comunidades quilombolas e indígenas.

Por intermédio da Pastoral da Criança, Pastoral Afro e Movimento de Mulheres Desempregadas e Sem Teto, junto com as Irmãs participei em Porto Alegre, Viamão e Curitiba das formações do Programa Talher/FOME ZERO, do governo federal, que teve início em 2003 e propunha um conjunto de políticas e ações voltadas a garantir a segurança alimentar da população em situação de vulnerabilidade social. Fomentava a organização de grupos de economia solidária, e implementação de políticas públicas a grupos minoritários. Por este programa conseguíamos recursos para desenvolver atividades voltadas à organização e formação de grupos de mulheres em Piratini.

Atuo, ainda, como Assistente Social colaboradora da “Casa da Acolhida à Mãe Gestante: projetos integrados”, que, recebe e acompanha gestantes do interior e da cidade do município de Piratini, durante o pré-natal e os primeiros meses de vida do bebê. Esta Casa era coordenada pelas Irmãs Filhas da Imaculada Conceição e colaboradoras. Com a transferência das Irmãs da Paróquia de Piratini, no final do ano de 2017, fui indicada por elas para assumir como principal responsável pela Casa da Acolhida, com a parceria de um grupo de colaboradoras. A Casa é também incubadora de projetos de geração de trabalho e renda, numa proposta de Economia Solidária. Nesse sentido, apoia projetos de “Padaria de produtos integrais e ecológicos”, denominada “Bem da Terra”; “Rouparia Solidária”; “Pomar Ecológico” e a “Cooperativa de Reciclagem Solidária”. Participei, em conjunto com as catadoras, de fóruns de economia solidária regionais, estaduais e a nível federal, participei da elaboração do Plano Nacional de Economia Solidária e das formações da “Rede de Economia Solidária”, promovidas pelo NESIC²⁰. Atualmente componho a diretoria da Cáritas

²⁰ Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas, formado por um grupo de professores/as da UCPEL e do IFSUL, em apoio às cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos da região sul. Disponível em antares.ucpel.tche.br/nesic/quemsomos.php

Arquidiocesana de Pelotas²¹ e estou aposentada das funções de professora da rede estadual de ensino desde 30 de outubro de 2018.

1.4 A influência do movimento negro em minha vida

No final dos anos 90, comecei a participar de formações e cursos, promovidos pelo Movimento Negro, em ação conjunta com a Pastoral Afro Brasileira, em que se refletia sobre políticas públicas e ações afirmativas para negros/negras e neste sentido, os principais alvos eram: educação, implantação das cotas nas universidades públicas, saúde da população negra, moradia, acesso à terra etc. Estas formações aconteceram principalmente em Porto Alegre. A partir destas reflexões, percebemos que era necessário a população negra se organizar melhor em Piratini, para defender seus interesses específicos. Auxiliei no processo de implantação do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Piratini, fundado em 18 de novembro de 2009 pelo Decreto n. 337/2011. Ele era composto por 32 pessoas, 16 titulares e 16 suplentes, representantes da sociedade civil e das instituições municipais e estaduais. Este Conselho surgiu porque sentimos a necessidade de um órgão que tivesse força política e pudesse nos auxiliar no encaminhamento ao acesso das políticas públicas específicas, destinadas a negros/as. Não está atuando desde 2015.

Foi a partir da participação em eventos promovidos pelo Movimento Negro, que fui me entendendo melhor como negra, reconhecendo meus direitos, e entrando na luta por sua efetivação para negros e negras. Quando estava fazendo a formação Universitária em Pelotas, por várias vezes me sentia “uma estranha no ninho”, uma intrusa. Olhava para os lados e percebia que estava sozinha, pois em geral, era a única negra na turma. Da mesma forma aconteceu quando cursei o 2º grau em Piratini e ao assumir o cargo de chefia na Secretaria de Assistência Social nesse município. Houve gente que se sentiu mal quando soube que seria “mandada” por uma negra. Fizaram comentários de que os colegas iriam ver o que era ser administrado por uma negra, insinuando que eu iria maltratar as/os colegas. Isso só me foi passado bem

²¹ “Cáritas é um organismo nacional de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural”. Disponível em www.cnbb.org.br/caritas-brasileira.

depois, quando perceberam que eu não estava ali para impor nada, mas sim para trabalhar junto com todos/as. Fui a única negra, até o momento, a receber um cargo de confiança de destaque numa Secretaria de tamanha expressão no município de Piratini – a Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.

Com a obrigatoriedade constitucional da implementação da Lei 10.639\2003 no currículo escolar, passei a participar das formações promovidas pela 5ª CRE (Coordenadoria Regional da Educação) e universidades de Pelotas. Fiz parte da Comissão Estadual de Etnias, do Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul. Participei do Movimento Clubista, ao lado de lideranças do Clube Fica Ahi Pra Ir Dizendo, da cidade de Pelotas, pelo reconhecimento dos Clubes Sociais Negros da Região Sul do Estado.

Fui convidada algumas vezes para conversar com professores(as) sobre educação étnico-racial, na rede municipal de educação do município de Piratini e Pedras Altas, durante a Semana da Consciência Negra. Apresentei comunicações na Escola Superior de Teologia em São Leopoldo, por ocasião do IV Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião – História, Saúde e Direitos em 2015. Em 2017, apresentei comunicação do XV Salão de Pesquisa e III Congresso Internacional da Faculdade EST, com o tema Reforma: Tradição e Transformação. E em Bagé, em evento promovido pelo NEAB da UNIPAMPA de Jaguarão e Movimento Negro de Bagé, no ano de 2016, apresentei relato de experiência no 1º Encontro de Integração do Consórcio de Desenvolvimento do Pampa Gaúcho, com a Pastoral Afro Brasileira das Dioceses de Bagé e Uruguaiana. Em Candiota, fui avaliadora em um evento promovido pelo movimento negro e Legislativo do Município sobre racismo institucional. Participei, junto com um grupo de educadores e quilombolas de Piratini, de encontros de formação sobre Diretrizes Curriculares para a Educação Escolar Quilombola, promovidos pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, coordenado pela Professora Dr^a. Georgina Lima, nos anos de 2010, 2011 e 2012, e do Projeto de Extensão “Cotas: um diálogo afirmativo entre a universidade e a escola”²², desta mesma Universidade.

²² “O presente projeto visa realizar ações de divulgação e reflexão sobre as políticas de ações afirmativas e cotas nas escolas de ensino básico, junto a estudantes do Ensino Fundamental e Médio. Objetiva-se, assim, promover a educação antirracista no ambiente escolar, através de atividades que abordem temáticas relativas à diversidade e à história e cultura afro-brasileira e indígena, bem como ações que visem instrumentalizar os/as estudantes da educação básica a acessar tais políticas, mais especificamente as cotas destinadas ao ingresso nas instituições federais de ensino (institutos federais

Atuei como Tutora à Distância do Curso de extensão na modalidade de aperfeiçoamento em “Educação para as Relações Étnico–Raciais”, promovido pelo Centro de Educação Aberta e a Distância da Universidade Federal de Pelotas, no ano de 2011. Recebi a Comenda Zumbi dos Palmares, como destaque, na VII Edição da Semana da Consciência Negra do Clube Fica Ahi Pra ir Dizendo, em 2010. Moção de Louvor da Câmara de Vereadores de Piratini, pelo lançamento da Obra “Reflexões Sobre a Questão Racial: Direito, Cidadania e Educação”, em 2011. Em Bagé, em 2013, recebi o troféu Raça Negra, na Semana da Consciência Negra, em evento promovido pela Pastoral Afro. Recebi homenagem, em 2006, na Câmara Municipal de Vereadores de Piratini na Semana da Mulher, representando as mulheres negras deste município. Fiz parte da comissão de organização de seminários sobre Clubes Sociais Negros, Religiosidade de Matriz Africana e de Educação para as Relações Étnico Raciais na Sociedade Recreativa e Cultural 13 de Maio, no ano de 2012. Fiz parte da comissão de organização do I, II e III Encontro das Comunidades Quilombolas de Piratini, nos anos de 2012, 2013 e 2014, organizados pela Pastoral Afro. Desde 2016, participo da Feira Cultural Quilombola que acontece na Comunidade Rincão da Faxina, organizada pelas próprias comunidades, com apoio da EMATER, UFPEL, Prefeitura de Piratini.



Figura 4 - Missa na capela Nossa Senhora Aparecida, comunidade quilombola Rincão da Faxina, por ocasião de um Encontro da Pastoral Afro-Brasileira, em Piratini, agosto de 2018. Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

2. Historicidades e territorialidades negras em Piratini

Neste capítulo, faço um arrazoado sobre a presença negra em Piratini, trazendo alguns dados históricos, apresentando brevemente o processo de auto reconhecimento das comunidades quilombolas do município para, na sequência, aprofundar um pouco mais sobre a constituição da comunidade quilombola Nicanor da Luz.

2.1 A presença Negra em Piratini

O historiador Davi Almeida (1997, p. 24) relata que “Em 1814, havia em Piratini 3.673 habitantes. Destes, 1.439 eram brancos, 1.535 negros escravizados, 182 índios e 335 livres de cor”. Franciele Domingues (2019), Diretora do Museu Farroupilha em Piratini, realizou a pesquisa intitulada “Negros na Guerra dos Farrapos”. Em seu trabalho, Franciele tomou como base, a pesquisa de Almeida e reafirma os dados apontados por ele.

Na busca de dados que realizei em documentos de registro de batismo na Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, sobre a presença negra em Piratini, encontrei informações de batismo de filhos(as) de cativas, a partir de 1870. Na primeira ata do livro de registro de batismo específico de filhos(as) de mulheres negras, diz o seguinte:

Aos quinze dias do mês de fevereiro do ano de mil oitocentos e setenta, nesta Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Vila de Piratini, batizei solenemente e pus os santos óleos, Francisco, crioulo nascido nesta freguesia de Piratini, no dia dez de outubro do ano próximo passado, filho natural de Chica, crioula, natural da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Canguçu, escrava de Alfeu José de Assis Macedo. Foram padrinhos Protássio, escravo dos herdeiros de Protássio Pereira Madruga e Naroira escrava de Alferes Fabião José Moreira. E para constar mandei fazer este termo. Assina Vigário Antônio Reis da Costa.

Não encontrei dados sobre a forma como eram tratados os escravizados, pois não há relatos por nenhum historiador de Piratini. Também não foram encontrados dados a respeito de onde eles eram trazidos para esta região ou como eram trazidos. Embora os pesquisadores locais sobre a história de Piratini não expressem em suas pesquisas que os escravizados eram negros, entendo que ao se referirem a eles/as chamando-os de “cativa”, “crioulo”, significa dizer que estavam se referindo aos

negros(as), pois conforme registro do livro de batismo específico, era dessa forma que eram nomeados.

Giana Lange do Amaral (2012), em documento encontrado na Biblioteca Pública Municipal, salienta que faltam dados que demonstrem as condições de vida das pessoas negras neste município no período da escravidão. No entanto, ela diz que a existência de troncos e grilhões, instrumentos estes usados para castigos é comum em diversas estâncias da região e, se este aparato existe, é porque havia também o castigo, sugere Amaral. Ela acredita que a falta de consciência e o constrangimento de passar para gerações futuras, que seus ascendentes tinham tão repugnante conduta em relação aos negros, fez com que muitos donos de fazenda usassem parte dos troncos como moirões de cercas, assim como grilhões enterrados no fundo dos campos.

O processo de escravidão em Piratini aparece também nos dados de alforria encontrados em “Documentos da Escravidão: Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade”, contidos no Acervo dos Tabelionatos de municípios do interior do Rio Grande do Sul, disponível em www.apers.rs.gov.br. É importante aqui a contribuição de Vergara (1997, p.69), que em sua pesquisa aponta que desde o começo da colonização de Piratini, foram utilizados indígenas e negros no projeto da administração portuguesa. A criação de uma cidade para fins comerciais fez com que essas presenças fosse tão necessária quanto a açoriana, maneira pela qual poderia se entender que tais populações étnicas seriam capazes de contribuir para sua organização econômica e social, como demonstra o sucesso comercial surpreendente dos tempos da freguesia, acrescenta Vergara.

A pesquisa documental realizada por Amaral (2012), disponível na Biblioteca Pública Municipal de Piratini, corrobora o que Davi Almeida traz em sua pesquisa, ou seja, o número de pessoas escravizadas diminuiu neste município, com o passar dos anos. Segundo a autora, a diminuição destas pessoas se deu, devido à elevação do imposto que era cobrado sobre a compra de cada escravo. Isso contribuiu para que muitos senhores libertassem seus escravos para evitar a despesa, embora o liberto permanecesse preso ao seu dono, perante a obrigação de cumprir mais alguns anos de serviço, explica Amaral (2012). Mesmo que em diversas regiões do Rio Grande do Sul, o trabalho servil nesse período tenha sido substituído pelo imigrante, em Piratini tal fato não ocorreu, pois não havia aqui interesse no recebimento de imigrantes.

Assim, as pessoas negras libertas continuaram servindo aos antigos donos num regime de semiescravidão, afirma Amaral.

Com a chegada dos açorianos à Piratini, os/as negros/as escravizados/as que vieram com eles foram trabalhar como seus serviçais, nas construções das casas, e também como domésticos/as, ou na criação de gado e lavouras, assim como no restante do país. Com a abolição, essas pessoas ficaram sem lugar para morar ou garantir o seu sustento. Foram, então, morar em lugares afastados, longe da cidade, principalmente próximo aos rios Piratini e Camaquã, no fundão das lavouras, rodeados de pedras e morros. Alguns conseguiram adquirir uma pequena porção de terra, por “doação” ou por carta de alforria. Mas em geral, em lugares de difícil acesso, no interior de Piratini. Ao se estabelecerem nestes locais, os negros formaram grupos ou comunidades, ligados principalmente, por laços de parentesco. Isto explica a existência de oito comunidades quilombolas no município de Piratini.

2.2 O processo de auto reconhecimento das comunidades quilombolas em Piratini

2.2.1 Breve digressão sobre o conceito de quilombo

Para falar sobre a organização quilombola em Piratini/RS, reporto-me a conceitos sobre esta categoria, descritos por Carlos Eduardo Marques e Lílian Gomes (2013, p. 141). Para estes autores, falar de remanescentes de quilombos ou quilombolas nos conduz a um fenômeno sociológico que se caracteriza por: Identidade e território indissociáveis; processos sociais e políticos específicos que permitam a esses grupos sua autonomia.

São comunidades negras onde estão imbricados fatores ligados ao modo de produção ou de relação com ecossistema e as especificidades territoriais em que vivem. Tais especificidades estão expressas nos artigos 215 e 216 que reforçam o direito das comunidades negras, constante no artigo 68 do ato das disposições transitórias da Constituição Federal de 1988 (p. 140). O território aqui colocado é pensado por Escobar (2014, p. 88), como o espaço coletivo, composto por todo o lugar necessário e indispensável aonde homens, mulheres, jovens e adultos criam e recriam suas vidas. É um espaço de vida onde está garantida a sobrevivência étnica, histórica e cultural. São territórios coletivos das comunidades negras e indígenas, com

concepção, prática e definição de uma estratégia de defesa social, cultural e ambiental que proponha uma opção de desenvolvimento compatível com seu entorno territorial e as relações que tradicionalmente tem mantido as comunidades.

Dilmar Luiz Lopes (2011, p. 276) complementa dizendo ainda que “[...] o termo quilombola implica hoje, um reordenamento jurídico através da memória social, que passou a desempenhar um importante papel na vida do grupo”. O conceito jurídico se refere então, a um sujeito jurídico que tem direito ao reconhecimento étnico e territorial. O autor ressalta (p. 277), que “[...] na região Sul, há um processo de invisibilização do povo negro, situação que se dá em uma sociedade que discrimina de maneira disfarçada e cordial”.

Para Ilka Boaventura Leite (2000, p.336), o quilombo como forma de organização, se manifesta em todos os lugares onde ocorreu a escravidão, como uma forma de resistência, e organização política. No Brasil, o significado de quilombo que predominou por muito tempo, foi a versão de...

[...] Quilombo de Palmares como unidade guerreira constituído a partir de um suposto isolamento e autossuficiência. Parecia difícil compreender uma demanda por regularização fundiária a partir de tal conceito. Foi necessário relativizar a própria noção de quilombo para depois resgatá-lo em seu papel modelar, como inspiração política para os movimentos sociais contemporâneos. (LEITE, 2000, p. 341).

Leite (2000, p.339) entende que:

A expressão remanescente das comunidades de quilombos, que emerge na Assembleia Constituinte de 1988, é tributária não somente dos pleitos por títulos fundiários, mas de uma discussão mais ampla travada nos movimentos negros e entre parlamentares envolvidos com a luta antirracista. O quilombo é trazido novamente ao debate para fazer frente a um tipo de reivindicação que à época, alude a uma dívida que a nação brasileira teria para com os afros- brasileiros em consequência da escravidão, não exclusivamente para falar em propriedade fundiária.

Na atualidade os remanescentes de quilombos são grupos sociais que se mobilizam ou são mobilizados por organizações sociais, políticas, religiosas, sindicais, etc., em busca do auto reconhecimento como um grupo específico. Nesse sentido, busca sua manutenção ou a reconquista da posse definitiva de sua territorialidade, como bem explicam Marques e Gomes (2015, p. 81). Nesse sentido, o atual conceito de quilombo difere fundamentalmente do que representou durante o regime escravocrata. Antes, era uma categoria vinculada à criminalidade, a marginalidade e

ao banditismo. Atualmente é considerado a partir de uma perspectiva mais recente da antropologia, como um ente vivo e dinâmico, que se apresenta como um lócus de produção simbólica, sujeito a mudanças culturais, como sugerem Marques e Gomes (2015, p. 143).

Cabe dizer então, que comunidades quilombolas ou remanescentes de quilombos são aquelas formadas em geral por famílias negras ou delas descendentes, que, por meio de sua organização social, reivindicam o reconhecimento dos territórios que ocupam, segundo critérios de auto atribuição, como descreve Eliane Cantarino O'Dwyer (2005, p.1 e 3) e estabelece o Decreto Presidencial 4887/2003 que regulamenta o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Brasileira de 1988.

Ilka Boaventura Leite (2000, p.335 e 347), considera que o quilombo na atualidade significa, sobretudo, um direito a ser reconhecido e não apenas um passado a ser rememorado. É preciso segundo a autora, que seja levada em consideração a demanda social que está sendo identificada como quilombola; reconhecê-la como uma importante via para conhecer a historicidade e a trajetória de organização de famílias negras; compreender as referências simbólicas que fazem do espaço onde estão localizadas, o lugar de domínio da coletividade que nele vive, no respeito às formas de convívio e usufruto da terra que o próprio grupo elaborou e quer mantê-lo.

2.2.2 As comunidades quilombolas de Piratini

A organização das comunidades quilombolas em Piratini teve início a partir do trabalho de evangelização desenvolvido pela Irmã Mariza, no interior do município. Durante sua caminhada, ela foi identificando grupos de famílias negras no meio rural. Algumas vivendo em situação de extrema miséria, que recorriam a ela pedindo apoio. Isto motivou a Irmã a denunciar esta realidade, nos encontros da Pastoral Afro ocorridos principalmente em Porto Alegre, considerando o que preconizara a Campanha da Fraternidade de 1988 que, como já apontado, teve como lema “Ouvi o Clamor deste Povo”.

O primeiro grupo a se auto reconhecer foi a Comunidade **Fazenda Cachoeira**, localizada no 5º Distrito de Piratini, Serra das Asperesas. Este era um grupo de 5

famílias, composto por 32 pessoas, entre crianças, jovens, adultos e idosos. Ali identificamos várias demandas, como desemprego, deficiência mental e física, péssimas condições de moradia, alcoolismo. Na época, a comunidade era cercada por uma empresa de plantação de pessegueiros, que ao colocar defensivos sobre as plantas, atingia todas as famílias, causando doenças de pele e respiratórias. Estas famílias não possuíam registro da terra. Por isso, a partir de orientações recebidas nos encontros da Pastoral Afro, encaminhamos o caso à Fundação Cultural Palmares (FCP). A presidente deste órgão veio conhecer a comunidade e emitiu a certificação como Comunidade Remanescente de Quilombo. Após, foi aberto processo no INCRA para regularização territorial, que ainda está aguardando decisão final.

Este trabalho chegou ao conhecimento do CAPA (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, de Pelotas), que havia recebido um recurso financeiro para desenvolver um projeto voltado à organização de comunidades quilombolas, na região sul do Estado. Com isso, foi possível organizar e encaminhar para certificação da FCP, quatro comunidades auto identificadas quilombolas. A partir de então, em todas elas desenvolvemos um trabalho de assessoria, na organização das associações, como elaboração de documentos para registro em cartórios e Receita Federal, para que a partir do marco legal, alcançassem a autonomia de gestão. Além disso, participamos da elaboração de projetos para acesso a recursos financeiros ou para formação sobre organização quilombola. O programa Luz para Todos²³, foi o primeiro a ser implantado nas comunidades quilombolas e remanescentes indígenas em Piratini, no ano de 2003.

Participamos da luta por moradia, destas comunidades, as quais foram contempladas com 75 casas do programa Minha Casa Minha Vida²⁴; da Consulta Popular que contemplou as comunidades com recursos financeiros que foram distribuídos em partes iguais entre todas para a construção das sedes das associações; Programa RS Mais Igual²⁵ coordenado pela EMATER/RS, que destinava

²³ Instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica tinha por objetivo proporcionar a milhões de brasileiros, especialmente do meio rural, o acesso a este tipo de serviço. Para saber mais, consultar: https://www.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp

²⁴ “O **Programa Minha Casa, Minha Vida** (PMCMV) é um programa de habitação federal do Brasil lançado em março de 2009 pelo Governo Lula. O PMCMV subsidia a aquisição da casa ou apartamento próprio para famílias com renda até 1,8 mil reais e facilita as condições de acesso ao imóvel para famílias com renda até de 9 mil”. Disponível: https://pt.wikipedia.org/wiki/Minha_Casa,_Minha_Vida

²⁵ Lançado em 2011 pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o Programa RS Mais Igual tinha por objetivo “Reduzir os índices de vulnerabilidade econômica e social no Rio Grande do Sul, com

um recurso para aquisição de equipamentos ou animais; Programa FEAS Quilombola/RS, destinava um recurso através da Secretaria de Assistência Social do Município, com o qual as comunidades adquiriram eletrodomésticos, louças, talheres, cadeiras, fogão, para equipar suas sedes. Com apoio do IACOREQ, em 2013, desenvolvemos o Projeto BBeducar²⁶ (Banco do Brasil) de alfabetização de adultos, em que os educadores eram das próprias comunidades. É bem significativo, nestas comunidades, o número de analfabetos ou de pessoas que estudaram até a 2ª ou 4ª série. Algumas famílias trabalham na cidade (como domésticas, as mulheres). Os homens trabalham como servente de pedreiro ou nas madeireiras e carvoeiras localizadas no interior do município, alambrados, colheita e capina. As famílias que possuem pequenas áreas de terras se dedicam ao plantio.

No que diz respeito ao acesso às políticas públicas e afirmativas, podemos dizer que houve alguns avanços nestas comunidades, em relação à situação anterior à organização. Contudo, não chegamos ainda ao ideal de uma vida digna para todos.

Em relação à saúde e à educação, pode-se dizer que a situação ainda é bem difícil, pois não conseguimos que fosse implantado o Programa Saúde da Família Quilombola. Buscamos apoio do Ministério Público, da Procuradoria Geral do Estado, mas não conseguimos resolver. Buscamos ajuda da responsável pela Saúde da População Negra do Estado, que veio a Piratini. Reunimo-nos com o gestor, que demonstrou interesse em resolver a situação, mas até o momento, nada mudou.

Na educação, a situação não é muito diferente. Tanto nas escolas estaduais, como municipais, a maioria dos(as) professores(as), e também as direções, não dão a devida importância para a Lei 10.639/2003, que instituiu o dever de trabalhar nas escolas sobre a história e cultura afro-brasileira. Mas, para nossa alegria, a FURG e a UFPEL proporcionam vestibular para quilombolas que tem possibilitado o ingresso de quilombolas de Piratini em cursos de nível superior, como por exemplo: Medicina, Enfermagem, Psicologia, Direito, Agronomia, Engenharia de Alimentos.

ênfase na erradicação da pobreza extrema”. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/governo-do-estado-lanca-programa-rs-mais-igual>

²⁶ “Programa de alfabetização de jovens e adultos que prioriza a participação de comunidades quilombolas, indígenas, de catadores de matérias recicláveis, pescadores e agroextrativistas, visando o fortalecimento da cidadania e de processos produtivos empreendidos por esses atores sociais”. Disponível em: https://www.bb.com.br/portalbb/page100,19424,19427,20,0,1,1.bb?codigoNoticia=33929&codigoMenu=16878&codigoRet=16963&bread=4_1

Com apoio da Cáritas Arquidiocesana de Pelotas e parceria com o Projeto de Extensão “Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas”, foi desenvolvido um projeto de Boas Práticas em Alimentação, ministrado por professor do SENAC, na Comunidade Quilombola Rincão do Couro, 5º Distrito de Piratini. Este curso tinha o objetivo de qualificar homens e mulheres para a correta conservação de alimentos, higiene de móveis, utensílios e espaço físico. Professoras e bolsistas da Universidade Federal de Pelotas têm sido nossas parceiras, importantes, para o trabalho com as comunidades quilombolas. Com a colaboração da referida instituição, estão em desenvolvimento um projeto de artesanato na Comunidade Nicanor da Luz, na Vila do Cancelão e de plantio orgânico de hortaliças nas comunidades quilombolas Rincão da Faxina, 5º Distrito, Rincão do Quilombo, 2º Distrito e na Associação Heróis do Camaquã, 3º Distrito; estas duas últimas, de remanescentes indígenas.

Integro a organização e desenvolvimento do Fórum Quilombola, instituído no ano 2016 em Piratini, a partir de uma iniciativa conjunta com o Projeto de Extensão “Etnodesenvolvimento...”, coordenado pela Profa. Dra. Rosane Aparecida Rubert. O Fórum acontece com a participação de representantes das oito comunidades existentes no município. Neste momento, são promovidas reflexões sobre a organização quilombola, empoderamento feminino, cooperativismo, ações afirmativas na universidade, saúde da população negra, etc.

A Comunidade quilombola **Rincão do Couro** iniciou sua organização em 2004. Está localizada no 5º Distrito deste município, lugar denominado Álvaro Freitas, à três quilômetros do trevo de acesso à cidade de Piratini. É um coletivo composto por 23 famílias. A maioria das pessoas desta comunidade não tem emprego fixo. Os idosos são aposentados e os deficientes físicos e doentes mentais recebem benefício de prestação continuada. Recebem cestas de alimentos e Bolsa Família. Moram em pequenas propriedades de terra. A maior propriedade tem 30 hectares. Plantam feijão, milho, legumes, verduras. Duas dessas famílias trabalham com plantio de pessegueiros. Famílias brancas deste local, diziam que “ali havia um grupo de negros perdidos”, porque não participavam de uma associação de artesãos que há, próxima a eles. Isto chegou aos ouvidos da Irmã Mariza, que logo procurou reuni-los. Solicitamos então, a assessoria do CAPA e fizemos uma visita a uma das famílias e agendamos uma reunião com os demais moradores da localidade. As reuniões se davam sob as

árvores, pois não havia casa com espaço suficiente para abrigar todas as pessoas, componentes de 20 famílias. Atualmente esta comunidade possui sede própria.

A Comunidade Quilombola **Rincão da Faxina** surgiu a partir da informação, da diretora da Escola Municipal Dr. Vieira da Cunha, localizada no 5º Distrito, às margens da RS702, que havia um grupo de famílias negras que passavam dificuldades financeiras e por isso, a merenda servida na escola, era sempre comida de sal. Aliado a isso, havia pessoas com problemas mentais, o que tornava o grupo ainda mais vulnerável, por falta de atendimento médico e terapêutico adequado. A diretora falou sobre esta realidade para a Irmã Marisa que se sentiu sensibilizada com a situação das famílias e buscou informações sobre o que poderia ser feito pela comunidade. No mesmo processo de intervenção do CAPA, os moradores se auto declararam quilombolas e deram à comunidade o nome de Rincão da Faxina. No início eram 5 famílias, todas do mesmo grupo familiar, cujas moradias localizam-se num recanto entre pedras, numa pequena porção de terra, onde só é possível o plantio de hortaliças e criação de animais de pequeno porte, como galinhas e porcos. Uma das moradoras do local recebia BPC (Benefício de Prestação Continuada), as demais realizavam trabalhos esporádicos em alambrados, capinas ou em empresas de reflorestamento da região. O grupo aumentou a partir do momento que outras pessoas próximas à este núcleo tiveram conhecimento desta organização quilombola, que já estava certificada pela Fundação Cultural Palmares. Atualmente a comunidade é composta por 37 famílias. Vivem em pequenas propriedades, nas quais cultivam principalmente hortaliças, feijão e milho, criam galinhas e porcos. Os idosos são aposentados. Muitos deles trabalham na cidade ou nas empresas de reflorestamento neste município ou em Jaguarão, Arroio Grande e Candiota.

A Comunidade Quilombola **Rincão do Quilombo**, já estava organizada em associação quando houve o processo de auto reconhecimento, e sua diretoria era composta mais por famílias brancas do que negras. Localiza-se no 2º Distrito de Piratini, distante mais de 70 Km da sede. É um lugar de difícil acesso e não tem ônibus diariamente. A denominação desta comunidade é histórica, porque este lugar já era assim conhecido devido as pessoas negras dali serem descendentes de escravizadas/os cujo proprietário concedeu alforria, doou uma área de terras e o próprio nome familiar, Cardoso.

O historiador autodidata, Sr. Luiz Geraldo Alves Vieira, afirma que João

Cardoso da Silva era português e chegou ao Brasil no final do século XVIII. Após ter recebido do Reino de Portugal uma área de campo de extensão considerável, à qual deu o nome de Fazenda Arvorezinha. A sede da fazenda localiza-se praticamente no mesmo local onde hoje está o sobrado que pertence à família Pizarro, nas imediações da cidade de Pedro Osório. A fazenda estendia-se além da localidade denominada Ferraria e, fazia divisa com a Fazenda Espírito Santo, os limites eram marcados pelos rios Piratini, Piratinzinho, Santa Maria e Tamanduá.

O que a historiografia e memória local afirmam é que João Cardoso era solteiro e não deixou descendentes. Possuía muitos escravos e a base da renda da fazenda estava na criação de gado. Criava também, equinos e muares. A agricultura, em menor escala e destinava-se mais ao consumo da fazenda. João Cardoso faleceu em 1811. Seu sobrinho testamental foi Bernardo Dias de Castro, dono da Fazenda Espírito Santo. Como eram fazendas lindeiras, foram unidas. Em seu testamento constava ainda a doação de mil e quinhentas braças de campo a 10 famílias de escravos. É essa área que é denominada Rincão do Quilombo.

O testamento de João Cardoso da Silva teria sido guardado na fazenda Arvorezinha até o início deste século, quando o Dr. Érico Ribeiro da Luz, advogado que residiu em Piratini e foi inclusive prefeito da cidade, pediu ao Cel. Gervásio Alves Pereira Sobrinho que lhe emprestasse para que pudesse estudar algumas cláusulas interessantes. O documento foi emprestado e não mais retornou. Segundo a tradição oral, nas cláusulas do testamento, a área doada aos escravos deveria ser destinada a criação de gado em condomínio. Cada família de escravizados podia fechar as terras com agricultura, mas não poderiam vendê-las.

No início da década de 1950, surgiram os primeiros processos de usucapião de partes da área de uso comum, por parte de algumas famílias. Alguns moradores compraram a parte dos que haviam migrado para as cidades. Outros apoderaram-se das possessões abandonadas e de campos que restavam do condomínio. Atualmente todos os moradores têm título de propriedade de terra, requerido pelo processo de usucapião ou por um processo de regularização fundiária levado a termo por parte da EMATER, na década de 1980, para viabilizar o acesso à políticas agrícolas. Esse processo de individualização da terra deu margem para esbulhos e entrada de famílias brancas no que antigamente era a área de uso comum dos descendentes dos escravizados legatários.

Atualmente são 60 famílias que fazem parte da Associação Quilombola, que sobrevivem do cultivo de feijão, milho, batatinha e hortaliças. Criam pequenos animais como galinhas, porcos. E muitos trabalham como empregados em empreendimentos agropecuários das redondezas. Os idosos são aposentados ou beneficiários do BPC, assim como os doentes mentais ou deficientes.

A Comunidade Quilombola **Colônia São Manoel**, está localizada a uma distância de 30 Km da cidade, no 1º Distrito de Piratini. É formada por 20 famílias. Sua organização teve início em 2015. Fica próxima à divisa com o 3º Distrito do município de Canguçu. São pequenos proprietários de terra e cultivam milho, feijão, alguns legumes, verduras. Algumas famílias criam ovelhas e gado em pequena quantidade. Uma das famílias dedica-se ao plantio de fumo. Os idosos são aposentados, assim como viúvos e portadores de transtornos mentais.

As Comunidades Quilombolas **Raulino Lessa**, **Brasa Moura** e **Nicanor da Luz**, deram início à sua organização em 2015. As famílias destas comunidades nos procuraram com o pedido de ajuda, pois queriam se organizar como comunidades quilombolas. Nestas, não tivemos o apoio do CAPA, mas contamos com a ajuda de uma aluna da Antropologia da UFPel, que nos acompanhou na elaboração do histórico destas comunidades.

A Comunidade Raulino Lessa é urbana e está localizada na rua Anita Garibaldi, bairro Erotildes Peres de Ávila. São dez famílias e, a maioria das mulheres trabalha como doméstica. Os homens trabalham como diaristas, guarda do Fórum, motorista de caminhão. A Comunidade Brasa Moura está localizada no 5º Distrito de Piratini, localidade denominada Serra das Asperes. É composta por 16 famílias. Algumas moram no interior, sobrevivem do trabalho na lavoura e outras moram na cidade e trabalham no comércio e setor de serviços. A comunidade Nicanor da Luz terá sua história detalhada mais à frente, neste trabalho.

A Comunidade Quilombola Nicanor da Luz, situa-se entre o urbano e o rural, pois o Cancelão ainda não está legalmente instituído como bairro. Nos documentos oficiais da Prefeitura, consta como Vila e pertence ao 4º Distrito de Piratini, município este que se localiza.

A organização da Comunidade Quilombola Nicanor da Luz, teve início no ano de 2014, a partir de uma reunião solicitada por uma das moradoras, Julia Teixeira, para que Irmã Mariza e eu fossemos conversar com um grupo de moradores negros

residentes na rua Dorvalino Lessa, sobre a organização quilombola e seu significado. Houve duas reuniões em um salão no qual Dona Maria Ulguim tinha um Bric de venda de móveis usados. Estava presente também Júlio, e outras poucas pessoas presentes. Outras famílias negras da cidade souberam que este grupo estava se organizando e foram atrás de informações a respeito. Realizamos, então, reuniões no Grêmio dos Funcionários da Prefeitura e na EEEF Professora Inácia Machado da Silveira. Chegamos a organizar um histórico conjunto de três comunidades: Raulino Lessa, Brasa Moura e Nicanor da Luz, com apoio de integrantes do DAA/UFPEL. Durante as reuniões, fomos percebendo que haviam interesses e localizações diferenciados das pessoas e que se fosse organizada numa única associação, ficaria bem complicado. Por isso, foi decidido em comum acordo que cada um dos grupos se organizaria a partir de sua própria história e interesses próprios.

Passou-se um tempo e, no ano de 2015, fomos convidadas para outra reunião, desta vez, na sede da Associação de Desenvolvimento Comunitário do Cancelão. Ali o grupo havia crescido bastante, mas só com as famílias do local. Havia uma representação de 15 famílias. A partir de então, percebendo o interesse do grupo em realmente se organizar como quilombola, parti para a elaboração da documentação necessária para encaminhamento à Fundação Cultural Palmares e à Receita Federal, para sua efetiva legalização. Em conjunto com as famílias, elaborei o histórico da comunidade, Estatuto e Ata de Fundação, encaminhando-os posteriormente aos órgãos já referidos. As reuniões na comunidade passaram a não ser no local anterior, mas sim, na casa do Sr. Osmar (mais conhecido como Mariozinho), integrante da comunidade, que gentilmente cedeu o espaço, para que ficasse mais próximo dos componentes do grupo. Todo o processo de formalização da Associação Quilombola finalizou em 2016.



Figura 5 - Integrantes da comunidade quilombola Nicanor da Luz, após uma reunião da Associação.
Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Em 2017, a comunidade recebeu a certificação de reconhecimento quilombola, emitida pela Fundação Cultural Palmares. Tenho participado das reuniões mensais na comunidade, a convite de seus componentes. E, também, como integrante do Projeto de Extensão de Etnodesenvolvimento Cultural em Comunidades Quilombolas e Indígenas, coordenado pela Professora Dr. Rosane Aparecida Rubert. Esta Comunidade Quilombola, situa-se entre as ruas Dorvalino Lessa e Iemanjá, formando uma espécie de U. Ao final da rua Iemanjá, que é sem saída, há uma área de mata secundária. A maioria das famílias que compõem a associação quilombola reside nesta rua, que se assemelha a um gueto.

Participei ativamente da organização de todas as comunidades quilombolas de Piratini. Foram várias reuniões em cada uma delas, em que se discutia sobre a

importância da organização. Foi um processo bastante difícil, eram muitas dúvidas. Não se tinha certeza do que estávamos fazendo, embora fizéssemos várias formações promovidas pelo Movimento Negro e Pastoral Afro. Nestas formações contamos com assessorias de várias universidades, como UFRGS, EST, UFPEL, e organizações não governamentais como o IACOREQ e CAPA. Tivemos dificuldades com o poder público municipal de Piratini, Ministério Público e com a EMATER. Estes órgãos não aceitavam a organização quilombola, por acreditarem que estávamos promovendo separação entre as pessoas negras e brancas. Uma das grandes preocupações destes órgãos era a questão da terra, que gerasse conflitos fundiários.

2.3 O Bairro Cancelão

Numa pesquisa realizada por alunos(as) da E.E.E.F. República Riograndense, que encontra-se disponível na Biblioteca Pública Municipal, sem data e sem nome de autor, consta que no princípio o Cancelão era reconhecido como Coxilha de Santo Antonio. Tinha mais ou menos cinco moradores, destacando-se: Arlindo Espíndola; José Português; Mariano e Kico Porto. Foi na década de 1960 que começaram as migrações para esta localidade, tornando-a mais povoada.

No início, o Cancelão era subdividido em apenas duas fazendas de dois únicos donos, cada qual com uma sesmaria de campo incalculável. A parte que fica à direita de quem vai para Pelotas, pertencia à família dos Lima e, à esquerda pertencia aos Borges. A sede da fazenda dos Lima estava localizada mais ou menos no lugar onde hoje é o campo do Sr. Erasmo Moraes, lugar este denominado como Antiga Tapera do Umbú. A Fazenda dos Borges abrangia as proximidades onde hoje está localizado o campo de futebol desta vila. As primeiras casas foram: a casa que hoje é de propriedade do Sr. Francisco Moraes, que tem à frente um umbu muito grande que praticamente acompanha o início da povoação; a casa onde reside o Sr. Luiz Carlos de Ávila, na qual funcionou uma farmácia não muito grande, mas importante para os moradores do local; a casa onde hoje reside o Sr. Ledi Oliveira, na qual residia o português José Rosário, dono de um grande comércio e de um moinho de farinha. A casa onde atualmente reside o Sr. Alberto de Jesus, nas proximidades da atual Escola Estadual de Ensino Fundamental República Riograndense, onde funcionou o primeiro

colégio da vila, em uma casa de taipa²⁷ e que teve como primeiro professor o Sr. Eliseu Fernandes.

O Cancelão foi assim chamado porque, nas proximidades onde hoje reside o senhor Alã Oliveira, havia um bolicho com uma cancela de ferro muito grande na frente. Esse bolicho era muito famoso pelas peleias de facão, jogo de carta e de osso que ali aconteciam. Daí o cognome de Cancelão. Perto do porteirão morava Basílio Brum, um dos primeiros moradores de Cancelão, e era proprietário de todos os terrenos da atual rua Dorvalino Lessa. Neste local, Basílio Brum fundou uma olaria de telhas, passando por ali uma estrada que vinha de Canguçu, por campos de D. Ibraima Souza. Havia desde a atual entrada para o corredor da empresa Agro-CICA²⁸, uma cancha de carreiras²⁹, onde todos os domingos tinham grandes *pencas*³⁰. Também atrás do terreno onde está construída a Igreja Nossa Senhora do Rosário, havia uma cancha de jogo do osso³¹.

Atualmente o Cancelão é um Bairro/Vila distante 10 Km do centro urbano de Piratini. Para Chegarmos até ele, de transporte coletivo, leva-se de 20 a 30 minutos, devido a via de acesso a este local não ser asfaltada, e por isso, principalmente quando ocorrem chuvas intensas, formam-se muitos buracos e várias curvas perigosas dificultando o percurso. Durante a viagem passamos pelos bairros “Cerro da Fumaça” e “Curva dos Morales”, formados por um pequeno número de residências a beira da estrada. Neste percurso, podemos apreciar a paisagem ainda composta por vegetação no intervalo entre uma moradia e outra, de construção simples. Pode-se observar a criação de alguns animais como ovelhas, galinhas, cavalos etc. Observa-se, ainda, o plantio de lavouras de milho, quintais de árvores frutíferas e flores ornamentando as casas.

²⁷ Termo comumente usado para referir casas construídas com varas retiradas do mato, que formam uma trama, que é preenchida por barro, formando assim as paredes. Geralmente possuem cobertura de capim.

²⁸ Empreendimento agropecuário direcionado, originalmente, para o ramo da fruticultura, e que empregava muitas pessoas do Bairro Cancelão em empregos temporários. Teve sua razão social alterada diversas vezes.

²⁹ Local usado para corridas de cavalo marcadas por disputas e apostas. Ver mais sobre essa expressão lúdica gauchesca em: <http://www.paginadogaucha.com.br/jogo/carreira.htm>

³⁰ Termo local que significa disputa, competição.

³¹ Muito praticado na região dos pampas, “Consiste no arremesso do *osso* do garrão do *boi* sobre uma cancha plana e, conforme a maneira que cai, dá a *suerte* ou *culo*, isto é, ganha ou perde a pessoa que o atira. O terreno ou cancha onde se joga não deve ser nem muito duro nem muito mole. Quando tal osso cai sobre umas das extremidades, e assim fica em pé ou inclinado, dá-se o que se chama uma *clavada*”. In: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jogo_do_osso

Como não há levantamento do número de habitantes por bairro em Piratini, não foi possível precisar quantos habitantes há no Cancelão, porém, o número de eleitores informados pelo Cartório Eleitoral é de 1500. Neste bairro, há só uma rua calçada. Esta é a via que atravessa o centro do “bairro”, pela qual passa o ônibus que faz a linha Piratini-Canguçu e também para os 3º e 4º Distritos.

No Cancelão há uma Escola de Ensino Fundamental e uma de educação infantil. São poucos os estabelecimentos comerciais, resumindo-se a uma padaria e alguns armazéns, um posto de combustível e uma oficina mecânica. Como espaço de lazer há uma quadra de esportes, um salão de baile e um CTG. Para o cuidado da saúde, encontra-se ali um posto de saúde com equipe médica e odontológica, com atendimento diário, mas a medicação deve ser buscada na cidade, pois não há farmácia no local. Não há agência bancária. Um ônibus circular une o bairro ao centro da cidade, durante 5 horários diários nos dias comuns, 4 aos sábados e 3 aos domingos.

2.4 Êxodo rural e reterritorializações

O grupo de moradores que compõe a Associação Nicanor da Luz, segundo relato deles, em especial as famílias entrevistadas para este trabalho, se formou a partir da compra de terrenos que lhes foram vendidos pelo senhor Nicanor da Luz, ou Seu Landi como era mais conhecido no lugar. São pessoas que migraram do interior do município, em busca de melhoria de vida, através do acesso à escola, atendimento de saúde, e ao trabalho, sobretudo nas empresas de reflorestamento de pinus, eucaliptos e do ramo da fruticultura, que se avizinham ao local. Eles vieram de diversas localidades do interior do município, como Capela (3º Distrito de Piratini), Rodeio Velho (1º Distrito), Paredão (3º Distrito), Barrocão (4º Distrito).

Nicanor da Luz era um senhor negro, já falecido, cuja esposa agora viúva octogenária (Ana) e filha (Sandra) residem atualmente em Capão do Leão. No Cancelão reside um senhor que foi seu filho de criação – o Sr. Gersilino – além de outros parentes distantes. O Sr. Nicanor era já conhecido da maioria das famílias que compõe a Associação Quilombola desde o tempo “da campanha”, como costumam dizer no local.



Figura 6 - O Sr. Nicanor da Luz, sua esposa Ana e sua filha Sandra, quando ainda eram jovens e residiam na "campanha". Fonte: Acervo do Projeto Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

A família de Dona Santa e a família do Sr. Nicanor da Luz eram bem conhecidas, pois o pai dela tinha um Centro de Umbanda em casa, na localidade do Rodeio Velho, que era frequentado pelos familiares de Seu Nicanor:

Dona Santa: E a gente se criou junto com eles e se considerava como parente, porque pelo lado do pai, da Luz, o Marciano Ulguim que é meu pai, ele tinha o sangue da Luz, então aquelas pessoas antigamente se consideravam muito, embora fossem parentes de longe, né. Mas eles se consideravam como parente bem aproximado³².

Dona Santa relata um pouco a história desse personagem que possui um importante significado para muitas famílias do Cancelão, brancas ou negras, pertencentes ou não à Associação Quilombola:

Dona Santa: Veio do 3º Distrito de Piratini, Passo da Conceição. Primeiramente ele foi pra 4ª zona, compraram lá... Ele tinha campo e trabalhava numa fazenda ainda, depois começou a ficar doente. Ele tinha problema de asma e fumava, bebia, aquela coisa toda e lá não podiam corrigir ele e, também era um lugar deserto, não tinha condições³³.

³² Entrevista realizada em 17 de junho de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

³³ Entrevista realizada em 17 de junho de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas. Recentemente a equipe do Projeto "Etnodesenvolvimento..." conseguiu entrevistar a filha e as netas do Sr. Nicanor, para fins de produção de um documentário sobre a comunidade, mas em razão de tempo, não foi possível incorporar essas entrevistas a esta dissertação.

Pelo relato de Dona Santa, percebe-se que a fragilidade da saúde de Seu Nicanor, foi o principal motivo para que ele mudasse do local onde morava antes. Na época, não havia transporte coletivo no meio rural e a forma de chegar até a cidade era a cavalo, carroça ou carreta. Isso demandava muito tempo para acessar atendimento médico, uma vez que não havia também postos de saúde próximo das localidades. Foi preciso, então, que a família de Seu Nicanor fizesse uma nova mudança: “Ai depois o genro dele ficou procurando e achou aqui no Cancelão”, disse Dona Santa, referindo-se à mudança de Seu Nicanor para esta localidade:

Dona Santa: E foi onde trouxeram, compraram aqui, fizeram um chalé. E aí ele ficou aqui no meio do mato, só a casa dele lá em cima e ele dando a mão pra todo mundo. Geralmente pra todos os conhecidos tanto da Capela, como da Cruz de Pedra, como do Rodeio Velho, inclusive eu...³⁴.

Referindo-se à pessoa de Seu Nicanor, Dona Santa relata que ele era uma pessoa muito boa, que gostava de ajudar os pobres, e por isso, facilitou a venda de terrenos para que outras pessoas de sua vizinhança do interior do município, principalmente aqueles vindos da Capela, Cruz de Pedra e Rodeio Velho, como foi o caso de Dona Santa, que a seu convite, mudou-se para o Cancelão. Dona Santa relata que: “...ele me deu muita a mão, ele foi muito bom pra mim e aí ele foi colocando conforme as posses das pessoas, aquele tempo era muito difícil, a gente vivia só da lavoura. E a gente comia só o que a gente colhia”³⁵.

As famílias que migraram do interior do município, para morar no Cancelão e que foram acolhidas por Seu Nicanor eram a maioria negra e, como se percebe no relato de Dona Santa, eram todas de baixo poder aquisitivo e o provimento de seu sustento vinha do plantio da lavoura, que lhes permitia alimentação diária, mas não havia excedentes para a venda. Ou então, do trabalho em empreendimentos agropecuários, especialmente em lidas campeiras. Esta situação sensibilizou Seu Nicanor que loteou os terrenos e vendeu todos por um preço baixo, para que todos pudessem adquirir um lugar para morar.

³⁴ Entrevista realizada em 17 de junho de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

³⁵ Entrevista realizada em 17 de junho de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

Dona Santa: E ele serviu todo mundo, foi loteando conforme podia, eu acho que até o dia de hoje tem gente que não pagou, mas estão colocados em cima do que é dele, né. São 37 hec de campo... quando eu vim pra cá era só um triozinho, tudo era mato, tu não tinha casa. Primeira casa que foi surgir desse lado, foi a minha³⁶.

Mas a saúde de Seu Nicanor, que já não estava boa, foi piorando. Seu Nicanor morou em Cancelão por apenas cinco anos. Com certeza, foi um tempo necessário para deixar as marcas de sua bondade, do cuidado com o outro, de manter os vínculos familiares, ainda que estes não estivessem estabelecidos pela consanguinidade. Logo Seu Nicanor teve que mudar, e desta vez para Pelotas, em busca de melhores recursos para sua saúde, pois sofria de asma e câncer de próstata.

Dona Santa: Ele foi se entregando, se entregando, aí levaram ele pra Pelotas e foi aí que eu achei onde abreviou mais a morte dele. Porque a pessoa que é acostumada na campanha, mexer com coisas da gente, a gente leva aquele choque, né. E ele teve quase um ano baixado na Santa Casa em Pelotas³⁷.

O Sr. Gersilino, filho de criação de Seu Nicanor, também lamenta a sua mudança para Pelotas. Acredita que ele poderia ter durado muito mais tempo se permanecesse no Cancelão, ao lado dos amigos.

Gersilino: Ele ficou muito pouco tempo no Cancelão, acho que uns seis anos por aí assim, depois foi embora pra Pelotas e se liquidou lá...eu acho que se ele não tem ido pra lá ele tinha aguentado mais um pouquinho, claro, ele tava muito doente, mas eu acho que ele teria durado mais uns anos porque ele ficou magoado porque ele não queria ir embora. E foi uma cabeçada...³⁸.

Seu Nicanor era uma pessoa alegre e divertida, relata Seu Gersilino, gostava de festas, como bailes e carreiras.

Gersilino: Ele era uma pessoa alegre, pra tratar as pessoas era uma maravilha, tratava bem, se tratavam bem ele, não tinha dificuldade... Era alegre e divertido. Gostava bastante de baile, carreira, isso aí era com ele, torcia o bigode quando tava alegre: hahahaha, deixasse ele, deixasse ele hahaha... Carreira ele ia só pra reunião, mas baile ele gostava muito, ah, esses bailes pequenos aqui da volta ele ia sempre...³⁹.

³⁶ Entrevista realizada em 17 de junho de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

³⁷ Entrevista realizada em 17 de junho de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

³⁸ Entrevista realizada em 22 de junho de 2019, com Gersilino Domingues Xavier. Acervo individual da pesquisadora.

³⁹ Entrevista realizada em 22 de junho de 2019, com Gersilino Domingues Xavier. Acervo individual da pesquisadora.

Seu Gersilino acredita que foi muito bom terem escolhido o nome de Seu Nicanor para a comunidade quilombola. Ele entende que isso significa o reconhecimento pelas boas ações então, “... como ele era uma boa pessoa foi aceito, todo mundo aprovou. É o que eu acho. Mesmo ele não existindo mais, o nome dele tá valendo sempre, uma pessoa honesta, e quantas pessoas têm abrigadas ali...”⁴⁰.

Quando a família de Lucilé migrou para o Cancelão, seu pai também, plantou nas terras do “tio Landi”, e ela afirma que: “adorava ele, tanto ele como a família dele, e até hoje somos amigos”, comenta. “Não é mais uma amizade de se visitar porque moram longe, moram em Pelotas”. Mas como hoje existe a internet: “a gente às vezes se comunica, curte alguma coisa delas, elas curtem nossas”. A família de Lucilé conviveu com Seu Landi até a morte dele, conforme ela relata. Se visitavam:

Lucilé: Ele ia na casa dos meus pais e, nós ia lá quando eu morava bem perto ali. E era assim nossa convivência, quando a gente se encontrava. A gente ia muito a baile juntos também. Uma turma grande se juntava e se encontravam lá no baile. Era muito bom⁴¹.

O pai do Sr. Osmar da Luz Garcia, que também se chamava Nicanor e era primo-irmão de Nicanor da Luz, mudou-se para o Cancelão com a esposa após a aposentadoria, a partir do incentivo do seu “compadre”, companheiro de churrascos e vizinho dos tempo da “campanha”:

Osmar: Ai, o finado pai inventou de comprar esse terreno aqui. Ai o Ariosto, esse Ariosto lá do 3º deu aquela casa ali do lado de lá, pelos tempos de casa, 25 anos lá. E aí o tio Landi, que era dono dessas terras aqui, fez de tudo pro pai comprar esse terreno aqui. ‘É Mariozinho, tem que trazer essa tua gente pra cá, Mariozinho, essa tua gente doente, vocês vão onde tá o recurso’. Tá. Ai o pai inventou de negociar essa terra aqui com tio Landi, comprou do tio Landi⁴².

Maria Jurema, irmã do Sr. Osmar, evoca lembranças afetivas muito fortes em relação à família do Sr. Nicanor da Luz, pois este, como tinha melhores condições de vida quando residiam na campanha, acolhia doentes em sua casa para serem tratados

⁴⁰ Entrevista realizada em 22 de junho de 2019, com Gersilino Domingues Xavier. Acervo individual da pesquisadora.

⁴¹ Entrevista realizada em 25 de janeiro de 2019, com Lucilé Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

⁴² Entrevista realizada em 22 de julho de 2018, com Osmar da Luz Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

pela sua esposa, Dona Ana, que era parteira, benzedeira e médium, fazendo amplo uso de plantas e compostos para cura:

Maria Jurema: Ah, o tio Landi eu conheço desde muitos anos, desde lá do tempo que a gente morava no Passo da Capela lá, que ele morava lá também, perto de nós. Depois que ele comprou essas coisas pra cá e veio pra cá, morava lá também. Eu ficava doente, eu ia lá para casa da tia Ana, minha mãe e meu pai me levavam pra lá, que eu ia lá pra me ajudar a me cuidar... Eu ia também lá pra tia Santa [Dona Santa] pra eles ajudar a me cuidar...⁴³.

Ilka Boaventura Leite, ao problematizar o conceito de quilombo, chama a atenção que a territorialização étnica foi pouco problematizada na história das Ciências Sociais brasileira, argumentando ainda que, em relação às atuais comunidades quilombolas, "...há evidências de que um processo de segregação residencial dos grupos de fato ocorreu, bem como o deslocamento, o realocamento, a expulsão e a reocupação do espaço". (LEITE, 2000, p. 339). Observa-se que o Sr. Nicanor da Luz pertencia a uma rede de famílias negras no meio rural, que caso tivesse persistido, possivelmente estaria se identificando hoje como remanescentes de quilombos. Ao se mudar para o Cancelão, buscou recompor essa rede de relações, a partir dos mesmos princípios de convivência que compartilhava com vários outros migrantes quando ainda residiam no meio rural, o que permite afirmar que houve um processo de reterritorialização étnica, reconstituindo-se um território negro a partir de atributos comuns, dentre eles, a identificação étnico-racial.

2.5 Os grupos de parentesco que compõe a Associação Quilombola

O que se observa no Cancelão, nas famílias que compõe a Associação Quilombola, é que não existem apenas famílias isoladas, mas grupos extensos de parentesco, que reúnem várias gerações, algumas migraram juntas, e outras já nasceram ali. A pesquisa não abarcou todas as famílias que compõe a Associação, até porque, no transcorrer da pesquisa uma ou outra foi se associando. Mas abarcou as que mais se destacam. Passarei a falar agora de alguns desses grupos extensos, aos quais pertencem as pessoas que foram entrevistadas para essa dissertação.

⁴³ Entrevista realizada em 25 de janeiro de 2019, com Maria Jurema da Luz Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

2.5.1 Família Ulguim da Silva

Dona Santa Rosália Ulguim da Silva, 70 anos, é viúva, mãe de duas filhas e um filho natural e outro adotivo, reside no Cancelão há 25 anos. Nos fundos de sua casa, mora sua filha Sandra, que é solteira e tem um filho, já casado. Os outros dois filhos moram na cidade de Piratini. Próximo de sua casa mora também uma de suas irmãs, Dona Maria, que foi residir no Cancelão quando se casou, ou seja, bem antes de Dona Santa.

Dona Santa nasceu no 3º Distrito de Piratini, na localidade de Rodeio Velho, onde nasceu também seu pai. Seus avós maternos se chamavam Severo e Joana, estes eram do 5º Distrito de Piratini, onde está localizada a Comunidade Quilombola Rincão da Faxina. O avô paterno se chamava João Ulguim, e era do Rodeio Velho, onde está localizada atualmente a Comunidade Quilombola Colônia São Manoel. O nome da avó paterna Dona Santa não recorda, pois não conheceu nenhum dos dois e ouvia falar mais do avô. Sua família era composta por 7 irmãos, sendo que um faleceu com 6 meses.

Os pais de Dona Santa viviam do trabalho na lavoura, mas não possuíam terra. Só tinham o lugar da casa onde moravam. Plantavam em terras de vizinhos, para os quais tinham que dar a “terça” da colheita. Seu pai fazia todo o trabalho do plantio de forma manual, com uso de enxada. Dona Santa relata que desde os 7 anos até a idade de 25 anos, quando casou, trabalhou na lavoura junto com seu pai. Era um trabalho muito difícil, tinham que derrubar a mata com machado, plantavam e no ano seguinte, devolviam a lavoura para o dono da terra, que em troca, dava outro pedaço de terra para limpar e plantar. Não tinham horário para trabalhar e nem fim de semana para descanso: “trabalhava pra eles, não ganhava nada, trabalhava o dia inteiro e nem água pra beber eles davam”⁴⁴. Mas como não tinham terras, aceitavam as condições que lhes eram impostas, pois a garantia da sobrevivência alimentar do grupo familiar vinha da lavoura.

Dona Santa: Da lavoura... fazendo a terra pros outros. Nós derrubava esse mato todo assim, ó, e nós cavava de enxada e plantava e plantava, tu entendeu? Mas não era nossas terras, eram dos vizinhos, nós nunca tivemos terra. Só a nossa casa onde a gente morava, era uma família grande e aí... dos pais dele, né. Só deram o lugar da casa, entendeu? Ali nós plantava

⁴⁴ Entrevista realizada em 17 de junho de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

batata, feijão, plantava milho, plantava mandioca, plantava amendoim, plantava verdura e plantava ervilha pra vender⁴⁵.

No pequeno terreno de sua propriedade, o pai de Dona Santa, Sr. Marciano, tinha um salão no Rodeio Velho, 3º Distrito de Piratini. Neste local eram realizados bailes e sessões do Centro de Umbanda da família. Num fim de semana acontecia sessão da umbanda e no outro, aconteciam os bailes, no mesmo espaço: “E a gente fazia os eventos lá, então a gente se reunia. Naquele tempo era gaita e violão, eram os bandoneón⁴⁶ que chamavam, né? Vinha gente de longe, Piratini, Canguçu”. Nestes bailes que ocorriam no salão do pai de Dona Santa, só os negros podiam dançar. Porque nos salões de bailes de brancos não deixavam os negros entrar: “não podiam chegar na porta sequer, tu entendeu? A gente era bom era pra limpar no outro dia e sair a juntar lampião. Por que era baile de lampião porque não tinha luz, era baile de querosene”⁴⁷.

Embora houvesse uma escola bem próxima da casa onde moravam, Dona Santa e seus irmãos não puderam frequentá-la, porque na época, negros não podiam estudar junto com os brancos, conta Dona Santa: “... não tivemos oportunidade, a distância que era do colégio da nossa casa eram passos”. No entanto, a ordem era inclusive, para não saírem na rua no horário do recreio para não se misturarem: “... a gente era recolhida pra dentro de casa porque tava na hora do recreio, pra não ficar olhando”. Para quem questionasse “ah, porque a filha de fulano estuda a filha do fulano tá no colégio”?, recebia como resposta: “ah, mas vocês são pobres, são negros, vocês tem que trabalhar, e aí? Isso não é pra vocês, não temos condições de dar estudos, né, era assim”⁴⁸, explica Dona Santa.

Mais tarde, após saírem de casa para trabalhar, dois de seus irmãos conseguiram estudar:

Dona Santa: O Araldo foi pra uma fazenda, o mais velho, hoje ele é pastor lá em Porto Alegre, e lá na fazenda ele trabalhava e estudava, porque tinha

⁴⁵ Entrevista realizada em 17 de junho de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

⁴⁶ “O bandoneón é um instrumento musical de palhetas livres, semelhante a uma concertina, utilizado principalmente na região do Rio da Prata, Uruguai e Argentina, onde é o principal instrumento da orquestra de tango. O executante do bandoneón é chamado de bandoneonista”. In: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Bandone%C3%B3n>

⁴⁷ Entrevista realizada em 6 de outubro de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

⁴⁸ Entrevista de 16 de junho de 2018 com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

colégio perto, depois ele foi para o quartel e teve muita chance no quartel, ele serviu em Pelotas, foi muito bem encaminhado e dali ele partiu pra Porto Alegre. E a Leda foi o mesmo, ele convidou a Leda pra morar com ele e lá a Leda estudou, entendeu? E os outros, os guris não... o Antonio de Jesus, o José Bernardino, moram tudo em Pelotas e não estudaram, são analfabetos. A Eva Leda, trabalhou no hospital, trabalhou na rodoviária em Porto Alegre, ela andou em tudo por impulso do meu irmão mais velho⁴⁹.

Em relação à educação recebida na família, Dona Santa relata que havia muito silêncio. Os adultos não conversavam assuntos considerados importantes para eles, junto com as crianças. Os filhos não podiam escutar o que os pais estavam conversando, fosse entre eles ou o pai e outra pessoa: “a gente muito pouco ouvia as conversas dos mais velhos, não era como agora que a gente tá conversando publicamente junto com as crianças”:

Dona Santa: Era assim, se meu pai precisava falar com o tio Nicanor, pra comparação, ele mandava chamar o pai lá “olha é assim, assado”, ninguém sabia. Muito difícil a esposa saber o que o compadre tinha chamado o marido pra saber, porque tudo era um silêncio assim, a gente não sabia nada, tá entendendo?⁵⁰.

Esse silêncio do qual Dona Santa fala, deixa explícito tratar-se de uma forma de organização social em que imperava a autoridade fundamentada no princípio geracional.

Dona Santa casou-se aos 25 anos com Neri dos Santos, quem conheceu em bailes. Como era comum em sua época, no seu casamento o escrivão foi até a casa de seus pais, para fazer o registro:

Dona Santa: No cartório. O escrivão foi em casa. Era um aguaceiro que tu não tem ideia. Foi esses aguaceiros que deu agora. Foi uma semana de chuva pra nós organizar o casamento, tudo. E depois que nós casamos, nós tivemos que ficar na casa dos meus pais, no Rodeio Velho, uma semana, porque não dava pra gente sair porque tinha arroio. Foi na casa dos meus pais. O escrivão foi lá⁵¹.

Após o casamento, Dona Santa foi morar na localidade de Cruz de Pedra, no 3º Distrito de Piratini. Lá, continuou o trabalho na lavoura, junto com seu esposo que

⁴⁹ Entrevista realizada em 17 de junho de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

⁵⁰ Entrevista realizada em 17 de junho de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

⁵¹ Entrevista realizada em 6 de outubro de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

morava em terras que eram dos pais dele. Essas terras, que perfaziam um total de 18 hectares, tinham sido doadas por um fazendeiro para os pais de Seu Neri, marido de Dona Santa. “Nós plantava e colhia, era dali que nós se sustentava, era só da lavoura”, afirma ela.

Dona Santa: Assim ó, antigamente tu ia trabalhar com esses fazendeiros e eles te davam um lugarzinho pra ti fazer a casa. E os pais dele foram pra lá, só que quando eu fui pra lá, eles já não existiam mais, tu entende? Eles morreram e o Neri ficou plantando lá, tu entende? E aí eu fui pra lá, casei e fui pra lá⁵².

Uma das razões que motivou Dona Santa a se mudar, posteriormente, para o Cancelão, foram as dificuldades enfrentadas por ela para levar Fabiane, a filha mais jovem, para a escola. Era uma grande distância de sua casa, até chegar à parada do ônibus escolar como se pode perceber no seu relato:

Dona Santa: Tinha que sair de casa 9 h e 30 min para pegar o ônibus as 11 h e 50 min, e tinha que voltar pra casa pra fazer as coisas e depois voltar pra buscar a Fabiane, seis e meia no inverno, era noite... E eu tinha que passar por dentro do mato, por meio do gado brabo, era uma estradinha estreita. Mas eu tive tanta sorte, que Deus me ajudou nesses três anos que eu fiquei com ela lá, o gado não me atropelou. E os arroios que tinha que passar, era horrível. Aí eu ia me liquidando e ela também se liquidando⁵³.

Era realmente uma situação muito complicada, para Dona Santa. Ela tinha que trabalhar na lavoura, carregar sua filha para escola e encarregar-se dos afazeres de casa. Ai então, seu cunhado, o Sr. Getúlio, se penalizou dela e sugeriu que ela fosse morar no Cancelão para dar um jeito de facilitar a sua vida. Ele foi à casa de Dona Santa e disse:

Dona Santa: não, tu faz um chalé aí que tu vai receber o piso, a gente vai pedir pra prefeitura. Aí, o tio Nicanor da Luz, foi lá e me levou na prefeitura, explicou a situação pra eles. E eles me ajudaram com a telhas, os guris que são meus amigos, o Adão Paulo, esses guris que tu vê chegar aí, “tia Santa pra cá, tia Santa pra lá”, eles vinham da firma, aqui da CICA, desciam do ônibus e vinham. Fizeram pra mim uma peça só, ali⁵⁴.

⁵² Entrevista realizada em 6 de outubro de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

⁵³ Entrevista realizada em 6 de outubro de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

⁵⁴ Entrevista realizada em 6 de outubro de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.



Figura 7 - Dona Santa e suas filhas Fabiane e Sandra, em frente à sua atual residência. Fonte: Acervo do Projeto Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

Quando Dona Santa mudou-se para o Cancelão seu marido continuou morando na Cruz de Pedra. Ela, no entanto, passou a trabalhar nas empresas rurais de produção de pêssego. E nos finais de semana ia para a casa no interior, para arrumar as coisas para seu marido trabalhar. Isso incluía “fazer pão, lavar a roupa, tudo né?”. Seu Neri não queria vir para o Cancelão, porque ele não conseguia se imaginar sair do lugar onde havia nascido e crescido:

Dona Santa: Ai ele não queria vir, ele achava que na cidade ele não se dava. Claro, foi criado em campanha. Quando ele veio já foi tarde, porque ele já veio doente. Porque as minhas colegas diziam: ‘tu não afrouxa que ele vem, porque se tu ir, é claro que ele não vem’. E aí, eu me antenei mesmo: ‘tu sabe que é isso mesmo’⁵⁵.

Dona Maria, irmã de Dona Santa, após o casamento, foi morar no Cancelão, antecipando-se à irmã na migração para o local. Seu futuro marido, Getúlio da Silva, atualmente com 70 anos, nasceu e cresceu nas imediações como ele refere:

Getúlio: [...] nasci aqui, me criei aqui, nessa vila mesmo aqui. Meus pais moravam logo ali pra baixo, eu nunca saí daqui, assim, fiquei junto com eles até 17, 18 anos, depois comprei esse pedacinho aqui e fiz uma baiuca pra mim morar aqui, era solteiro, ficava sempre aqui, saia pra trabalhar, mas

⁵⁵ Entrevista realizada em 6 de outubro de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

voltava, fazia as empreitadas, assim, saia e voltava⁵⁶.

Os pais de Seu Getúlio se chamavam Serafim Lima e Maria da Silva. O pai era índio e a mãe, castelhana. O avô materno de Seu Getúlio, Sr. Alfredo da Silva, veio para Piratini, fugindo da guerra do Paraguai: “veio vindo, veio vindo e ali na firma se hospedou o cacique velho, veio fugido, então tem uns morro lá, mais ou menos uns três morros, ele fez uma casinha pra ele ali no meio”:

Getúlio: É, meu avô, aí se escondeu ali e ficou, Paraguai velho, conheci ele ainda, ele veio a falecer acho com 90 anos. Então ele ficou naquele meio ali, fez uma quinta e criava abelha, porque não tinha mais pra onde fazer lavoura, tinha uma hortinha, ele trazia laranja pra vender no Cancelão, sempre de a cavalo. Quando ele vinha no Cancelão a minha mãe dizia: “olha, lá vem o avô de vocês”, ele chegava e tinha que beijar na mão. A gente era obrigado a beijar na mão e ficar ali e ninguém falava nada, na época ninguém falava, a gente ficava só escutando o que ele dizia, quieto ali né... Ele se chamava Alfredo da Silva⁵⁷.

Seu Getúlio vem de uma família extensa, que era composta por 18 irmãos, dos quais ele lembra de 11. Estes moravam em casa, uns morreram cedo, 2 se suicidaram: “não cheguei a conhecer todos, mas minha mãe dizia, ‘vocês eram tantos irmãos’. Atualmente, “um mora aqui, outro mora ali na entrada da vila e dois moram em Pelotas”. “Era uma turma muito grande, imagina 11 em casa?” “Já quando eu me criei, quando tinha uns 10, 12 anos, nós já tava poucos em casa, não tava toda turma mais, saíram, trabalhavam pra fora e nós fomos ficando, três ficaram em casa”. Os pais de Getúlio faleceram cedo: a mãe, quando ele tinha aproximadamente 20 anos, e o pai, quando tinha 30 anos.

A família de Seu Getúlio vivia do plantio da lavoura, mas não possuíam terras suficientes. Por isso, plantavam com pessoas que lhes emprestavam terras para o plantio:

[...] Porque na época, assim oh, tinha uma fazenda, aí o dono da fazenda dava terra pra plantar, ele, assim, era muito falado, ele era o pai do Barbosa Lessa, era o dono da fazenda aqui.

Eva: O seu pai trabalhou com o Barbosa Lessa? Plantou com ele?

Getúlio: Plantou com ele, então ele repartia, ele dava uma lavoura pra cada um e plantavam...

Eva: Cada um dos seus irmãos no caso?

Getúlio: Não, ele tinha, vamos supor, assim, dentro da fazenda, ele tinha 10 sócios e cada um recebia uma lavoura. Do Seu Barbosa Lessa a terra passou

⁵⁶ Entrevista realizada em 05 de maio de 2019, com Getúlio da Silva. Acervo individual da pesquisadora.

⁵⁷ Entrevista realizada em 05 de maio de 2019, com Getúlio da Silva. Acervo individual da pesquisadora.

para o Seu Dorvalino Lessa.

Eva: A terra era também do Seu Dorvalino Lessa?

Getúlio: Isso mesmo, é! Aí ele dava uma lavoura, bom ele ia lá, marcava. Essa daí é pra vocês plantar aí, ia os chacareiros tudo. Em cada lugar tinha um chacareiro. Hoje tem uma referencia, um lugar tem um eucalipto, outro lugar tem um pé de limão, outro tem umas laranjeiras, que aguenta anos, né.

Eva: Como era feita a divisão da colheita?

Getúlio: Era por conta do plantador, e aí bom, a gente colhia e tinha que dar a terça pro dono...⁵⁸.

Seu Getúlio continua cuidando da chacrinha que era de seus pais, que fica na direção da empresa agropecuária CICA: "...ainda cuido a chacrinha até hoje, não se importaram mais, eu fico ali e vai ficar, a gente não tem ideia assim de vender nada, ali". No local ainda cria vacas, de onde retira o leite para os netos, e planta batata-doce e amendoim, produtos para o autoconsumo e venda de excedentes. Seu Getúlio entende que embora seus irmãos não tenham interesse em cuidar da terrinha que era de seus pais, cabe a ele continuar cuidando dela. Por isso, ele vai todos os dias na chácara: "eu chego a ir 3 vezes lá, pego a moto, vou ali, venho, nem que seja só dar uma olhada, vou e volto. Tem dia que eu vou duas vezes de manhã e duas de tarde"⁵⁹. Percebe-se o quanto é importante para Seu Getúlio, cuidar do lugar onde moraram seus pais e seus irmãos. Este lugar é para ele muito representativo, ainda que não expresse com palavras os sentimentos que tem por ele. Foi onde ele passou sua infância, de onde viu seus irmãos saírem, porque a família era extensa e eles precisavam trabalhar.

No final dos anos 1970, lá pelos anos 76 ou 77 (Seu Getúlio diz não estar bem lembrado do ano), Seu Getúlio casou-se com Dona Maria e aí, foram morar na fazenda do Seu Nadir Barbosa: "lá, eu fiz um ranchão, nós morava na lavoura, eu e a Maria. Ficamos lá uns 3 anos, aí viemos embora em 80, fim de 79 e aí eu peguei na firma aqui na CICA, trabalhei 36 anos na CICA":

Bruna: Na mesma empresa?

Getúlio: Na mesma empresa, é, trocava de nome e eu sempre ia ficando, aí me aposentei, assim, com 60 anos, mas ainda trabalhei 8 anos depois que me aposentei. Na verdade parei no ano passado, pra dar uma descansada nas pernas, mas era a vida, não sei... Dias que era brabo, mas a gente era feliz, assim, mesmo trabalhando todos os dias. O dia que não tinha serviço a gente até estranhava, quando parava, assim, nas férias, a gente dava uma saída, mas sempre trabalhando⁶⁰.

⁵⁸ Entrevista realizada em 05 de maio de 2019, com Getúlio da Silva. Acervo individual da pesquisadora.

⁵⁹ Entrevista realizada em 05 de maio de 2019, com Getúlio da Silva. Acervo individual da pesquisadora.

⁶⁰ Entrevista realizada em 05 de maio de 2019, com Getúlio da Silva. Acervo individual da pesquisadora.

Retornando à fazenda do Seu Nadir, Seu Getúlio relata que ele e Dona Maria enfrentaram muitas dificuldades lá, porque recebiam salário, mas todos os gastos eram descontados, além de não terem carteira assinada. Dona Maria trabalhava no serviço doméstico na sede, e Seu Getúlio, era o caseiro, cuidando dos animais e lavouras. Essa situação ficou mais crítica principalmente quando ela ficou grávida. É que a fazenda ficava distante da cidade e não havia hospital próximo. A casa onde eles moravam na fazenda ficava distante uns 15 Km da cidade, conta Seu Getúlio:

Getúlio: [...] aí a Maria tava pra ganhar o Júnior e eu tinha uma carreta lá, tinha uns bois e olha, se armou um temporal, um temporal, coisa muito séria. Aí tava de manhã, se levantamos, assim, e aí a Maria, entrou pra dentro da carreta, botamos uns couros por cima da carreta pra ir pra fazenda e assim, dava cada tormenta, cada relâmpago que os bois chegavam a parar. Aí nós fomos pra fazenda, era um sábado, ficamos lá, aí ficamos na fazenda até.... Que aí de tardezinha tinha um ônibus de Pinheiro Machado pra Piratini, aí a gente pegou o ônibus, pra vim pra Piratini, mas em seguidinha a Maria ganhou o nenê⁶¹.

Devido às dificuldades encontradas para morar no interior do município e o aumento do trabalho na fazenda, durante o período de férias dos filhos do fazendeiro, Seu Getúlio e Dona Maria resolveram retornar para a casa deles no Cancelão:

Getúlio: [...] aí viemos embora, no fim de 79, viemos embora, que aí, assim, quando chegava nas férias, vinha todo mundo pra lá e aí a Maria não descansava, tinha criança, tinha... Tinha que carregar água de carreta pra colocar nas piscinas pra eles se tomarem banho, e aí eu disse pra Maria: 'não, mas agora perto das férias vamos embora, eu tinha, aí eu tinha que ficar até 11 horas da noite de em pé, pra desligar o motor da luz...⁶².

A fala de Seu Getúlio revela um tempo de muitas dificuldades vivenciadas por sua família no interior do município de Piratini. Principalmente quando era necessário atendimento médico, a situação ficava bem difícil, pela falta de transporte para chegar até a cidade. Assim ocorria com a maioria das famílias que moravam “pra fora” ou na “campanha” como as pessoas do interior do município costumam falar.

⁶¹ Entrevista realizada em 05 de maio de 2019, com Getúlio da Silva. Acervo individual da pesquisadora.

⁶² Entrevista realizada em 05 de maio de 2019, com Getúlio da Silva. Acervo individual da pesquisadora.



Figura 8 - Sr. Getúlio, Dona Maria, um neto consanguíneo e uma neta adotiva, em frente à atual residência. Fonte: Acervo do Projeto Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

A primeira casa no local onde residem hoje, foi construída com muito esforço, Seu Getúlio chegou a dormir no relento enquanto providenciava algumas peças precárias para morar com a família:

Getúlio: É, eu fiz duas peças, não tinha nada, eu comprei... Eu plantava, aí eu comprei o material e ali no fundo tinha uma goiabeira, eu dormia ali, botei o material aqui e dormia ali. E assim, só me tapava de noite, era verão, que aí eu vendi uma aveia, vendia aveia e comprei o material pra fazer uma... fiz uma peça só aqui, não deu pra repartir por dentro⁶³.

No retorno para o Bairro Cancelão, Seu Getúlio passou a trabalhar em empresa agropecuária da área de fruticultura, onde, originalmente, fazia todo tipo de serviço:

Getúlio: quando eu comecei a trabalhar eu trabalhava, assim, eu fazia tudo que era serviço, serviço pesado, todo, todo. Depois foi, com o decorrer do tempo, foi melhorando, melhorando....

Bruna: Fazia esses serviços de plantar e tudo?

Getúlio: É! Até plantar pessegueiro eu plantei, roçava, capinava, fazia... Podava, e aí depois, aí quando fui cuidar o pessoal, aí já fui saindo fora daquele serviço, aí já não... Só ficava mais ou menos na volta⁶⁴.

Com o tempo, porém, foi conquistando cargos de chefia, posição na qual se aposentou:

⁶³ Entrevista realizada em 05 de maio de 2019, com Getúlio da Silva. Acervo individual da pesquisadora.

⁶⁴ Entrevista realizada em 05 de maio de 2019, com Getúlio da Silva. Acervo individual da pesquisadora.

Getúlio: Aí eu cuidava, era capataz de turno, fui fiscal de turno, eu cuidava toda a área, entende? Toda a área, eu cuidava, trabalhava com alta... Chegou a ter ano que eu trabalhava com 340 pessoas e eu cuidava todo mundo... Só que cada grupo de 25 tinha um pra comandar...⁶⁵.

Dois dos filhos do casal residem no Cancelão, um deles, no mesmo terreno dos pais. Outro, reside em Caxias do Sul, para onde migrou com a família em busca de melhores postos de trabalho.

2.5.2 Família Domingues Silveira

Dona Carlota Domingues da Silveira, 75 anos é viúva reside no Cancelão com um filho solteiro, além de ter uma filha casada – Cinara – que faz vizinhança com ela. Essa sua filha Cinara é casada com um dos integrantes de outra importante parentela, como será visto na sequência.



Figura 9 - Dona Carlota em frente à sua atual residência. Fonte: Acervo do Projeto Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

Dona Carlota nasceu no 3º distrito de Piratini, na localidade do Paredão, no vale do rio Camaquã, uma comunidade que é conhecida como sendo

⁶⁵ Entrevista realizada em 05 de maio de 2019, com Getúlio da Silva. Acervo individual da pesquisadora.

predominantemente de remanescentes indígenas, mas que também possui afrodescendentes. Relata que seus avós maternos e paternos também eram desta localidade, os maternos se chamavam Idalina e Romualdo, e os paternos, Ana Juliana e Feliciano. Nesta localidade Dona Carlota estudou até a quarta série.

Integrava uma família numerosa, que vivia da plantação da lavoura, e desde pequena, como a maioria das mulheres do meio rural, passava por uma dupla jornada – trabalhando na lavoura e nas lidas domésticas:

Dona Carlota: Me criei na lavoura. Desde muleca, trabalhava na lavoura... sexta e sábado ajudava minha mãe a lavar roupa na sanga. Me criei assim com sacrifício, mas a gente tinha tudo... Sempre junto com meus pais... 9 irmãos e só eu de mulher. Tinha outra irmã, mas morreu pequena. Ai ficou só eu. A gente se criou tudo trabalhando, não sentia cansaço. Hoje as crianças já nascem cansadas. Acho que é porque não se alimentam direito, as mães só dão coisinhas para comerem⁶⁶.

A terra onde Dona Carlota e os pais residiam era herança de sua avó e avô maternos. Eram 16 hectares que foram vendidos após o falecimento dos pais de Dona Carlota, e cujo dinheiro foi dividido entre os herdeiros. Mas essa terra era insuficiente para sustentar a família quando lá residiam, por isso, trabalhavam também em regime de sociedade: “a gente plantava também na terra de um vizinho do lado de nosso campo porque a família era grande e não dava para sustentar todos plantando só na terra do meu pai. A metade da plantação ficava para nós e a outra metade ficava para o vizinho”⁶⁷.

Dona Carlota residiu com os pais até o casamento, e após se casar, continuou residindo ao lado da casa destes. Como seu primeiro marido se envolvia apenas nas lidas campeiras, nos empreendimentos das redondezas, e além disso, era alcoólatra, ela prosseguiu trabalhando nas lavouras com o pai para poder sustentar os filhos. Mas à certa altura, seu irmão que tinha migrado para a Grande Porto Alegre, levou seus pais para lá por já estarem velhinhos.

Em razão dos problemas de alcoolismo, Dona Carlota se separou do primeiro marido e se envolveu em um segundo relacionamento, tendo ao todo, 10 filhos, todos nascidos em casa. Seu segundo marido também não gostava do trabalho na lavoura,

⁶⁶ Entrevista realizada em 10 de abril de 2019, com Carlota Domingues da Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

⁶⁷ Entrevista realizada em 10 de abril de 2019, com Carlota Domingues da Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

mas sim das lidas campeiras. Então, a própria Dona Carlota assumiu a responsabilidade pela produção dos alimentos para sustento dos filhos:

Dona Carlota: Levava todos os filhos para a lavoura e os que eram pequenos, colocava dentro de uma caixa e os maiores cuidavam, para eu poder trabalhar. Quando chegava da lavoura, tinha o trabalho da casa para fazer e fazer comida para nós e alimentar os animais. Eu lavava roupa para fora, para uma firma que veio para o Paredão e passava com ferro de brasa, engomava as roupas⁶⁸.

Plantava-se de tudo: milho, feijão, aipim, batata-doce, batata inglesa, trigo, linhaça, amendoim, pepino, couve, almeirão, repolho, milho, pepino, chuchu, etc. Atualmente Dona Carlota planta apenas na horta de casa; parou temporariamente de plantar por questões de saúde, mas pretende retomar a plantação porque é uma forma de manter os elos entre os vizinhos:

Dona Carlota: Paramos de plantar depois que mudamos para o Cancelão, e também agora porque fiz duas cirurgias, mas quero voltar a plantar pelo menos couve. Depois que mudei para cá, tudo o que eu colhia, levava para tia Santa: abobora, batata, couve, tudo era repartido. Este ano quero plantar de novo a horta⁶⁹.

Fazem 20 anos que Dona Carlota se mudou para o Cancelão, por motivo de doenças: “Aqui onde moramos hoje, era do tio Landi (Nicanor da Luz) comprei da filha dele, com o dinheiro da terra que vendi lá fora”⁷⁰.

2.5.3 Família Medeiros Silveira

Dona Maria Lessi Medeiros Silveira, mais conhecida como Dona Lessi, 63 anos, nasceu no 3º Distrito de Piratini, mas não lembra exatamente o local. Sabe que era antes do Passo da Capela, quem vai do Cancelão. Morou muito tempo na companhia dos seus pais e saiu com 21 anos já casada com o Sr. José Armando Madruga Teixeira e, com os 2 filhos mais velhos: o Ricardo e a Luciara. Dali, Dona Lessi foi morar na Venda da Lata, onde permaneceu por cerca de 10 anos, “mas não

⁶⁸ Entrevista realizada em 10 de abril de 2019, com Carlota Domingues da Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

⁶⁹ Entrevista realizada em 10 de abril de 2019, com Carlota Domingues da Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

⁷⁰ Entrevista realizada em 10 de abril de 2019, com Carlota Domingues da Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

morando num lugar só”. “Era num lugar e noutro porque era dos outros e quem mora assim, nem sempre pode ficar muito tempo”⁷¹. Dona Lessi descreve os lugares por onde morou:

Rosane: A senhora lembra de todos os lugares por onde passou?

Dona Lessi: Que eu morei? Ihh...precisa toda uma tarde para contar. Primeiramente eu nasci, eu nasci onde os pais de criação do meu pai moravam. Aí quando eu sai da companhia dos meus pais, fui morar aqui onde nós se criamos, depois de um pouco nós viemos para a Venda da Lata também, meus pais vieram e a gente veio também mas, não moramos junto. Depois moramos numa chácara de um tio do meu marido, depois andei lá perto do cemitério dos Couto, perto da divisa de Canguçu com Piratini. Lá moramos dois anos, depois retornamos e moramos na chácara de um senhor que morava em Canguçu e ficamos um ano e pouco, depois voltei para a chácara de meu tio, depois moramos perto do Bolicho do Barranco, no Rodeio velho. Depois saímos dali e fomos morar na chácara de um tio, irmão da mãe, morei na casa do filho, depois saí. Aluguei umas pecinhas, morei na casa perto onde a Marlene minha irmã mora e depois é que viemos morar aqui. Quando meu irmão foi embora eu vim morar aqui [no Cancelão]⁷².

Dona Lessi tem 4 filhos, dois moram no Cancelão, um na cidade de Piratini e um em Bagé. Os pais do marido de Dona Lessi, “tinham alguma coisinha, tinham como viver”, mas ele vivia alambrando⁷³. No Cancelão, Dona Lessi conta que “faz mais ou menos 30 anos” que está morando. Após um tempo da mudança para o Cancelão, ela separou do marido que atualmente é falecido. A mãe dela, segundo seu relato, vivia muito doente, razão pela qual mudaram-se para o Cancelão para morar com seu filho mais moço, o Teté. Para ajudar o irmão no cuidado dos pais, Dona Lessi e sua família mudaram para o Cancelão, e, após o falecimento dele, permaneceram morando na casa de seu irmão, atualmente também já falecido. Ao migrarem para o Cancelão, os pais de Dona Lessi residiram em vários locais, até que seu irmão conseguiu comprar esse terreno e construir uma casa para eles, no qual a própria Dona Lessi reside até hoje:

Dona Lessi: Não, era do meu irmão, o Altamiro que mora em Santa Catarina. Mas antes de ele morar aqui, ele morou de aluguel, morou em muitos lugares. Depois que conseguiu esse terreno, passou pro pai e aí com a ajuda das pessoas e até da prefeitura que deram o material que ele montou a casa aqui

⁷¹ Entrevista realizada em 16 de junho de 2018, com Maria Lessi Medeiros Silveira. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

⁷² Entrevista realizada em 16 de junho de 2018, com Maria Lessi Medeiros Silveira. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

⁷³ Cerca com arames feito geralmente de forma manual, sendo o alambrador tradicionalmente um especialista nesta atividade, em desuso pelos processos de mecanização do trabalho no campo.

para ele morar. Foi aqui que os dois se terminaram⁷⁴.

Os pais de Dona Lessi se chamavam Lucídio Silveira e Idê Medeiros Silveira. Os dois eram do 3º Distrito de Piratini, próximo da Capela. Sua avó paterna era Dona Maria da Conceição Medeiros, que Dona Lessi refere como uma senhora “bem pretinha”, já o pai do seu pai, era branco. A avó materna era Ema, que talvez fosse Medeiros, e o pai de sua mãe era João Paulo, mas Dona Lessi não lembra o sobrenome.

Dona Lessi não sabe contar se sua avó paterna foi escravizada, mas relata que “ela foi criada pela casa dos outros, trabalhando para os outros”. Seus avós, não tiveram terras. Seu pai foi criado pela família do Sr. Ricardo e Dona Faustina. Eles eram brancos e os pais de criação de sua mãe também eram brancos. Sua avó contava que ser filha de criação significava trabalhar muito, tinha que “passar, buscar vaca para tirar leite”. Seu pai nunca falou sobre os trabalhos que realizava na casa dos pais de criação, mas “dizia que passou muito trabalho”. Após o casamento, seus pais continuaram morando nas terras do avô de criação de Dona Lessi. O pai dela, alambrava, plantava, fazia todo o serviço que aparecia. Quando mudaram para o Cancelão, os pais de Dona Lessi passaram a sobreviver do plantio de pequenas hortas, de onde “vendiam de a quilinho” e alguns filhos, que já trabalhavam, os ajudavam nas despesas também.

Dona Lessi é de uma família numerosa. Eram 13 irmãos: 7 homens e 6 mulheres. Hoje são dez. Assim como seus próprios pais, eles não foram todos criados juntos, pelos seus pais biológicos:

Dona Lessi: [...] não foram totalmente criados por eles, porque naquela época, assim, a gente era muito pobre e as pessoas sempre arrumavam, pediam para companhia, assim, para cuidar uma criança. E a maior parte foi criada assim, na casa dos outros, se o fulano pedia lá ia um, se aquele pedia, lá ia outro. O que menos foi criado, assim, e saiu da companhia deles adulta, fui eu e os mais velhos. E outros mais moços, foram saindo para a companhia de alguma família⁷⁵.

Dona Lessi repetiu a história dos seus pais e avós em relação aos filhos: Pedro e Júlia foram dados para serem criados por outra família, porque ela e o marido não

⁷⁴ Entrevista realizada em 16 de junho de 2018, com Maria Lessi Medeiros Silveira. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

⁷⁵ Entrevista realizada em 16 de junho de 2018, com Maria Lessi Medeiros Silveira. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

tinham condições de dar alimentação adequada em determinadas épocas do ano, frente à escassez das lavouras ou de trabalho, além de ser muito difícil de garantir seus estudos.

Os pais de Dona Lessi não chegaram a estudar. Ela também não, apenas por um breve período, já no Cancelão, no MOBRAL, onde teve uma alfabetização básica. Dona Lessi relata que não frequentou a escola porque a dificuldade era muito grande, devido à distância:

Dona Lessi: Um colégio era no 3º Distrito, muito distante, e o outro, era lá na Capela e os dois tinha arroio. Quando chovia os arroios enchiam d'água. A gente tinha que sair de madrugada se a aula era de manhã. Levava mais ou menos duas a três horas a pé. Por isso, nós os mais velhos ficamos todos analfabetos, não fomos à escola⁷⁶.

Dona Lessi relata que já fez de tudo em termos de trabalho. Quando mudou para o Cancelão, trabalhou podando pessegueiro na ISAGRO, de capinar, de ralear, de podar, colher, depois trabalhou nas serrarias. Já podou pinho e eucalipto. Faz faxina e se tiver que pegar na enxada, ela pega. Aos domingos ela trabalha na cidade, lavando pratos e afirma: “tudo é dinheiro, a gente tem que trabalhar”. Na CICA, onde trabalha até hoje, desenvolvia atividades semelhantes às que praticava na ISAGRO. A diferença é que agora, não precisa mais capinar porque “eles usam bastante inseticida, então não capinam, está tudo mais modernizado”. Como não precisa capinar, diminuiu muito o trabalho, porque não necessita botar peão para capinar ou roçar, porque colocam veneno. Na CICA, que fica a 1 KM do Cancelão, diminuiu o plantio de pessegueiros: “quando os Shirams compraram ali, plantaram mais e a gente tirava três meses podando. Agora não, acho que este ano não vai dar um mês de poda. Tem muita plantação de soja”⁷⁷.

A ida para o trabalho, no início, era de caminhão, de trator ou a pé. Agora tem ônibus, diz Dona Lessi: “pegamos o ônibus as 7h. Quando está muito frio tem gente que faz fogo para se aquecer. Eu quase encaranguei, mas não dá para ficar na beira do fogo. A gente tem mais experiência”⁷⁸, diz Dona Lessi, e salienta que se criou neste

⁷⁶ Entrevista realizada em 16 de junho de 2018, com Maria Lessi Medeiros Silveira. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

⁷⁷ Entrevista realizada em 16 de junho de 2018, com Maria Lessi Medeiros Silveira. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

⁷⁸ Entrevista realizada em 16 de junho de 2018, com Maria Lessi Medeiros Silveira. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

serviço, nesta luta desde os nove anos trabalhando com seu pai.

Dona Lessi reside sozinha em uma casa na Rua Dorvalino Lessa, mas rodeada de parentes e vizinhos, alguns dos quais conhece desde o “tempo da campanha”. Seu filho Ricardo, que trabalha em empregos sazonais em empresas agropecuárias, reside à poucos metros da sua casa, com sua esposa e dois filhos; sua filha Júlia reside na cidade, onde trabalha como costureira de uma fábrica de bombachas, visitando a mãe periodicamente; outra filha, Luciara, também é sua vizinha. Vive, portanto, cercada pelos seus.



Figura 10 - Dona Lessi no pátio da sua casa, na qual residiram também seus pais. Fonte: Acervo do Projeto Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

2.5.4 Família Garcia

Dona Senhorinha Garcia, viúva, tem atualmente 85 anos. Filha de José Francisco e Maria Garcia, que nasceram e cresceram no Barroão, 4º Distrito de Piratini. Ela também nasceu e cresceu neste local, o qual descreve como uma “serra, vassoura e pedra”. A família vivia da agricultura, com produção para autoconsumo em terras próprias: batata, abóbora, feijão, milho e criação de pequenos animais. Como o local era de difícil acesso, era praticamente impossível comercializar a produção. Era uma região em que não haviam fazendas por perto, sem alternativas de trabalho, portanto. Muitas famílias residiam no mesmo local e, segundo Dona Senhorinha, “tudo era negro”, e residiam em casas feitas “com barro, torrão”, cobertos com capim santa-

fé: “a telha que nós tinha era aquela. Tudo era pobre, não tinha ninguém rico”. Essa falta de condições resultava em não ir para a escola: “não sei de que jeito senta no colégio. Lá não tinha, nada disso tinha, de colégio. Depois, já perto de eu vim embora que inventaram um coleginho lá perto de um compadre meu”⁷⁹, afirma ela. De uma irmandade de quatro irmãos, atualmente vivem apenas Dona Senhorinha e outra irmã, que reside em Pelotas.

Dona Senhorinha se casou com 31 anos com José Luís Garcia, que era seu primo. Seu marido, diferente do seu pai, “trabalhava assim, de peão, por dia”. E foi justamente a escassez dos postos de trabalho que os levou a se mudarem para o Cancelão, há aproximadamente 40 anos, quando “não tinha nada, isso aí tudo era mato, era tudo vassoura, era mato. Foram fazendo casa, fazendo casa, olha, tá quase uma cidade já, desse outro lado”⁸⁰. Mãe de duas filhas (Lucilé e Eva) e um filho (Adão), elas residem nas proximidades, e ele, solteiro, reside com a mãe.

O terreno em que reside atualmente foi comprado pelo pai, que a antecedeu na migração para o Cancelão, o que fez após vender a área da terra no Barrocão. Dona Senhorinha e seu marido, por terem migrado em um tempo mais recuado, quando não haviam as empresas agropecuárias, continuaram a trabalhar em lavouras, “de peão, por dia”, quando foram para o Cancelão: “trabalhava por aí tudo, até lá em Piratini a gente ia capinar, arrancar batata, tudo nós ia. [...] Nós não tinha terra, não tinha nada, não é?!”⁸¹. Acompanharam a mudança do Sr. Nicanor da Luz para o local, que lhes cedia terra para plantio. Quando as empresas de fruticultura se instalaram nas redondezas, assim como grande parte dos migrantes do Cancelão, passaram a trabalhar no ciclo do pêssego, especialmente a colheita.

⁷⁹ Entrevista realizada em 21 de julho de 2018, com Senhorinha Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

⁸⁰ Entrevista realizada em 21 de julho de 2018, com Senhorinha Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

⁸¹ Entrevista realizada em 21 de julho de 2018, com Senhorinha Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.



Figura 11 - Dona Senhorinha em frente à sua casa, terreno herdado de seu pai. Fonte: Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

Lucilé Garcia, outra entrevistada pela equipe do Projeto de Extensão, tinha 6 anos quando sua família migrou para o Cancelão, Lucilé estava com 6 anos de idade e já tinha frequentado durante um ano as aulas no Barroco. A terra onde moravam era de seu pai, mas foi vendida, e Lucilé não sabe informar para quem: “hoje em dia dizem que é plantação de pinho lá, mas 38 anos que eu não vou lá”. Neste lugar, para ir para escola era muito difícil, tinha que ir a pé:

Lucilé: Passando pinguela. Tinha uma sanga, nós ia... era eu, o meu irmão e a minha irmã. Nós ía os três sozinhos e quando chovia muito meu pai, ou a mãe nos levava até a sanga, e tinha que passar a pinguela e depois nós ia a pé e era longe. Não sei quanto tempo dava, mas não era perto⁸².

Lucilé guarda boas lembranças da mudança para o Cancelão, como a conquista de amigos, com os quais brincava bastante, o que era intercalado, contudo, pelo trabalho com os pais, desde cedo:

Lucilé: Mas depois que a gente cresceu um pouquinho, fomos pra lavoura ajudar o pai e a mãe. A gente estudava, mas a gente tinha as obrigações. Eu mesma, eu chegava... Eu ficava em casa arrumando a casa e a minha irmã ia pra lavoura ou vice-versa, e o meu irmão, que era maior na época, já ia

⁸² Entrevista realizada em 25 de janeiro de 2019, com Lucilé Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

meio direto também. Às vezes até faltavam a aula pra pode ajudar os meus pais na lavoura, porque era dali que a gente tirava o nosso sustento⁸³.

Tal como a mãe, Lucilé também traz lembranças do Cancelão como um local despovoado, moradores “era um aqui e outro lá”. Havia apenas umas três ou quatro casas e tudo era mato fechado à volta. A água para o consumo era retirada de uma cacimba:

Lucilé: Logo ali adiante tinha uma cacimba, um pé de erva de bugre muito grande, uma rica de uma sombra, e a gente vinha pra ali. Era até de onde a gente consumia água, porque não tinha água da CORSAN naquela época. A gente lavava roupa aqui, tinha um tanque de cimento, mas quando secava a cacimba tinha que lavar na sanga. Juntava um monte de roupas de dias e dias e aí, tirava um dia todo para lavar aquelas roupas na sanga⁸⁴.

Essa cacimba era de uso coletivo, quem precisava de água vinha ali pegar, mas ela não existe mais, foi soterrada, já faz muitos anos. Permanece no lugar ainda o pé de arará que ficava do lado da cacimba, que ficava nas terras do Seu Landi.

Lucilé estudou só até a 5ª Série do que hoje vem a ser o Ensino Fundamental. Ela explica que trabalhou muito em casa de família: “Aqui no Cancelão, Piratini, Pelotas. Depois, conforme a idade eu fiquei trabalhando lá uns anos. Voltava de novo pra trabalhar e assim foi. Até... Agora mesmo faz 15, vai fazer 16 anos que eu vim embora de Pelotas”⁸⁵.

No retorno ao Cancelão, passou a trabalhar nas empresas do ramo da fruticultura, especialmente na poda, raleio e colheita do pêssego. Para estes trabalhos nas firmas, primeiramente, ela ia com seus familiares, mas depois, ela começou a ir sozinha.

Para ir para o trabalho nas empresas, a saída de casa as 6 horas, e o horário do término do trabalho era as 18 horas, chegava em casa as 19 horas, aproximadamente. Mesmo assim, considera que o esforço recompensava, porque:

Lucilé: A gente saía cedo... Era bem recompensado, mas as condições de trabalho, não teve, não tinham os preparos todos. Eles não davam muita bola pra isso, querem que as pessoas trabalhem, mas eles não dão muita bola

⁸³ Entrevista realizada em 25 de janeiro de 2019, com Lucilé Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

⁸⁴ Entrevista realizada em 25 de janeiro de 2019, com Lucilé Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

⁸⁵ Entrevista realizada em 25 de janeiro de 2019, com Lucilé Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

pros equipamentos necessários que as pessoas precisam usar. Mas tirando isso, era tranquilo, dava bem pra se defender⁸⁶.

Lucilé relata que até agora, trabalhou só em firma de plantio pêssego, não trabalhou noutro tipo de empresa. “Trabalho na fábrica em Pelotas, mas era de pêssego também. Às vezes aparecia uma ou duas caixas de morango, aspargo, pepino, para colher, mas trabalhei só dois meses nesta fábrica, mas o resto, só em firma de pessegueiro”⁸⁷.

Lucilé narra sobre o seu tempo de juventude no Cancelão como um período de muitas amizades, em que além do compartilhamento do trabalho, se compartilhava diversão:

Rosane: E como era essa parte da diversão na sua época?

Lucilé: A diversão era boa, tinha bastante jogo pra fora, todo mundo amigo. A gente ia a baile pra fora, aqui ou em Piratini. Se não tinha ônibus a gente juntava uma turma e ia a pé, o que hoje não dá pra fazer isso porque tá muito difícil na rua. Ah, era todo mundo amigo, e até hoje a gente continua as amizades antigas. E era assim, se tinha jogo um convidava ah, vamos? E quando a gente via já tava uma turma grande e a gente ia até de caminhão boiadeiro pra jogo pra fora, mas era tudo diversão⁸⁸.

No Cancelão, tem um CTG (Centro de Tradições Gaúchas), onde inicialmente as pessoas negras não podiam entrar. Neste local de diversão Lucilé relata que frequentou, “mas muitos anos depois, bem na época que começou mesmo era bem criticado, os negros. Mas depois, foi liberado e em seguida terminou, foi trocando de direção e o CTG foi se terminando e hoje não existe mais”⁸⁹:

Rosane: Mas como que era... Porque era criticado os negros? Os negros não podiam entrar, como que era isso?

Lucilé: Logo que abriu o CTG não podia entrar negro, eram só eles mesmo, só os brancos. Mas depois foi liberado, depois de muitos anos que foi onde eu conheci o CTG por dentro, porque a gente conhecia só por fora.

Rosane: Mas nesse tempo que não podiam ir no CTG, os bailes que vocês iam eram bailes misturados, ou eram bailes só de negros?

Lucilé: Bailes misturados, era de tudo. Era no salão do Seu Nenê, que era perto da escola, que hoje não existe. Existe o salão, mas hoje não fazem mais nada nele porque tá muito velho. Eram bailes que tinha que a gente fazia

⁸⁶ Entrevista realizada em 25 de janeiro de 2019, com Lucilé Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

⁸⁷ Entrevista realizada em 25 de janeiro de 2019, com Lucilé Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

⁸⁸ Entrevista realizada em 25 de janeiro de 2019, com Lucilé Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

⁸⁹ Entrevista realizada em 25 de janeiro de 2019, com Lucilé Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

brincadeira, montava numa casa brincadeiras, todo mundo dançava, todo mundo dava risada, se divertia, bebia alguma coisa, né? E era muito bom. Hoje se fizer uma brincadeira num baile em casa dá briga, dá bagunça, porque hoje ninguém sabe se divertir⁹⁰.

Sobre o marido, com quem se casou aos 32 anos, Lucilé conta que o conheceu no Cancelão, no entanto, a família dele já era conhecida dela. Conheceu a cunhada e o cunhado porque “a gente ia lá fora em negócio do Centro de Umbanda”. Conhecia a mãe e o pai dele, mas ele mesmo, só depois da mudança para o Cancelão. Em seguida que casou, ela engravidou da filha mais velha que neste ano fez 15 anos.

O marido de Lucilé, José Carlos da Luz Garcia, faz parte de outra família que migrou da “campanha” para o Cancelão e tem papel importante na estruturação da Associação Quilombola, como veremos abaixo. Ele também trabalha em empresas agropecuárias, passando toda a semana fora de casa, e convivendo com a esposa e duas filhas – Giovana e Cláudia Ohana – apenas nos finais de semana:

Rosane: E o seu marido trabalha pra fora, daí?

Lucilé: Trabalha

Rosane: E que tipo de trabalho ele faz?

Lucilé: Bom, ele trabalha com madeira, e ele começou a trabalhar no facão descascando as madeiras, aí depois ele passou um ano e pouco trabalhando no facão. E depois ele passou a trabalhar nas descascadeiras de madeira. Eu só não sei dizer como é que é porque eu nunca vi esta máquina de perto.

Rosane: Tudo bem, é só pra gente ter uma ideia, de como, ao vir pra cá, no que ele se envolveu.

Lucilé: Não, mas ele trabalhou em outras firmas. Ele trabalhou na Germina, que hoje não existe mais essa firma. Na CICA, também ele trabalhou, e que eu me lembre... Ele trabalhou em fazenda também antes de vir pra cá. Acho que foi quando ele quebrou uma perna que ele parou de trabalhar em fazenda. Não me lembro bem desta história, mas hoje ele trabalha na caçamba⁹¹.

Dona Lucilé reside há aproximadamente 200 metros da casa da mãe, em terreno que seu marido herdou dos seus pais, e praticamente em frente à casa de Dona Santa. O relato de Lucilé sobre os caminhos trilhados para garantir a sobrevivência do grupo familiar, evidenciam um tempo de muitas dificuldades. O trabalho pesado, nas empresas, sejam de silvicultura ou de fruticultura, supre as necessidades básicas do grupo, mas não garante a estabilidade dos trabalhadores.

⁹⁰ Entrevista realizada em 25 de janeiro de 2019, com Lucilé Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

⁹¹ Entrevista realizada em 25 de janeiro de 2019, com Lucilé Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.



Figura 12 - Dona Lucilé e suas duas filhas, em frente à sua casa. Fonte: Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

2.5.5 A família Luz Garcia

José Luís Garcia, esposo de Dona Senhorinha, além de ser primo dela, era primo também de Nicanor Jovelino Garcia, que com sua esposa Ana Maria da Luz Garcia, também migrou para o Cancelão após uma vida inteira dedicada à agricultura e lides campeiras, na “campanha”. Um dos filhos deste casal - José Carlos da Luz Garcia – é justamente o esposo de Lucilé, tal como foi visto acima. Outro de seus filhos, cuja casa fica ao lado da de Lucilé e José Carlos, no mesmo terreno herdado dos pais, chama-se Osmar da Luz Garcia, que é casado com Cinara, filha de Dona Carlota. Osmar é conhecido localmente como Osmarzinho ou Mariozinho, este último pseudônimo também era atribuído ao seu pai. Maria Jurema da Luz Garcia também reside com esposo, um casal de filhos e Neci, irmã que é deficiente, em parte do terreno herdado dos pais, só que do lado oposto da rua. Esta irmandade era composta por mais um irmão já falecido e outros dois que residem, atualmente, na cidade de Bagé.

Osmar e irmãos nasceram no Barrocão, 4º Distrito, tal como os familiares de Dona Senhorinha, onde residiu até os 7 anos e meio. A família mudou-se para o 3º Distrito, no Passo da Capela, em busca de melhores condições de trabalho, pois

viviam apenas da agricultura de subsistência. A descrição que faz do lugar apresenta tanto as dificuldades como as vantagens da residência em um local retirado:

Osmar: Bah, lá onde a gente morava mesmo, acho que era mais ou menos uns 5 km a pé até a estrada principal. Mas era um buraco, e nós morava no fundão, e o único acesso que nós tinha pra entrar pra lá onde nós morava, a condução que nós tinha era só carreta. Era só carreta que a gente transportava, que era a condução que entrava. Que era um fundão, que era coisa mais séria. E às vezes eu penso e parece que a gente tinha uma vida tranquila⁹².

No Barroão o Sr. Nicanor, pai de Seu Osmar, “tinha uma areazinha de terra dele”, onde plantava, indo buscar, por isso outras áreas de plantio na vizinhança, que cultivava no regime de “terça”. Ao se mudar para o 3º Distrito, o fez na condição de “chacreiro” em uma fazenda:

Sr. Osmar: Chacreiro, antigamente, era assim: os que tinham mais condições não pagavam salário, então se eles botassem um empregado, eles botavam era um chacreiro de empregado. Aí o que quer dizer o chacreiro? Ele ia pra ali pra ele plantar pra sobreviver, e aí dividia com o patrão. Então o chacreiro era assim que funcionava, porque dinheiro mesmo, só se via dinheiro quando se colhia pra vender, naquela época, agora não existe mais isso⁹³.

O Sr. Osmar estudou pouco no Barroão, mas continuou os estudos no 3º Distrito até a 4ª série, quando então sua professora, em razão de seu bom desempenho, ofereceu a ele a casa de seus próprios pais na cidade de Piratini para Osmar ir residir e continuar a estudar. Ele, no entanto, recusou a proposta porque...

Sr Osmar: Fiquei com pena, me lembrei do pai, né tchê. E aí trabalhar e estudar também, era um colégio longe, aí: ‘vou parar de estudar...’ Aí eu parei de estudar e vim pra lavoura com o pai, perdi essa oportunidade, mas no caso, não vem ser o caso. E aí o pai não tinha salário, tinha que viver da lavoura. Porque aí era assim, quando não tinha serviço na lavoura, a gente saía a trabalhar pra fora, de peão, fazer arame, cortar e fazer lenha a machado. [...] Aí a gente saía a trabalhar de peão, ou de empreitada, pra cair um dinheiro por fora. Então, assim que a gente ia equilibrando. Então eu tive que parar de estudar por causa desses motivos⁹⁴.

Misturando pena e orgulho, Osmar relata que “com 11 anos já segui

⁹² Entrevista realizada em 22 de julho de 2018, com Osmar da Luz Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

⁹³ Entrevista realizada em 22 de julho de 2018, com Osmar da Luz Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

⁹⁴ Entrevista realizada em 22 de julho de 2018, com Osmar da Luz Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

trabalhando de peão. 11 anos, é uma coisinha!”. Isso porque seus irmãos mais velhos já haviam saído de casa, seus pais já estavam ficando velhos e adoecidos e suas duas irmãs eram doentes – uma com problemas mentais e outra, com anemia falciforme, doença da qual sofria desde criança mas que só veio a descobrir o que era quando já era adulta. Passou a trabalhar em uma fazenda em lidas campeiras, recebendo salário mensal, com o qual pagava as despesas dos pais na “venda”. Quando tinha 27 anos, quando seus pais se aposentaram e ficaram mais independentes em termos financeiros, ele então concluiu que estava em condições de sustentar a sua própria casa com seu salário e se casou com Cinara, que conheceu por trabalhar de cozinheira na mesma fazenda: “Mas era só vontade também, porque eu não tinha nada, era só o apoio dos patrão”⁹⁵.

Osmar e Cinara circularam por várias fazendas até o Sr. Nicanor Jovelino, pai e sogro, resolver se mudar para o Cancelão, sob estímulo do seu primo Nicanor da Luz. O apego criado pela situação de ter sido o filho que os assistia na velhice o obrigou a se mudar também:

Sr. Osmar: Ai o pai disse: ‘Não Mariozinho, eu vou comprar lá, mas eu quero que tu vá embora pra morar com nós’. Eu digo: ‘mas pai, mas fizemos assim, o senhor vai pra lá e eu sigo trabalhando de empregado, eu não vou abandonar vocês e eu vou sempre continuar ajudando vocês, na medida que eu posso’. Mas não adiantou, enquanto não desesperou pra mim vir pra cá não houve jeito, aí eu tive que terminar largando o serviço lá, tive que terminar o serviço lá e vim pra cá pra contentar eles. Por isso que eu terminei vindo pro Cancelão⁹⁶.

Quando foram residir no Cancelão, conheciam já a família de Dona Santa, com quem mantinham vínculos religiosos nos centros de umbanda que frequentavam na “campanha”. O Sr. Nicanor Jovelino não demorou a falecer no Cancelão, de problemas cardíacos, o que se deve, segundo Osmar, ao fato de não ter se acostumado ao novo ambiente. Sua mãe, também falecida, viveu por mais uns anos.

Ao residir no Cancelão, o Sr. Osmar foi trabalhar em uma empresa de silvicultura, passou depois um tempo desempregado, vivendo de biscate e seguro-desemprego. Foi então que a mesma empresa o procurou propondo seu retorno, mas para trabalhar na pecuária intensiva, outro ramo de produção em que também

⁹⁵ Entrevista realizada em 22 de julho de 2018 com o Sr. Osmar da Luz Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

⁹⁶ Entrevista realizada em 22 de julho de 2018, com Osmar da Luz Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

estavam investindo, permanecendo como empregado até hoje. Para isso, passou a morar na sede de um dos empreendimentos da empresa, mantendo, no entanto, a sua casa no Cancelão, a qual é reparada pelos parentes e vizinhos e à qual retorna em fins de semana, quinzenalmente. Osmar e Cinara possuem 4 filhos, e ficaram avós no ano de 2019, do seu filho mais velho, que tem 23 anos.



Figura 13 - O Sr. Osmar, a esposa Cinara e três de seus quatro filhos, em frente à sua casa, após uma sessão do Centro de Umbanda N. S. Aparecida. Fonte: Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

Em razão da vizinhança entre os irmãos, há uma forte convivência entre os primos, especialmente João Emanuel, filho de Maria Jurema, e os filhos de Cinara e Osmar, por terem idades parecidas. Quando foi residir no Cancelão com os pais, Maria Jurema era ainda solteira e perambulava por hospitais da região, buscando paliativos para as dores intensas que sofria. Relata que quando era criança e as dores lhe “atacavam”, passava “6, 7 dias em cima de uma cama”, sendo “fomentada” pela mãe e por Dona Ana, esposa do Sr. Nicanor da Luz, que era parteira, benzedeira, curandeira e médium.

Maria Jurema: [...] eu entrei na escola eu já tinha uns 7 para 8 anos já, já tava querendo passar já, 7 pra 8 anos. Que aí eu ia de à cavalo, que eu não tinha condições de caminhar de à pé. Ia, deixava o cavalo lá, estudava e de tardzinha vinha de a cavalo de novo. Às vezes eu ia estudar, tirava quatro, cinco dias estudando, e tirava seis sete dias sem ir na escola, deitada numa cama, gritando de dor. E eu tinha esse problema de anemia falciforme, só

que naquela época a gente não sabia que tipo, o tipo da doença, que eles não tinham condições de fazer um exame detalhado para saber o tipo da doença⁹⁷.

Maria Jurema foi descobrir o que efetivamente lhe afligia quando já tinha 22 anos, já residindo no Cancelão, quando lhe encaminharam para exames hematológicos em Porto Alegre. Ainda era solteira, e residia com a mãe, já viúva. Foi em uma das suas rotineiras internações hospitalares que conheceu seu marido, Moisés Vaz Silveira, quando este visitava a mãe que também estava baixada no hospital. Maria Jurema tem um filho e uma filha, e embora esta tenha nascido prematura, os dois usufruem de bom estado de saúde, não tendo herdado a doença da mãe.



Figura 14 - Maria Jurema, na varanda do Centro de Umbanda N. S. Aparecida. Fonte: Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

2.5.6 A família Duarte de Freitas / Ulguim da Luz

Seu Darci e Dona Zeni moravam no interior de Canguçu, município que faz divisa com Piratini. Seu Darci era da Coxilha do Arvorito e Dona Zeni, dos Duarte. Há dez anos eles mudaram para o Cancelão devido a problemas de saúde de seu filho Paulo, que já havia mudado para este município para trabalhar nas empresas de

⁹⁷ Entrevista realizada em 25 de janeiro de 2019, com Maria Jurema da Luz Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

silvicultura instaladas na região. Dona Zeni Duarte de Freitas está com 86 anos. Ela era viúva quando ficou com Seu Darci Ulguim da Luz, que por sua vez, era separado de sua primeira esposa. Dona Zeni teve quatro filhos do primeiro casamento. Dois morreram porque nasceram fora do tempo. Seu Darci, tem 2 filhos do primeiro casamento e, em conjunto, eles têm um filho que mora com eles – Paulo, que vive de benefícios previdenciários por problemas crônicos de diabetes, e é o atual presidente da Associação Quilombola.

Os dois moraram por 48 anos no 3º Distrito de Canguçu em Arvorito, na casa de Dona Isabel, da qual Seu Darci era agregado. Dona Zeni conta que não tinha pai, lamenta ela:

Dona Zeni: Mas diz que ele era da família dos Rocha, minha mãe era dos Duarte, era empregada deles, dos Rocha, e no final eu sai de filha dele. Aí meu avô, quando ela me ganhou, me pediu para me criar e ela me entregou pra eles me criarem como filha. Eu não conheci minha mãe verdadeira, só sei que se chamava Erondina. Ela ficou grávida do patrão e a mulher dele ficou braba quando soube que eu era filha dele⁹⁸.

A estratégia para não revelar que Dona Zeni era filha do patrão de sua mãe, foi doá-la para aquela que seria sua irmã paterna, após o casamento desta. Nesta época, Dona Zeni conta que estava com seis anos e morou com eles até casar.

Dona Zeni: Eles não deixaram conhecer minha mãe verdadeira. Eles mentiam que eu não tinha mãe e não tinha pai. E só depois que me criei que fiquei sabendo quem eram, de onde eram e que não era filha deles. Aí eu apertei com eles para saber a verdade. Aí a irmã de meu pai me contou a verdade⁹⁹.

Os pais de Seu Darci se chamavam Crescêncio Luz e Maria Amélia Ulguim Luz. Ele era natural de Bagé e ela do Rodeio Velho. Eram agricultores e moravam na propriedade dos Rocha, no 3º Distrito de Piratini. Era uma família extensa, formada pelo casal e onze filhos. Trabalhavam como agregados do dono das terras onde moravam com os quais, dividiam a produção dos alimentos.

Dona Zeni migrou para o Cancelão por influência de sua amiga e comadre, Dona Santa, pois seu filho Paulo já estava residindo no local para facilitar o trabalho

⁹⁸ Entrevista realizada em 7 de abril de 2019, com Zeni Duarte Freitas. Acervo individual da pesquisadora.

⁹⁹ Entrevista realizada em 7 de abril de 2019, com Zeni Duarte Freitas. Acervo individual da pesquisadora.

nas empresas agropecuárias. Este já tinha comprado terrenos, e com a mudança dos pais, construíram a casa em que residem hoje.



Figura 15 - Dona Zeni e Seu Darci em frente à sua residência. Fonte: Acervo do Projeto Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

2.6 A reconstituição dos vínculos comunitários

A rua Dorvalino Lessa, tem início na via que passa pelo centro do bairro e, segue em direção ao município de Canguçu. Esta rua é também chamada de Corredor da Cica, devido, na sequência, chegar até esta empresa de cultivo de pêssegos. A rua Iemanjá, faz um entroncamento com a rua Dorvalino Lessa, adquirindo o formato de U. No final da rua Iemanjá encontramos à direita, as famílias de Dona Carlota, e seu filho Favorino que mora com ela e, do lado direito de sua casa, mora uma sobrinha de Seu Nicanor da Luz, a Cléia, filha do Sr. Gersilino; a seguir, mora Cinara, esposa de Mariozinho e filha de Dona Carlota; do lado da casa da Cinara, mora Lucilé e seu esposo José Carlos, irmão de Mariozinho. À esquerda da rua Iemanjá, e a frente dos já mencionados, encontramos Maria Jurema ou Mariazinha como é mais conhecida e Santa Neci, irmãs de Mariozinho, e Dona Santa ao lado da casa de Maria Jurema. Aos fundos da casa de Dona Santa, encontra-se sua filha Sandra ou Dica como é mais conhecida.



Figura 16 - Rua Iemanjá. Fonte: Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

Ao lado da casa de Dona Santa, está a gruta com a imagem de Iemanjá. Seguindo pelo lado da casa de Lucilé e aos fundos, está o Centro de Umbanda Nossa Senhora Aparecida, à beira de uma mata secundária. Na rua Dorvalino Lessa, encontramos à direita, Dona Lessi; ao lado dela, embora não na sequência, Seu Getúlio e Dona Maria, irmã de Dona Santa; aos fundos, o filho mais velho do casal e sua família.



Figura 17 - Rua Dorvalino Lessa. Fonte: Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

Dona Senhorinha e à seu lado, Eva, sua filha, moram mais à frente da rua Dorvalino Lessa, em direção à CICA. No lado esquerdo da rua, pouco acima da casa de Dona Lessi, mora Adão Paulo e sua família, outra família negra tradicional e que mantém vínculos com as demais desde o “tempo da campanha”. Faz pouco tempo que se tornou sócio da Associação Quilombola. Na sequência deste lado da rua, reside Ricardo, filho de Dona Lessi, e sua família; seguindo, Jefferson, sobrinho e filho de criação de Dona Lessi. Seu Darci, primo de Dona Santa, sua esposa Zeni e o filho Paulo residem bem mais à frente, no mesmo lado da rua, em uma altura em que os vizinhos passam a ter mais distância uns dos outros. Estas famílias preservam uma amizade que foi trazida do interior, onde moravam antes de migrarem para o Cancelão. É uma amizade circula não só por vínculos de parentesco, mas também por vínculos de religiosidade.

Quando veio para o Cancelão, Dona Lessi já conhecia a finada Paula, que era tia de seu marido; a família de Dona Santa, desde lá de fora; o Adão Paulo que era vizinho do pai dela, e também já era seu conhecido desde lá de fora e família da Lucilé conheceu quando se mudou para o Cancelão. Sobre a convivência com os vizinhos, Dona Lessi afirma que é boa, “se a gente precisa eles ficam prontos”.

Entre as famílias citadas, percebe-se que o importante fator que agrega o grupo são vínculos familiares, vínculos de vizinhança e, a religião umbanda que praticavam no interior do município e foi trazida para o Cancelão. Esta religião, está assentada no Centro de Umbanda Nossa Senhora Aparecida, localizado na rua Iemanjá, onde residem a maioria dos componentes da Comunidade Nicanor da Luz. Algumas pessoas migraram para religiões evangélicas pentecostais, mas preservam os vínculos de amizade trazidos do meio rural.

Percebe-se que há na comunidade Nicanor da Luz, uma espécie de código moral, o qual estabelece vínculos de pertencimento, sobretudo do ponto de vista étnico, o que se dá a partir do compartilhamento de valores, os quais começam com Seu Nicanor que envolvia as pessoas do grupo. Há uma consideração com os outros. Se uma pessoa presta favores para outra, esta sente-se na obrigação de corresponder. E isso não é uma disputa. É pelo entendimento de que é importante repartir os dons para a continuidade dos laços de amizade.

Estudar os saberes tradicionais foi muito importante para compreender a organização social da comunidade, a forma como vem reelaborando suas identidades

no transcorrer do tempo. O princípio da reciprocidade, por exemplo, está presente no intercâmbio de saberes e de outros objetos, práticas, etc. entre os integrantes das comunidades. Existe uma obrigação ética envolvida na circulação de dons, favores e serviços (e também malefícios) no interior dessas comunidades e quando esta não é cumprida, pode gerar conflitos. Penso que isso seja porque, segundo Mauss (2003, p. 294): “A dádiva não retribuída torna ainda inferior quem a aceitou, sobretudo quando é recebida sem espírito de reciprocidade”. A respeito da reflexão teórica sobre este tema, Allain Caillé (2002, p. 23) enfatiza que: “Nada é mais imediatamente concreto que o dom e suas implicações morais, existenciais e políticas se impõem a todo o mundo”.

Essa forma recíproca de se relacionar, onde impera a solidariedade entre pessoas da mesma condição e da mesma cor, era muito reforçada pelo próprio Nicanor da Luz. O que era produzido por ele e sua mulher, não era só para seu consumo, mas sim, para dividir com os amigos e vizinhos.

Dona Santa: E ele então plantava, ele e a mulher. Ela era e é até o dia de hoje uma mulher de guerra, ficou sempre ao lado dele, eles fazendo tudo de enxada... e a machado, derrubava. E os finais de semana quando eu vinha lá de fora, eu ajudava ela. E a gente já era conhecido e ficou cada vez mais conhecido e se devendo obrigação porque dali ela me dava alimentação. A gente cortava de machado, fazia lenha. Ela não vendia lenha, ela dava pros vizinhos¹⁰⁰.

O Sr. Gersilino também descreve o Sr. Nicanor como sendo uma pessoa que tinha como princípio ajudar as outras pessoas.

Gersilino: Ele era muito estimado por todo mundo, foi bem criado, foi bem educado, então aí é que se transforma uma pessoa boa como vamos dizer. Ele se relacionava facilmente com as pessoas, tinha muitos amigos, acho que morreu sem inimizade com ninguém... Ele ajudava bastante as pessoas que precisavam, fosse com serviços ou se alguém precisava de uns mil réis ou dois ele emprestava, desde uma vez que tivesse nas condições dele, ele não deixava ninguém na braba, sempre que alguém precisasse ele tava junto¹⁰¹.

A amizade da família de Dona Santa com a de Seu Nicanor era antiga, vinha do interior onde moravam no 3º Distrito. A migração ressignifica antigos laços, agrega

¹⁰⁰ Entrevista realizada em 17 de junho de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

¹⁰¹ Entrevista realizada em 22 de junho de 2019, com Gersilino Domingues Xavier. Acervo individual da pesquisadora.

novos valores por se viver mais uma experiência difícil em comum:

Dona Santa: Meu pai tinha salão de baile e salão de terreira e eles frequentavam as duas coisas. E a gente se criou junto com eles. E a gente se considerava como parente porque pelo lado do pai, da Luz, o Marciano que é meu pai, ele tinha o sangue da luz, então aquelas pessoas antigamente se consideravam muito, embora fossem parente longe, né. Mas eles se consideravam como parente bem aproximado. Eu vim já conhecendo eles de lá. Me criei conhecendo eles, tanto a tia Ana como o tio Landi. Até o dia de hoje a gente tem a consideração¹⁰².

Os cuidados com o outro são trocados a todo momento. Dona Santa por exemplo, faz muito destas trocas. Com frequência, ela acompanha alguém em consultas ou internações hospitalares, e comenta que está fazendo isso porque quando ela esteve doente, precisou que lhe acompanhasse e a cada dia alguém ia para ficar com ela. Então, sua missão é retribuir o bem que recebeu quando precisou.

Dona Santa relata um momento muito especial em sua vida, em que ela ficou doente, passou mal, perdeu os sentidos e foi levada para o hospital de Piratini, de onde logo lhe transferiram para outro hospital em Pelotas, devido à gravidade da situação, que requeria uma cirurgia de urgência. Ela se sente muito agradecida não só à sua família, mas à população de CANCELÃO, que não mediram esforços para cuidá-la durante o período em que esteve hospitalizada, assim como para “tocar” o trabalho no Centro de Umbanda com a sua ausência, não deixando-o “morrer”. Voltarei a este caso no último capítulo.

Mauss (2003) ao discorrer sobre a dádiva contribui para elucidar a amizade, o carinho e a solidariedade que os familiares e amigos de Dona Santa dedicaram a ela durante o período de doença, descrito acima. Isso nos leva a compreender que a reciprocidade se dá não só entre indivíduos isolados, mas sim nas coletividades as quais mantêm obrigações de prestações recíprocas, de cuidado, de compreensão, de respeito. E nessas prestações, segundo Mauss, existem misturas entre almas e coisas, entre bens materiais e valores intangíveis.

A reciprocidade, na comunidade Nicanor da Luz, não ocorre somente em momentos de fragilidade da saúde, mas também nos momentos festivos. As festinhas de aniversários são momentos de troca de dons. As famílias e vizinhos se reúnem, para organizar a festa. Os ingredientes são todos doados e alguém que sabe as

¹⁰² Entrevista realizada em 17 de junho de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

técnicas, confecciona o bolo. E assim sucessivamente, um grupo se responsabiliza por assar o churrasco, outro pelas saladas, ou distribuição das bebidas, ou organizar o som, para que a festa seja bem sucedida. Dependendo do caso, surgem maquiadoras e decoradoras, ou figurinistas, do próprio grupo. Vivenciei esta realidade ao participar da festa de 25 anos de casamento da Cinara e Osmar, membros da comunidade. Tudo foi organizado por pessoas da comunidade e estava perfeito.

3. A centralidade da religião na vida comunitária

Há uma diversidade religiosa entre as pessoas que compõem a Associação Quilombola Nicanor da Luz, no entanto, constata-se o predomínio da religião Umbanda. Chama atenção o fato de que entre as famílias da comunidade há a diversidade religiosa, mas há também o respeito pela religião que cada um decidiu seguir. Uns são umbandistas e outros evangélicos, como é o caso de Dona Maria, que é da Igreja do Evangelho Quadrangular, irmã de Dona Santa que é Cacica do Centro de Umbanda. Além disso, há alusões ao kardecismo, porque alguns ascendentes eram de “médium de mesa”, e conexões muito presentes com o catolicismo, tanto por ter sido a religião oficial da maioria, como pelas ações da Pastoral Afro-Brasileira no presente.

3.1 A matriz umbandista

Patrícia Birman (1985, p. 7 e 8) define a umbanda como um culto de possessão, que diz respeito à mudança radical que se processa nas pessoas por intermédio do transe. “A pessoa possuída se torna irreconhecível, muda de uma forma tal que nem seus amigos mais íntimos são capazes de dizer que ali estão aquelas mesmas pessoas que eles conhecem”. É um fenômeno permeado pelo medo e fascínio, atração e repulsão, explica Birman. E não há como evitar o sentimento de estranheza frente a um ritual de possessão, assistindo impassível ao momento em que uma pessoa vira outra, contradizendo a si mesma numa radical incompatibilidade com o seu comportamento normal (1985, p. 9).

Seguindo este raciocínio, Renato Ortiz considera a umbanda como uma religião:

[...] Que se fundamenta no culto dos espíritos e, é pela manifestação destes, no corpo do adepto, que ela funciona e faz viver suas “divindades”; através do transe, realiza-se assim a passagem entre o mundo sagrado dos deuses e o mundo profano dos homens. A possessão é o elemento central do culto, permitindo a “descida” dos espíritos do reino da Luz, da corte de Aruanda, que “cavalgam” a montaria da qual eles são os senhores. (1978, p. 63).

Os umbandistas privilegiam os espíritos que dão consulta, isto é, que são capazes de, incorporados no corpo do médium, interagir com os participantes do

Centro, ajudando-os a resolver seus problemas. E tais problemas formam um conjunto à parte, pela importância que possuem na vida cotidiana dos terreiros (BIRMAN, 1985, p. 36). No entanto, as entidades mais valorizadas na umbanda como refere Birman, são pensadas pelos próprios umbandistas como personagens que, na vida cotidiana, seriam inferiores e subalternos ao homem branco – indígenas (caboclos), negros, espíritos de malandros e prostitutas, no caso. Mas esta subalternidade tem um valor positivo para esta religião, pois seu poder decorre disto, ou seja, de uma inversão simbólica em que os estruturalmente inferiores na sociedade, são detentores de um poder mágico particular, advindo da própria condição que possuem. E, o grande trunfo da umbanda é exatamente esse, como aponta Birman. É a inversão dos valores da hierarquia que ordena os espíritos, fazendo com que o menos em vários aspectos passe a ser mais em outros.

José Guilherme Cantor Magnani (1986, p. 11) assim como Birman e Ortiz, descreve a umbanda como um culto que pertence ao grupo de possessão. Onde o sobrenatural faz-se presente e sensível através do transe. Magnani (1986, p.12), explica que há uma diversidade de elementos presentes no altar ou *congá* que, ao participar de uma gira que acontece num terreiro de umbanda podemos perceber a presença de elementos de várias religiões. Como por exemplo, o autor cita as imagens de Cristo, Nossa Senhora, Cosme e Damião, São Jorge, ao lado de estatuetas de Buda, Iemanjá, índios, ciganos e pretos-velhos. E Magnani descreve como acontecem as sessões de Umbanda:

Rezam-se pais-nossos, ave-marias e invocam-se os orixás; os espíritos descem nos iniciados através do transe, provocado pelo toque dos atabaques, cantigas e sinais cabalísticos desenhados no chão: os pontos riscados. A sessão começa com a defumação da sala; durante a cerimônia os médiuns, tomados por seus guias, dançam, fumam charutos ou cachimbos, dão passes e conversam com os assistentes. A cor da roupa predominante é a branca, mas não faltam colares de todas as cores, chapéus de couro, de palha e vistosos cocares (1986, p. 12).

Vagner Gonçalves Silva (2005, p 132) contribui com esta descrição sobre a umbanda e diz que a compreende como uma religião que pode ser entendida como de fato brasileira. Ela é nacional, diz ele, e promove no plano mítico a integração de todas as categorias sociais, principalmente as marginalizadas. E isso se dá a partir de uma nova síntese onde os valores dominantes da religiosidade de classe média se abriram às formas populares afro-brasileiras, depurando-as em nome de uma

mediação que, no plano do cosmo religioso, representou a convivência das três raças formadoras da sociedade brasileira, de acordo com o discurso ideológico vigente à época.

Bruno Faria Rohde, (2009, p. 89) salienta que a influência do cristianismo e a capacidade de incorporar diferentes categorias de entidades, são marcantes na umbanda tal como a entendemos hoje, sem falar da música percussiva, da dança ritual e dos objetos das sessões. E isso, não é um fato da atualidade apenas, pois, em 1720 já existia no Brasil um culto sincrético de elementos africanos, portugueses e indígenas voltado ao atendimento de um público indiscriminado. Nestes cultos, eram realizadas curas, limpezas espirituais e adivinhações acompanhadas por música percussiva e danças, com a presença de entidades de diferentes categorias. Mas, a umbanda só passou a ter reconhecimento enquanto religião a partir do início do século passado, embora práticas que a caracterizam remontem ao século XVIII (ROHDE, 2009, p. 88-89). Este autor fala que existe uma narrativa oficial sobre a umbanda, que foi e tem sido sistematicamente reproduzida pela antropologia (BIRMAN, 1985; MAGNANI, 1986, dentre outros), segundo a qual:

Esta seria o resultado da reorganização de alguns elementos dos cultos de origem negra, como as macumbas predominantemente banto e os candomblés nagô e angola, associados a resquícios de práticas indígenas e a valores morais católicos, e tudo isso emoldurado pela doutrina kardecista, a qual por sua vez tem como inspiração ideias hinduístas como os ciclos de reencarnação e a lei do karma [...]. (ROHDE, 2009, p. 83).

Esta narrativa teria sido produzida especialmente pelo segmento umbandista composto por membros da classe média branca, e enfatizava a “mistura” harmônica dos elementos que compunham a nação, a adequação aos valores cristãos, para se tornar aceita pelo poder público e pela sociedade em geral (SILVA, 2005). Rohde não nega a importância dessa narrativa e seus efeitos, mas defende que ela não pode ser tomada como homogênea para todos os segmentos umbandistas, pois tem muitos que não seguiram a esta codificação da doutrina, que passou a ser conhecida como “umbanda branca”, e que foi realizada nas primeiras décadas do século passado. Ao lado dessa umbanda “ocidentalizada” e que reproduz o mito das três raças formadoras da nação brasileira, teriam persistido outros tipos de umbanda, segundo ele. Essa visão de Rohde é importante porque a umbanda praticada no Centro de Umbanda Nossa Senhora Aparecida, no Cancelão, veio diretamente de cultos domésticos do

meio rural, que eram realizados por famílias negras tal como a minha, tem toda uma ênfase no culto aos pretos-velhos, que são associados diretamente à memória da escravidão, fugindo àquela visão de mistura harmônica.

Praticamente todos os (as) entrevistados (as) para esta dissertação cresceram dentro da umbanda, embora algumas pessoas tenham mudado de religião recentemente. Ouvindo os relatos sobre o passado, chega-se à conclusão que haviam centros de umbanda em praticamente todos os distritos deste município, sendo que em alguns distritos havia mais de um. Isso em tempos em que os contatos com a cidade eram esporádicos, o que nos leva a nos perguntarmos de que maneira a umbanda se espalhou por esses agrupamentos rurais. Atualmente, existem 5 centros de umbanda no município, mas todos na zona urbana ou cercanias, embora alguns deles sejam um desdobramento de Centros que existiam na “campanha”, e que foram recriados com a migração para a cidade e imediações.

Atualmente Dona Santa é cacica do Centro Nossa Senhora Aparecida, que é frequentado por vários integrantes da comunidade quilombola e outros tantos moradores do Cancelão e Piratini, além de outros municípios. Esse Centro já existia no Cancelão quando Dona Santa para lá migrou, mas localizado mais na parte central da Vila. O seu antigo dono e cacique, em estado de doença, apelou para Dona Santa para que seu Centro fosse reativado e voltasse a funcionar, porque já não tinha mais condições de conduzir os trabalhos:

Santa: Do Seu Edir. Era dele, ele começou a ficar doente, fechou o Centro, porque ninguém quis, da corrente dele, filho, nada, secretário, diretora, ninguém quis ficar. Ele fechou, aí começou a ficar mais doente de ver os santos tudo tapado na sujeira e ele não poder fazer nada. Deu um câncer nas pernas. Aí ele veio aqui falar comigo, se eu não pegava o centro. Aí eu disse: ‘não Seu Edir, eu não quero’, porque eu já tinha meu centro lá fora. Eu digo: ‘não, a hora que eu parar com o meu centro lá fora, eu vou fazer aqui, uma casa de benzedura’. Ele disse: ‘vou lhe pedir um favor, uma caridade, eu estou vendo que eu estou morrendo e não quero deixar meu Centro fechado’. Aí o Neri disse: ‘bah Santa, eu não acredito que tu vai soltar esse homem com todas essas palavras que ele te disse’. Daí eu: ‘tá, então vamos fazer assim, pra lhe conformar, eu vou lá limpar o Centro, e vou trabalhar uns 6 meses, depois eu lhe entrego, depois o senhor vê. Se Deus quiser o senhor vai durar até lá, e depois o senhor vê e entrega pra outro’. Ele disse: ‘já me serve, eu só não quero morrer sem ver o meu centro limpo e com movimento que tinha’. Aí eu fui e toquei 5 anos¹⁰³.

¹⁰³ Entrevista realizada em 11 de novembro de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

Com o engajamento no Centro, Dona Santa e seus companheiros de “corrente” combinaram com Seu Edir para transferi-lo para perto de casa, recebendo para isso um terreno do seu atual Presidente, o Sr. Osmar da Luz Garcia, mais conhecido por Mariozinho, que também se criou “na missão”, como costumam dizer os umbandistas do local que já trazem a religião de berço.



Figura 18 - Centro de Umbanda Nossa Senhora Aparecida. Fonte: Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

Dona Santa, quando era adolescente, já tinha o compromisso de “reparar” no guia da sua mãe durante as sessões de umbanda no Centro dos seus pais, no Rodeio Velho – era o Ubirajara Peito de Aço. Atividade a que se dá o nome de cambona, e que envolve anotar receitas que a entidade dita para o consulente, alcançar recursos como charutos, bebidas, etc. Mas quando era adolescente, ainda, assessorava também um tio paterno seu que fazia “mesas brancas”, mais da linha kardecista, também no Rodeio Velho. Após a separação dos seus pais, o centro familiar fechou. Foi então continuar o seu desenvolvimento com Seu Jadir Leite¹⁰⁴:

¹⁰⁴ O senhor Jadir Leite é uma importante referência da umbanda de Piratini. Irmão consanguíneo de Irmã Marisa, uma religiosa católica que fundou a Pastoral Afro-Brasileira de Piratini e assessorou a constituição de praticamente todas as comunidades quilombolas daquele município. Atualmente reside na cidade de Pelotas, mas visita o Centro de Umbanda Nossa Senhora Aparecida do Cancelão ocasionalmente, em rituais festivos. Outro irmão do Sr. Jadir, o Sr. Renato Leite, faleceu em 2018, e era cacique de outro Centro de Umbanda da cidade de Piratini – o Nossa Senhora da Conceição.

Dona Santa: E aí ele me deu bastante doutrina, como funcionava, como tratava o pessoal, qual era a finalidade da religião, o compromisso que eu tinha, todo o carinho, todo o apoio que os clientes precisavam, foi ele que me ergueu. Quando ele foi embora da cidade, que ele foi trabalhar num sanatório espírita, ele me deixou de dirigente da casa dele, do Pai Guaraci, era o terreiro dele¹⁰⁵.

Esse “desenvolvimento” com Seu Jadir, Dona Santa realizou quando já era casada e residia na localidade Cruz de Pedra. Quando Seu Jadir foi embora, além de deixar a terreira a cargo de Dona Santa, lhe passou o cargo de “fiscal da umbanda”, o qual exercia em nome de uma Federação de Umbanda cuja sede era em Pelotas. Dona Santa, periodicamente, visitava alguns Centros de Umbanda de Piratini para averiguar se estavam funcionando dentro das normas estipuladas pela Federação, além de estar sob sua responsabilidade o registro de novos Centros. Em razão de circunstâncias específicas, Dona Santa foi circulando por vários centros. Um dos que ressalta como mais importantes foi o Reino da Mãe Iara, que fundou junto com uma comadre sua no Passo da Conceição. Juntas, adquiriram uma enorme imagem de Iemanjá que hoje ocupa uma pequena gruta que fica em frente à casa de Dona Santa, e onde ela faz as benzeduras de brasa, além de outros trabalhos rituais cotidianos, como “seguranças” e benzimentos de compostos de plantas, como será visto mais adiante.

Dona Santa trabalharia ainda nos centros Xangô do Fogo e Senhor do Bonfim, todos esses localizados na “campanha”, sendo que em alguns, trabalhou ao mesmo tempo:

Rosane: A senhora trabalhava em mais de um ao mesmo tempo ou foi saindo de um e indo pro outro?

Santa: Eu trabalhava lá no Reino da Mãe Iara e a gente trabalhava durante a semana por causa do ônibus. O ônibus ia segunda e só voltava quarta. Aí a gente trabalhava terça-feira o dia inteiro e quarta-feira eu vinha embora. Sábado eu trabalhava no Senhor do Bonfim, tu entendeu?

Rosane: E o Xangô do Fogo veio depois?

Santa: O Xangô do Fogo veio depois, mas aí eu trabalhava de noite.

Rosane: Aí quando a senhora trabalhava no Xangô do Fogo a senhora já morava aqui ou morava lá fora?

Santa: Morava lá fora. Tudo lá fora¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Entrevista realizada em 10 de julho de 2016, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

¹⁰⁶ Entrevista realizada em 11 de novembro de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

Quando se mudou para o Cancelão e assumiu o Centro Nossa Senhora Aparecida, Dona Santa ainda revezava com os trabalhos com o Centro Xangô do Fogo, quando ia para a sua residência na Cruz de Pedra, enquanto seu marido lá permaneceu morando. Após a mudança do marido para o Cancelão, os santos deste Centro, assim como o de outros que foram ficando com ela em suas perambulações espirituais, foram todos agregados no Nossa Senhora Aparecida.



Figura 19 - Dona Santa tendo ao fundo parte dos santos que compõe o seu congá. Fonte: Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

O centro Nossa Senhora Aparecida realiza suas sessões no segundo sábado de cada mês, iniciando-se as 10 horas da manhã e finalizando à tardinha. Geralmente a sessão inicia com caboclos, e no meio da tarde, passa-se a trabalhar com a linha de pretos-velhos. Essa forma de organização dos rituais visa garantir a participação de muitos trabalhadores de empresas agropecuárias que trabalham aos sábados, e que possuem uma margem limitada de licenças do trabalho. Assim como de várias pessoas que são da corrente, ou que sempre vão tomar passes e consultas, e que são de municípios vizinhos, como Pedro Osório, Canguçu e Pinheiro Machado. Os

trabalhos rotineiros são realizados sob o comando das linhas de caboclos e pretos-velhos, mas em ocasiões especiais, que Dona Santa não especificou em que estão presentes apenas os médiuns e a diretoria do Centro, trabalha-se com entidades do “povo da rua”, para fazer a limpeza da casa.

Há, no entanto, datas especiais em que se faz a festa que homenageia tal ou qual “santo” no seu dia ou no sábado mais próximo a este dia. Algumas destas festas especiais são públicas e organizadas em conjunto com outros centros de umbanda do município, como é o caso da procissão da lemanjá, que percorre a cidade e termina no Passo, um local nas margens de um rio em que há um espaço umbandista, com grutas e imagens. Ou então, a cavalgada em homenagem a Ogum, que sai do Cancelão e percorre os 10 km até Piratini. As festas seguem um calendário anual, instituído da seguinte forma: Festa de lemanjá em fevereiro; de Ogum em março; de Preto-velho no mês de maio; em junho a de Pai João e Mãe Maria; em final de setembro, de Xangô e Cosme e Damião; em outubro, de Nossa Senhora Aparecida e dezembro, a festa de Oxum.

3.1.1 Saravá, preta-velha!

Fui convidada por Dona Santa, Cacique do Centro de Umbanda Nossa Senhora Aparecida, para participar da festa de pretos-velho que haveria no Centro, no dia 13 de Maio de 2018. Saí de casa, peguei o ônibus que sai da cidade às 11h e 30 min e passa na parada em que o espero às 12 h e 15 min para dirigir-me ao Cancelão. Cheguei à Comunidade Quilombola Nicanor da Luz às 12 h e 45 min. Dona Santa me aguardava com almoço, como sempre faz quando vou a Comunidade para reuniões. O almoço é preparado na casa dela, por sua filha Sandra, que mora ao lado de sua casa. Sempre que ocorrem os eventos, é solicitada uma contribuição para o almoço no valor de R\$10,00, e estas pessoas, que vem da cidade ou outros municípios, também ajudam no preparo das refeições. As pessoas que moram próximas ao Centro de Umbanda, almoçam em suas casas. Havia muitas pessoas no Centro, não só da Comunidade, mas de outros lugares da Vila, da cidade e de outros municípios como Canguçu e Pelotas. O evento começou pela manhã, com sessão de caboclos, com atendimento ao público presente. À tarde, às 13hs reiniciou a sessão de caboclo.

A estrutura física do Centro é de alvenaria e o espaço está organizado em uma sala da assistência, uma sala da corrente onde fica o *congá*, uma sala onde são dadas consultas ou conversa com pessoas que querem falar no particular. Esta sala é um lugar mais silencioso e, por isso, ali são dadas as consultas ou orientações, porque junto com os tambores fica difícil para ouvir o que as pessoas falam, explicou Dona Santa. Nesta sala são guardados ainda, os banquinhos dos pretos-velhos e é usada para troca de roupas, de acordo com o tipo da entidade incorporada. Compõem o espaço ainda, um banheiro feminino que fica ao lado da sala da assistência e um banheiro masculino, localizado na parte externa do prédio. Na entrada do Centro, antes da sala da assistência, há uma área coberta só com telhas, sem paredes à volta, para onde as pessoas que fumam costumam ir, pois é proibido fumar dentro do Centro. Chamou-me atenção o fato de que na assistência, os homens sentam do lado esquerdo da entrada da sala e as mulheres, à direita. Dona Santa me explicou que isto se dá, para facilitar às mulheres irem ao banheiro. Não é uma norma do Centro apenas para separar homens e mulheres, como eu havia imaginado. Há também na entrada da assistência, um cartaz informando regras como a proibição do uso de shorts, blusas cavadas ou degotadas e minissaia durante as sessões de umbanda. O espaço do Centro é bem arejado, possui ar condicionado, possibilitando bem estar às pessoas em dias frios ou quentes.

Quando desci do ônibus, já se ouvia o som dos tambores que acompanhavam os cantos que introduziam a chegada das entidades. Assim que cheguei, sentei-me junto da assistência e fiquei observando a gira que estava acontecendo no espaço reservado à corrente, onde está o *congá* com as entidades. Dona Santa me chamou para passar a este espaço. Ali havia várias pessoas organizadas em uma corrente, circular. Estas eram as que receberiam as entidades, a partir de cantos próprios de cada uma, e no momento de cada uma. As pessoas que estão em processo de iniciação, também compõem a corrente, porém fazem uma gira rápida para pegar a doutrina para se desenvolverem e voltam para seus lugares, como disse Dona Santa. À frente do *congá*, ficam algumas pessoas que não são médiuns. Estas são as *cambonas*¹⁰⁷, geralmente Sandra e Fabiane (filhas biológicas de Dona Santa) e Eliane

¹⁰⁷ Pessoas que ocupam durante o culto a função de dar assistência às entidades que são incorporadas pelos médiuns, ou também, aos que participam da *corrente*, sendo especialmente designadas para tal.

(filha do Sr. Gersilino). Estas não incorporam, ficam à disposição dos médiuns para auxiliá-los quando estes solicitarem.

Quando cheguei, algumas pessoas já estavam incorporadas, ou seja, haviam recebido suas entidades. Fui bem acolhida e me senti muito tranquila naquele lugar que me transmitia um sentimento de paz. Dona Santa autorizou-me a fotografar e filmar tudo que estava acontecendo. Participei dos rituais, assim como as outras pessoas que vinham da assistência. Bati a cabeça no *congá*; recebi o passe dos vários médiuns que estavam incorporados, organizados à frente do *congá*. Os caboclos estavam enfeitados com guias coloridas de acordo com suas entidades. Após a gira dos desenvolves, os caboclos vão embora e os pretos-velhos chegam para finalizar a missão. Os pretos-velhos chegam com suas bengalas, chapéus de palha e cigarro também de palha ou charutos. Eles vão chegando a partir de cantos próprios de cada preto ou preta-velha, assim como os caboclos, acompanhado por toque de tambores e chocalho assim que eles descem, as pessoas que estão na assistência, se aproximam para ouvi-los. Eu ouvi orientações da preta-velha de Dona Zeni, após ajoelhar-me à sua frente, pois ela estava sentada num banquinho baixo e isso exigia que eu me abaixasse para ficar mais próxima dela. Ela aconselhou-me a tomar cuidado com minha saúde e a observar melhor as pessoas que estão a minha volta no sentido de que nem todas são de “confiança”.

Chamou-me atenção a preta-velha de Dona Santa, chamada Rita da Bahia. Esta é uma negra da Bahia muito vaidosa, conforme ela relata. Para receber esta entidade, Dona Santa saiu da sala e dirigiu-se à sala reservada à troca de vestimenta e voltou com outra roupa. Antes ela vestia calça e camisa branca e retornou com uma saia estampada comprida, com babados e uma blusa enfeitada. Esta troca de roupa se dá porque ela é a cacique dos pretos-velhos. Por isso ela se veste com as roupas conforme os escravos usavam, explicou Dona Santa. Assim, foi montado um cenário específico para ela, com uma banquetinha, bolsa de maquiagem, lenços, álbum de fotografias, leque, espelho, colares. Com ajuda das *cambonas* a quem chamava de “netas”, ela passou a se enfeitar. Pegou um lenço colorido e amarrou na cabeça em forma de turbante. Colocou colares, brincos, batom vermelho, passou ruge na face. Conversou com as pessoas e aconselhou. Com um álbum de fotos em mãos, falou de seus antepassados, contou sobre sua vida na Bahia, como era ser escravo, dos maus

tratos que os negros sofriam, que na época o que mais comiam eram as sobras que seus donos lhes davam.

O prato preferido desta preta-velha é o feijão mexido e canjica socada no pilão. Assim que ela desce, já solicita seus alimentos preferidos e as “netas” providenciam. A fruta preferida é a carambola, que por muito tempo foi solicitada pela preta-velha Rita da Bahia, mas não era encontrada aqui em Piratini. Nesse dia, um dos participantes do Centro conseguiu encomendar de Pelotas carambolas em outra cidade e levou para a preta-velha. Fiquei encantada, por ouvi-la contar tantas histórias do povo negro, daqueles que foram escravizados, experiências que ela havia vivido no lugar que descrevia.

Os demais pretos-velhos também tem suas banquetinhas, mas nem todos usam porque devido a posição, sacrifica a “máquina”, como referem o corpo da pessoa que serve de porta-voz das entidades. Enquanto os pretos-velhos estavam incorporados e, as pessoas iam tomando passe, foi montada uma mesa de oferendas no chão, bem no centro da sala destina à corrente, com bolos decorados com imagens de pretos-velhos, doces diversos, rapadura, feijão mexido, linguiça com farinha de mandioca, frutas e bebidas. Os demais pretos/as-velhos/as e as demais pessoas da corrente colocaram-se ao redor desta mesa. Alguns sentaram em suas banquinhas de madeira para fazer aconselhamentos. Outros permaneceram de pé. As explicações a respeito dos escravos, sobre como se vestiam as mulheres, (não usavam calça comprida, tinha que ser tudo de saia comprida) só é repassada pela preta-velha de Dona Santa. Isso acontece numa forma de diálogo com os demais pretos-velhos, que confirmam o que ela está dizendo. Uma das pretas-velhas que também me chamou atenção na forma de realizar o aconselhamento, foi a Maria Conga, que é “recebida” por Cátia, nora de Dona Santa, companheira do vovô João de Angola, disse-me Dona Santa. Esta relata ainda que quando libertaram os escravos, foram Maria Conga e Vovô João que mostravam o caminho para os escravos saírem da escravatura e, orientavam eles sobre como se comportar e como tratar as outras pessoas para poderem sobreviver fora do cativeiro. Quando a princesa Izabel e o sinhozinho libertaram os escravos, eles passaram para Maria Conga e Vovô João de Angola o dever de orientá-los. Ela determinava as mulheres e ele os homens. Por isso, a preta-velha Maria Conga nesse dia, transmitia com grande sabedoria, sobretudo para os jovens, aconselhamentos sobre atitudes, modos de se comportar na sociedade, de ouvir os

familiares, incentivo à busca de conhecimentos para crescimento pessoal, apontar caminhos a seguir para uma vida melhor. Ela falava palavras, que expressavam sentimentos de amor, cuidado, união, respeito, com muita firmeza. Este aconselhamento é bem demorado, de acordo com sua doutrina, essa entidade gosta de ser bem calma para passar suas orientações.

Os alimentos expostos em cima de uma toalha de mesa exposta no chão são abençoados com ervas (arruda, com espada de São Jorge, palma de Jurema), perfumes especiais e distribuídos entre todas as pessoas presentes no local. A pretavelha de Dona Santa, Rita da Bahia, enquanto são oferecidos os alimentos a quem está no Centro, explica o significado de cada um para os presentes, como por exemplo, sobre a fruta carambola ela falou, dirigindo-se a mim, que por muito tempo quando morava na Bahia, o principal alimento dos pretos escravizados eram frutas e a carambola era a mais importante, e comia-se com minhoca, para ficar mais forte. Falou que esta fruta é muito antiga e veio da África. Rita da Bahia Dona Santa, pegou uma carambola, ofereceu-me um pedaço e comeu com muito gosto sua parte da fruta.

Eu gostei muito desta festa. Recordou-me, a casa de meus avós, em que havia um *congrá*, situado na sala de visitas. Ali, haviam várias imagens de santos como São Jorge, Nossa Senhora e de pretos-velho. Lembro-me das sessões de umbanda que eram realizadas, pois eu ajudava a puxar os cantos. Eu gostava muito dos pretos-velhos, principalmente porque nós ficávamos sentados ao redor deles, que conversavam com a gente, enquanto comíamos rapadura de palha ou de amendoim molhada no vinho tinto. Devido ao horário de ônibus para voltar à cidade, não fiquei até o final deste evento. Não sei dizer como foi a despedida dos pretos-velhos para a Aruanda de Luz, como Dona Santa costuma referir o lugar onde eles moram.

3.1.2 Sob o manto de Nossa Senhora Aparecida

Em 13 de outubro de 2018, ocorreu a festa de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, e entidade guia do Centro de Umbanda do Cancelão, que leva o nome da referida santa. O evento, que estava previsto para acontecer somente à tarde, iniciou pela manhã, devido as pessoas que vieram de Pelotas, Capão do Leão e Canguçu chegarem mais cedo. Eu saí de Piratini às 12h e 15 minutos, no ônibus circular, que faz o itinerário entre a cidade e o Bairro Cancelão. Neste dia, estavam no

ônibus mais cinco mulheres que são médiuns nos Centros de Umbanda Nossa Senhora da Conceição e Santo Antônio na cidade de Piratini. No ônibus não nos falamos, porque quando embarquei, não as vi. Nos encontramos quando descemos na parada. Elas eram visitantes e não conheciam bem o caminho e então, me acompanharam por um atalho que facilita o acesso à casa de Dona Santa. Nesse trajeto, fomos conversando e elas me explicaram que estavam indo participar da festa, pois sempre são convidadas, mas esta era a primeira vez que estavam indo. Expliquei para elas que estava indo devido à pesquisa que estou realizando para minha dissertação. Assim que descemos do ônibus, ouvimos o toque dos tambores, que anunciavam que o evento já havia começado. Logo nos dirigimos para o Centro, que estava todo ornamentado com balões nas cores azul e dourado, numa alusão ao manto de Nossa Senhora Aparecida. Todas as pessoas pertencentes ao centro estavam vestidas de roupa branca, e usavam uma camiseta com foto de Nossa Senhora Aparecida. Eu permaneci por alguns minutos na assistência. As demais que chegaram comigo, passaram direto ao banheiro e trocaram suas roupas por roupas brancas adequadas àquele momento e passaram para o espaço reservado à corrente, para dela participar, a qual já estava organizada em círculo. Neste círculo da corrente, os homens se localizam à direita, devido os tamboreiros estarem neste lado e as vozes dos homens se adaptam mais ao toque dos tambores, explicou-me Dona Santa. Por isso, as mulheres ficam à esquerda da entrada do local onde ocorre o recebimento das entidades. O Centro estava lotado de gente, tanto na sala da assistência como na sala da corrente, assim como área externa do Centro. Havia dois enormes bolos recheados que, imagino que pesassem mais de 100 kg cada um, pelo tamanho. Estes estavam decorados com as cores azul, branco, dourado e uma imagem de Nossa Senhora Aparecida desenhada em cima. Os ingredientes para o bolo foram todos doados por pessoas da comunidade, frequentadoras do centro e foi feito pela Cátia (nora de Dona Santa) e Navane (casada com um dos netos de Dona Santa e mãe do seu primeiro bisneto). Dona Santa exigiu que a massa fosse feita da moda antiga, ou seja, não de pão-de-ló para ficar mais gostoso.



Figura 20 - Crianças aguardam para receber o "conforto" na festa de Nossa Senhora Aparecida. Fonte: Acervo Pessoal da Pesquisadora.

Ao me ver na assistência, Dona Santa me chamou para o espaço onde várias pessoas estavam organizadas em corrente. Tanto na corrente como na assistência haviam pessoas vindas da cidade de Piratini, de Canguçu, de Pelotas e Capão do Leão. Todos da corrente giravam junto ao *congá*. Alguns já haviam recebido suas entidades de caboclos. Devido haver pessoas no local que não me conheciam, Dona Santa apresentou-me e explicou porque eu estava ali, disse que eu estava ajudando a comunidade a se organizar como quilombola e que por isso, estava autorizada a permanecer no local, para fotografar ou fazer filmagens. Fiquei meio constrangida com os aplausos recebidos deles. Cumprimentei a todos, agradei a recepção e disse que me alegrava estar naquele lugar, que me fazia sentir bem e, que me sentia no dever de contribuir na sua organização, a qual tem por objetivo, buscar o acesso a políticas públicas específicas para quilombolas.

A seguir, observei que todos não recebiam suas entidades ao mesmo tempo, pois isso se dava a partir de cantos diferenciados para cada uma delas. Uns ficavam mais tempo incorporados, enquanto outros faziam uma gira rápida e logo a entidade

ia embora. Os caboclos, depois de um tempo, deram lugar aos pretos-velhos, mas vó Rita, preta-velha de Dona Santa, não veio nesse dia. Chegou o momento de todos da assistência receberem o passe. Primeiro, foram chamadas as crianças, que entraram em fila e foram formando um semicírculo a frente da corrente. Cada uma bateu a cabeça no *congá*, e foi tomando seu lugar. Após receberem o passe, foram saindo e dando espaço para as pessoas adultas que aguardavam na assistência. Estes também entravam em fila, alguns se curvavam e faziam um sinal, uma batida com a mão fechada, por três vezes no chão, antes de passar pela porta que dá acesso ao espaço reservado à corrente. As pessoas da assistência passavam por todos os médiuns para tomar o passe, como ocorre em todas as sessões e, ao passar pelo *congá*, batiam com a cabeça neste local. Eu entrei na fila e repeti os mesmos gestos que as outras pessoas faziam. Todos recebiam um jato de perfume, aconselhamento e o desejo de paz, de harmonia. Após estes gestos, foram servidos bolo e refrigerante para todos. Os bolos foram levados para a área de entrada do Centro e foi cortado por uma médium que se mantinha incorporada com sua entidade. Achei isto impressionante, pois pensava que estando incorporada, a pessoa não poderia realizar nenhuma atividade que não fosse o passe e o aconselhamento. As fatias de bolo distribuídas eram enormes e podia-se repetir várias vezes. Primeiro serviram as crianças e após, os adultos. Como sou diabética, não quis aceitar o bolo, mas Dona Santa, que estava incorporada, me alcançou a fatia que haviam dado a ela e disse que eu não ficasse preocupada, porque ela havia benzido aquela fatia e que não me faria mal e, inclusive, ia me deixar com uma sensação de tranquilidade, porque percebia que estava muito ansiosa e, realmente eu estava. Ao chegar em casa, comi o bolo e senti uma sensação muito boa. Dormi bem à noite e no outro dia acordei mais tranquila. Eu havia levado balas, chocolates e bolachinhas para as crianças, mas como havia muita gente, Dona Santa achou melhor distribuir só para as crianças mais tarde, após o encerramento das atividades no Centro e que todos já tivessem ido embora.

Neste dia, foi apresentado um projeto pela Cátia, nora de Dona Santa. Este projeto que é desenvolvido no Centro, tem por objetivo, desenvolver atividades com crianças e adolescentes, visando orientá-los sobre bons costumes, como não pegar nada alheio, prevenir contra o uso de drogas, saber agradecer, respeitar os mais velhos, conhecer e valorizar sua história. A ideia era trabalhar com adolescentes a

partir dos 12 anos, mas como as crianças se interessaram pelas atividades, estão sendo acompanhadas crianças a partir de 4 anos. As pessoas de centros de outros municípios que estavam presentes ficaram interessadas no projeto, pois não tinham conhecimento de nenhum outro Centro que desenvolvesse esse tipo de atividades. Também me senti interessada e pedi para avisarem os dias em que acontecem as atividades para acompanhar. Achei o projeto bem elaborado. A nora de Dona Santa explicou que ela o recebeu de uma entidade, que foi ditando para ela o que deveria ser escrito para ser feito, ou seja, os objetivos e as atividades propostas.

Esta celebração é diferenciada das celebrações que tenho participado em homenagem a santos (as) padroeiros (as). É uma celebração voltada à comunhão de todos, sem cobranças financeiras. O que é ofertado aos participantes, é recebido por doações da comunidade e a ela retorna da mesma forma. Há uma sintonia entre todos os presentes e organizadores da festa, além de um respeito mútuo entre todos. Percebe-se o entusiasmo das pessoas, a alegria em receber cada um que vai participar da celebração. Não há distinção de raça, ou status social. Todos os que chegam são bem acolhidos. Ao final da festa, as entidades foram subindo a partir de cantos próprios de cada uma. A partir deste momento todas as pessoas que se encontram no local, vão retornando às suas casas.

3.1.3 Gira de Caboclo

No final da festa de Nossa Senhora Aparecida a Dica (Sandra), filha de Dona Santa me convidou para participar de uma Gira de Caboclo, que haveria no dia 4 de novembro de 2018. Aceitei o convite e fui. Convidei uma amiga e fomos no carro dela. Saímos da cidade após as 12 h e chegamos no Bairro Cancelão antes da 13 h. O evento estava começando quando chegamos no Centro, que estava todo decorado com folhagens verdes, em forma de palmas. As folhagens que enfeitavam o ambiente simbolizavam a mata, de onde vem os caboclos, conforme foi explicado. Não havia muita gente, eram só pessoas da comunidade. Logo fui introduzida por Dona Santa onde estavam pessoas organizadas em uma corrente.



Figura 21 - Gira de caboclo, em novembro de 2018. Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

A nora de Dona Santa fez uma fala de abertura, porque ela pertencia a falange de Jurema das Matas. Ela falou sobre a importância da fé, pois foi através da fé que a Dica (Sandra) tem nos caboclos, que conseguiu alcançar uma graça. A promessa que Sandra fez foi que se conseguisse trabalho fixo, faria uma homenagem aos caboclos das matas, em agradecimento. Como esse seu desejo foi atendido, estava sendo realizada aquela Gira de Caboclos, com um sentido comemorativo. Após, Dona Santa pertencente à falange da Cabocla Iracema da Marola, da família de Iemanjá, fez um agradecimento aos caboclos por terem atendido o pedido de sua filha Sandra. Ela disse que se as pessoas que tem fé conseguem alcançar seus objetivos através dos caboclos. Dica, que nas giras comuns faz papel de *cambona*, como organizadora deste evento, fez sua fala. Agradeceu de forma emocionada a concretização de seu sonho, que era conseguir um trabalho, pois há muito tempo estava desempregada, enfrentando dificuldades financeiras.

Logo os caboclos começaram a chegar e à medida que chegavam, recebiam uma folha da planta chamada espada de São Jorge e a gira se deu com esta planta em mãos. Esses caboclos eram todos das falanges de Ogum das Matas, Oxóssi das

matas, Jurema das Matas, Lírio das Matas e Junco Verde das Matas. De cada entidade são sete falanges. Como nas outras festas, os cantos ao toque de tambores, anunciavam a chegada das entidades de cada um e cada uma. Todos estavam vestidos de branco e usavam colares ou lenço vermelho, nesse caso, homens. No chão havia o desenho de um símbolo, logo na entrada do recinto e na frente do *congá*. Este símbolo continha uma estrela e sete cruzinhas, e é uma homenagem de agradecimento a força de Nosso Senhor do Bom Fim. É colocado fogo neste símbolo para retirar tudo que é negativo para todas as pessoas que se encontram no local porque ele pertence ao Xangô do fogo, por isso se queima pólvora, conforme explicou-me Dona Santa.

Foi usado também, um pequeno fogareiro com brasas no qual houve a queima de ervas. Durante esta queima, a médium que estava com o fogareiro, passava por todos os que estavam no espaço. Estes foram defumados desde a cabeça até os pés, que eram levantados e fazia-se um gesto passando por cima do fogareiro. A seguir foram chamados todos os presentes da assistência para receber o conforto de todos os que estavam incorporados na corrente. Eu também participei deste ritual. Na sequência, foi organizado um tapete no chão, com folhas verdes trazidas da mata e, em cima foram colocadas oferendas: um bolo decorado com a cor verde, frutas, bebidas e salgadinhos. As frutas oferecidas é porque os caboclos, por serem das matas, alimentam-se de frutas. Os caboclos fizeram uma gira em torno dos alimentos, que após, foram servidos a todos os presentes. As folhas contidas no tapete foram também distribuídas para todos, com a sugestão de serem usadas na bolsa, no travesseiro, “porque estavam abençoadas e poderiam servir de proteção, contra mau olhado, mal dormir, preocupações”, como explicou a entidade de Dona Santa.

Em todos estes eventos, tem me chamado atenção a organização, a amizade, o respeito, o companheirismo, a parceria entre os componentes do Centro. Há um acordo mútuo entre eles, que ficam atentos aos mínimos detalhes. Qualquer comportamento diferente do esperado para permanecer no ambiente, é comunicado ao presidente “civil” do Centro (Sr. Osmar Garcia da Luz) que chega com calma e chama atenção para que tudo permaneça tranquilo. Eu não fiquei até o final deste evento, porque precisei retornar mais cedo devido ter ido de carona com uma amiga.

3.1.4 Nas águas de Oxum

Dia 8 de dezembro de 2018, às 13 h e 30 min, após almoçar em casa, sai para encontrar-me com a excursão que viria do Bairro Cancelão, trazendo componentes do Centro de Umbanda Nossa Senhora Aparecida, para participar da procissão e Festa para Oxum. O ônibus, Dona Santa conseguiu com a Prefeitura com muita dificuldade, pois, a Secretaria de Turismo, que em anos anteriores disponibilizava o transporte, não queria se responsabilizar por trazer os fiéis nesse dia, sem apresentar motivos claros. Dona Santa relatou-me que precisou falar diretamente com o prefeito e de forma ameaçadora para conseguir o transporte, mas ainda no dia do evento, não havia certeza se poderiam vir à cidade para participar da festa para Oxum. Ela novamente fez contato, desta vez por telefone pela manhã e, ai sim, foi confirmado que o pessoal seria trazido.



Figura 22 - Festa em homenagem à Oxum, em dezembro de 2018, no Espaço Umbandista de Piratini. Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

O Secretário Municipal de Turismo afirma que os eventos promovidos de forma conjunta pelos centros de umbanda de Piratini, fazem parte do calendário de eventos

do município. Mesmo assim, o apoio à realização das festas está sendo dificultado. O ônibus veio lotado do bairro Cancelão, com crianças, jovens, adultos e idosos. O pessoal estava organizado em frente ao Estádio Nei Fabião Valente, do Esporte Clube Guarany de Piratini. Ao chegar ao local, percebi que as pessoas estavam ansiosas pela chegada da imagem de Oxum. Ela veio do Espaço Umbandista, um local público nas margens de um dos braços do rio Piratini, destinado a este tipo de comemoração. Veio conduzida pelos Filhos de Iemanjá, diretores do referido Espaço, para após retornar a este local em procissão.

Enquanto aguardávamos a chegada de Oxum, fiquei por ali conversando com Dona Santa e com algumas outras pessoas. Indaguei sobre o significado de celebrar o dia de Oxum e Dona Santa explicou que Oxum é a mentora das Sete Linhas Brancas da Umbanda, é a mãe da doçura. A festa é realizada para pedir proteção, saúde, paz, trabalho, cura para alguém doente. Disse também, que Oxum será a governadora de 2019. Oxum é a mesma Nossa Senhora da Conceição, que é festejada na Igreja Católica também no dia 8 de dezembro, completou Dona Santa. Todas as pessoas, inclusive as crianças, que vieram do Centro de Umbanda N.ª Aparecida, estavam vestidas com camisetas amarelas e saias ou calças brancas, cores que representam Oxum. Na camiseta estava estampada a imagem de Oxum, esta imagem era de uma mulher negra, que demonstrava estar olhando-se num espelho, toda vestida de amarelo e bem enfeitada com brincos, colares e pulseiras e na cabeça, uma coroa.

Um pouco mais das 14hs chegou a imagem de Oxum, conforme previsto, trazida por integrantes de três centros da cidade. A Imagem de Oxum é semelhante a de N.ª da Conceição, porém estava vestida com roupa branca e um manto amarelo, enquanto N.ª da Conceição estava de branco e manto azul na procissão que ocorreu pela manhã, da Igreja Católica. Saímos então, em procissão pelas ruas da cidade, de ônibus, enquanto a imagem de Oxum foi conduzida na carroceria de uma caminhonete, juntamente com seus acompanhantes. Na procissão estavam mais ou menos sessenta pessoas. Quarenta eram do Centro de Umbanda Nossa senhora Aparecida e os demais, de outros centros localizados na cidade, já citados aqui.

No Espaço Umbandista, estavam aguardando a chegada da procissão, representantes dos centros mencionados, responsáveis pela organização do local e, de um Centro de Umbanda de Capão do Leão/RS. Também encontravam-se ali, pessoas da cidade não participantes dos centros, que estavam passando o dia no

local por estar localizada ali a única praia da cidade e, por isso é muito procurada em dias de muito calor, como estava acontecendo nesse dia. Havia no evento aproximadamente cem pessoas, incluindo os da procissão. Neste dia, no centro da cidade estava acontecendo uma festa promovida pela CDL (Câmara de Diretores Lojistas), por isso, não foi possível passar pelas ruas centrais da cidade, conforme ocorria em edições anteriores da festa, porque o trânsito foi interrompido.

O dia 8 de dezembro foi estabelecido feriado municipal por ser o dia da Padroeira de Piratini: Nossa Senhora da Conceição. Porém, por reclamação dos lojistas em acordo com a CDL, deixou de ser feriado esse dia, pois as pessoas iam muito fazer compras em Pelotas, devido à proximidade com o Natal. Isto esvaziava as vendas do comércio da cidade, pois mesmo com o pagamento de passagens, era melhor comprar os presentes fora de Piratini, devido à variedade de lojas e preços mais baixos do que os do comércio local. Atualmente, dia 8 de dezembro é ponto facultativo e todos os estabelecimentos comerciais da cidade abrem, numa tentativa de impedir que as pessoas saiam da cidade para fazer compras. Se os lojistas aumentaram os lucros, tanto para os católicos como para os umbandistas tem sido um transtorno, porque quando era feriado, as procissões para Nossa Senhora da Conceição e Oxum passavam pelas avenidas centrais da cidade e eram acompanhadas por muita gente, inclusive pelos trabalhadores dos comércios locais.

Atualmente não é mais assim, as procissões se esvaziaram e perderam seu espaço. Além da abertura do comércio local, a CDL promove festa para venda de automóveis, juntamente com o SICRED e as ruas são interrompidas, impossibilitando a passagem das procissões. Desta forma, a alternativa foi sairmos pela Avenida Perimetral, que fica a duas quadras da avenida central, desviando-nos do centro da cidade, para irmos até o Espaço Umbandista, localizado no Balneário Municipal. Enquanto seguia a procissão, o pessoal que estava no ônibus ia cantando para Oxum, animados pelo toque de tambores. Todos estavam muito animados, alegres. Esta animação era contagiante e eu, sentia-me envolvida e ansiosa por chegar ao local do evento, do qual não havia participado ainda. Os cantos e o toque dos tambores pareciam mágicos, transmitiam uma sensação de paz interior que mexeu muito comigo.

Ao chegar ao balneário municipal, o pessoal desceu do ônibus, atravessou a ponte sobre o arroio, e dirigiu-se a pé até o Espaço Umbandista localizado neste

balneário. Primeiramente no Espaço foi construída uma capelinha para Iemanjá, no alto da coxilha que fica à frente do Balneário Municipal, conforme relatos de participantes da festa. No entanto, por reivindicação de integrantes de todos os centros, foi construída outra capelinha em que estão imagens de Iemanjá, Oxum, Oxum e Nossa Senhora Aparecida. Este Espaço foi criado em cumprimento a uma promessa feita ao Sr. Lindor Farias pelo prefeito municipal da época, em agradecimento a todos os Centros de Umbanda da cidade, por sua eleição, para que estes pudessem realizar festas para homenagear anualmente suas entidades representativas, conforme me relatou Dona Santa.

Estas festas são comuns a todos os centros da cidade. Já as festas que são realizadas em homenagem aos santos padroeiros de cada Centro, acontecem em seus espaços próprios. Este Espaço mais tarde, foi batizado com o nome de “Espaço Umbandista Lindor de Farias”, numa homenagem a este senhor, após seu falecimento. Neste Espaço há duas grutas ou capelas. Em uma delas encontra-se somente a imagem de Iemanjá e na outra, localizada abaixo da primeira, estão as imagens de Iemanjá, Oxum e Ogum. Estas grutas estão sempre bem organizadas, ornamentadas com bastante flores, que são oferecidas às imagens como oferenda por graças alcançadas. Há também plaquinhas, que as pessoas mandam fazer em agradecimento também por graças alcançadas.

Após a abertura do evento, houve um breve passeio de barco pelo rio com a Imagem de Oxum, conduzido pelo Cacique Jânio, do Centro Espírita O Rei dos Índios. Ela é considerada a rainha das águas doces e este passeio visa pedir proteção para estas águas. A tarde estava muito quente, o sol estava forte e por isso, todos os presentes permaneceram sentados sob as árvores, em cadeiras de praia que haviam levado de casa. Enquanto isso, conversavam e tomavam chimarrão. Apareceu uma senhora vendendo flores de várias cores. Perguntei sobre qual a cor seria a ideal para ser oferecida à Oxum e me informaram que era a amarela. Comprei então duas rosas amarelas, coloquei ao lado de Oxum e pedi sua proteção, conforme outras pessoas faziam. No espaço umbandista, há um salão ainda em construção, no qual foram vendidos refrigerantes e salgados. A renda arrecadada é para dar continuidade a construção do salão. Alguns levaram lanche de casa, e se organizaram como num piquenique.

Assim que diminuiu a intensidade do sol, os participantes da corrente dos três centros da cidade e um de Capão do Leão, que estavam presentes, se organizaram para receber suas entidades e iniciar os trabalhos. Houve gira e passe, e todos receberam uma benção das entidades. A gira teve início após a abertura do evento, pela Cacique Leonara, do Centro de Umbanda Santo Antônio e do Cacique Jânio, do Centro de Umbanda O Rei dos Índios. A gira foi coordenada pelo Sr. Nedi, do Centro de Umbanda “Reino do Pai Joaquim”, localizado em Capão do Leão/RS. Participaram da gira, médiuns de todos os centros presentes e pessoas que estão em processo de iniciação na Umbanda. Os médiuns receberam suas entidades e permaneceram com elas até o final, enquanto os que passam pela iniciação, fizeram uma gira rápida e voltaram a seus lugares na corrente.

Tinha bastante gente na assistência, mas segundo os organizadores, o número de pessoas foi bem menor que em anos anteriores. Para receber o passe, formou-se uma fila de aproximadamente 100 pessoas que iam passando uma a uma, de forma rápida por todos os que estavam incorporados e organizados também em fila e após receberem o passe, as pessoas iam saindo para o lado de fora da corrente. Para finalizar, todas as pessoas que estavam compondo a corrente e incorporados com suas entidades, dirigiram-se até a frente do conga público. Neste lugar, onde se encontra a imagem de Oxum, ajoelharam-se frente à ela, bateram a cabeça e dirigiram-se à Dona Santa que os recebia com um abraço e lhes desejava a proteção de Oxum, paz, saúde e muita alegria na vida. Sucessivamente, todas as pessoas que estavam na assistência foram fazendo parte deste ato, inclusive eu.

O encerramento dos trabalhos se dá pela ida embora das entidades, as quais são destinadas pelo pai celestial a cumprirem um horário. Ao término do conforto oferecido aos participantes, eles tem que ir embora através de cantos próprios de cada um para as entidades subirem ou a se retirar, como me explicou Dona Santa. A seguir houve roda de agradecimentos e depoimentos sobre a importância daquele momento, pelos caciques de todos os centros presentes. Houve, ainda, a distribuição de um gostoso bolo, todo decorado com a cor amarela e branca e rosas vermelhas. Após o bolo, as pessoas foram se dispersando, dirigiram-se para o ônibus que trouxe o pessoal que veio do Cancelão e para os carros ou mesmo a pé, quem mora na cidade próximo ao local.

3.1.5 Homenagem à Mãe Iemanjá

No dia 2 de fevereiro de 2019, dia este consagrado a Iemanjá, rainha das águas salgadas, segundo os umbandistas, realizou-se a 8ª festa em homenagem a esta entidade em Piratini, no Espaço Umbandista, localizado no Balneário Municipal denominado Carlos Carvalho, (ex-prefeito de Piratini, já falecido) popular Paço da Vila. Esta festa foi organizada pela Federação Umbandista, com sede em Pelotas, mas que é composta pelos centros de Piratini também. Saí de casa um pouco antes das 14 horas, pois havia combinado ir junto com um casal de amigos que mora próximo de minha casa. Às 14 horas saímos da casa deles, de carro, pelas ruas do centro da cidade e dentro de 15 minutos estávamos no local do evento. Eu me sentia um pouco ansiosa por este momento, pois não havia ainda participado desta festa. Ouvia comentários que era uma festa muito linda, que reúne muitas pessoas, entre elas, autoridades políticas municipais.

Esta festa começou no dia 1º de fevereiro à noite, com a procissão de Iemanjá pelas ruas centrais da cidade e vai até ao Espaço Umbandista. Lá, são feitas muitas falas pelas autoridades presentes, de saudação à Iemanjá. As pessoas que estavam no local este ano, no primeiro dia, comentaram que havia mais de mil pessoas no Espaço, não só de Piratini, mas também de Pelotas, Capão do Leão e Pedro Osório. Eu fui só no dia 2 à tarde. Ao chegar ao local, me deparei com uma roda de conversa de umbandistas, composta por caciques dos centros “Santo Antônio”, “Nossa Senhora da Conceição”, “O Rei dos Índios”, “Nossa Senhora Aparecida” e “Reino do Pai Joaquim”, de Capão do Leão. Eles falavam da importância da religião Umbanda para eles. Que é uma doutrina que os ensina a ser humanos, a respeitar todas as pessoas e a fazerem o bem sem distinção e sem cobranças. O que mais importa é o bem estar de todos que a seguem. Mas estes saberes, não devem ficar só entre alguns, mas que devem ser passados para outras pessoas para que sua obra não acabe. Se alguém sabe melhor uma determinada benzedura, por exemplo, precisa ensinar a outra pessoa para que dê continuidade a este trabalho. O conhecimento precisa ser passado a outras pessoas.

Foi muito gostosa a recepção que recebi. Como sempre, me senti muito à vontade com os abraços e palavras de carinho. Falaram que estavam com saudades de mim, o que correspondei, afirmando que também estava com saudades deles.

Desde a festa para Oxum, que ocorreu em 8 de dezembro de 2018, não havia contatado com as famílias da comunidade quilombola Nicanor da Luz, que acompanho há vários anos, e já se tornou bastante familiar para mim. Abraçamo-nos forte, com muita alegria por podermos partilhar de mais um momento tão especial para os umbandistas e que está se tornando da mesma forma para mim, pela recepção sempre tão acolhedora quando participo dos momentos festivos com eles no Centro ou fora dele, ou mesmo, nas reuniões da comunidade. Transmitem-me um sentimento de familiaridade.

Às 15hs, deu-se o início às atividades da festa. Na abertura, todas as pessoas médiuns dos centros que estavam presentes se organizaram em um círculo, enquanto Dona Santa, Cacique do Centro Nossa Senhora Aparecida e Seu Nedi, Cacique do Centro de Umbanda Pai Joaquim de Capão do Leão, fizeram a abertura do evento. Dona Santa na abertura, agradeceu a força fervorosa da gloriosa Mãe Iemanjá pela permissão na realização do evento e pediu para que ela caminhe ao nosso lado. Que a gente possa levar a benção e a proteção dessa gloriosa mãe no nosso coração e que Iemanjá ilumine a cada um de nós, que ilumine nossa casa e nossa família, nos dando sua proteção. Que nos ampare onde a gente estiver. Seu Nedi, que falou a seguir e agradeceu nossa grande mãe sagrada Iemanjá por estar ali no Espaço Umbandista, que tem como presidente Jânio, do centro de Umbanda O Rei dos Índios. Da mesma forma agradeceu à querida irmã Santa, por estar no comando das atividades do dia. Disse que se sentia gratificado pela acolhida, pelos sorrisos, pelas bênçãos da grande mãe Iemanjá para que ele estivesse ali naquele lugar. Pediu a Iemanjá para que ela protegesse a todos os presentes e que todos também, junto com ele assim fizessem, porque desta forma, abrimos nossos sentimentos para que nos encontremos alimentados pela fé. Que Iemanjá abençoe e alimente o coração de todos e distribua, canto por canto, a todas as nossas famílias para que através deste aperfeiçoamento, cada vez mais abra nossos sentimentos para que as divinas proteções possam trabalhar por nós. Muitas vezes dizemos que nos benzemos, nos confortamos, mas não está adiantando nada. Então, alguma coisa deve não estar bem, porque muitas coisas nós ainda não entendemos, não compreendemos, ainda não temos condições de fazermos uma proteção melhor para nós, e por isso, não está abrindo nossa áurea para melhorar nossa vida.

A seguir, Seu Nedi convidou a todos para fazer uma oração ao grande pai Ogum. Após estes atos iniciais, soaram os tambores para animar os cantos para a descida das entidades, através de uma gira semelhante a um bailado. Cada entidade tem seu próprio canto para descida e, assim um a um dos que estão organizados numa corrente circular, vai participando deste bailado. Uns permanecem incorporados com sua entidade por mais tempo, outros, incorporam e logo suas entidades vão embora. Os que permanecem por mais tempo incorporados, se organizam em fila para receber as pessoas que estavam na assistência e querem receber o passe.

Após este momento, deu-se a subida das entidades, novamente através de cantos, enquanto a imagem de lemanjá foi colocada em um barco e levada até o rio para fazer seu passeio pelas águas. Todas as pessoas presentes no evento se deslocaram para acompanhar este momento e se posicionaram à beira do rio entoando cantos de saudação a lemanjá. Foi um passeio pequeno, de mais ou menos 10 minutos, em que a Imagem foi conduzida por Dona Santa, Cacique do Centro de Umbanda Nossa Senhora Aparecida. Ao término deste momento, realizou-se uma procissão com a imagem de lemanjá sobre um andor, carregado por componentes dos diversos centros de Umbanda presentes, por um percurso de 100 metros até o outro lado da ponte que atravessa o rio. Neste local, tem bastante areia, o que deixa o rio bem raso.

As pessoas se posicionaram neste lugar e, as que estavam conduzindo a Imagem de lemanjá, a colocaram sobre esta areia. Em seu entorno, foram colocadas e acesas velas e cada pessoa que fazia isso, se ajoelhava, fazia uma oração e pedidos a lemanjá. Havia uma moça vestida com roupas alusivas à lemanjá, que ao chegar neste espaço, fez um pequeno percurso nadando de costas. Enquanto os cantos eram entoados, entidades iam descendo e logo caíam na água. Quando isso acontecia, sempre havia alguém por perto que não estava incorporado com entidades, para auxiliar a pessoa se reerguer. As pessoas que ali se encontravam se aproximavam de quem estava incorporado (a) para receber passe. Foram jogadas pétalas de flores no rio, como oferenda à lemanjá nas águas.

Eu fiquei um pouco afastada, observando, fotografando e filmando este momento, pois como não havia ainda participado desta festa, não me organizei adequadamente, ou seja, não me organizei para entrar na água e de vez em quando

chovia também. A subida das entidades, novamente deu-se, a partir de cantos específicos de cada uma. Após este momento, todos os presentes retornaram ao Espaço Umbandista para confraternizar. Foi distribuído um bolo decorado de branco e azul. No centro do bolo, havia uma estrela com a imagem de Iemanjá. Antes de o bolo ser distribuído, ele foi oferecido à Iemanjá no panteão. Ao final do evento, perguntei a uma das participantes sobre o porquê realizar a festa para Iemanjá no rio, se ela é a rainha das águas salgadas. Ela me explicou que isso acontece porque anualmente, é levada até o mar mais próximo, nesse caso o da praia do Cassino em Rio Grande, uma garrafa de água do rio para ser trocada por uma de água salgada, para que assim, Oxum que é a rainha das águas doces, permita que Iemanjá desfile por suas águas.

3.2 A relação com o catolicismo

Como o Centro em que Dona Santa é cacica se chama Nossa Senhora Aparecida, esta santa acaba servindo de mediação entre a umbanda e o catolicismo, na convivência que se estabelece com essa outra religião. Percebi isto ao participar de festas ocorridas em datas específicas, dedicadas às entidades protetoras, a convite de Dona Santa. Eu sou Católica e nesta religião, participo da Pastoral Afro-Brasileira, que tem por finalidade apoiar a defesa e o encaminhamento de demandas sociais da comunidade negra.

A pastoral Afro-brasileira foi criada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em 2002 e, tem como evento fundador, a campanha da Fraternidade de 1988, cujo tema foi a fraternidade e o negro, num contexto ímpar para o movimento negro brasileiro, conforme descreve Gabriel dos Santos Filho (2012, p. 43). O reconhecimento desta pastoral aconteceu quando houve a instalação do seu secretariado em Brasília, junto com os demais organismos da CNBB. Seu objetivo é de promover a organicidade de todos os grupos de corte racial no interior da Igreja Católica no Brasil. Para isso, organiza-se o Congresso Nacional das Entidades Negras Católicas (CONENC), com a finalidade de debater e implementar decisões em torno das questões da comunidade negra brasileira.



Figura 23 - Missa campal da Pastoral Afro-Brasileira, em São Lourenço do Sul. Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Santos Filho, (2012, p. 47) explica que o enquadramento da Pastoral como uma pastoral social se deu devido ao resultado de sua atuação mais visível junto à comunidade negra, com a instalação de cursinhos pré-vestibulares, na Rede Educafro situada no eixo Rio/São Paulo, com mais de 100 núcleos e sua participação nos Conselhos para o Desenvolvimento da Comunidade Negra. A Pastoral Afro, no entanto, ambiciona ir além do social e atingir a prática de uma liturgia inculturada e compartilhada entre todos os grupos que têm um trabalho de corte racial na Igreja Católica do Brasil. Prosseguindo, Santos Filho (2012, p. 48), diz que a partir daí, começaram reflexões sobre o cultivo de uma espiritualidade afro-católica, basicamente calcada nas expressões de fé popular, como o reconhecimento das benzedadeiras, das religiões afro-brasileiras, das irmandades negras e o ritmo dos cantos.

Com isso, passaram a fazer parte dos altares as cores fortes dos panos que os enfeitam; os bailados nas procissões de abertura das missas, com cantos animados por atabaques; dos ofertórios carregados de alimentos da culinária afro-brasileira e das ervas de chás. Tudo é colocado à frente do altar sobre panos coloridos e ao final da missa, distribui-se as oferendas aos participantes. Por fim, faz-se a entrada com

Nossa Senhora Aparecida, carregada por alguém que desfila apresentando-a para que todos que a saúdam e pedem silenciosamente sua proteção. Não é incomum que os participantes das procissões da missa estejam vestidos com roupas típicas da cultura africana, com colares e turbantes.

Nas palavras de Dona Santa quando ela relata sobre um encontro da Pastoral Afro ocorrido em 2016 em Piratini, pode-se perceber a aproximação que há entre as duas religiões: Católica e Umbanda.

Dona Santa: Num encontro que nós fomos aqui na casa de passagem que a gente passou o dia e depois eles nos convidaram pra ir lá na igreja e o padre disse “ah, tia Santinha, a senhora tem que ir pra igreja com nós e levar seus tamboreiros”. Foi todos os hinos da igreja com todos os tamboreiros, aqui, né, na Nossa Senhora da Conceição. Foi muito lindo também¹⁰⁸.

Em outra ocasião, Dona Santa e alguns mais componentes da Comunidade Nicanor da Luz, nos acompanharam num encontro da Pastoral Afro que ocorreu em Bagé. E neste encontro, visitamos a comunidade Quilombola de Palmas, no interior do referido município. Estes intercâmbios têm ocorrido desde que se organizou a comunidade Nicanor da Luz. Tenho convidado Dona Santa e demais componentes desta comunidade, para participarem dos eventos da Pastoral Afro, da Igreja Católica. Dona Santa sempre me acompanha e diz que gosta muito de participar porque entende que “Deus é um só”. Nesse sentido, Patrícia Birman (1985, p.29) explica que as divindades cultuadas na religião umbanda sofreram um processo de sincretismo religioso com a religião Católica. Isto contribui para esclarecer a fala de Dona Santa que relata o que sempre diz para seus filhos de umbanda sobre isso: “eu sempre dou essa doutrina pra eles, não tem essa coisa de ser mais...”. E prossegue: “não, Deus é um só, não tem mais... o mais é material. O pessoal que fez essa separação. O povo da terra que fez essa separação. Então aonde nós irmos, com a cabeça erguida que ele tá junto com nós, temos certeza onde ele tá, né?”¹⁰⁹.

Em novembro de 2018, por ocasião da Semana da Consciência Negra, ocorreu na Comunidade Quilombola Rincão da Faxina, a III Feira Quilombola. Esta feira é organizada pela Comunidade em parceria com a EMATER e Prefeitura Municipal de

¹⁰⁸ Entrevista realizada em 26 de janeiro de 2019, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

¹⁰⁹ Entrevista realizada em 26 de janeiro de 2019, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

Piratini. Deste evento participam pessoas de todas as comunidades quilombolas do município e são comercializados produtos agrícolas e artesanais por elas produzidos.

A Comunidade Quilombola Nicanor da Luz se fez representada por vários de seus componentes, dentre eles, os tamboreiros do Centro de Umbanda e Dona Santa, a cacica. Todos foram em ônibus, cedido pela Prefeitura, o qual levou não só pessoas da comunidade, mas também aquelas não pertencentes a nenhuma comunidade organizada. No segundo dia do evento, houve uma missa, organizada pela Pastoral Afro, que seria realizada na Capela de Nossa Senhora Aparecida, ao lado da sede da associação da referida comunidade. Assim que o ônibus chegou, Dona Santa e os tamboreiros foram convidados para ensaiar os cantos, os quais seriam acompanhados pelo toque dos tambores para animar a missa. Dona Santa foi convidada para entrar com a imagem de Nossa Senhora Aparecida. Ela se sentiu muito feliz por estar carregando esta imagem, que também é do Centro de Umbanda. Fez um bailado bem animado, enquanto erguia a imagem da Santa. Os tamboreiros, da mesma forma, encarregaram-se de animar a missa com maestria. Podia-se perceber que para Dona Santa “Deus é um só”, como ela diz. As diferenças religiosas não diminuíram sua dedicação e entusiasmo ao participar da missa.

Segundo Wagner Gonçalves da Silva, foram as semelhanças estruturais entre a forma de culto do catolicismo popular e das religiões de origem africana e indígena que possibilitaram o sincretismo e a síntese da qual se originaram as religiões afro-brasileiras (2005, p. 14). A devoção aos santos, adotada no interior destas religiões foi uma das características da formação do catolicismo romano, que teve consequências no sincretismo afro-brasileiro (2005, p. 20 e 21). Atitudes como aspergir água benta ou benzer-se com o sinal da cruz e repetir preces consideradas poderosas são vistas como formas de afastar os maus espíritos (2005, p.22). E é a esse catolicismo que índios e negros, subordinados à religião do conquistador, foram convertidos, e ao qual somaram sua religiosidade de origem. (2005, p. 23).

Dona Santa diz que inclusive, foi batizada na Igreja Católica. Então, uma de suas ligações mais interessantes com o catolicismo eram as celebrações que se fazia, na sua infância, ao Divino Espírito Santo. Sua família era devota dele, assim como toda a comunidade à qual pertencia, ocorrendo com frequência rituais coletivos para afastar pragas da lavoura ou pedir por chuva:

Dona Santa: Na saída das casas que se reuniam tudo na casa de meu pai,

ali onde nós estivemos. Entendeu? Aí eles faziam o Pai-Nosso, uma Ave-Maria e uma Santa-Maria e seguiam a caminhada pedindo: 'Divino mestre salvador, vós me mande uma chuva pra molhar minhas plantas pra formar o pão de cada dia', fazia toda a volta da lavoura e quando nós retornava de novo, aquelas mesmas trelas, dois pai-nosso, duas ave-maria, duas Santa-Maria em agradecimento que nós fomos e voltamos. E, na noite chovia¹¹⁰.

Assim, ocorria esta procissão que “começava pelo lado direito e saía pelo esquerdo” conta Dona Santa.

Dona Santa: Quem sabia orar um Pai-Nosso, orava, quem sabia orar uma Ave-Maria, orava e a gente que tinha doutrina de terreira, a gente invocava uma Mãe Oxum, Mãe Iemanjá, que é do povo da água, e pedia pra Jesus Cristo salvador, que é um orientador também, então era assim, cada um fazia a sua parte da maneira que sabia, mas acompanhava, né, e todo mundo plantava. Todo mundo precisava de chuva e era muito importante pra nós o Divino. A gente tinha como devoção¹¹¹.

No dia 20 de setembro havia o desfile a pé levando a bandeira do Divino à frente. “Era tudo muito lindo, tudo era uma irmandade”, comenta Dona Santa, que recorda com saudades estas vivências passadas¹¹².

Outro forte elo de Dona Santa com o catolicismo rústico se dá por meio dos terços, que ela realiza com uma colega de rezas, Dona Beatriz, que também reside em uma comunidade quilombola, mas de Canguçu – comunidade Santa Clara. Segundo Dona Santa, ela aprendeu essa modalidade de rezas com pessoas antigas, que não tinham onde orar, e iam de casa em casa rezando e onde eram bem-acolhidos, ficavam uma semana ou mais. As rezas de terço são uma forma especial de homenagear parentes que se foram, e para cada falecido reza-se um terço específico, além de se fazer oferendas a ele, como deixar cigarros acesos ou oferecer bebida. As rezas acontecem no próprio Centro de Umbanda ou nos cemitérios, e geralmente são feitos sob encomendas, sendo o Dias dos Finados, Dias das Mães e Dia dos Pais datas preferenciais para que as rezas aconteçam. Dona Santa explica:

Santa: Nós fazemos assim, eu e a Beatriz. A Beatriz mora no município de Canguçu. São 50 pai-nossos, 50 ave-maria, creio em Deus pai todo poderoso

¹¹⁰ Entrevista realizada em 11 de novembro de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

¹¹¹ Entrevista realizada em 11 de novembro de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

¹¹² Entrevista realizada em 25 de fevereiro de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo individual da pesquisadora.

e é 1 hora de terço que a gente reza pra aquelas almas falecidas, né? As almas que não conseguiam subir aos céus sem ajuda nossa aqui da terra, e, através do terço, nós rezamos, e no final do terço nós pedimos ao Pai Pedro pra abrir a porta do céu pra colocar aquela alma junto com os outros no paraíso da alegria, no paraíso da felicidade, no paraíso da vida de descanso que jamais não pertença a esse plano terra, que tenha compreensão da vida no espaço. É assim que nós rezamos¹¹³.

A partir de Steil (2001, p. 16), pode-se entender que o tipo de culto presente na religião umbanda e, o relato de Dona Santa, assemelham-se com o catolicismo popular tradicional. Este geralmente é visto como uma etapa ou sobrevivência do passado, mas longe de ser suplantado por um pensamento moderno e esclarecido, ele permanece ativo, reinventando-se tanto através da interação e do diálogo com o catolicismo moderno e clerical quanto com as novas formas de crer que ganham visibilidade em movimentos religiosos. (p. 17). O culto das baianas, por exemplo, lavando as escadarias da igreja, nos remete para uma forma do catolicismo que se baseava em estruturas e agentes religiosos que não pertenciam a um núcleo clerical especializado. (p. 19).

Para Steil (2001, p. 19), a reprodução do catolicismo nos contextos urbanos dependia basicamente das Irmandades e no meio rural dos beatos e monges e dos rezadores ou rezadeiras locais, consideradas responsáveis pela manutenção cotidiana das crenças e rituais. É que, o padre era geralmente uma figura distante, que limitava-se a visitar os santuário por ocasião das festas das comunidades e a cada dois anos, quando eram realizados o batismo e o casamento.

No caso das benzedadeiras ou rezadeiras,

[...] para além da face mais pública do catolicismo tradicional, que se manifesta nos rituais de peregrinação e nas festas populares, há outra que está afeita às relações pessoais que presidem a convivência entre as pessoas nas comunidades locais e na vida familiar (STEIL, 2001, p. 24).

E é nessa dimensão da vida social onde podemos encontrar muitos destes agentes, atendendo às necessidades dos fiéis, através de ritos em suas próprias casas. Estas pessoas são vistas como agentes do catolicismo popular tradicional, reconhecidos pela comunidade como detentores de poderes e forças sobrenaturais, como relata Steil. Para este autor, “a crença que dá eficácia e sustentação a essas

¹¹³ Entrevista realizada em 10 de julho de 2016, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

práticas é a crença do próprio grupo que se reflete sobre um indivíduo, fazendo-o acreditar-se portador de um poder que o grupo reconhece nele” (p.25).

3.3 Conversão religiosa e convivência comunitária

A Igreja Quadrangular, da qual Dona Carlota e Dona Lessi participam, e Lucilé fez uma pequena passagem por ela, pertence às pentecostais as quais Oro (2011, p. 385) explica que tiveram um aumento significativo no número de adeptos nos últimos anos no Brasil. O que contribuiu para ascensão desta religiosidade, segundo o autor, foi o fato dela atrair pessoas das camadas médias. O pentecostalismo, diz o autor, atrai indivíduos das diferentes camadas sociais e não mais somente os pobres dos meios urbanos, embora estes ainda constituam a maioria dos fiéis. Oro (p. 385) chama atenção para o fato de que não se pode subestimar o impacto do pentecostalismo sobre os indivíduos e as instituições. É preciso levar em consideração que o pentecostalismo constitui hoje um ator social que deve ser levado em conta no cotidiano da sociedade brasileira.

Reina (2017, p. 260 e 256) ressalta que, apesar de ser uma religião que promove uma liturgia dos socialmente excluídos, o pentecostalismo continua uma religião branca, em que os negros são acolhidos, mas discriminados. O preconceito, a discriminação e o racismo são expressos, no pentecostalismo, amplamente, indo da separação física dos negros e brancos à universalidade proposta pela liturgia.

Reina (2017, p. 265) chama atenção para o fato de que há uma negação das raízes africanas nas igrejas pentecostais. E vários fiéis ou pastores tem se utilizado da Bíblia para justificar a necessidade de deixar fora da igreja, aspectos remetentes à cultura africana. A motivação para os evangélicos entrarem em competição com os cultos afro-brasileiros se explica, pois estes últimos são “os maiores concorrentes no mercado de soluções simbólicas e prestação de serviços religiosos para os problemas materiais e espirituais dos estratos pobres da população”, afirma Reina. (2017, p. 266)

Os autores consultados alertam sobre o fato de que várias pesquisas tem demonstrado que são os evangélicos os que mais chegam nas margens da sociedade. São eles que vão aos lugares onde nenhuma outra instituição civil ou religiosa ousa se aproximar e, provocam dinâmicas agregadoras locais sem contar com nenhum recurso material e simbólico externo.

Dona Carlota atualmente é evangélica, mas originalmente era umbandista, no entanto, após um tempo morando no Cancelão, resolveu mudar de religião. Ela conta que foi criada “com caboclo e preto-velho”, pois seu pai tinha um centro de umbanda no Paredão. Foi com ele que ela, inclusive, aprendeu a benzer: “Quando eu morava lá fora, eu benzia também. Eu benzia de rendido. Repetia baixinho tudo que meu pai dizia quando benzia. Até a pouco tempo eu tinha uma mesinha ali na frente com uma cadeirinha onde eu benzia”¹¹⁴. Depois que se mudou para o Cancelão, Dona Carlota frequentou por um tempo o centro Nossa Senhora Aparecida, mas acabou se convertendo para o pentecostalismo:

Dona Carlota: Depois eu passei para a Igreja Assembleia de Deus, mas como o Cancelão começou a ficar diferente eu deixei de ir lá porque era longe. Quando eu voltava da Igreja, tinha muitos guris fumando nas paradas de ônibus e eu comecei a ficar com medo e não fui mais. Agora eu vou na Igreja Quadrangular que é a mesma da Dona Maria, irmã da tia Santa. Lá é muito bom, eles dão muita coisa para ler¹¹⁵.

Dona Lessi igualmente é evangélica, como Dona Carlota agora, conta que na sua família não tinha benzedoras ou benzedores, mas que costumavam se benzer com Dona Noêmia, mãe de Dona Santa, que morava no Rodeio Velho e frequentavam o Centro de Umbanda que havia na casa deles. Atualmente Dona Lessi frequenta a igreja do Evangelho Quadrangular, a mesma de Dona Carlota.

Lucilé, que é umbandista, relata que em sua caminhada religiosa, frequentou religiões evangélicas, quando morava em Pelotas, para acompanhar sua tia, embora não tenha se batizado:

Rosane: Então me explica um pouquinho, quer dizer que você estava na Umbanda, e daí foi pra evangélica?

Lucilé: É, eu... A minha tia sempre foi da igreja e eu, como morava com ela, ela convidava e eu ia também, mas ao mesmo tempo não era nada comprometida, eu ia somente para acompanhar ela mesmo.

Rosane: E que igreja era essa?

Lucilé: Era evangélica... Ah, eram tantas que ela ia na época que... Era Universal, tinha uma do Reino de Deus, tinham outras lá que ela ia que eu não me lembro mais. Mas eu ia, mas nada com compromisso de batismo, essas coisas não. Eu ia mais pra acompanhar.

Rosane: E aí, quando você saiu de Pelotas voltou pra Umbanda?

¹¹⁴ Entrevista realizada em 10 de abril de 2019, com Carlota Domingues da Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

¹¹⁵ Entrevista realizada em 10 de abril de 2019, com Carlota Domingues da Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

Lucilé: Voltei pra umbanda e continuo na Umbanda¹¹⁶.

Lucilé relata que na verdade ela foi batizada e frequenta a religião umbanda desde bebê, pois seus pais eram da umbanda e desde que migrou para o Cancelão, frequenta o Centro Nossa Senhora Aparecida e, quando voltou de Pelotas, foi novamente batizada e tem os padrinhos vivos até hoje:

Rosane: Desde que você se lembra frequentando, que centro vocês iam?

Lucilé: Começamos lá na quarta zona, só que lá eu não lembro mais o nome do Centro. Depois quando a gente mudou cá pro Cancelão, a gente frequentava o Santo Antônio que era lá no Caneleira. Mas tinha o Centro do Seu Aidir no Cancelão, mas a gente frequentava lá que era o Centro do meu padrinho na Católica. E a gente ia a pé, eu acho que era... Não me lembro se era todos os sábados, ou se era de quinze em quinze dias, mas eu sei que a gente ia sempre que tinha. Depois eles mudaram pra Fumaça, e a gente continuou indo, e aí depois com o tempo o meu pai começou a ficar velho e acabou falecendo e terminou o Centro Santo Antônio. Aí, tinha no Seu Aidir que era onde a gente ia¹¹⁷.

Continuando com seu relato sobre religiosidade, Lucilé fala que participou também de muitas missas:

Lucilé: Agora que faz tempo que não vou a missa. Acho que as missas de hoje não são as mesmas de antigamente, mas nada contra. Se eu tiver que ir, eu vou. Se eu tiver que ir numa igreja, eu vou. Se eu tiver que ir numa igreja, o que às vezes acontece, a gente participa, a gente ajuda. Eu acho que a umbanda, é sempre em relação ao ajudar o próximo, por causa que eu acho que independente de qualquer religião, ajudar o próximo sempre é bom¹¹⁸.

O relato de Lucilé aponta que o trânsito de uma religião à outra nunca é irreversível. A própria Dona Carlota, mesmo se assumindo como pentecostal, possui em um canto de sua sala uma imagem de N. S. Aparecida com uma vela na frente, a qual dá sinais de uso, o que significa que apela também para a santa em determinadas situações.

A diferença religiosa não tem sido obstáculo para a manutenção de relações densas de afeto entre as pessoas da comunidade negra do Cancelão, estejam na

¹¹⁶ Entrevista realizada em 25 de janeiro de 2019, com Lucilé Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

¹¹⁷ Entrevista realizada em 25 de janeiro de 2019, com Lucilé Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

¹¹⁸ Entrevista realizada em 25 de janeiro de 2019, com Lucilé Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

organização quilombola ou não. É uma amizade que foi trazida do interior do município de Piratini onde residiam. Uma relação familiar, estabelecida pela vizinhança e o companheirismo. Daí o mérito do respeito pela diferença religiosa.

Não apenas há uma convivência, como um auxílio mútuo por meio da religião...:

Dona Carlota: Aqui somos todos como uma família, não importa a religião. Quando os evangélicos se sentem mal, pedem ajuda para a tia Santa, pedem benzedura e se tia Santa não está bem, precisa de ajuda, os evangélicos oram por ela. A tia Santa é do bem, a gente tem que orar por ela¹¹⁹.

Dona Santa explica que a relação dela com Dona Maria, sua irmã, que também se converteu para a Igreja do Evangelho Quadrangular, é muito boa, pois não percebe se há diferença ou não, porque uma respeita a outra. A diferença se dá, quando cada uma está nos espaços próprios de cada religião:

Dona Santa: Porque a gente sabe que a separação que existe é material, não é espiritual. Porque Deus é um só, Jesus é um só. A diferença é só aqui, então eu confio... Onde eu chego em uma igreja, ou numa casa de pastor, eu respeito a Deus porque eu tô respeitando o meu Deus daqui, eles que separaram. Aquilo ali foi material, não é espiritual. Porque não tem dois Deus¹²⁰.

As diferenças religiosas não afetaram as relações de sociabilidade, possibilitando momentos inclusive, de ajuda mútua, como no caso de promover eventos que visem conseguir recursos, ou mesmo, momentos de confraternização nos espaços de cada culto religioso, como se observa no relato de Dona Santa a seguir:

Dona Santa: Se eu faço uma rifa aqui pro centro ou faço um bolo pra vender que eu queira tirar uma verba pra não mexer no caixa, a primeira coisa que eu vou é lá [na Igreja Evangelho Quadrangular]. Ou pra Dona Lessi ou pra Maria. Elas saem e vendem, tu entendeu? Se elas vão fazer qualquer coisa lá na igreja, a primeira coisa que elas vem é aqui: 'nós temos esse projeto de fazer lá na igreja, estamos vendendo carreteiro, botamos a vender um galeto'. Eu junto a minha turma aqui da vila e todos nós vamos comprar. E vamos, sentamos lá na igreja e saboreamos junto com eles. Então é assim, bem unido. E o pastor da Maria todos os aniversários dele, eu vou, lá na igreja dele, ele me manda o convite especial. E aí eu vou e me sinto bem¹²¹.

¹¹⁹ Entrevista realizada em 10 de abril de 2019, com Carlota Domingues da Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

¹²⁰ Entrevista realizada em 26 de janeiro de 2019, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

¹²¹ Entrevista realizada em 26 de janeiro de 2019, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

Por algumas vezes participei de festas realizadas no Centro de Umbanda Nossa Senhora Aparecida e, também no Espaço Umbandista, localizado no local denominado Passo da Vila. E nestes momentos, não só as pessoas participantes do Centro se envolvem, mas também, aquelas como Dona Maria e Dona Lessi, que professam a religião Evangélica, ajudam na organização das festas. Ajudam a servir o bolo, ou na cozinha, a vender ingressos no caso de promoções com fins de arrecadar recursos. Da mesma forma, Dona Santa conta que também ajuda, nos almoços na igreja Evangélica, e vende ingressos. Há uma troca de “dons e serviços”.

4. Os saberes locais

Os estudos de saberes tradicionais apontam para a importância da sócio-biodiversidade. Além da atualização dos saberes e práticas ser uma forma de codificação da memória coletiva. Considerando o que aponta Manuela Carneiro da Cunha (2007, p. 81), os saberes tradicionais [...] “são saberes que populações locais têm de cada detalhe do seu entorno, do ciclo anual, das espécies animais e vegetais, dos solos”, etc. Cunha (2012, p. 441) nesta perspectiva, ressalta a importância de se reconhecer e aproveitar os vários sistemas de conhecimento existentes nas comunidades tradicionais, os quais em sua opinião devem ser mantidos em suas particularidades.

Estes são elementos que compõem a territorialidade, tal como entendida por Paul Little (2003, p. 253). Para além do espaço físico, significa o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, controlar e se identificar com seu ambiente biofísico. Nesse sentido, o território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Portanto, é importante entender que para analisar o território de qualquer grupo, precisa-se de uma abordagem histórica que trate do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado. A territorialidade humana para o autor tem uma multiplicidade de expressões, e isso produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais.

São importantes nesse processo os saberes ambientais, ideologias e identidades, criados no coletivo e historicamente situados, que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. É a cosmografia de um grupo a qual inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele como argumenta Paul Little (2003, p. 254).

Nesta perspectiva, por conhecimentos tradicionais, Paul Little (2010, p.11), considera:

Todos os conhecimentos pertencentes aos povos indígenas, às populações agroextrativistas, aos quilombolas, aos ribeirinhos e aos outros grupos sociais que se dizem tradicionais, que sejam utilizados para suas atividades de produção e reprodução nas suas respectivas sociedades.

Arturo Escobar (2014, p. 86) explica que as comunidades tradicionais partem de uma visão própria de desenvolvimento com base ecológica, econômica, social e cultural, de formas de produção e organização social. Para estes grupos, segundo o autor, o território é definido como espaço coletivo, composto por todo o lugar necessário e indispensável onde homens e mulheres, jovens e adultos, criam e recriam suas vidas (p. 88). É um espaço simbólico e ao mesmo tempo, biofísico e epistêmico, e para, além disso, é um processo de apropriação sociocultural da natureza e dos ecossistemas que cada grupo social efetua desde sua cosmovisão (p. 91).

[...] trata-se de construir uma visão própria de desenvolvimento ecológico, econômico e social, a partir de nossa visão cultural, de nossas formas tradicionais de produção e organização social. Ao longo da história, a sociedade nos impõe sua visão de desenvolvimento que corresponde a outros interesses e visões que não estão de acordo com nossas visões e aspirações e o modo de conceber a vida. (ESCOBAR, p.86, 2014).

Cada sistema de conhecimento tradicional está vinculado a um povo ou grupo social específico e tem sido elaborado em contextos históricos e biofísicos distintos, desenvolvendo tecnologias particulares e constituindo-se em tradições próprias. Essa tendência de dominar os espaços científicos e tecnológicos no mundo inteiro é particularmente evidente nos campos da agricultura, medicina e energia, mas acontece em quase todas as esferas da vida, como observa Little.

Nas comunidades tradicionais o trabalho, por exemplo, encerra dimensões múltiplas, reunindo elementos técnicos com o mágico, o ritual, e o simbólico como explica Edna Castro (1998, p. 5). No entanto, a autora diz que ainda que existam representações simbólicas e míticas, nas diferentes formas de organização do trabalho, cada comunidade tradicional se defronta com as capacidades e os limites dos saberes e interesses de cada grupo. Mas pode-se perceber uma relação entre as sociedades ditas tradicionais com as técnicas de produção de cada uma e o campo simbólico, sugere Castro.

Narrativas de remanescentes de quilombos mostram que há uma integração entre a vida econômica e social do grupo, onde a cadeia de sociabilidade é indissociavelmente ligada, favorecendo encontros interfamiliares, realização de festas, perpetuação de rituais e outras modalidades de trocas não econômicas. A autora salienta que comunidades tradicionais de modo geral, com concepção comunal do uso da terra, a organização das atividades de trabalho não está separada de rituais

sacros, de festividades ou de manifestações da vida e da sociabilidade grupal.

Saberes e práticas vinculadas à cura e processos produtivos são experimentados de forma diferente por homens e mulheres, e também de acordo com a faixa geracional. Homens e mulheres podem dominar saberes diferenciados, de acordo com papéis de gênero contextualmente marcados. Em relação à cura, pessoas mais velhas são referências no cuidado das mais novas, que retribuem com deferência. Outro aspecto importante a ser considerado, é em que medida esses saberes passam a ser revalorizados com o processo de auto reconhecimento como comunidades quilombolas.

4.1 Saberes de cura

Neste subcapítulo apresenta-se a diversidade de recursos aos quais se recorre em situações de desordem, os quais abarcam usos de plantas, benzeduras, simpatias, etc. Se faz, ainda, um percurso pelas memórias femininas relacionadas ao parto e aos cuidados com recém-nascidos, pois embora vários desses procedimentos não sejam mais realizados hoje, podem formar um acervo sobre as distintas perspectivas de intervenção sobre o corpo, articulando-o a territórios marcados por princípios de convivência e recursos simbólicos particulares.

4.1.1 Sobre as causas das doenças

Há todo um conjunto de saberes que dizem respeito ao modo de vida que as pessoas tinham no passado, quando viviam no meio rural, mas que mantém vivos na memória. Geralmente o passado é relatado como um tempo de muitas dificuldades, pela falta de recursos, mas em que as pessoas eram fortes, em razão, principalmente, do tipo de alimentos que ingeriam e pelo fato de tomarem remédios naturais. Esse passado é contrastado com um presente em que existem muitas facilidades, mas em que as doenças predominam:

Dona Carlota: Tive 10 filhos sem nunca ir ao médico. No meu tempo não tinha essa coisa de tomar remédio quando está grávida, nem fazer exames, tia Eva. E as crianças nasciam tudo bem sadias. Agora a senhora vê, as mães estão sempre no médico e as crianças nascem doentes. Não vê o meu neto? Ele nasceu doente, ficou um tempo no hospital em Pelotas e parecia que nem se criava¹²².

¹²² Entrevista realizada em 10 de abril de 2019, com Carlota Domingues da Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

Há concepções gerais de que, além do modo de vida, as doenças acontecem também por desequilíbrios nas relações sociais ou nas relações com o que a gente poderia chamar de forças cosmológicas. A doença é entendida, segundo Montero (1985, p. 170), nas religiosidades populares, como uma desordem cósmica que pode ser percebida e suprimida, pois nada mais é do que a objetivação, no corpo individual dessa desordem transcendente. Dona Carlota aponta para isso quando fala sobre o quebrante, que deriva do não atendimento da necessidade da criança manter uma boa relação com a lua:

Dona Carlota: Quebranto é uma coisa que deixa a criança chorona e com dificuldade para dormir, fica desinquieta. Só dá em criança, principalmente se ela é bonitinha e esperta. Aí o quebranto pega ligeiro. Então precisa benzer para passar esse mal da criança. Mau olhado é outra coisa que deixa as pessoas ou até os animais tristes, arrepiados. Aí tem que benzer com brasa, um copo com água e tesoura. Quebranto também se benze assim. Meu pai mostrava a criança recém-nascida para a lua para não ficar tomada por ela e dormir bem, não chorar ou gemer durante a noite¹²³.

Assim como para Dona Carlota, para Dona Santa o quebrante é gerado não por maldade, mas por se gostar demais de uma criança. Ao que parece, o que se preza é pelo equilíbrio nas relações intersubjetivas, sem exageros nas demonstrações de afetos para não gerar dependência emocional:

Santa: O quebrante, a criança fica muito impertinente, a mesma coisa que meu bisneto, ele é muito esperto, chama muito a atenção. E a gente fica, de tão faceiro que fica, com a criança esperta, que tá fazendo aquelas artimanhas todo, tu te encanta, tu bota aquele quebrante: 'que coisinha mais bonitinha, né'. Aquilo é sem querer que a gente bota, o quebrante. Acha muito bonito. E eu mesmo tenho esse costume: 'ah, porque meu neto, não sei o que, não sei o que...'. E tu sabe que isso pega um quebrante horrível na criança. Tá toda hora falando nele. Unicamente.

Rosane: E isso faz mal pra criança?

Santa: Faz, a criança fica impertinente. Nada tá bom, e às vezes, só quer o colo da mãe e fica naquele arrenego, tu dá um leite, não é o leite, tu dá um chá, não é o chá. Tu leva pra brincar, não é brincar, só quer ficar com a mãe. Manda pra benzer de quebrante que é quebrante¹²⁴.

Alberto Quintana, a partir de um diálogo entre a psicanálise e antropologia, busca compreender os padrões de significados que sustentam a categoria largamente

¹²³ Entrevista realizada em 10 de abril de 2019, com Carlota Domingues da Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

¹²⁴ Entrevista realizada em 26 de janeiro de 2019, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

usada, no universo do benzimento, de mau olhado. O mau olhado é um estado subjetivo que pode ser lançado sobre alguém ou alguma coisa, podendo ser um indivíduo, um animal, uma planta ou objetos inanimados. É um termo usado para descrever o processo de ser afetado por vibrações transmitidas por outra pessoa, a qual pode afetar o outro com o mau olhado intencionalmente ou não. Alberto Quintana (1999, p. 133), fala que:

Existe algo que escapa ao controle da pessoa e sobre o qual se desejaria poder influenciar: o/a parceiro/a que se afastou, ou que nunca se aproximou, um serviço que não se consegue, os negócios que vão mal, uma maré de azar que se abateu sobre a pessoa ou a família. A explicação desses fatos, a linha que costura essas diferentes situações, aquilo que explica a coincidência é o mau-olhado, que teria sua causa, sua origem no ciúme e na inveja.

Quintana (1999, p. 133), explica que o mau olhado é esclarecido por situações como: a pessoa vai mal num negócio; o marido abandona a mulher; os negócios começam a piorar. Ou seja, é uma sequência de casos que estão dando errado com uma determinada pessoa, causando-lhe tristezas, medo, sentimento de abandono, doenças. Quem é afetado pelo mau olhado, sente-se carregado, o que “implica ter sido alvo do olho grande que instalou energias negativas no corpo” (1999, p. 134) da pessoa atingida. São essas incertezas que dão lugar ao imponderável que se localiza o lugar do mau olhado e o trabalho da benzedeira. No entanto, “intervir onde o mal já se instalou e, portanto, produziu uma consequência negativa, não é a única maneira pela qual a benzedeira pode agir”. (1999, p. 150):

Se o mau olhado pode ter controle sobre as coincidências, fazendo com que a pessoa obtenha um resultado negativo, a bênção não somente pode livrar a pessoa dessa carga que produz efeitos nocivos, como também outorgar-lhe força para que o imponderável se torne possível e assim, ela obtenha aquilo que deseja.

Segundo Quintana (1999, p.150 e 151), a detecção do mau olhado é sempre uma dedução a posteriori, que reenvia os efeitos estranhos ou catastróficos ao suposto comportamento de um ser que age em segredo. Nessa concepção de mundo não existiria então, o acaso, a coincidência. Tudo possui uma explicação. Assim, “mau olhado vem a ser a explicação dessas coincidências. O acaso, o inexplicável, e, portanto, incontrolável, deixam lugar para o mau-olhado, que, apesar de perigoso e temido, é passível de ser entendido e, portanto, modificado”. (1999, p. 151).

O mau olhado representa, para Dona Santa, principalmente, uma relação social desarmoniosa, seja no trabalho, no meio familiar ou em qualquer outro contexto:

Rosane: E o mau-olhado que falam, Dona Santa?

Santa: Pois é, o mau-olhado que falam, tem uns que são os mau-olhado carregado, né. Por maldade. Ou por causa da tua profissão, ou por causa que tu conseguiu a tua vida melhor que a dos outros, né. Foi em frente. Diz “ah, como eu trabalho tanto e fulana trabalha bem pouquinho e conseguiu isso, conseguiu aquilo”.

[...]

Santa: Pois é, porque tu sabe que a gente não tem má-fé com ninguém, mas tem gente que tem má-fé com a gente, né. Pra gente tudo são bom, tudo amigos e, às vezes, não. Às vezes unicamente tão só pra te botar olho gordo. Como a gente diz, como os antigos diziam. Olho gordo. Não diziam olho grande, diziam olho gordo. E aí as pessoas ficam te admirando, ‘como tu pode fazer tudo isso, porque, às vezes, eu quero fazer e não consigo?’. E aquilo ali te acarreta, te aplasta. Aquilo ali vai tirando tua vontade de fazer o que tu fazia¹²⁵.

Além de benzer, Dona Santa recomenda algumas plantas protetoras perto ou dentro da casa, como a arruda, encontrada em quase todos os pátios da vizinhança, pois segundo ela, a entidade que habita essa planta – o Caboclo da Arruda – absorve para si o mau olhado e descarrega na terra, evitando que ele atinja a pessoa.

Outra causalidade das doenças, segundo Dona Santa, é a presença de espíritos obsessores, que não necessariamente por maldade, estão acompanhando a pessoa que passa por perturbações, necessitando então uma intervenção sobre esse espírito, para que ele possa ganhar o seu rumo na pós-morte física:

Rosane: E essa é a oração que a senhora faz pra qualquer benzedura, daí?

Santa: Pra qualquer benzedura. Se eu ver, assim ó, que tem um espírito da mesma carne, do mesmo sangue, que tá do lado da pessoa porque ainda não subiu, aí eu faço uma prece. Eu faço um pai-nosso, faço uma ave-maria, falo com o pai Pedro que é o dono do reino, né, e que tem a chave pra abrir o cadeado pra receber os espíritos pra botar no reino da glória. Ajudo o espírito a subir.

Rosane: Então as perturbações é porque pode ter outro espírito por perto?

Santa: Com certeza. Ou da mesma carne, ou por amizade. Aquele espírito tá nas trevas, ele não ganhou a oportunidade de Jesus chamar ele lá pra cima, então através da gente aqui do chão é que ajuda a subir eles. Conversando com os pais, com Francisco Lobo da Costa, que é da linha kardecista, que também é um mentor muito forçoso pra retirar os espíritos e encaminhar os espíritos. Porque assim, os espíritos, eles custam a ganhar a luz se não tiver ajuda. E se nós falar com pai Pedro, falar com Jesus, aí eles vão receber ele, se aqui na terra ele foi uma pessoa verdadeira, ele vai passar pela balança do pai Xangô. Se ele errou aqui em cima, ele tem mais um século pra passar sem subir. Tu entendeu? Se ele foi uma pessoa dedicada, se foi uma pessoa

¹²⁵ Entrevista realizada em 26 de janeiro de 2019, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

que gostava de todo mundo, gostava de ajudar, ele entrega pro pai Pedro, pai Pedro abre o cadeado e bota ele lá na Aruanda de Luz. Ta entendendo?¹²⁶

Percebe-se no depoimento acima que Dona Santa faz uso de um conjunto de referências bastante sincrético: refere Jesus Cristo, guias do kardecismo, mas os elementos estruturadores são da umbanda, porque quem define se o espírito vai ficar perambulando ou merece ir para a Aruanda de Luz, é a balança de Xangô. Sendo que não podemos esquecer que no Rio Grande do Sul, São Pedro sincretiza com o Bará, que na umbanda cruzada comanda o chamado “povo da rua” (exus e pombas-giras). A intervenção da benzedeira interfere em vários níveis de realidade: mobiliza objetos materiais (tesouras, brasas, água, imagens, etc.), tenta agir sobre o humano, mas para isso, precisa interferir (ou pedir a interferência de) em outros planos em que outros seres habitam. É uma outra maneira, então, de perceber a realidade.

Esta é uma ação mágico-religiosa segundo Montero (1985, p. 138) que não visa apenas atingir o indivíduo em sua maneira de ser ou de comportar-se, mas sim, contribuir para o controle de forças maléficas responsáveis pela desordem do mundo e da vida cotidiana. Em primeiro lugar está a ideia de que é preciso expulsar as forças desorganizadoras que habitam o indivíduo. Segundo a autora, os umbandistas entendem que as forças sobrenaturais que se manifestam de maneira desordenada e aleatória, sem obedecer as regras rituais, são perigosas e indesejadas e, portanto, devem ser expulsas. E esta expulsão deve se dar através dos rituais que simbolicamente representam a saída desses seres maléficos, por um lado e, rituais purificadores por outro.

Assim, o universo simbólico religioso constitui-se numa linguagem adequada para expressar, classificar e nomear toda uma gama de experiências psicológicas e afetivas dos grupos populares que normalmente só dispõem da categoria médica de doença para compreendê-las, organizá-las e suprimi-las (MONTERO, 1985, p. 151). Frente ao exposto entende-se que nesta forma de pensamento:

[...] não é a compreensão do processo físico que se desenvolve num estado mórbido, nem sua causação puramente biológica. A doença se torna um elemento signifiante somente quando associada à ideia de uma negatividade genérica, à noção de uma desordem que extrapola o corpo individual ao abranger as relações sociais e a própria organização do mundo sobrenatural. Suprimir a morbidez não significa eliminar tecnicamente um

¹²⁶ Entrevista realizada em 26 de janeiro de 2019, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

sintoma, mas ressignificá-lo inserindo-o num sistema explicativo mais abrangente. (MONTERO, 1985, p. 129).

Montero (1985, p. 171) ressalta ainda que através do corpo doente, a ação mágica umbandista busca ser eficaz na produção de uma transformação a nível social, pois, a possibilidade de expressar os males do mundo através da linguagem do corpo doente significa para um umbandista poder compreender e dominar a desordem do mundo.

4.1.2 Benzeduras: bênçãos e dons

Com apoio em Quintana (1999) é possível dizer que o ato de benzer, pela perspectiva das benzedadeiras, é um “dom” e nesse sentido, não é qualquer pessoa que pode exercer a função de benzedeira ou benzedor:

Encontramo-nos diante de um conhecimento que não é atribuído a nenhum tipo de aprendizagem, nem formal nem informal, contrapondo-se, por um lado, ao conhecimento médico, o qual responde a uma aprendizagem formal, e, por outro, diferenciando-se daqueles terapeutas populares cujo conhecimento é atribuído a uma intuição. (1999, p 78).

O benzimento, nesta perspectiva, “trata-se de uma intervenção de forças sobrenaturais” explica Quintana. É um dom que geralmente está relacionado com algum conhecimento marcante na vida das pessoas e, pode tomar formas diversas, como por exemplo, a cura de uma doença que uma pessoa tenha conseguido curar-se através de uma experiência mística. Ao auto curar-se, a pessoa recebe o dom para curar outras pessoas também: “[...] a existência da cura de uma doença se apresenta em diversos tipos de curadores como uma condição a ser superada e que possibilita, por sua vez, curar os outros”. (1999, p. 79). Assim, pode-se entender que o dom...

[...] consiste principalmente em uma comunicação privilegiada com o sobrenatural, na qual se baseia sua força e seu conhecimento. Em contrapartida, ao assumir a benzedeira a obrigação de ajudar os necessitados através da benzedura, a entidade que lhe outorgou o dom fica, por sua vez, obrigada a ajuda-la no desempenho de suas tarefas (QUINTANA, 1999, p. 79).

Na rede de famílias em que esta etnografia foi feita, várias pessoas benzem em uma ocasião ou outra, mas quem assume mesmo a condição de benzedeira como

um dom é Dona Santa, que afirma ter herdado esse dom dos seus ascendentes, alguns pelo lado materno e outros pelo lado paterno. A certeza de que carrega uma missão, teve como sinais ao menos dois episódios em sua vida, um experimentado na adolescência e outro, quando já era viúva e residia no Cancelão.

Dona Santa relata um episódio que aconteceu quando ela ainda era jovem e, ficou por dois anos sem caminhar. Ela atribui isso à ação de uma amiga, da qual ela jamais imaginaria que faria algo contra ela: “eu dizia que era minha amiga, mas ela foi minha inimiga”, conta Dona Santa. Isso ocorreu quando seu irmão lhe conseguiu um trabalho em Pelotas. No final dos trinta dias de trabalho, ela tirou uma foto e mandou para a amiga, e em retribuição recebeu o mal: “Só que ela me atou, me deitei caminhando e por 2 anos fiquei sem caminhar. Ela fez uma mandigaria. Pegou minha foto, botou na boca de um sapo, botou num cemitério”. Ao ficar sabendo de sua doença, um tio veio buscá-la para interná-la para tratamento hospitalar, mas esse tio já era “de terreira”, o que ela não sabia:

Dona Santa: Pegou uma blusa minha, levou numa terreira, aí os médiuns lá, trabalharam a minha blusa e disseram pra ele: ‘tu tira ela imediatamente de lá porque eles vão matar, porque unicamente isso aí foi uma bruxaria que fizeram pra ela’. Mas pra isso, a gente não sabia o que era isso, tu entende? Lá no meu pai era só caboclo e preto-velho, mais nada. Aí ele me levou pra casa dele, chamou os médiuns pra casa dele, os caciques dele e botou um copo com água na minha frente e disse: ‘tu olha firme pra esse copo e tu vai me dizer quem tu enxerga’. Não levou 5 minutos, menina, parecia que aquela pessoa tava ali me olhando com minha foto na mão. Ele era chamado “doutor gaúcho”, ele era cacique na terreira do Fragata¹²⁷.

No segundo episódio, Dona Santa foi acometida, repentinamente, por um aneurisma cerebral, situação em que desmaiou e “quando fui me dar de conta [estava] lá no Pronto Socorro fazia 15 dias”.

Dona Santa: E aí, assim, todo mundo ficou apavorado porque o doutor chamou os familiares e disse que não tinha como eu me salvar porque ele achava que eu tinha uma dor de cabeça crônica, uma coisa que, graças a Deus, eu nunca soube o que foi. Aí deu por água numa veinha e aí chamou os familiares pra dizer que eu ia ficar baixada lá sem tempo, que era pelo SUS. [...] Aí quando o pessoal soube, vou te dizer, era a coisa mais séria do mundo, umas excursão, de Kombi indo pra ir lá, que tinham que ta segurando porque senão invadiam o hospital. E aí era gente de igreja, era todo mundo me ajudou, todo mundo torceu pra que eu ficasse boa. Um dia o doutor disse assim “afinal, o que essa mulher é na vida? Eu pedi 2 doadores de sangue,

¹²⁷ Entrevista realizada em 11 de novembro de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

veio 8". Aí o compadre Jadir, que é irmão do Renato, trabalhava no sanatório espírita, disse "não, ela é uma mulher que trabalha com umbanda e ela tem muito filho de umbanda no Cancelão, Piratini todo é dela, então todo mundo em alas, Deus o livre que aconteça qualquer coisa com ela que eles vão ficar em pânico". Aí ele "não, mas não vai, ela já saiu da... Eu achava que ela não aguentava cateterismo". E eu aguentei o cateterismo. Ele chamou antes de fazer o cateterismo porque ele achou que não aguentava e, graças a Deus, aguentei muito bem [...] E, graças a Deus, minha missão me deu mais força. Porque aí ficou a Cinara e o Bira que era um médico [médium] meu, hoje ele tem terreira e eles disseram: "não podemos parar, não podemos parar porque vocês tem que se lembrar tudo o que a tia Santa dizia, que a hora que acontecer qualquer episódio com ela que ela não tivesse, a terreira não era pra parar e aí eles ficaram se jogando um pro outro "mas tu toca?". Aí diz que a Cinara dizia "não, Bira, tu toca", o Bira dizia "não, não, nós tocamos". Chamavam o pessoal, se reuniam, tocavam e me salvaram. To aqui, graças a Deus¹²⁸.

Após a intervenção cirúrgica, Dona Santa ficou 6 meses sem poder conduzir as sessões de umbanda, mas acompanhava os trabalhos que ficaram sob encargo de Cinara e Bira, fazendo a abertura dos "trabalhos" com eles. Segundo ela, isso reforçou "...a dedicação da gente com Deus, o pacto de Deus com a gente...". A experiência da cura, percebida como uma dádiva divina, reforçou seu compromisso de curar quem dela precisasse:

Santa: Me comprometi outra vez com Deus. Se ele me salvasse, eu sempre adorei a missão e vou adorar cada vez mais e não ia ter hora, não ia ter momento e nem distância pra mim atender a pessoa que precisasse da minha ajuda. E é o que eu faço. Pode ser conhecido e pode ser desconhecido, não tem hora da noite que bata aí que eu não atenda. Graças a Deus que eu tenho esse poder que Deus me deu de me salvar. E de toda ajuda que o pessoal me ajudaram, tanto espiritual, como material, todo mundo se oferecendo. Aí eu tive um mês só lá [no hospital]¹²⁹.

O cliente ao receber o benzimento, por sua vez, deverá cumprir também certas obrigações para que a transmissão da benzedura tenha efeito, sugere Quintana.

O Anjo, origem do dom e elemento do sobrenatural, vai remeter o sujeito a uma ordem exterior. Não se trata aqui de uma simples técnica, a qual seria da ordem do cotidiano e, portanto questionável. Justamente por não existir uma validação científica que coloque essa técnica na ordem do natural, faz-se necessário o mito cosmogônico. A concessão do dom se constitui este mito e com isso se passa a ter uma reafirmação externa do procedimento e do poder. Assim, a benzedeira e, por sua vez, o paciente, passam a ser inscritos numa outra ordem, ao mesmo tempo interior e exterior às pessoas: a ordem simbólica. (1999, p. 82).

¹²⁸ Entrevista realizada em 26 de janeiro de 2019, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

¹²⁹ Entrevista realizada em 26 de janeiro de 2019, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

O dom que dá origem a aprendizagem da benzedeira e ao mesmo tempo valida sua prática terapêutica, não se sustenta somente no conhecimento da própria benzedeira. É necessário que a comunidade na qual ela está inserida a reconheça como tal, que a veja como alguém especial. Sua história de vida não teria significado se as pessoas do grupo a que ela pertence e no qual exerce suas atividades terapêuticas, não as reconhecessem. “É necessário que esta história encontre um interlocutor que reconheça o sinal que marca seu protagonismo como alguém especial, aquele escolhido para realizar a intermediação com o sagrado”. (QUINTANA, 1999, p. 82). Isto segundo Quintana, se constitui numa estrada de mão dupla, uma vez que é a população quem escolhe o portador de dom especial, com poderes sobrenaturais, para lhe retribuir com a imagem fetichizada de sua vida e do infortúnio que, por ventura, venha acontecer.

Como já foi dito, a comunidade que compartilha com Dona Santa a crença no benzimento é, sobretudo, umbandista, embora nem todos que a procuram para se benzer o sejam. Como o pertencimento religioso distinto não necessariamente abala a confiança mútua entre os vizinhos, há inclusive alguns pentecostais que se benzem ou levam crianças para se benzer com ela. A principal benzedura realizada por Dona Santa é a de brasas, que ela costuma chamar de benzedura do Xangô do Fogo.

Dona Santa: Eu pego a tesoura, boto um copo com água em cima do orixá e aí eu tenho que tirar a licença do teu anjo de guarda que é pra eu fazer aquela benzedura no teu corpo, tu entende? Tem que ser... Como vou chegar no teu corpo sem pedir a licença pro teu anjo de guarda? Aí eu digo: ‘com licença seu anjo de guarda do fulano que eu levar essa benzedura pra tirar essa dor de cabeça, pra tirar aquele olho, pra tirar aquela inveja, aquelas coisas ruins, espíritos amigo, inimigos, sem luz, sem compreensão, pai Xangô, mãe Santa Bárbara, cabocla Iracema, Oxóssi da mata, com tua mata virgem, derrama teu fruto solitário na cabeça dessa irmã pra levar essa perturbação, que a força e o poder da lemanjá, do teu manto sagrado, tu penetra tua água doce e salgada da cabeça aos pés dessa irmã pra ela poder ficar com o corpo leviano protegido e amparado pelas 7 linhas brancas de umbanda’.

Rosane: Então a senhora benze em nome das 7 linhas da umbanda?

Santa: Das 7 linhas da umbanda¹³⁰.

Esta benzedura é a mais comum. Mas existem outras que são direcionadas para problemas pontuais:

¹³⁰ Entrevista realizada em 26 de janeiro de 2019, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

Rosane: E é tudo a mesma benzedura ou essa benzedura muda de um problema pra outro?

Santa: Muda. A benzedura do sapo é de um jeito, é cortado no chão com a faca. O do sol é uma toalha de banho e com copo com água, a gente bota na cabeça da pessoa e se a pessoa tem o sol, aquilo ferve que aquilo chega a aquecer a toalha. E o encalho a gente benze na boca do estomago e nas costas¹³¹.

Os conhecimentos de Dona Santa e sua mãe apaziguaram muitos males, desde o tempo da campanha, e ao mesmo tempo, criaram vínculos sólidos entre as famílias, que perduram até hoje. Dona Lessi e seus irmãos se benziavam com a mãe de Dona Santa (Dona Noêmia), ou então, quando esta se ausentou, com Naiá, a mesma senhora que lhe auxiliou no parto dos filhos, ou, ainda, nos Centros de umbanda das redondezas:

Eva: Tinha gente que benzesse perto? Quem era a benzedeira?

Dona Lessi: Não na família não tinha, mas a gente se benzia com a Dona Noêmia mãe da Dona Santa, que morava no Rodeio Velho e tinha Centro...

Eva: Na serra...?

Dona Lessi: É, lá na quarta zona, pra cá da Capela um pouco, e tinha o Centro da finada Melinha do Seu Santo Ocir, que tinha um Centro do mesmo tipo do Centro da Dona Santa e tinha também o Centro do finado Mulato, lá na cordilheira.

Eva: O Centro do Seu Mulato era mais perto daqui?

Dona Lessi: Não, ficava na serra lá...

Eva: Que tipo de benzeduras eram feitas? Porque procuravam se benzer?

Dona Lessi: A mãe gostava de ir se benzer, e achava que a gente tinha que ir se benzer e a gente ia. Às vezes precisava mesmo ir se benzer de encalho, cobreiro. Aí era a finada Naiá que benzia. Naquela época a gente levava os filhos para benzer, que eram rendido nas partes e choravam, choravam...¹³²

Rendidura é um termo muito usado no universo do benzimento para referir machucados musculares, quebra de ossos ou dores nas articulações. Segundo Dona Lessi, os tipos de benzeduras usados para esses males eram diversos, mas interligavam sempre elementos da natureza com procedimentos rituais:

Dona Lessi: Minha madrinha Naiá benzia para quebranto com um galho de arruda. Benzia de rendidura, na Sexta-Feira Santa e fazia simpatia de desenhar o pé da criança que era rendida no tronco de uma figueira, e a criança ficava boa.

Eva: Que figueira era essa?

Dona Lessi: É, era figueira de figo de doce. Também, se pegava um cipó no mato, mas não tirava ele do lugar, abria ele com uma faca, e deixava do

¹³¹ Entrevista realizada em 10 de julho de 2016, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

¹³² Entrevista realizada em 08 de maio de 2019, com Maria Lessi Medeiros Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

tamanho que desse para passar uma criança por dentro por três sextas-feiras e depois, apertava o cipó, mas não cortava numa ponta nem noutra e deixava o cipó no mesmo lugar. Quando o cipó colava, a criança melhorava da rendidura¹³³. (Entrevista realizada em 08 de maio de 2019).

O estabelecimento de estreitas relações entre vizinhos para fins de cura, especialmente cuidados com crianças, também acompanhou a trajetória de Dona Zeni e Seu Darci. Ela não conviveu muito com a prática do benzimento em sua infância, mas sua mãe de criação era “médium de centro de mesa” (linha kardecista). Já a família de Seu Darci se benzia com Dona Dorcina, madrastra de Irmã Marisa: “Benzia de ar, sol, encalho, rendido. Quando precisavam, chamavam ela para benzer”. A lembrança que guardou mais viva foi da benzedura de quebranto: “[...] fazia passando a língua na testa da criança, em cruz, por três vezes. Minha mãe dizia que era o benzimento da vaca”. O uso da arruda também é evocado por ele: “A benzedeira pegava três galhos de arruda e um, deveria ficar atrás da orelha até secar e os outros dois eram usados para fazer o benzimento”¹³⁴.

4.1.3 Saberes sobre o parto

Como entrevistei principalmente mulheres que já possuem uma certa idade, me deparei muito com saberes relacionados ao parto, aos cuidados com a parturiente e com os recém-nascidos. Várias das mulheres com quem dialoguei tiveram seus filhos em casa com parteira, além de terem tido experiências muito próximas com essa questão por serem filhas de mulheres que eram parteiras.

A mãe de Dona Carlota era parteira e ela também o foi. Foi sua mãe quem fez os seus partos, sendo que alguns, ela mesma. “Os meus filhos cresceram tudo sem ir no hospital, sem nunca tomar remédio, só chazinho”¹³⁵, orgulha-se ela. Dona Carlota aprendeu a fazer os partos acompanhando a mãe, que atendia as mulheres da vizinhança.

O local onde Dona Senhorinha nasceu e cresceu era de tão difícil acesso que, segundo ela, era impossível uma mulher sair de lá para ganhar filhos no hospital, a

¹³³ Entrevista realizada em 08 de maio de 2019, com Maria Lessi Medeiros Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

¹³⁴ Entrevista realizada em 7 de abril de 2019, com Darci Ulguim da Luz. Acervo individual da pesquisadora.

¹³⁵ Entrevista realizada em 10 de abril de 2019, com Carlota Domingues da Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

não ser que se antecipasse na ida para a cidade, o que implicava ter parentes ou conhecidos que acolhessem por alguns dias ou semanas: “Quem é que saia de lá pra ganhar um filho? Tudo era lá na serra, dentro de casa. Adoecia e ganhava. E qualquer mulher assistia uma mulher assim. Iam na casa uma da outra, e assim iam”¹³⁶.

Ser parteira implicava: domínio técnico de alguns procedimentos que auxiliavam no funcionamento fisiológico da mulher durante o parto, acompanhamento e acolhimento familiar e social da mãe e do bebê, dar orientações alimentares e medicações caseiras e cuidar com resguardos de cunho ritual, para proteger a mãe e a criança.

Dona Carlota: Eu fazia o parto assim ó, colocava a mulher de costas fazia massagem na barriga dela com óleo (qualquer um) e passava um paninho bem branquinho para ver se tinha sangue, e se tinha, logo o nenê nascia. Em seguida cortava o umbigo do nenê, dava o banho e vestia ele. Tinha que ser bem rápido, porque tinha que ajudar a mãe a liberar a placenta. Apreendi tudo isso com minha mãe. Por três dias a gente acompanhava a mãe e o filho para ver se estava tudo certo, se os dois estavam bem ou, se precisavam de ajuda. Era muito bom ser parteira, era um divertimento ver a criança nascer. Depois que a mãe ganhava a criança, a gente orientava para dar caldo de galinha no primeiro dia e no outro dia era uma canjinha; dizia para dar chá de laranja ou lima que são calmantes, caso a mãe sentisse dor. Ensinava a fazer massagem com água morna e gotas de álcool nos seios da mãe para facilitar a saída do leite para o nenê mamar. A senhora sabe tia Eva, todas as crianças sempre mamavam pelo menos oito meses. Quando nasciam, por um mês os nenês não podiam sair do quarto e a mãe por quinze dias. As janelas do quarto permaneciam fechadas cobertas com panos para não passar ar para o nenê ou a mãe, que podia tomar banho, mas não lavar a cabeça durante um mês para não dar o mal de parto, que era dor forte na cabeça ou no corpo. Todos os vizinhos iam visitar a mãe e o bebê. Era fila de gente que ia conhecer a criança quando nascia¹³⁷.

Dona Santa relata que sua mãe, Dona Noêmia, teve seus filhos todos em casa com apoio de uma parteira, pois, era um tempo em que não havia hospital. Ela também foi parteira e inclusive, Dona Santa lhe acompanhou na realização dos partos. Mas conta que ia só para “fazer o caldo”, pois, quando mandavam buscar sua mãe já pediam pra ela trazer “uma das gurias para fazer o caldo, que era feito de uma galinha que ficava numa encerra por um mês, para ganhar peso”. No momento que a gestante ganhasse a criança, tomava uma xícara do caldo e, o bico da criança era molhado 7 vezes no mesmo caldo pra não dar o amarelão e, tinha mais o chazinho da raiz da

¹³⁶ Entrevista realizada em 21 de julho de 2018, com Senhorinha Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

¹³⁷ Entrevista realizada em 10 de abril de 2019, com Carlota Domingues da Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

salsa que era dado também para a mãe, pois tanto uma como a outra podia ser acometida por esta doença.

Dona Santa reforça o que já havia sido colocado por Dona Carlota, de que acompanhar o parto não se limitava a fazer a criança nascer. Era todo um cuidado que se tinha com o ambiente familiar, de ajuda mútua para que a mãe e o recém-nascido ficassem bem, assim como toda a família:

Dona Santa: E a gente ia, eu ia pra acompanhar a mãe pra fazer isso aí. Naquele tempo tudo era longe e as pessoas trabalhavam na lavoura então aquele que dava pra ir lá fazer uma mão, lavar uma roupa, aquela coisa toda, fazer um pão, fazer uma comida pra quando chegar da lavoura estar pronto, era como eu acompanhava a mãe¹³⁸.

Quando a casa da parturiente era próxima da casa da parteira, esta assistia desde a gravidez, ajudando, aos poucos, a ir colocando a criança “no lugar” para nascer bem: “porque minha mãe sabia uma simpatia de botar a criança no lugar”, afirma Dona Santa. Observa-se aqui uma mistura de elementos rituais com um saber bem preciso da fisiologia da parturiente e da criança que estava em sua barriga:

Dona Santa: Simpatia? Era assim, ela pegava um pouquinho de óleo de comida, antigamente o que era adequado era unto do rim da ovelha, ou senão, da corda do umbigo do porco quando carneava, que tem aquela gordura. Ai tiravam a corda do umbigo do porco e penduravam em cima do fogão a lenha pra curtir pra fazer a simpatia. Ai quando precisava fazer ela ia lá, untava as mãos com aquele unto, ajeitava a mulher de barriga pra cima, e ia jangaleando “Jesus salvador, é triste o filho ou triste a mãe, é triste o parto que ta deslocado na barriga dessa irmã”, entendeu? Ela botava e ela sabia onde tava, ela conhecia com a mão, ela pressentia onde tava a cabeça da criança e onde tinha que ficar a cabeça da criança, e onde tinha que ficar os bracinhos, que ficaria assim, e a bundinha, tinha que agarrar pela bundinha[...]”¹³⁹.

A mãe de Dona Santa fazia os partos “irradiada” pela preta-velha Maria Redonda, que era uma das entidades que ela incorporava nos rituais umbandistas: “[...] a preta-velha chegava e fazia aquele serviço pra ela, tu entende? Fazia por ela, nela, né? Irradiava ela e fazia”¹⁴⁰. E foram os pretos-velhos que, segundo Dona Santa, a orientaram para fazer um parto, mas sem ela saber, o que a teria assustado a ponto

¹³⁸ Entrevista de 17 de junho de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

¹³⁹ Entrevista de 17 de junho de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

¹⁴⁰ Entrevista de 17 de junho de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

de jurar nunca mais se envolver como isso:

Dona Santa: [...] aí ela me deu a instrução. Só que eu fiz uma vez e fiz promessa que não faço mais, porque eu nunca assisti ninguém, né. E aí, os pretos-velhos mandaram eu fazer uma fomentação numa colega minha que ela tava... ela sabia quando ela iria ganhar, só quem não sabia que ela iria ganhar naquela hora era eu, e eles [pretos-velhos] também sabiam. Tu tá entendendo? E eles mandaram eu fazer a fomentação nela. Ai prontamente, né. Tirei umas brasas, peguei o unto e segui fomentando ela. Aqueci as mãos nas brasas com o unto e vinha fomentava a barriga dela, duas vezes eu fiz, e eu gosto muito de conversar, né, e ela também gostava muito de conversar, né. Ela bem deitada, bem faceira conversando. Menina, na terceira vez, quando levei a mão, cadê a barriga dessa mulher? A mulher tinha ganhado, ela disse “ah, comadre Santa, vai atender lá embaixo porque já nasceu” [risos] E o sogro dela morava perto da casa dela e eu comecei a gritar “tio Angenor, socorro, a Rosa já ganhou”, mas recém a gente tinha saído de lá da casa do sogro dela, e eu fui lá pra fazer a fomentação pra deixar ela deitada, tava com o chá pronto. E eles não chegavam. E eu gritando “socorro, socorro que ela ganhou” e eles achando que eu tava bobeando, porque eu sempre gosto da brincadeira, eles não chegavam. Ai eu tive que ir lá deixar a mulher com o filho em cima da cama, e tive que ir lá “pelo amor de Deus, gente, vocês me acreditem, a Rosa ganhou a criança, vocês vão lá”. Ai o Seu Angenor, o sogro dela cortou o umbigo e eu banhei, mas também fiz promessa que nunca mais fazia isso¹⁴¹.

Segundo Dona Santa, a mulher paria deitada de barriga pra cima, e a parteira, com as mãos desinfetadas, adentrava com as mãos para facilitar o nascimento: “[...] afrouxava o corpo, porque soltava as cadeiras, aí abria o pente, ela abria com a mão, enquanto os doutores hoje abrem com o vácuo, se for possível, e ela abria com a mão [...]”¹⁴².

O parto não finalizava com a saída da criança, tinha-se que tirar a placenta de dentro do corpo da mulher para não gerar problemas posteriores. Então, é Dona Santa quem mais uma vez nos ensina como se procedia para evitar complicações de parto para as mulheres:

Santa: Pra se livrar completamente junto com a criança. Ela dava o chá da sálvia. Que é um chá quente, porque naquele tempo a gente pegava muito rigor, pouca roupa, pouco calçado e tinha que trabalhar no relento, não tinha outra alternativa, então ela carregava sempre aquele chá, dava aquele chá bem esperto porque tirava aquele frio, quando a criança vinha já vinha o parto junto. Senão fazia a simpatia do chapéu preto. Virava um chapéu preto e botava na cabeça da mulher que ela se deslavrava na hora.

Rosane: A senhora diz se deslavar do parto, se deslavar da placenta?

¹⁴¹ Entrevista de 17 de junho de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

¹⁴² Entrevista de 17 de junho de 2018 com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão “Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas”.

Santa: Isso mesmo. Antigamente se chamava parto¹⁴³.

Além de se livrar da placenta com êxito, haviam cuidados para não dar infecção interna no pós-parto e também, para garantir o leite da criança. Para isso, se fazia amplo uso de ervas medicinais, cultivadas ou nativas:

Dona Santa: Chá comum assim, erva cidreira, bergamota, laranjeira, alfafa, de dar pro animais era o chá correto pra dar pra mãe amamentar. Ficava o negro barbado, a mãe ficava em pé porque não dava pra agarrar no colo e a mãe derramando leite. Era aquela alfafa de dar pros animais. Naquele tempo a gente usava muito na comida, tu entende? Botava ferver numa chaleira ou numa cambona, como tinha antigamente. (...) Botava ali e ia botando na comida. Ou senão tu botava numa garrafinha e levava pra lavoura pra tomar e era um leite gordo, um leite amarelinho, parecia um leite tratado. E aquilo ali era contra infecção também. A malva tomava o chá da malva que era contra infecção. Era esse tratamento todo caseiro assim¹⁴⁴.

Esse uso de ervas não era direcionado apenas para a mãe, mas também para a criança recém-nascida para protegê-la em vários sentidos, tanto fisicamente como espiritualmente. Se associava, pra isso, ervas com procedimentos rituais, como o uso da água benta nos 3 primeiros banhos da criança, que necessariamente eram dados pela parteira:

Dona Santa: Tinha simpatia. A mãe quando nascia a criança, quando ela ia banhar, ela já batizava aquela água, que ela já botava água benta, porque a gente sempre colheu água benta, né, nas fogueiras e ela já botava. Ela já carregava um frasquinho de água benta porque o primeiro banho já botava 9 ou 7 gotas ou 27 gotas na água. E nem gripe não dava. Os 3 banhos era a parteira de dava, depois ela passava pra outro ou pra mãe, né. Tu entende? Aquele ali era o processo que ela tinha pra fazer com água benta, né.
[...]

Rosane: Esses 3 banhos que dava na criança, tinha que ser 1 por dia ou era tudo no mesmo dia?

Santa: 1 por dia. Dava o chá do alevante após o banho, porque sempre a criança pra tu vestir bem rápido a criança recém nascida, sempre se resfria. Então ela já dava tudo tudo, já medicava esses 3 dias por causa do sapinho, se tivesse que sair o sapinho, nesses 3 dias já aparecia¹⁴⁵.

Dona Zeni, esposa de Seu Darci, também passou pela experiência de ganhar seus filhos em casa, com acompanhamento de parteira. Porém ela não sabe como

¹⁴³ Entrevista de 17 de junho de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

¹⁴⁴ Entrevista de 17 de junho de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

¹⁴⁵ Entrevista de 17 de junho de 2018, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

era feito o parto, porque sentia as dores e os nenês nasciam rápido. Ela relata que a parteira ficava acompanhando a mãe após o parto, dependendo das necessidades da pessoa. A parteira de sua filha mais velha foi Dona Noêmia, mãe de Dona Santa; do Vitor foi Dona Eulália, que era dos Duarte, e morava na Cruz de Pedra, 3º Distrito de Piratini e do Paulo, foi Dona Eva, que morava no Arvorito, 3º Distrito de Canguçu:

Dona Zeni: Era a parteira quem dava o primeiro banho nas crianças e, acompanhava a gente, por mais três dias depois do parto. Ela orientava para não sair na rua, e só depois de sete dias que se podia sair. Antes disso, não era permitido porque a gente podia ter o mal dos sete dias. A mãe podia tomar banho, mas não lavar a cabeça, porque aí é que dava a recaída. O quarto ficava bem fechado, colocava uma cortina na janela pra não entrar ar¹⁴⁶.

Dona Lessi relata que sua mãe ganhou todos os 13 filhos em casa: “teve alguns que quando a parteira chegou, ela já tinha cortado o umbigo, já tinha ganhado e feito tudo”¹⁴⁷. Já a parteira dos seus próprios filhos foi sua madrinha Naiá, mulher negra, filha de sua “mãe velha” que se chamava Negruxa. Os três filhos mais velhos, nasceram em casa, só Julia nasceu à caminho do hospital, dentro de um carro.

Eva: Como é que a parteira fazia o parto? Usava fazer alguma coisa, tipo massagem, simpatia?

Dona Lessi: Só esperava o nenê nascer e cortar o umbigo. Tinha simpatia, mas era pra depois de ganhar a criança, porque eu mesma, Dona Eva, meu problema não era ganhar as crianças, era depois, a placenta demorava muito pra sair. O Ricardo levou quase um dia pra sair a placenta. Ai a parteira fazia uma simpatia que a gente tinha que soprar na boca de uma garrafa pra fazer força e colocava o chapéu de meu marido virado na minha cabeça. Aí, a placenta saía. Ai a parteira fazia massagem com as mãos na minha barriga, e fazia a simpatia que era pra despedir a placenta¹⁴⁸.

Quanto a complicações no pós parto, Dona Lessi relata que nunca teve, mas que “era difícil pra liberar a placenta. Do Ricardo eu adoeci numa quinta-feira, mas ele foi nascer as três horas da manhã, no domingo e a placenta saiu quase ao meio dia. Mas aí a parteira fazia massagem”¹⁴⁹. As orientações após o parto eram para a mãe fazer repouso para evitar a recaída. Ficar dentro de casa sem sair na rua por um tempo. Podia tomar banho, mas não podia lavar a cabeça, na campanha não tinha

¹⁴⁶ Entrevista realizada em 07 de abril de 2019, com Zeni Duarte Freitas. Acervo individual da pesquisadora.

¹⁴⁷ Entrevista realizada em 16 de junho de 2018, com Maria Lessi Medeiros Silveira. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

¹⁴⁸ Entrevista realizada em 08 de maio de 2019, com Maria Lessi Medeiros Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

¹⁴⁹ Entrevista realizada em 08 de maio de 2019, com Maria Lessi Medeiros Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

recurso, então tinham que obedecer, diz Dona Lessi:

Dona Lessi: Banho podia tomar, mas lavar a cabeça não. Claro, a gente foi criada na campanha, não se tinha recurso, então tinha que ter mais cuidado. Agora as pessoas fazem muita coisa porque tem recurso, mas naquela época, que a gente morava na campanha, não tinha nada. Nunca tive recaída, às vezes tem alguém que diz: 'ah, vai ter recaída', mas eu nunca tive recaída, só me cuidava.

Eva: Porque era proibido lavar a cabeça?

Dona Lessi: Muita coisa não se podia fazer naquela época, eu não tenho vergonha de contar, ficava um mês sem lavar a cabeça (risos), diziam que era perigoso¹⁵⁰.

Para as crianças recém nascidas, os chás mais usados eram, segundo Dona Lessi, “anis e colé. Quando nasciam, dava o banho e já dava o chá. Agora não pode mais, nada pode mais e a gente não pode contrariar, né. Deus o livre se não obedecer”¹⁵¹.

Além desses cuidados mais profiláticos, havia (e ainda há, por parte de Dona Santa) a preocupação em se estabelecer, desde a entrada da criança no mundo, uma boa relação dela com as forças cosmológicas. E isso fica demonstrado com o ritual de apresentação da criança para a lua:

Santa: Se a criança nasceu na minguante, ela é uma lua bem difícil porque é só de madrugada que ela aparece. Ai a pessoa vai se distraindo, bota uma roupa na rua, abre uma janela, e a lua enxerga a criança e ela toma a criança. Ai a criança fica pagão. Sem lua, num griteiro só, como se estivesse numa escuridão, fica nas trevas. Veio outra lua e eles mostram, só que eles não mostraram pra minguante, ai a criança fica como se estivesse com aquela fome. Grita, grita, grita, come, come, come. A criança mama e dão leite e dão chá e a criança tá sempre chorando e sempre gritando.

Rosane: Tá, mas aí tem ou não tem que mostrar pra minguante?

Santa: Tem que mostrar pra lua que nasceu. Só que tu mostrou pra outra lua.

Rosane: Entendi agora. Tem que mostrar a criança pra lua em que nasceu.

Santa: Pra lua que nasceu.

Nicole: Até que período? A criança tem que ter quantos meses? Ou semanas?

Santa: Ué, se nasceu hoje e tu vê a lua tu tem que mostrar hoje, e tem pessoas que deixam passar um monte de tempo: 'Ah, chegou gente e eu esqueci de mostrar' e vai passando, quando vê a lua já viu há dias, uma roupa que, às vezes, a pessoa se distrai. Que antigamente a gente não saía do quarto com a criança, lavava a roupa da criança na água no banho e botava embaixo da cama.

Rosane: Por quanto tempo tinha que deixar a criança dentro do quarto?

Santa: Enquanto não mostrasse pra lua e mesmo a roupa.

Rosane: Ah, a roupa não podia mostrar também.

Santa: Não, capaz, tu banhava a criança aqui, secava a criança aqui, e a roupinha que tirava da criança já ficava na água no banho aqui e botava la

¹⁵⁰ Entrevista realizada em 08 de maio de 2019, com Maria Lessi Medeiros Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

¹⁵¹ Entrevista realizada em 08 de maio de 2019, com Maria Lessi Medeiros Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

pra baixo da cama da mãe.

Nicole: Então tem que mostrar pra lua que nasceu!

Eva: E ainda tem quem faça isso hoje?

Santa: Tem. Tem quem faça isso, e tu não tem ideia do trabalho que me dá, porque as pessoas esquecem e depois tenho que ficar mostrando pra todas as luas até chegar na lua em que a criança nasceu¹⁵². [risos]

Resumindo o relato de Dona Santa, a lua não pode ver a criança, nem suas roupas, antes de ser apresentada formalmente a ela, e não pode ser qualquer lua, tem que ser apresentada para a fase em que a criança nasceu, caso contrário, ocorrem perturbações. Dona Lessi, embora atualmente seja evangélica, também ressalta a importância de se mostrar adequadamente a criança para a lua:

Dona Lessi: Sim, sempre tinha que mostrar a criança para a lua. Eu não sei porque, mas a gente se criou vendo mostrar os filhos para a lua, aí os mais velhos ensinavam e a gente fazia. Era a simpatia que meus pais ensinavam a gente a fazer. Era um costume. Agora ninguém mais faz isso, diz que é bobagem, mas eu não acho que seja bobagem. Hoje em nada mais acreditam¹⁵³.

4.1.4 Ervas de chás e compostos

Por muito tempo e, principalmente no meio rural, as ervas de chá, colhidas in natura, nas matas ou mesmo nas hortas familiares ou jardins, era o principal medicamento para diversas enfermidades. Com o avanço da medicina e, consequentemente dos fármacos, fabricados e comercializados numa infinidade de farmácias espalhadas por todas as cidades do país esses hábitos foram se perdendo. No entanto, atualmente, percebe-se que muitas pessoas, não só do meio rural mas também da cidade, estão retomando o uso das ervas medicinais e com isso, procuram preservar a medicina caseira, pois acreditam que suas propriedades terapêuticas são eficazes na cura de diversas doenças. No caso das famílias da comunidade Nicanor da Luz, essa prática nunca sofreu interrupção, mesmo que os conhecimentos sejam lembrados como algo trazido de outros tempos:

Dona Lessi: Naquele tempo erva de chá era só o que se usava. A gente plantava as ervas na horta, junto com as verduras, legumes e flores. Eram ervas para fazer chá ou xarope para tosse; dor de cabeça; dor de estômago; dor de dente; para acalmar o nenê para dormir melhor; vômito e disenteria;

¹⁵² Entrevista realizada em 10 de julho de 2016, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

¹⁵³ Entrevista realizada em 08 de maio de 2019, com Maria Lessi Medeiros Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

para o sapinho em nenê; para anemia; para lavar ferimentos; para cólicas de nenê; para feridas da garganta. Usava o chá da raiz da salsa para a criança recém-nascida para não dar o amareidão¹⁵⁴.

Todas as famílias das comunidades possuem chás plantados nos seus pátios e pequenas hortas, e a troca dessas ervas entre os vizinhos é intensa. Assim como é intenso o uso de ervas de chás nativas, que ou são encontradas nas redondezas, ou são trazidas de locais mais distantes que são percorridos especialmente pelos homens quando vão diariamente para as empresas agropecuárias para trabalhar.

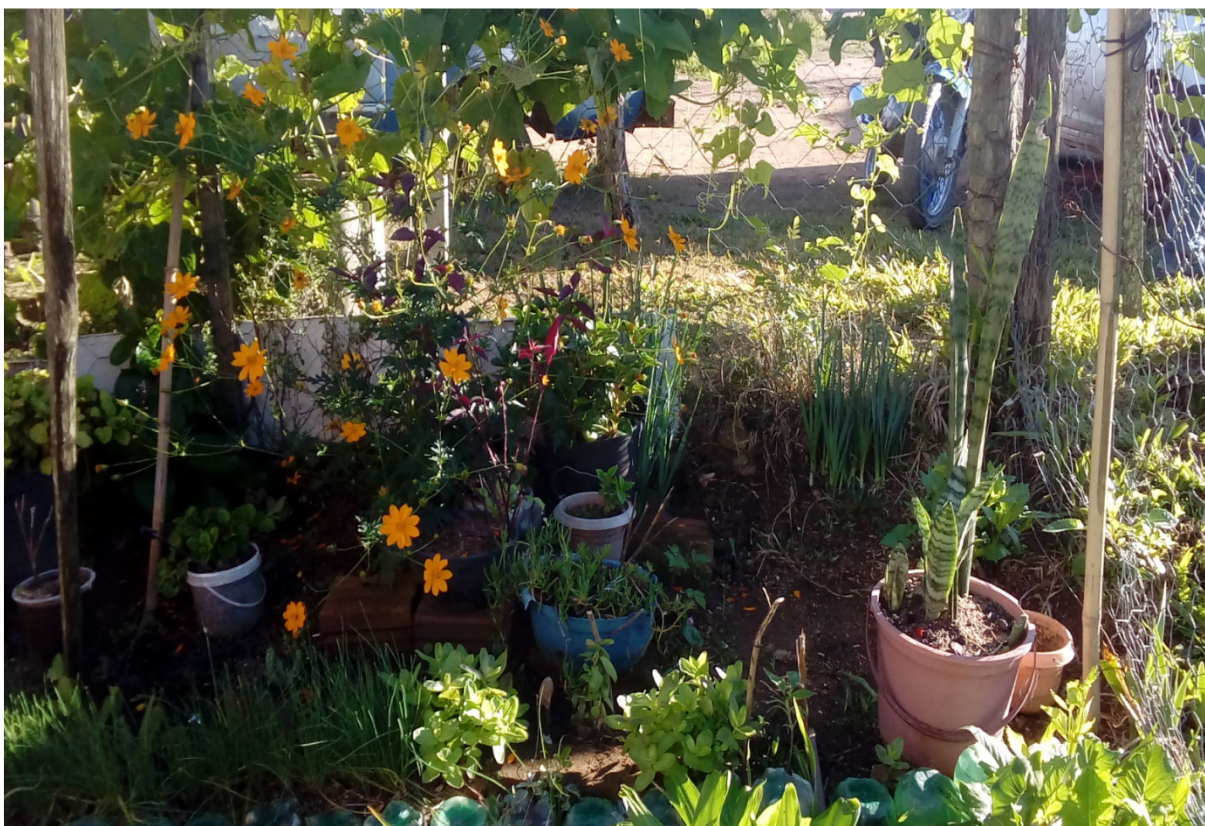


Figura 24 - Canto da horta de Dona Carlota Domingues da Silveira. Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Chama a atenção, quando relatam sobre o uso de chás antigamente, que os exemplos são dados referindo especialmente crianças. Dadas as precárias condições de vida das famílias, o que os relatos apontam é que sobreviver à infância era um grande desafio colocado para os pais e toda a rede protetiva que se formava pelas relações de vizinhança, articulada por várias práticas, dentre elas, as de benzimento

¹⁵⁴ Entrevista realizada em 08 de maio de 2019, com Maria Lessi Medeiros Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

e trocas de conhecimentos em torno dos problemas de saúde:

Dona Lessi: Uma vez, correu uma onda de sarampo lá nas casas e acho que nós era uns 15 com sarampo, e só a mãe e o pai não tiveram. Era só um estenderete de gente deitada [risos] Só não deu num dos meus irmãos e a gente se curou tomando chá de sabugueiro. Só complicou foi no José e no João, meu irmão, aí pra sair de casa pra pegar o ônibus pra levar eles pra consulta, tiveram que botar eles em cima de cavalos pra procurar recurso. Aí eles fizeram o tratamento e graças a Deus ficaram bons¹⁵⁵.

Segundo Dona Lessi, faziam parte dessa rede de cura pessoas com um pouco mais de escolaridade, geralmente brancas, que receitavam homeopatia:

Eva: vocês nem conheciam médico?

Dona Lessi: não, a gente não conhecia médico. O primeiro que conhecemos que receitava umas homeopatias foi o finado João Almeida. Quando eu adoeci pra ganhar o Ricardo eu fui lá no Seu João Almeida¹⁵⁶.

O uso de ervas para curar problemas de pele também é recomendado por Dona Santa, que transmite a seguinte receita:

Santa: Tem, o cavalinho [planta]. Ele dá no campo. Eu não mostrei? Te mostrei né? Aquilo ali é muito bom pra cobreiro e pra essas brotoeja, essas coceiras que dá na pele da pessoa. Aí faz o banho. Ele é bom até pra pressão alta também. Tem várias gente que me pede pra pressão alta.

Rosane: É só ferver ele e depois banhar?

Santa: Banhar. E assim, porque nuns dá com coceira e outros não dá com coceira. Aí quando dá com coceira, tu bota numa vasilhazinha e tu pega um paninho. Sabe quando te dá aquela vontade de coçar? Tu vai ali, molha, e ao invés de coçar com a unha, tu coça com o paninho com o chazinho do cavalinho, que aí tira...¹⁵⁷.

O uso das ervas de chá, tem sido outro importante elo de reciprocidade entre as famílias como relatou Dona Lessi. Quando questionada sobre o uso dos chás, que há várias espécies no entorno de sua casa, ela falou que a maioria ela não usa, mas os preserva porque sempre tem um vizinho que precisa e vai pedir para ela, ou mesmo quando vão na Dona Santa se benzer e ela recomenda chá, dependendo do caso, vão pegar o chá em sua casa. Lembremos aqui que Dona Lessi é evangélica, mas para ela, não há problemas em ceder os chás quando recomendados pelo Centro de

¹⁵⁵ Entrevista realizada em 08 de maio de 2019, com Maria Lessi Medeiros Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

¹⁵⁶ Entrevista realizada em 08 de maio de 2019, com Maria Lessi Medeiros Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

¹⁵⁷ Entrevista de 26 de janeiro de 2019, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

Umbanda.

A mãe de Dona Lessi fazia xarope para gripe. Este era um composto de várias ervas medicinais, como: casca de tarumã, agrião, raiz da caleira, cambará, guaco e para adoçar usava o mel. Em geral eram usadas 7 ervas e outras vezes 9, que eram retiradas da mata. Tinha que ser sempre número impar. Dona Santa tem várias receitas de xarope para gripe, mas os seus, além da mistura dos ingredientes, sempre são finalizados com o “batismo”:

Rosane: E como é o do gripe?

Santa: O do gripe a gente ferve o abacaxi, bem fervido, ele solta aquele suco, depois tu tira, pega uma mirinda e 2kgs de açúcar e 4 noz-moscada e bota a ferver. Dá o ponto, que ele fique meio grossinho e a gente dá que é pra despeitorar. Mas aí, tem o processo que eu batizo.

Rosane: E como é o batizado?

Santa: “Batizamos esse xarope pra tirar esse catarro que tiver no pulmão ou que tiver em pontada. Jesus, salvador de cima daquela coxilha bem alta tu gritasse ‘tu vai locozear (? 13:05) esse xarope no estomago desse irmão pra tirar esse bronquite ou tirar essa catarreira¹⁵⁸.”

Dona Santa não “batiza” apenas os compostos feitos de várias ervas. Qualquer chá que ela alcança para alguém, passa primeiro pelo batismo, pois a planta sem as “palavras”, não possuem a mesma eficácia. Explica esse saber – de batizar plantas e remédios – também herdou da sua mãe. Batizar plantas e compostos de remédios caseiros é dotá-los, nas suas palavras, de “fortidão espiritual”, característica que, segundo ela, os remédios de farmácia não possuem.

José Carlos dos Anjos (2004, p. 104) considera a medicina convencional como um complemento necessário e urgente, mas que sua utilização nas comunidades é combinada com as práticas de cura locais, porque essas sabem lidar com o modo como as subjetividades são constituídas nos territórios tradicionais. Nesse sentido, a dimensão subjetiva da pessoa se vincula às concepções religiosas e qualquer processo completo de cura precisa reconstruir a relação da pessoa com o grupo e com o território. Assim, para o autor:

Na comunidade cercada de ervas e plantas silvestres com poderes curativos, os corpos têm intensidades de dores que se correlacionam com as intensidades das ervas curativas de tal modo que quando se sai para um piquenique, colhe-se não porque se está doente, mas porque a dor do estômago é uma intensidade possível depois da refeição. O corpo da terra e

¹⁵⁸ Entrevista de 26 de janeiro de 2019, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

o corpo biológico do indivíduo se correlacionam estritamente ao arquivo mental das ervas disponíveis. Cada erva silvestre vislumbrada em um passeio até o rio para uma pescaria, chama à memória para a possibilidade do desequilíbrio físico. Conversar sobre ervas faz parte de um processo de memorização que territorializa o espaço para uma apropriação curativa por um grupo. Territorialização é um fenômeno em que a memória no ato de reconhecer, estabelece associações com um ancestral. (ANJOS, 2004, p. 104).

Segundo dos Anjos (2004, p.74), existem regiões de memória onde estão contidos todos os acontecimentos que marcaram a vida de um grupo e, esses acontecimentos se distribuem pelo espaço sob a forma de marcos simbólicos. Nesse sentido é que o passado se sobrepõe ao presente, criando um nós estritamente vinculado a esse espaço, explica o autor.

O Sr. Osmar, ao recordar da infância, associa diretamente experiências de cura com a figura afetiva de sua mãe:

Sr. Osmar: Pra voltar na mãe, a mãe sempre plantava as hortas dela e sempre a mãe tinha uma horta de... Ela sempre tinha uma hortinha de chá no encostado do rancho, ali era questão da gente dizer pra mãe que tava sentindo qualquer coisa, ela já ia lá e já fazia um chá, e aquilo a gente tava bom, era a mesma coisa que tirar com a mão¹⁵⁹.

Os xaropes para gripe feitos por Dona Santa percorrem grandes distâncias, sendo distribuídos por várias cidades onde se encontram pessoas que, ou frequentam periodicamente o seu Centro de Umbanda, ou são membros de famílias que residem no Cancelão e foram para outras cidades em busca de empregos (Caxias do Sul, Lageado, Bagé, etc.). Nas visitas periódicas aos parentes, eles se abastecem de remédios caseiros:

Santa: Faço também da pitangueira, faço também o da goiabeira, eu faço da casca do cinamomo, da folha da figueira, cozinho todas as ervas... hoje no caso, deixa esfriar, tu cõa e amanhã tu bota o açúcar e uma colher de mel.

Rosane: E ferve de novo?

Santa: Ferve de novo pra dar o ponto, né minha filha, senão ele azeda. Tu tem que dar o ponto que pra ele durar de um ano ao outro. Daqui mesmo, vai pra Pedro Osório, vai 4, 5 vidros desse de nescafé, e, às vezes, tem que ta brigando: "mas poupem que ta muito quente pra eu fazer". Eles adoram, e, graças a Deus eles tem se sentido bem. Que aí eu batizo até pra brônquite¹⁶⁰.

¹⁵⁹ Entrevista realizada em 22 de julho de 2018, com Osmar da Luz Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

¹⁶⁰ Entrevista de 26 de janeiro de 2019, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

A partir de Rosane Rubert (2007, p. 317 e 318), pode-se compreender que a correlação entre intensidades corporais e/ou subjetivas e práticas de manejo de ervas que demarcam um território por meio de um saber e de um senso estético singular, abarcam também, os usos de chás não-nativos. Estes circulam pelas redes de relações de acordo com alguns preceitos norteadores das interações que amarram as pessoas umas às outras: o parentesco que extravasa o território, a memória da ancestralidade e a sociabilidade entre os territórios, inclusive urbanos.

Dona Santa, além de xarope para gripe, tem uma receita que sempre faz para anemia, a qual incorpora também produtos industrializados, como o Nescau:

Santa: É uma vitamina. É 7 colheres de açúcar, 7 ovos de codorna e 2 colheres de Nescau. E 3 de noz-moscada. Tu mói a noz-moscada, bota ali e bate bem batido tudo junto, e enterra 7 dias, pro lado que sai o sol. No sétimo dia, tu tira, sacode bem sacudidinho, 3 vezes ao dia pra criança ou pro adulto¹⁶¹.

Prosseguindo a sua explicação, ela diz que após desenterrar, a garrafa precisa ser lavada “numa água virgem. Água virgem é uma torneira que ainda não foi usada de manhã, tu entende?”¹⁶². Essa limpeza da garrafa em água corrente, antigamente, era feita na sanga.

Há uma receita de xarope para combater o “sapinho”, que Dona Santa diz que até hoje faz quando necessário e afirma ter aprendido com sua mãe. Ele é feito usando-se, no primeiro procedimento, o próprio tronco da corticeira:

Santa: Negócio de xarope pra sapinho, aquela coisa toda, a minha mãe me ensinou. A gente vai lá onde tem uma corticeira e tu abre uma gamelinha [buraco] no pé da corticeira. Aí tu botou um quilo de açúcar ali hoje, quando tu vai lá parece que tu molhou o açúcar, aí tu junta, traz e pega as ervas de sapo e ali faz o xarope.

Rosane: E quais as ervas de sapo?

Santa: O alevante, o abacaxi...¹⁶³

Dona Santa possui um repertório infinito dessas receitas. Além dos xaropes, ela faz um preparado chamado quebra-dor, que é usado para “afumentar” (massagear) locais doloridos do corpo. Essa preparação envolve tanto um

¹⁶¹ Entrevista de 26 de janeiro de 2019, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

¹⁶² Entrevista realizada em 26 de janeiro de 2019, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

¹⁶³ Entrevista realizada em 10 de julho de 2016, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

conhecimento aprofundado de ervas como procedimentos rituais:

Rosane: E como é esse quebra-dor?

Santa: É com... Tu pega um pouco de **cachaça**, um pouco de **álcool**, 7 **anfetalina**, uma **espada de São Jorge**, pega uns galhos de **arruda**, **guiné do mato**, **contra erva**, que é uma erva que dá no mato, que diz que é bom pra mordida de cobra, a gente bota ali e 7 pedaços de **charuto** e bota umas gotas de **azeite de dendê** e deixa curtir, sacode bem sacudidinho. Todas as noites, depois do banho, na hora de deitar tu fumenta.

Rosane: E pra deixar curtir, a senhora deixa em algum lugar especial?

Santa: Deixo na frente dos orixás. Que é pra eles batizarem. Que aí eles fazem o **batismo da cura que é dos pretos-velhos, que é do Arruda-Guiné**, que é o nome de um preto-velho que é curandor, trabalha só com ervas. E a **embira** que a gente bota, tu sabe o que é embira, né? A gente bota que é muito bom¹⁶⁴.

Dona Santa afirma que a receita do quebra-dor foi aprendida com a sua mãe, que conhecia outras tantas fórmulas para alívio das mazelas corporais, “porque antigamente ninguém tomava remédio pra dor, era só essas fomentações naturais de ervas de chá”¹⁶⁵. Na sequência ela revela outra receita aprendida com sua ascendente direta:

Santa: O confrei mesmo, a minha mãe tinha um pé grande de confrei na porta, chegava um lá e dizia “ah, eu to com uma dor no joelho ou uma dor num pé, ela ia lá e trazia uma folha de confrei, porque a gente cozinhava no chão, o fogo era no chão, aí ela metia 3 vezes no boraio quente e fazia compressa, tu botava em cima do pé ou da junta, onde for, e eu aprendi com ela isso aí”¹⁶⁶.

Não apenas elementos da flora nativa e cultivada são usados nesses compostos, mas também da fauna, como é o caso da preparação de pomadas para rachaduras, as quais Dona Santa se refere como “aqueles figos que sai nos pés”, a qual é feita com o rim do carneiro:

Santa: No rim tem aquela gordura e aí tu tira o rim e pega aquela gordura. Nós lavávamos no arroio porque não tinha onde lavar, tira aquela pelezinha por fora, na água corrente, ficava tempo, tempo, tempo lavando ali e ela ficava bem cremosinha. Aí tu pegava o guiné de casa, acho que até morreu ali, e batia ele, bem batidinho, numa xícara e aí tu colocava aquela graxinha ali dentro e reborcava ela, bem reborcadinha ali, aí pegava cor aquela graxa. Ficava da cor desse banco e todas as noites quando tu lavava os pés tu

¹⁶⁴ Entrevista de 26 de janeiro de 2019, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

¹⁶⁵ Entrevista de 26 de janeiro de 2019, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

¹⁶⁶ Entrevista de 26 de janeiro de 2019, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

passava, que a gente tinha figo aberto nos pés, botava o carpim [meia] que era pra fechar aquilo ali¹⁶⁷.

Outra receita de pomada, revelada por Dona Santa, usa o “unto” do porco – uma gordura interna específica – com fins de curar de hemorróides:

Santa: Do unto do porco eu fazia pra hemorroida, com a erva formigueira. Do mesmo estilo também, só que o unto do porco tu não precisava, tu só lavava ele numa vasilhazinha de louça águia, tu entende? Aquelas canequinhas que vinham antigamente que tu batia bem batidinho com o cabo da colher, depois tu fervia o chá ali e aí tu botava que era pra fazer tipo uma pomada. Quando tu ia te lavar de noite, trocar de calcinha, tu pegava e passava. Pra hemorroida, e tomava o chá da erva formigueira. E te levava com a erva formigueira. Tudo com a erva formigueira. Hemorroida tinha um horror, era horrível, tinha tempo que tu não podia nem se sentar. [...] A erva formigueira é muito boa pra hemorroidas¹⁶⁸.

Outro ingrediente de origem animal, usado com frequência por Dona Santa, nas suas demandas de cura, é a moela da galinha, usada como chá junto com outras ervas, em receitas para curar pedra nos rins e na vesícula:

Santa: Faço, trabalho muito com a moela da galinha. Pra quem é ressequido dos intestinos. A gente usa moela da galinha pra pedra nos rins, pra pedra na vesícula, pra pedra na vesícula é com a folha do morango. A gente faz o cozimento, bota a ferver e a pessoa toma por água que aí vai deslizando e vai saindo na urina. Vai ficando... urina no urinol e vai ficando aquela como areia, aí a pedra tá se desmanchando, tu entende? Tá diminuindo e aí pra funcionar como purgante, a gente usa com o broto do sabugueiro. Bota a ferver o broto de sabugueiro com um pedacinho da moela. E toma, é um purgante. Ou senão com jervão de casa.

Rosane: Então a senhora fica recolhendo as moelas de galinhas de toda vizinhança? [risos]

Santa: De toda a vizinhança. Eu tenho os potes, tudo cheinho, eu seco. E aí depois eu boto nos potes¹⁶⁹.

Cristina Guimarães Simão (2001, p. 3 e 4) fala da importância dos quintais agroflorestais, pois estes estão situados em área ao redor das casas, aonde são realizadas atividades sociais e são encontradas plantas frutíferas, medicinais, olerícolas e ornamentais. O quintal segundo autora é um espaço da mulher que se dedica ao cuidado das plantas. Ou seja, é um espaço majoritariamente feminino.

¹⁶⁷ Entrevista de 26 de janeiro de 2019, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

¹⁶⁸ Entrevista de 26 de janeiro de 2019, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

¹⁶⁹ Entrevista de 26 de janeiro de 2019, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

Observo que essas considerações são inteiramente pertinentes para o grupo estudado.

4.2 Saberes produtivos e ambientais

O processo de trabalho agrícola é compreendido por Ellen e Klaas Woortmann (1997, p. 7), como uma organização de espaços e combinações de espécies e variedades vegetais, que formam ecossistemas constituídos com base em modelos de saber e de conhecimento da natureza. Esse saber inclui em si, a percepção da natureza e dos homens, pois o trabalho e o modelo de saber não são dimensões separadas e, em conjunto, constituem uma forma de ver o mundo. Assim, o processo de trabalho se faz a partir das relações sociais que transformam a natureza. Por isso,

[...] para entendermos a construção do roçado, por exemplo, precisamos conhecer tanto o modelo cultural quanto o processo histórico da sociedade, pois não existe uma natureza independente dos homens: ao longo do tempo a natureza é transformada, inclusive pelo próprio processo de trabalho. Transforma-se também o acesso a ela e são recriadas categorias sociais específicas. (WOORTMANN, WOORTMANN, 1997, p. 10).

A transmissão do saber para o trabalho, segundo Woortmann e Woortmann, se dá no próprio trabalho, pois o saber é um saber-fazer, que parte da hierarquia familiar, que via de regra, está representada na figura masculina mais velha, ou seja, o pai, em se tratando do campesinato tradicional, se bem que Woortmann e Woortmann estão falando a partir do contexto nordestino. Se é ele quem governa, é também quem administra o aprender e isto, é mais do que a transmissão de técnicas, pois envolve valores, construção de papéis, etc. Ao trabalhar a terra, realiza-se também, o trabalho da ideologia, que ao lado da produção de alimentos, produz categorias sociais, pois o processo de trabalho, além de promover um encadeamento de ações técnicas, promove também, um encadeamento de ações simbólicas, ou seja, é um processo ritual, que produz cultivos e cultura. (1997, p. 15):

É a casa, o ponto de partida do trabalho, realizado sob o governo do homem. É nela que são guardados os instrumentos de trabalho e as sementes; é ela que abriga os braços e é nela que se decide quanto e o que será cultivado. O produto do trabalho retorna para a casa, onde passa para o governo da mulher. Há, portanto, dois movimentos opostos e complementares: o homem leva para fora, inclusive para o mercado; a mulher traz para dentro da casa,

para o consumo. (1997, p. 15).

Woortmann e Woortmann salientam que as ferramentas de trabalho camponês também se apresentam como diferenciadoras de gênero e marcadoras de hierarquia. O machado, por exemplo, utilizado pelo homem para a derruba é o maior, mais novo e mais cortante. Já o usado pela mulher para cortar lenha para o fogão, é o mais velho, leve e menos cortante.

Todo o trabalho camponês é feito a partir de um ritual, estabelecido de forma a dar sentido ao que está sendo feito. A exemplo disso, Wortmann e Woortmann relatam que:

A derrubada das árvores não pode ser realizada de forma mecânica. Isso implica o conhecimento detalhado das espécies vegetais: tipo de madeira a ser utilizada para construções ou como lenha, aquela de melhor combustibilidade é destinada a casa de farinha, pois o fabrico desta exige o controle cuidadoso do calor das fornadas; o restante é destinado ao consumo do fogão da casa. Implica também o conhecimento de seu valor de mercado, da maior ou menor dureza, das propriedades medicinais, etc. algumas arvores mais frondosas são deixadas de pé, para servirem de ponto de descanso, assim como árvores frutíferas e medicinais. (1997, p. 55).

Na rememoração dos tempos em que atuavam diretamente na agricultura, evoca-se não apenas o acesso precário à terra, as formas de produção eram bastante rudimentares, prevalecendo a tração animal e o trabalho manual.

Dona Carlota: Era assim, a gente preparava a terra para o plantio com arado puxado por cavalos ou bois. Na época não tinha máquinas não. Para capinar também era com a capinadeira puxada por cavalos e enxada. O plantio do milho e feijão era feito com uma máquina manual que abre e fecha. O amendoim, depois que a terra era lavrada se fazia uns valinhos ou caseiras com a enxada para colocar a semente dentro. O trigo e a linhaça eram semeadas na lavoura. A gente plantava aipim, batata-doce¹⁷⁰.

Seu Getúlio também refere esse processo rudimentar de plantio, em que se fazia uso, além da máquina manual, o saraquá:

Getúlio: [...] plantava o milho com tal de saraquá, era uma foice velha num porrete, num cabo, cavava aquela foice e fazia assim, largava 3 grãosinhos de milho ali dentro e passava o pé em cima. Não era uma grande quantidade, mas produzia muito, produzia muito...

Bruna: Abria um pouco a terra...?

¹⁷⁰ Entrevista realizada em 10 de abril de 2019, com Carlota Domingues da Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

Getúlio: Cavava um pouco com a foice e fazia assim ó, e aí largava os 3 grãosinhos de milho ali, e aí tirava aquele saraquá e passava o pé em cima.

Bruna: Pra jogar terra por cima...?

Getúlio: É! pra jogar terra por cima, aí a saracura não comia o milho¹⁷¹.

O arado, segundo Seu Getúlio, também era de madeira, “só tinha as pontas [lâmina] de ferro”, assim como a grade:

Getúlio: É um triângulo, e aí tinha uns dente de ferro, botava 8 em 10 em cada lado, gradeava com ela, a gente mesmo que fazia, a tiradeira não existia, a tiradeira pra puxar era um porrete, não me lembro como era que chamava o nome...

Eva: Essa tiradeira...

Getúlio: Pros bois puxar o arado, a grade, naquele tempo não tinha, então a gente fazia de um porrete, como é que chamava o nome? Bah, pegava um, vamos supor, a goiabeira do mato que era bem forte, era bem redonda, assim, aí fazia um furo ali, botava uma corda pra atar no arado e lá na cabeça dos [bois]... Outro e atava, depois muitos anos depois apareceu a tiradeira...¹⁷².

O uso de instrumentos rudimentares, que requeriam um forte manuseio braçal, é relatado também por Seu Darci:

Darci: A gente plantava a terra e o plantio era feito com máquina manual cavadeira e a terra era lavrada com arado puxado por bois e a capinadeira puxada por cavalos. Para gradear a terra, usavam uma rama que era presa por um pau atravessado no qual era preso o cavalo para puxar. Adubo não se usava¹⁷³.

Para preparar os produtos, tirando-os das cascas, processo que se chama de trilhar, inicialmente era feito por meio das eiras e manguás:

Eva: E esse trilhado a porrete, em que local, assim...?

Getúlio: Não, a gente fazia, chamava de “eira”, fazia uma “eira” pra trilhar o feijão, escolhia o lugar que não tivesse areia, bem limpinho, e aí botava no sol e aí a gente trilhava, chamavam no “manguá”, um porrete vamos supor com 2 metros e mais um pedaço assim, atado na ponta daquele. E aí a gente levantava e grudava, aí batia no chão aquele que tava atado lá na ponta. E claro, tinha gente, assim, como que tinha na fazenda um homem que era mais forte, ele fazia a eira bem grandona e plantava bastante, botava na eira [o produto colhido] e botava seis, sete cavalos lá dentro. Meio dia que o feijão tava seco, e aí passava aqueles cavalos ali, passava ali e a gente tocando na volta pro cavalo não parar...

Eva: E a “eira”, bastava capinar, digamos assim, e já ficava a eira como é

¹⁷¹ Entrevista realizada em 05 de maio de 2019, com Getúlio da Silva. Acervo individual da pesquisadora.

¹⁷² Entrevista realizada em 05 de maio de 2019, com Getúlio da Silva. Acervo individual da pesquisadora.

¹⁷³ Entrevista realizada em 7 de abril de 2019, com Darci Ulguim da Luz. Acervo individual da pesquisadora.

que era...?

Getúlio: Capinada, é, capinada. É, a gente capinava bem capinadinho com a enxada, ficava bem parelhinho, não podia ter areia, a gente achava um lugar que não tivesse areia. E aí terminou a safra tá, aí botava toda aquela palha ali em cima, em cima da “eira” ali. O ano que vem, no caso, é só ir ali, pegava uma enxada na hora de limpar, já tava bem limpinha ela, bem firmezinha, não tinha... Bem sequinha, era tudo assim, trilhava assim. A gente tinha moinho aqui, moinho tinha só aqui nessa vila aqui, tinha dois moinhos. Todo mundo, ninguém comprava, ninguém comprava nada, era o sal, o querosene...¹⁷⁴.

Com o tempo, passou-se a apelar para trilhadeiras movidas a óleo diesel, mas que nem todo mundo tinha à disposição, pagando-se para o trilhador fazer o trabalho. Segundo Seu Getúlio, “cada zona tinha o seu trilhador”. Interessante é que mesmo quando havia pagamento por serviços, não necessariamente implicava o manuseio do dinheiro, pois geralmente era feito com troca direta por produtos, como explica Seu Getúlio sobre o uso do moinho: “O moinho, pagava ele, o moinho, o dono do moinho no caso, ele pegava uma porcentagem, se a senhora não tinha o dinheiro, ele pegava uma porcentagem no milho ou do trigo, do que levasse”¹⁷⁵.

4.2.1 Diversidade produtiva e concepções cosmológicas

O que se pode deduzir das entrevistas é que, mesmo com acesso precário à terra, havia uma diversidade produtiva bem maior do que hoje. Plantava-se milho, feijão, batata-doce, batata-inglesa, amendoim, abóbora – produtos que ainda se planta atualmente, quem tem algum pedaço de terra. Mas antigamente, plantava-se também trigo, alpiste, linhaça, aveia, sendo direcionado, principalmente, para a venda. O que chama a atenção é que há indícios de que haviam bem mais variedades de cada um desses produtos do que nos dias de hoje. Dona Santa lembra que plantavam no mínimo três variedades de feijão: o preto, o branco graúdo para mocotó e outro amarelo. Já o milho, havia o catete, o branco, o de pipoca e o “milho de três mês”, este último de cultivo rápido; cada um destinado a um uso diferente – farinha, canjica, engordar porcos, etc¹⁷⁶.

Essa diversidade produtiva gerava, mesmo que precária, uma certa autonomia

¹⁷⁴ Entrevista realizada em 05 de maio de 2019, com Getúlio da Silva. Acervo individual da pesquisadora.

¹⁷⁵ Entrevista realizada em 05 de maio de 2019, com Getúlio da Silva. Acervo individual da pesquisadora.

¹⁷⁶ Entrevista realizada em 10 de julho de 2016, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

em relação aos produtos industrializados: “[...] a única coisa que se comprava no armazém, quando nós fomos criados lá, era só a erva, o açúcar e o sal, era só o que se comprava, e o resto era tudinho da lavoura. Tudo”¹⁷⁷, comenta Seu Osmar ao relembrar seus tempos de infância.

Sr. Osmar: O pai plantava feijão, ele plantava milho, ele plantava mandioca, Ele plantava arroz, não é, tchê!? Bem dizer não tinha o que não plantava naquela época, não tinha, então... E daí o arroz a gente socava no pilão, a canjica a gente socava no pilão, o trigo a gente socava no pilão, a aveia a gente socava no pilão, era tudo, tudo assim. Mas barbaridade! E tinha fartura, a gente tinha fartura. E era tudo a comida grosseira, que a gente tinha... Colhia ali e não sabia-se usar... Bom, já nem uma uréia e um adubo, que todo mundo bota hoje, sem falar nos venenos. A gente não usava nada disso, era tudo coisa pura. Então... Bah, Deus ô livre, era super legal¹⁷⁸.

Além do plantio dos produtos, criavam-se animais de pequeno porte, como aves, porcos e cabritos, em pequena quantidade, porque era uma estratégia para manter a autonomia da unidade de produção familiar:

Dona Carlota: A gente criava cavalo para lavrar, capinar e trilhar o feijão e até o trigo; vaca, para tirar o leite e às vezes também puxar o arado ou a capinadeira. O boi era mais usado para capinar as plantas. Porco, galinhas, patos, gansos...tudo era criado para o consumo. Era pequena quantidade. Tentamos criar ovelhas, mas não deu certo porque dava a doença do casco e morriam¹⁷⁹.

Para a criação das aves, se considerava bastante as fases da lua, assim como as espécies mais resistentes a pestes:

Dona Carlota: A gente só criava a galinha carijó porque dava menos peste. Ela é mais forte para doenças. Para deitar as galinhas era na lua nova que era melhor porque os pintos nasciam na lua crescente e cresciam mais rápido. A gente criava também patos, angolistas, gansos, marrecos¹⁸⁰.

Dona Santa também indica a importância da lua para o manejo de alguns animais, em uma conversa em que esteve presente também Seu Adir, membro do

¹⁷⁷ Entrevista realizada em 22 de julho de 2018, com Osmar da Luz Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

¹⁷⁸ Entrevista realizada em 22 de julho de 2018, com Osmar da Luz Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

¹⁷⁹ Entrevista realizada em 10 de abril de 2019, com Carlota Domingues da Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

¹⁸⁰ Entrevista realizada em 10 de abril de 2019, com Carlota Domingues da Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

Centro de Umbanda e da Associação Quilombola, que vivenciou o mesmo processo migratório dos seus vizinhos, tendo dedicado boa parte da sua vida às atividades da agricultura:

Rosane: E para os animais, por exemplo, pra botar a galinha pra chocar, tinha alguma lua preferencial?

Dona Santa: Tem, na minguante pra *não* dar piolho.

Adir: E não se deita a galinha pra tirar pinto em agosto, senão sai pinto pião.

Dona Santa: É, bem fininho.

Rosane: Então, em agosto não se coloca galinha?

Dona Santa: Não. E nem no sábado porque a lua não manda.

Adir: Ela não comanda.

Dona Santa: É, em sábado ela não comanda.

[...]

Rosane: Mas para castrar um bicho, tem lua?

Adir: O animal, para castrar, na lua nova, ou então é bom castrar na lua minguante porque sai pouco sangue¹⁸¹.

Seu Getúlio não refere a lua como importante na reprodução das aves, mas traz outro saber para preservar os ovos durante o período em que a galinha estava chocando:

Eva: Essa coisa assim, as vezes pra botar a galinha em choco, tinha uma galinha, aliás, uma lua certa ou não...?

Getúlio: Não, não, quando chocava, aí chocou. É, botava uns carvãozinho no meio dos ovos que era por causa da tormenta.

Eva: Ah, botavam p...

Getúlio: É, pegava uns 3, 4 carvãozinho, botava no meio por causa daquela tormenta.

Eva: E isso evitava o que?

Getúlio: Diz que não gorava, a tormenta que fazia gorar, e botava aqueles carvãozinho ali que diz que era...

Eva: Uma simpatia...

Getúlio: Uma simpatia, botava aqueles carvãozinho ali no meio, 3, 4 carvãozinho. Mas se criava, descascava no campo, assim, porque quando a gente via chegava uma galinha acompanhada de pinto, parece que eram os que descascavam melhor, é aquele que a senhora não mexia, uma ninhada, quando a gente via...¹⁸².

Os animais usados para tração nas lavouras nem sempre eram de propriedade dos lavradores negros pobres, sim de outras pessoas de mais posses que emprestavam um junta de bois para serem amansados por uma família necessitada, segundo Seu Getúlio, “a gente amansava, ficava dois anos com a junta de boi pra

¹⁸¹ Entrevista realizada em 14 de setembro de 2019, com Adir da Silva Borges. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

¹⁸² Entrevista realizada em 05 de maio de 2019, com Getúlio da Silva. Acervo individual da pesquisadora.

entregar pra ele [o proprietário]”¹⁸³.

Seu Darci foi o único que mencionou a criação de abelha como uma atividade produtiva significativa em sua propriedade, quando residia no Arvorito:

Darci: A gente plantava plantava milho, feijão, aveia, trigo, batata, alpiste e o que sobrava era vendido. Tinha um vizinho que comprava para revender. Criávamos abelhas e vendíamos latas de mel para Santa Vitória e com isso a gente garantia o alimento do ano. O que sobrava repartia com os vizinhos quando eles precisavam¹⁸⁴.

O animais não eram usados apenas como uma fonte de proteína para consumo humano, fazia-se uso tecnológico para outras necessidades, como era o caso do sebo do porco, usado para confecção de velas ou “candeeiros” para alumiar à noite:

Getúlio: [...] porque a luz era num “candeeiro”, sebo de vela, a gente carneava um porco, tirava um sebo que vem ali e secava ele, depois a gente enrolava num pano, assim, vamos supor, de um saco branco né, aquele bem enroladinho, bem enroladinho, e botava, e aí botava dentro de uma lata assim numa canequinha, acendia na ponta ali¹⁸⁵.

O acompanhamento das fases da lua para proceder aos plantios era seguido pelos agricultores de antigamente, segundo Dona Santa. Para o plantio do feijão, por exemplo, escolhiam a lua minguante, porque evitava “o corvo, que chamavam de primeiro. É um bichinho pretinho, chamado corvo. Plantando na minguante não dava aquilo”. Já o milho, era comum de ser plantado na fase de lua cheia “...pra não renovar, eles plantavam na cheia, porque se plantasse na nova, o milho começava a renovar, aí amadurecia uma espiga e nascia outra”. Era na lua cheia que também se plantava a batata, “por causa que aí ela se esparramava e enchia caseira”¹⁸⁶.

O que se observa é que haviam experimentos práticos diversos na relação dos cultivos com a lua, como se pode observar a partir da entrevista com Seu Darci:

Darci: O feijão e o milho se planta na lua cheia. Ou minguante, para não botar muito viço. Na minguante se plantava as coisas de horta, batata-doce, amendoim. Na lua nova não se planta nada porque florescia e na crescente

¹⁸³ Entrevista realizada em 05 de maio de 2019, com Getúlio da Silva. Acervo individual da pesquisadora.

¹⁸⁴ Entrevista realizada em 7 de abril de 2019, com Darci Ulguim da Luz. Acervo individual da pesquisadora.

¹⁸⁵ Entrevista realizada em 05 de maio de 2019, com Getúlio da Silva. Acervo individual da pesquisadora.

¹⁸⁶ Entrevista realizada em 10 de julho de 2016, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

também não se planta porque dá muito crescimento, mas poucos frutos. A lua crescente só é boa para plantar milho ou outro tipo de grão para pastagem para os animais, porque cresce rápido e logo tem comida para os animais¹⁸⁷.

Dona Lessi apresenta um detalhamento parecido sobre o efeito das diferentes fases da lua sobre as plantas:

Eva: Tinha lua pra fazer o plantio das coisas assim?

Dona Lessi: É, coisa que é pra crescer parece que é na crescente, batata e outras coisas é na nova ou na minguante, que dá o pé pequeno, mas dá carregadinho e na cheia também. E tem lua que dá só o viço.

Eva: Que lua seria essa?

Dona Lessi: Essa eu acho que é a crescente mesmo, que só cresce, cresce, cresce, mas não dá nada, a couve é na cheia ou na minguante...¹⁸⁸

O plantio nem sempre seguia o ciclo lunar, mas mesmo assim, obedecia outros ciclos naturais, como o das estações:

Dona Carlota: Meu pai não escolhia lua para plantar. Só a época, por exemplo, fim de agosto plantava abóbora, melão; setembro plantava milho e feijão; março plantava trigo, linhaça e alpiste. Quem mais se envolvia no plantio da lavoura quando eu era solteira era eu, meu pai, minha mãe e dois irmãos¹⁸⁹.

Seu Getúlio também não colocou muita ênfase nas fases da lua, mas apresentou todo um calendário que era importante ser seguido para que a produção tivesse êxito:

Getúlio: Olha simplesmente era quando se enquadrava, dificilmente...

Eva: ...não tinha lua...

Getúlio: Assim, escolher a lua, não, não tinha muito. Claro, aqueles velhos tinham aquela mania de plantar o mogango: 'olha, vamos plantar mogango na nova de agosto que nos Natal tem os mogango maduro'. E é verdade, a gente experimenta até agora plantar na nova de agosto mogango, vamos plantar! O feijão, a primeira quinzena de setembro, ele podia até ser ralo mas então era bom, era bom... Já se plantava feijão em novembro, ele abichava, ele pegava a renovar, aí começava a abichar na vagem, uma broca ali que come, agora faz um tratamento, agora, quando ele tá, bota um remédio ali e elimina ela. Mas, eu me lembro do mogango, mogango era a nova de agosto. Eu nunca me esqueci, só pode plantar duas caseiras, mas aí tira a base que saia ali, quando é no Natal, já temos mogango maduro ali. Esse ano até plantei pra ver e é verdade, plantei, plantei acho que umas 10, 15 caseiras,

¹⁸⁷ Entrevista realizada em 7 de abril de 2019, com Darci Ulguim da Luz. Acervo individual da pesquisadora.

¹⁸⁸ Entrevista realizada em 08 de maio de 2019, com Maria Lessi Medeiros Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

¹⁸⁹ Entrevista realizada em 10 de abril de 2019, com Carlota Domingues da Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

nasceu três caseiras, mas ele nasce, em seguidinha já tá colocando fruta¹⁹⁰.

Além da lua e das estações do ano, tinha-se que cuidar também com a interferência de datas específicas, como sexta-feira santa e finados, apresentados por Dona Santa como dias ideais para plantar o amendoim. Outra data que até hoje é mencionada como um dia “de respeito” é o dia de São Berto, que se comemora em 24 de agosto, em que não se pode lavrar a terra ou mexer nela com objetos cortantes. Podia-se, no entanto, nesta data, plantar alguns produtos específicos, que tinham também uma finalidade ritual:

Dona Santa: Dia vinte quatro de agosto se plantava abóbora, se plantava feijão, se plantava verdura. E no natal eram os presentes que davam para os vizinhos, faziam trouxinhas com verdura, uma abobrinha, uma cozinhada de feijão verde, uma outra trouxinha de ervilha e mandavam a gente colocar na porta da casa das pessoas¹⁹¹.

Dona Santa recomenda, ainda, no respeito a datas especiais, o plantio do amendoim no Dia de Finados, “porque ele não dá aquela broca, o amendoim tem uma broca, um pozinho. E ele não grana parelho”¹⁹².

Para maximizar o uso da terra, às vezes se plantava mais de um produto na mesma lavoura, processo que se chama, atualmente, de consorciação de produtos. Seu Getúlio relata o plantio em conjunto de milho e feijão:

Getúlio: É! Plantava o feijão, quando ele tava numa altura, assim, a gente pegava a máquina e botava o milho no meio, depois do feijão grandezinho...

Eva: Ah, depois do feijão grande...

Getúlio: É! aí colocava o milho, aí ele se criava, depois a gente arrancava o feijão, aí limpava, limpava o milho né...¹⁹³.

Segundo Seu Getúlio, os produtos eram conservados, de uma safra a outra, em “barricas”, grandes recipientes de madeira originalmente usados como “barril de cachaça”. Havia uma autonomia dos agricultores em relação às sementes, que eram

¹⁹⁰ Entrevista realizada em 05 de maio de 2019, com Getúlio da Silva. Acervo individual da pesquisadora.

¹⁹¹ Entrevista realizada em 14 de setembro de 2019, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

¹⁹² Entrevista realizada em 14 de setembro de 2019, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão “Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas”.

¹⁹³ Entrevista realizada em 05 de maio de 2019, com Getúlio da Silva. Acervo individual da pesquisadora.

guardadas de um ano para outro, e depois eram plantadas em uma terra diferente de onde foram colhidas, ou eram trocadas entre os vizinhos. Cada produto tinha uma forma de preservação das sementes:

Dona Carlota: O milho, meu pai fazia um atilho das espigas, e pendurava no paiol para depois fazer a semente. Esse atilho era feito emendando uma espiga na outra, com a ponta para baixo, para não pegar umidade. O feijão era guardado numa bombona de madeira especial que vinha com erva mate, açúcar ou café e guardava a semente ali e durava de um ano a outro. Também ele fazia um girau que tinha que ficar afastado do chão para as cobras não se esconderem embaixo. Ali, colocavam sementes de batata doce, batata inglesa, aipim. O trigo era guardado numa meda que era feita com feixes de trigo com as espigas viradas para dentro para secar bem e depois, batia com um pau para extrair os grãos e depois guardava na barrica e colocava cinza do fogão a lenha, para não estragar a semente. O amendoim e o feijão também se fazia meda para guardar até secar bem¹⁹⁴.

Dona Santa afirmava, em uma primeira entrevista realizada ainda em 2016, quando a equipe do Projeto de Extensão estava se aproximando da comunidade, que os produtos da lavoura, antes de serem armazenados nas “barricas” (pelo visto, as mesmas “bombonas” referidas por Dona Carlota), eram “imunizados” com cinza:

Rosane: Agora dessa plantação de feijão, quando vocês conseguiam guardar semente? Como era pra guardar essa semente?

Santa: Era nuns barrico. Tinha umas barrica de madeira, que antigamente vinha pras vendas bolachas naquelas barricas. Aí a gente ia lá e negociava com os vendeiros: ‘Quando desocupar essa barrica...’, era com uns arco na volta e eles davam pra gente guardar. A gente imunizava a semente com cinza, entendeu?

Rosane: Era qualquer cinza ou tinha que ser cinza de alguma planta em especial?

Santa: Não. Cinza de fogo no chão, porque a gente cozinhava no chão, minha filha.

Rosane: Aí misturava a cinza no feijão?

Santa: É, a gente ia sempre juntando os lugarzinho, assim, que essas pessoas antigas tinham muito aquelas coisas com detalhes, né? Então eles faziam um pocinho, e ali tu ia botando as cinzas, quando chegava na época de fazer aquele processo ali, a gente peneirava a cinza bem pra tirar o carvão, né. E solear¹⁹⁵, secar bem sequinha aquela cinza pra botar no barrico do feijão. Por isso era tudo natural, porque a gente não usava nada de veneno. Nada de veneno, era isso¹⁹⁶.

A mistura das sementes com cinzas, para garantir preservação, também é

¹⁹⁴ Entrevista realizada em 10 de abril de 2019, com Carlota Domingues da Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

¹⁹⁵ “Solear”, no linguajar local, significa colocar no sol.

¹⁹⁶ Entrevista realizada em 10 de julho de 2016, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

referida por Dona Lessi. Assim como Dona Carlota, Dona Santa, Dona Lessi e Seu Getúlio relatam o mesmo processo de guarda da semente do milho por meio dos atilhos, e do trigo, em barricas. O milho guardado em espigas tinha seus grãos selecionados para a produção da semente:

Getúlio: Era da mesma que a gente plantava, o milho tirava dali, a gente colhia e aí depois, botava no paiol ali, aí a gente ia escolhendo as espigas. Bom, vamos tirar umas sementes de milho, a gente pegava um tanto ali, descascava, o que era parelho a gente aproveitava, que tava boa a espiga, e aí tirava a ponta dele, e debulhava fora a ponta, e aí um tantinho do pé do milho ali, aquele ali não plantava, aquele e o da ponta não plantava...

Eva: Porque?

Getúlio: Não dava certo na máquina, o da ponta é bem miudinho e os primeiros grãos são bem graúdos, então a gente graduava a máquina ali, ou ela caía demais ou não caía, então aqueles ali tinha que sair, aquelas duas pontas ali tinha que sair...¹⁹⁷.

Dona Lessi, por sua vez, detalha a forma de preservar as batatas-doces e amendoim:

Eva: Batata doce, essas coisas, como guardava?

Dona Lessi: Quando tinha, fazia uma cama de miã¹⁹⁸, assim, num canto e botava a batata em cima, depois botava mais uma camada de miã e botava mais batata.

Eva: E terra não era colocada em cima também?

Dona Lessi: Não, terra não.

Eva: E o amendoim ?

Dona Lessi: É, o amendoim botava dentro dum saco ou de uma caixa e durava de um ano a outro¹⁹⁹.

Outra sabedoria relacionada à proteção da plantação era a troca de sementes entre os vizinhos, pois acreditava-se que um produto não podia ser replantado na mesma terra em que havia sido colhido, pois desse modo não produziria tanto: “A gente trocava sementes com vizinhos. Meu pai trocava semente de milho, de feijão... de tudo que era plantado. Todos os anos ele fazia isso. Dizia que era para renovar a semente”²⁰⁰. Além da troca para renovar a semente, a ajuda mútua de vizinhos, em relação a isso, se dava por ocasião de necessidades. Segundo Seu Getúlio, quando

¹⁹⁷ Entrevista realizada em 05 de maio de 2019, com Getúlio da Silva. Acervo individual da pesquisadora.

¹⁹⁸ Espécie de gramínea que pode ser considerada uma praga das lavouras, mas pode ser usada verde na alimentação de animais e seca, para este fim e para encher colchões.

¹⁹⁹ Entrevista realizada em 08 de maio de 2019, com Maria Lessi Medeiros Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

²⁰⁰ Entrevista realizada em 10 de abril de 2019, com Carlota Domingues da Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

uma família se apertava, mandava pedir “uma mão” ou “uma quarta” de semente com quem a tinha, para ser pago após a colheita.

Assim como havia uma preocupação com a preservação das sementes, tinha que se ter também técnicas para preservar os alimentos, especialmente a carne, porque não havia energia elétrica.

Dona Carlota: Quando matava porco, meu pai guardava linguiça frita, morcilha, dentro de uma lata com a banha que saía do porco. Ele fazia uma caixa de madeira com tela em volta, e uma portinha na frente. Ali dentro, era colocado o restante da carne do porco, costela, toucinho para secar e tornar charque. Era tudo pendurado por uns ganchos dentro da caixa, mas não podia pegar sol. A caixa tinha que ficar na sombra de uma árvore até o charque ficar bem branquinho por fora. Aí, já estava pronto para guardar dentro de casa. Meu pai fazia gamela para lavar louça, fazer pão²⁰¹.

O método relatado por Dona Carlota acima para armazenar a carne de porco, também o foi por Dona Lessi. “se fazia charque e fritava outra parte da carne. A carne frita, era guardada na banha dentro de uma lata”²⁰².

Os mesmos procedimentos rituais usados para combater a desordem corporal, eram usados para combater as desordens que pudessem atingir a produção na lavoura.

Dona Carlota: Meu pai era benzedor e benzia até para combater as pragas da lavoura. Ele, um tio meu e uma comadre benziam com água benta colhida na Semana Santa e um galho de arruda e iam dizendo as palavras próprias do benzimento²⁰³.

A mãe de Maria Jurema – Ana Maria da Luz Garcia – também era benzedeira e afastar pragas de lavouras era uma das suas principais especialidades:

Maria Jurema: A mãe benzia lavoura de milho pros insetos não invandir. Ela benzia, se tivesse uma lavoura de milho, assim, que as caturritas tivessem tomando conta da lavoura de milho, ela chegava benzia e pronto. As caturritas não chegavam mais ali, ela era assim, tinha gente de longe que chamava ela pra benzer as lavouras pros bichos não invadir, ela benzia e os bichos não invadiam...²⁰⁴.

²⁰¹ Entrevista realizada em 10 de abril de 2019, com Carlota Domingues da Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

²⁰² Entrevista realizada em 08 de maio de 2019, com Maria Lessi Medeiros Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

²⁰³ Entrevista realizada em 10 de abril de 2019, com Carlota Domingues da Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

²⁰⁴ Entrevista realizada em 25 de janeiro de 2019, com Maria Jurema da Luz Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

Dona Lessi refere uma simpatia que era usada para combater o “burrinho” e as lagartas, o que ativou minha própria memória de como meus pais e avós lidavam com esse tipo de inconveniente que atacavam as lavouras:

Eva: Como combatiam as pragas da lavoura? Havia algum tipo de chá para combater as pragas ou benzeduras?

Dona Lessi: Para combater as pragas, se fazia simpatia, por exemplo, para matar os burrinhos que dava na batata inglesa e uma lagarta preta, se fazia a simpatia, pegava três burrinhos ou três lagartas que dava na raiz das plantas e elas iam morrendo. Ai colocava dentro de uma caixa de fósforos e jogava na sanga para ir agua abaixo.

Eva: Agora me lembrou isso, que meu avô, meus tios e meu pai também faziam isso e botavam os bichinhos dentro e jogavam na água da sanga. E dava certo essa simpatia?

Dona Lessi: Dava, dava certo²⁰⁵.

Dona Santa até os dias de hoje é chamada para benzer pragas de lavoura, se deslocando, para isso, por grandes distâncias:

Santa: Benzo. Benzo caturrita, benzo formiga, benzo aquela chupadeira que dá no pé do milho.

Rosane: E pra cada uma dessas pragas tem uma benzedura diferente ou não?

Santa: Só muda o nome, depende da praga que tá. Se é formiga tu benze no nome da formiga, se for lagarta, tu benze a lagarta. Porque eu ando muito tu sabe, pessoal me busca pra benzer as lavouras de milho contra caturrita, e soja contra broca. Terreiro de peste, galinha em campo, isso tudo benzo²⁰⁶.

Os métodos de proteção da produção dependia do tipo de praga a ser combatida, algumas exigindo um grande esforço físico e ajuda mútua entre os vizinhos, como era o caso do gafanhoto:

Getúlio: Tinha o que fazia assim ó, juntava uma turma e aí ia vindo aquela nuvem de gafanhoto comendo uma lavoura e aí eles faziam uma valeta, e o gafanhoto caía ali dentro e eles botavam fogo. O gafanhoto é assim, pulando, o gafanhoto era pulando, a lavoura que ele entrava, ele deixava... Derrotava, ele derrotava. E aí caía dentro daquela vala e botava fogo, era bem assim, não tinha inseticida, não tinha nada pra combater ele, a lavoura que ele entrava, se ele entrava de manhã, de tarde tava só um porrete, não ficava nada²⁰⁷.

²⁰⁵ Entrevista realizada em 08 de maio de 2019, com Maria Lessi Medeiros Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

²⁰⁶ Entrevista realizada em 10 de julho de 2016, com Santa Rosália Ulguim da Silva. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

²⁰⁷ Entrevista realizada em 05 de maio de 2019, com Getúlio da Silva. Acervo individual da pesquisadora.

O não uso de insumos químicos na lavoura é visto como uma forma de preservar a qualidade dos alimentos, assim como o seu sabor. Segundo Seu Getúlio, “[...] não levava inseticida, não tinha nada, não tinha nem adubo, acho que não existia, não tinha pra gente botar, não tinha, era tudo natural”²⁰⁸. Dona Carlota também relata esse processo de produção orgânica:

Dona Carlota: Não existia veneno naquela época e a senhora sabe tia Eva? Parece que tudo era muito mais gostoso. Agora nada tem gosto, nem a batata, nem o milho... é tudo cheio de veneno e isso até faz mal pra gente a senhora sabe? Por isso que tem muita doença... o adubo que a gente usava nas hortas, era o esterco de galinha que se juntava e quando chovia, deixava molhar bem e depois esparramava nas hortas. Os alimentos tinham muito mais sabor. A ureia e o adubo tiram o sabor dos alimentos²⁰⁹.

Dona Lessi também refere a relação entre a criação de pequenos animais e a produção de adubos naturais:

Eva: costumavam usar adubo para fortalecer a terra? Era feita troca de lavoura?

Dona Lessi: Não, não se usava adubo, não dava para comprar e a gente nem conhecia. Nas hortas, se colocava esterco de vaca ou de galinha, se plantava couve, ervilha, fava. Quando a terra das lavouras ficava fraca, o pai fazia roça, queimava e plantava ali. Não se trocava o lugar da lavoura²¹⁰.

O uso dos alimentos era feito de acordo com as ocasiões, especialmente a farinha. Saia-se do moinho com “farinha de primeira, a segunda e a terceira, tudo separadinho”, sendo a farinha “de primeira”, a farinha branca que era usada para produzir alimentos para ocasiões especiais, por exemplo, quando se recebia visitas: “pão de primeira era quando chegasse visita, aí quando chegava visita a gente dizia que era pão de primeira, a maioria das casa era o pão mais grosseiro”²¹¹.

O café também não necessariamente era comprado nas “vendas”, segundo Seu Getúlio, geralmente era feito em casa como um derivado da aveia ou do milho: “Não, quando fazia um café era de aveia ou de milho queimado, aí torrava aquela

²⁰⁸ Entrevista realizada em 05 de maio de 2019, com Getúlio da Silva. Acervo individual da pesquisadora.

²⁰⁹ Entrevista realizada em 10 de abril de 2019, com Carlota Domingues da Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

²¹⁰ Entrevista realizada em 08 de maio de 2019, com Maria Lessi Medeiros Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

²¹¹ Entrevista realizada em 05 de maio de 2019, com Getúlio da Silva. Acervo individual da pesquisadora.

aveia, ela ficava preta, aquela aveia torrava bem torrada, queimava ela e depois colocava água. E aí tomava uma caneca de leite e saía”²¹². Com o tempo, passou a ser usual comprar o pó do café, propriamente falando, mas que era feito à “moda campeira”:

Getúlio: [...] aí me lembro, assim que apareceu o café, café, mas aí acho que, não sei, não tinha aonde passar ele, então botava dentro de uma cambona, cambona é um litro, botava uma água, aí botava aquela água a ferver e botava um pouco daquele café ali, duas colher ou três ou uma... E aí, quando fervia, metia um tição de fogo dentro e aquela poeira baixava, [?] ficava, ela baixava toda, toda, aquela cor do café ali, só metia aquele tição de fogo ali e ela baixava²¹³.

Segundo Little (2010, p. 12), os sistemas de conhecimento tradicionais tendem a ser construídos socialmente, a partir de um sistema de valores, usos e normas de distribuição própria. Mas essa dimensão coletiva do manejo do conhecimento não significa que todos os membros dos grupos têm igual acesso ao conhecimento, ou que todos são produtores do conhecimento. Significa sim que a circulação do conhecimento obedece às normas sociais estabelecidas pelo próprio grupo. Os conhecimentos tradicionais tendem a ser transmitidos entre as gerações pela oralidade e as aplicações destes conhecimentos podem envolver, de forma interligada, relações sociais, práticas rituais, trocas econômicas e estruturas políticas. Porém no plano epistemológico, a ciência moderna postula-se como um saber universal e o único caminho confiável para se chegar à verdade, de tal forma que todos os demais saberes ficam relegados a um lugar secundário. Isso explica a mudança das formas de manejo tradicionais por outros, que requerem o uso de agroquímicos nas lavouras, o que é feito obedecendo a interesses que não necessariamente são das comunidades locais.

4.2.2 Os artefatos e os saberes ambientais

Quando os múltiplos sistemas de conhecimento tradicional ambiental são tomados no seu conjunto, eles constituem um imenso acervo de modelos de manejo

²¹² Entrevista realizada em 05 de maio de 2019, com Getúlio da Silva. Acervo individual da pesquisadora.

²¹³ Entrevista realizada em 05 de maio de 2019, com Getúlio da Silva. Acervo individual da pesquisadora.

e gestão ambiental de ecossistemas complexos que têm durado por séculos, convertendo-se em práticas que hoje são chamadas de desenvolvimento sustentável. (LITTLE, 2010, p. 17). Nesse sentido é necessário desfazer a noção de que os sistemas de conhecimento tradicional somente fazem referência ao passado e por isso, só podem ser preservados ou resgatados. Os existentes sistemas de conhecimento tradicional são necessários à ciência moderna e não devem ser vistos como vestígios de um tempo remoto desvinculado do mundo contemporâneo. No plano histórico, os conhecimentos tradicionais são considerados como depositários de saberes milenares e únicos que precisam ser resguardados como parte do patrimônio cultural da humanidade, diz Little, (2010).

As memórias que se traz dos tempos antigos é de uma vida simples, com poucos recursos financeiros e com pouca relação com produtos industrializados. Seu Getúlio dá a entender isso quando fala do tipo de roupas que se usava:

Getúlio: [...] não tinha, a gente não tinha roupa, não tinha, nós andava dentro de um saco, a gente andava dentro de um saco branco, na minha época era, era gozado, agora Deus o livre...

Eva: Era tipo uma camisa...?

Getúlio: Era, só furava aquele saco ali, a gente botava ele e saía, saí (risos)... Era assim, na época, 55, 56 por aí, era dentro de um saco. É não tinha, aí depois foi melhorando, foi melhorando...²¹⁴.

As casas, principalmente das famílias negras e pobres do meio rural, eram construídas com material retirado da natureza: leivas ou pau-a-pique. Os construtores eram os próprios donos com ajuda da família e vizinhos. Tinham cobertura de sapé e eram compostas por pequenos “cômodos” de “chão batido”. Geralmente um quarto para a família, uma sala para receber as visitas e uma cozinha. Por fora, bem baixinhas e por dentro rebaixadas. Pequenas aberturas feitas de madeira retirada do mato.

Dona Carlota: Desde as nossas casas era ele mesmo que fazia. É, ele fazia de leiva, que era feita assim, um cortava a leiva e o outro ia colando com barro uma na outra até formar a casa com cobertura de santa-fé. Meu pai ia colocando o santa-fé em cima da casa e ia costurando com uma agulha de madeira. Para dar o ponto passava a agulha que era enfiada com um fio de arame, de cima para baixo, que era mandada de volta para cima por outra pessoa que ficava dentro da casa. Aquilo era bem puxadinho para ficar bem apertado e não passar água da chuva. Depois de tudo pronto, a gente ia

²¹⁴ Entrevista realizada em 05 de maio de 2019, com Getúlio da Silva. Acervo individual da pesquisadora.

buscar saibro (mingau da terra) que retirava do cerro do Paredão para barrear a casa. Ficava tudo bem bonito. Parecia uma pintura. Tinha saibro de várias cores: amarelo, vermelho, branco...²¹⁵.

Além do rancho de leiva, fazia-se, em algumas ocasiões, o tijolo artesanal, como era o caso de Seu Getúlio. Ele nos relata também um conhecimento apurado de tipos de madeira nativas adequadas para se fabricar os mais diversos utensílios usados no dia-a-dia:

Eva: E esse Rancho era, como que era feito?

Getúlio: Era um pouco de tijolo, naquele tempo a gente fazia o tijolo lá no campo, fazia tijolo, queimava, outros era de pau-a-pique, era assim.

Eva: Vocês mesmos então faziam os tijolos?

Getúlio: É! A gente mesmo fazia, fazia o tijolo e, bom, a cama a gente cortava uma madeira, era chamada de **teta de cadela** e é até hoje, e ela é bem amarelinha então enquadrava bem enquadradinha e fazia a cama. Tudo feito a martela com formão, tudo assim, era bem... Não tinha.... Pra lavar os pés era uma gamela, uma gamela, tudo tinha...

Eva: E a gamela era feita de cortiça?

Getúlio: É, feita de **cortiça**, a gente mesmo fazia de cortiça, a gente pegava uma cortiça bem grossa, hoje não pode nem cortar, hoje não pode cortar uma cortiça. Aí pegava aquela cortiça bem grossa, cortava, daí pegava um formão, ia limpando ela por dentro e limpando até ficar no ponto pra lavar os pés. E da **timbaúva**, também não pode cortar, a gente fazia o pilão, pra socar canjica, era, vamos supor, um porrete aí com um metro e meio, aí no meio a gente pegava, corta ali, furar até fazer uma... Mais ou menos desse tamanho, uma cova bem funda pra socar a canjica, aí era entre dois, um na ponta do pilão, aquele pilão era cumprido, um sentado desse lado e outro no outro, e ali era assim...²¹⁶.

Quando residiam no Barroirão, assim como após a mudança para o 3º distrito, tanto Seu Osmar como sua irmã, Maria Jurema, referem a fabricação de artefatos pelo pai e pela mãe como importantes fontes de sustento da família.

Sr. Osmar: O falecido pai fazia muito balaio, tanto de coqueiro, como de cipó. E aí esse falecido Urbano tinha um bar também, ele tinha um bar e aí era assim, a mãe fazia joeira²¹⁷, fazia joeira, xergão²¹⁸ e levava lá e trocava por comida. A senhora entendeu? Aí, em comparação, o valor, ele somava um valor e aí dava em molhado pra mãe, aí fazia uma troca. E o falecido pai fazia muito balaio²¹⁹.

²¹⁵ Entrevista realizada em 10 de abril de 2019, com Carlota Domingues da Silveira. Acervo individual da pesquisadora.

²¹⁶ Entrevista realizada em 05 de maio de 2019, com Getúlio da Silva. Acervo individual da pesquisadora.

²¹⁷ Peneira fabricada por meio da trama de fibras vegetais, usada na limpeza dos cereais logo após a triagem.

²¹⁸ Manta de lã, geralmente produzida em tear, usada na região do pampa em cima da cela, sobre a qual geralmente se põe o pelego.

²¹⁹ Entrevista realizada em 22 de julho de 2018, com Osmar da Luz Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

A fabricação de balaio e joeiras, por parte do Sr. Nicanor Jovelino, pai de Osmar e Maria Jurema, requeria um conhecimento aprofundado de algumas variedades vegetais do bioma pampa:

Sr. Osmar: Tenho. Não, é que a gente anda no mato aí, é comum de ver, é um cipó grosso, ele dá, assim, no meio das árvores. Porque ele fazia de cipó, ele fazia do coqueiro, apesar que do coqueiro, faziam mais era joeira do coqueiro. E do criciúma, que o criciúma dá muito na sanga, é uma varinha fininha, é do que mais faziam o balaio naquela época, do criciúma ou do cipó grosso, aí abria no meio. Mas Deus o livre, dá uns balaio de fundamento! Nem se compara com os balainho que a gente compra hoje, que não aguentam nada²²⁰.

Ana Maria da Luz Garcia, mãe do Sr. Osmar e de Maria Jurema, adquiria a matéria-prima para seus trabalhos manuais em lã por meio de trocas, pois ela e o esposo não tinham condições de manter criação de ovelha, até pela falta de terras próprias. Então, se alguém, por exemplo, quisesse um xergão ou pala produzido pelas suas mãos, já sabia que tinha que levar até ela véus de lã à mais do que o necessário para a produção da peça. Os véus de lã sobrantes, que eram dados em pagamento pelo trabalho da tessitura, eram usados por ela para fazer mais peças para levar para as “vendas” em troca de produtos que não eram produzidos na lavoura, como açúcar e café.

Para tingir a lã, segundo o Sr. Osmar, sua mãe usava a tintura extraída de uma planta nativa:

Sr. Osmar: Não, a senhora sabe... Às vezes ela tingia a lã, mas aí a única tinta mais à jeito que ela... A única tinta mais à jeito que ela conseguia, que não precisava comprar, é um espinhosinho que tem, como é que é, acho que é São João, que tem, a gente vê muito pelos campos. Aí ela tirava a casca daquele espinho e fervia, e aí da própria casca daquele espinho saia uma água bem amarelinha, assim ó, aí é quando ela tingia a lã. Ou se não, aí tem a ovelha preta também, aí tinha gente que levava o véu preto também, que aí é natural mesmo da ovelha preta. Aí ela fazia misturado, fazia quadriculado, de vários jeitos, era o que ela fazia. Mas a tinta que ela conseguia, parece que é São João o nome do espinhosinho, ela só tinha a tinta amarela, que aí podia fazer da árvore, aí ela tingia a lã²²¹.

A produção doméstica da lã, além de uma alternativa de renda, significava,

²²⁰ Entrevista realizada em 22 de julho de 2018, com Osmar da Luz Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

²²¹ Entrevista realizada em 22 de julho de 2018, com Osmar da Luz Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

então, o estabelecimento de uma série de relações tanto fora como dentro do grupo familiar, além do domínio de uma série de operações técnicas para deixar o fio da lã em um padrão aceitável pelos clientes:

Maria Jurema: [...] ela pegava uma lata dessas de tinta ali, ela enchia aquela lata, botava água, fazia um fogo de chão, e botava a ferver a água, naquela água ela botava sabão, mas o sabão era ela mesmo que fazia com graxa de vaca. Botava sabão ali, aí depois aquela água fervia, ela botava a lã, deixava aquela lã ferver bastante tempo pra sair aquela gordura que tem na lã [...]. Aí depois ela tirava daquele fogo ali, deixava esfriar e levava pro arroio, lavava no arroio com água corrente, aí ela lavava aquela lã com sabão de novo até ficar bem branquinha aquela lã, ela estendia tudo aquelas lã em cima das árvores, nas moitas que tinha na beira das casas, ela estendia aquilo ali e branquiava. E depois secava aquela lã, ela juntava tudo e abria, tinha aquela função de abrir a lã, abria toda lã, depois de aberta ela passava nas caldas, fazia as pastinha pra afiar, ia pro fio, afiava, depois fazia o novelo, pra botar no tear, botava no tear, ali ela via se era um ponche, um xergão ou se era um cobertor, que ela ia fazer dali. Quando a lã era bastante ela fazia ponche quando era pouca a lã ela fazia xergão, aí ela fazia aquele xergão ali pra poder vender. [...] Ai ela fazia meio colorido aquele xergão dela, depois tirava do tear, e aí arrematava e tava pronto pra vender, aí ela vendia [...]. E nós de noite, nós quando era inverno nós aquecia fogo no meio da casa, assim, fazia um baita tonel de brasa no meio da casa e nós tudo na volta, abrindo lã, ajudando ela, adiantando o serviço dela. Eu era uma pessoa muito agasalhada, então eu ficava sempre dentro de casa, ajudando ela, vendo ela fazendo aquelas coisas todas, então foi aonde eu aprendi, eu se eu tivesse um tear eu me animava a fazer²²².

O uso de plantas para a cura, a preservação de sementes crioulas e práticas de manejo cotidianas, expressam formas de relação com a natureza, sua diversidade biológica. Por isso a necessidade de conhecer esses saberes herdados dos antepassados e ainda experimentados e transmitidos no presente, sendo portanto, um patrimônio acumulado por gerações, como fala Edna Castro. O que está em jogo nesse sentido, é o direito das populações tradicionais manterem vivos conceitos de conhecimento e de inovação alternativos. (CASTRO, 1998, p.9-10). Estudar os saberes tradicionais é importante para compreender a organização social dessas populações, a forma como vem reelaborando suas identidades no transcorrer do tempo.

²²² Entrevista realizada em 25 de janeiro de 2019, com Maria Jurema da Luz Garcia. Acervo do Projeto de Extensão Etnodesenvolvimento e Direitos Culturais em Comunidades Quilombolas e Indígenas.

Conclusão

Desde o primeiro contato com as famílias que compõem a comunidade Nicanor da Luz percebi que ali havia muitos saberes importantes. Mas as pessoas falavam de uma forma como se não tivessem valor na atualidade, tinham vergonha de falar de si, de suas experiências.

Com a sequência dos contatos, durante as reuniões para organização de comunidade e da associação, fomos conquistando a confiança do grupo, o qual passou a revelar suas experiências. Este grupo formou-se a partir de famílias que migraram do meio rural para a Vila do Cancelão em busca de melhor qualidade de vida. Na “campanha” onde moravam tornou-se difícil a sua manutenção devido não possuírem terra suficiente ou, nem possuírem, para garantir o sustento do grupo familiar, assim como maquinários necessários para o plantio e colheita dos alimentos.

A migração para o Cancelão lhes possibilitou proximidade com as empresas de reflorestamento e também, com as de fruticultura, que emprega vários membros da comunidade, tanto homens como mulheres, embora na maioria das vezes, somente em períodos de safra, durante a poda e colheita de pêssegos. Isso contribuiu para a melhoria de vida das famílias. Nas madeireiras o trabalho é fixo e alguns dos homens trabalham há vários anos como tratoristas e serralheiros.

Esta pesquisa foi muito importante para mim, porque me possibilitou lembrar minhas vivências quando morava no interior de Piratini, sobretudo em relação a organização familiar, formas de produção do alimento, do cuidado da saúde e das benzeduras. Em tudo, me sentia muito próxima deles, me parecia fazer parte daquele grupo desde muito tempo.

Na Comunidade Quilombola Nicanor da Luz há um Centro de Umbanda denominado “Nossa Senhora Aparecida”, que tem como cacica uma mulher: “Tia Santa”, que além de cacica é benzedeira e uma liderança tradicional, sempre presente no cotidiano das famílias. Tia Santa, além de realizar rituais e benzeduras, busca preservar as tradições familiares, para que a história das mesmas não seja esquecida. O respeito e o carinho que o grupo tem por ela impressionam a qualquer um. Coisas como pedir proteção através de suas benzeduras, ou orientação sobre se devem ou não realizar alguma atividade, seja um trabalho, uma viagem, ou atendimento médico, são comuns.

Durante a pesquisa procedi no sentido de realizar uma breve reconstituição da formação da comunidade quilombola Nicanor da Luz e suas transformações no transcorrer do tempo, dos modos de vida, das formas de sobrevivência, das relações com os territórios, assim como dos processos de identificação. Nesta reconstituição pude me apoiar em Escobar (2014, p. 14,) para pensar que todo ser vivo tem como direito básico, sua auto-organização, visão de território como povos étnicos que enfatizem a defesa da mãe terra, e podem facilmente ver-se sintonizadas com o sonho da terra.

Entre as famílias que compõem o núcleo familiar e de vizinhança da comunidade Quilombola Nicanor da Luz, percebe-se que o importante fator que agrega o grupo são os vínculos familiares, vínculos de vizinhança e, a religião Umbanda que praticavam no interior do município e foi trazida para o Cancelão. Algumas pessoas migraram para religiões evangélicas pentecostais, mas preservam os vínculos de amizade trazidos do meio rural, pois as diferenças religiosas, não impedem o bom relacionamento pautado no respeito, que há no grupo da comunidade.

Os estudos sobre saberes tradicionais apontam para a importância da socio-biodiversidade, e da territorialidade demarcada pela vizinhança, na troca de saberes, das ervas de chá, dos alimentos, das rezas e benzeduras.

E pensar esta territorialidade segundo Escobar (2014, p. 14) implica pensar a forma com que as comunidades têm aprendido a arte de viver. É preciso sentir e pensar com os territórios, culturas e conhecimentos de seus povos, mais que com conhecimentos descontextualizados que subjazem às noções de desenvolvimento, crescimento e até de economia e muitos outros aspectos da vida social. (2014, p. 16).

Os saberes tradicionais estudados nesta pesquisa, foram aqueles que populações locais têm de cada detalhe do seu entorno, do ciclo anual, das espécies animais e vegetais, dos solos. É a cultura como diferença radical que se relaciona com a civilização, cosmovisão, diferença epistêmica e lógicas comunitárias, todas quais que complementam a noção mais adotada de cultura como estrutura simbólica. (ESCOBAR, 2014, p. 17).

As políticas rurais segundo Escobar (2014, p. 15) oferecidas pelo estado e pelo setor privado e até a academia refletem os valores de um mundo que cai aos pedaços. Os movimentos sociais representam a defesa da vida e a esperança de outros mundos

possíveis. O que podemos esperar a partir daí é que a noção de cultura como estrutura simbólica continue abrigando a crença de um mundo único que ultrapasse a toda a realidade, um mundo constituído de um só mundo (2014, p. 17), em que a cultura como diferença se relacione com civilização, cosmovisão, e lógicas comunitárias, para que todas complementem a noção mais adotada de cultura como estrutura simbólica.

Por isso a necessidade de conhecer e preservar os saberes tradicionais herdados dos antepassados experimentados e transmitidos no presente, pois se constituem num patrimônio acumulado por gerações.

Referências

ANJOS, José Gomes dos. Identidade étnica e territorialização. In: **São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade negra e direitos territoriais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Fundação Cultural Palmares, 2004. p. 63-118.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2 ed., Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, David. **Piratini: roteiro histórico e sentimental**. São Lourenço do Sul: Oficinas Gráficas EDDA, 1997.

AMARAL, Giana Lang do. **O negro no contexto social da primeira capital farroupilha**. Biblioteca Pública Municipal Dr. Joaquim Vieira da Cunha. Piratini (RS), 2012. 6p.

BASTIDE, Roger. **As Américas negras: as civilizações africanas no novo mundo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

BIRMAN, Patrícia. **O que é umbanda**. São Paulo: Abril Cultural; Brasiliense, 1985.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. **Sociedade e Cultura**, v.10, n.1, p.11-27, 2007.

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do dom: o terceiro paradigma**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000. p. 17-35.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. **Papers do NAEA**, n. 092, p. 1-16. Belém, 1998.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a *outsider Within**: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127. Brasília, 2016.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Relações e dissensões entre os saberes tradicionais e saber científico. **Revista USP**, n. 75, p. 76-84. São Paulo, 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Questões suscitadas pelo conhecimento tradicional. **Revista de Antropologia**, v. 55, n. 1, p. 439-464. São Paulo, 2012.

DOMINGUES, Francieli dos Santos. **Os povos formadores de Piratini**. Museu Histórico Farroupilha. Piratini, 2019. 10p.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar com la tierra**: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

FONSECA, Cláudia. O anonimato no texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia feita em casa. **Teoria e Cultura**, v.2, n. 1-2, p. 39-53. Juiz de Fora, 2008.

FAVRET-SAADA, Jeanne. "Ser afetado". **Cadernos de Campo**, n.13, p.155-161. São Paulo, 2005.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

LEITE, Ilka Boaventura. Os Quilombos no Brasil: Questões Conceituais e Normativas. **Etnográfica**, v. IV, n. 2, p. 333-354. Lisboa, 2000.

LITTLE, Paul E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Tellus**, ano 2, n. 3, p. 33-52. Campo Grande (MS), 2002.

LITTLE, Paul E. Prólogo: Os conhecimentos tradicionais no marco da intercientificidade. In: LITTLE, P. E. (org.). **Conhecimentos tradicionais para o século XXI**: etnografias da intercientificidade. São Paulo: Annablume, 2010. p. 9-31.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UnB, 2003. (Série Antropologia, n. 322).

LOPES, Dilmar Luiz. Territorialidade como processo de organização social, política e cultural. In: MELO, A. L. A. (org.). **"Palmas" para o quilombo**: processos de territorialidade e etnicidade negra. Santa Maria (RS): Editora da UFSM, 2011. p. 275-287.

MONTERO, Paula. **Da doença à desordem**: a magia na umbanda. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

O'DWYER, Eliane Cantarino. Os quilombos e as fronteiras da Antropologia. **Antropolítica**, v. 19, p. 91-111. Rio de Janeiro, 2005.

ORO, Ari Pedro. Algumas interpelações do pentecostalismo no Brasil. **Horizonte**, v. 9, n. 22, p. 383-395. Belo Horizonte, 2011.

ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro**: umbanda, integração de uma religião numa sociedade de classes. Petrópolis, 1978.

MAGNANI, José Guilherme. **Umbanda**. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

MARQUES, Carlos Eduardo; GOMES, Lilian. A constituição de 1988 e a ressignificação dos quilombos contemporâneos: limites e potencialidades. **RBSC**, v.28, n.81, p. 137-153. São Paulo, 2013.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

QUINTANA, Alberto M. **A ciência da benzedura**: mau-olhado, simpatias e uma pitada de psicanálise. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

REINA, Morgane Laure. Pentecostalismo e questão racial no Brasil: desafios e possibilidades do ser negro na igreja evangélica. **Plural**, v. 24, n. 2, p. 253-275. São Paulo, 2017.

ROHDE, Bruno Faria. Umbanda, uma religião que não nasceu: breves Considerações sobre uma Tendência Dominante na Interpretação do Universo Umbandista. **Revista de Estudos da Religião**, ano 9, p. 77-96. São Paulo, 2009.

RUBERT, Rosane Aparecida. **A construção da territorialidade**: um estudo sobre comunidades negras rurais da região central do RS. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. 358p.

SANTOS FILHO, Gabriel dos. **O catolicismo brasileiro e a construção de identidades negras na contemporaneidade**. Salvador: EDUFBA, 2012.

SANTOS, Silvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural - Revista De Ciências Sociais**, v. 24, n. 1, p. 214-241. São Paulo, 2017.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Candomblé e umbanda**: caminhos da devoção brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2005.

SIMÃO, Cristina Guimarães. **Levantamento etnobotânico em quintais de comunidades remanescentes de quilombos**. Relatório de Estágio. São Paulo: Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo José Gomes da Silva (ITESP), 2001. 62p.

STEIL, Carlos Alberto. Catolicismo e cultura. In: VALLA, Victor Vicent (org.). **Religião e cultura popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 9-40.

VERGARA, Miguel Arturo Chamorro. **Cotidiano e memória na cidade histórica de Piratini – RS**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1997. 179p.

VERSIANI, Daniela Beccaccia. Autoetnografia: uma alternativa conceitual. **Letras Hoje**, v.37, nº 4, p. 57-72. Porto Alegre, 2002.

VIEIRA, Luiz Geraldo Alves. **O Rincão do Quilombo**. Biblioteca Pública Municipal Dr. Joaquim Vieira da Cunha. Piratini (RS), s/d. 3p.

WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaass. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.